

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA/DOUTORADO

Tesouro brasileiro - Democracia: uma construção popular

Kyu Yeon Lee

Tese apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História, sob orientação da Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff.

UFSC/Santa Catarina, 2004

Tesouro brasileiro – Democracia: uma construção popular

Kyu Yeon Lee

Tese submetida ao corpo docente da (nome da unidade responsável pelo curso de Pós-Graduação) Universidade Federal do Santa Catarina - UFSC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff - Orientadora - UFSC

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFPB

Prof^a. Dr^a. Margarida Souza Neves - PUC/RJ

Prof. Dr. Valberto Dirksen - UFSC

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte - UFSC

Dr^a. Cristiane Bereta da Silva - UFSC

Coordenadora Prof^a. Dr^a. Cynthia Machado Campos - UFSC

UFSC/ 2004

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os césaes?
A decantada Bizâncio só tinha palácios
Para seus habitantes?
Mesmo no legénaria Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu,
Os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses.
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu, além dele?

Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava suas despesas?

Tantos relatos.
Tantas perguntas.

“PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO QUE LÊ”

Bertolt Brecht

Resumo

LEE, Kyu Yeon. O Tesouro brasileiro – Democracia: uma construção popular, Orientadora: Cristina Scheibe Wolff, Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho trata das classes populares, dos movimentos sociais e da democracia no período compreendido entre 1974-1984, tendo como objetivo principal analisar as maneiras pelas quais as classes populares, através dos movimentos sociais, puderam superar a tradição política autoritária e, mais especificamente, conseguiram imprimir sua marca na “transição democrática” imposta pelo regime militar. Para tal, o trabalho desenvolve-se nos cinco capítulos. Primeiro capítulo é uma parte teórica onde a democracia é entendida como um processo simultâneo de democratização da chamada sociedade política e de ampliação dos espaços públicos na sociedade civil. Segundo capítulo trata-se do tempo longo da história política brasileira no qual observa-se permanente exclusão das classes populares não só da vida social e econômica mas sobretudo do processo político. E os últimos três capítulos são interpretações sobre o acontecimento, ou seja, o surgimento das classes populares na cena política, através dos movimentos sociais. No terceiro capítulo compreende-se que, os movimentos sociais permitiram às classes populares o aprendizado político de se reunir, debater e construir sua visão do mundo, ampliando espaços públicos na sociedade civil. No quarto capítulo as análises dos discursos dos movimentos sociais desmentem seu suposto apoliticismo, demonstrando que eles foram intrinsecamente políticos e democráticos, exatamente porque reivindicaram uma nova maneira de fazer política – democracia de base – e produziram novas temáticas. O último capítulo trata-se das maneiras pelas quais os movimentos sociais contribuíram para a democratização da sociedade política. Os movimentos sociais, nesta análise, empenharam-se em um duplo processo de democratização: por um lado, um processo de conquista e consolidação de práticas, espaços e organizações democráticas na sociedade política e, por outro, um processo de ampliação e multiplicação das esferas públicas autônomas nas quais formam-se as opiniões públicas.

Abstract

LEE, Kyu Yeon. O Tesouro brasileiro - Democracia: uma construção popular, Orientadora: Cristina Scheibe Wolff, Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

The present thesis is about “popular” classes, social movements and democracy in a period comprehended between 1974-1984, having as principal aim to analyze the ways by which popular classes, through social movements, was able to overcome an authoritarian political tradition and, more specifically, to impress their mark on “democratic transition” imposed by military regime. In order to achieve this aim, this work is composed of five chapters. The first chapter is the theoretical part in which a democracy is understood as one simultaneous process of democratization of political society and of extension of public spheres in civil society. The second chapter is about the long term of Brazilian political history in which is observed the permanent exclusion of popular classes not only of social and economical life but also, and especially, of political process. The last three chapters are interpretations about occurrence, that is, popular classes appearance on political scene, through social movements. In the third chapter it is discussed that social movements allowed popular classes a political learning to unite, debate and build ideologies, broadening public spheres in civil society. In the fourth chapter the analyses of social movements discourses deny their supposed a-political characters, demonstrating that they were intrinsically political and democratic, exactly because they demanded one new form of politics - “democracy of base” - and produced new themes. The last chapter is about the ways by which social movements contributed for the democratization of the political society. Social movements, in this analysis, strive to the double process of democratization: first, the process of achievement and consolidation of democratic practices, spaces and organizations in political society and, second, the process of extension and multiplication of autonomous public spheres in which public opinions are formed.

Lista de Siglas

AI-5	—	Ato Institucional n.º 5
ANAMPOS	—	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANSUR	—	Articulação Nacional do Solo Urbano
BNH	—	Banco Nacional de Habitação
CEBs	—	Comunidades Eclesiais de Base
CEAC/UnB	—	Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte / Universidade de Brasília
CEDAC	—	Centro de Ação Comunitária
CGT	—	Comando Geral dos Trabalhadores
CGT	—	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	—	Consolidação das Leis do Trabalho
CMTC	—	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CNBB	—	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCLAT	—	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG	—	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	—	Comissão Pastoral da Terra
CPV	—	Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro
CUT	—	Central Única dos Trabalhadores
ENCLAT	—	Encontro da Classe Trabalhadora
ENEMEC	—	Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária
ENOS	—	Encontro Nacional das Oposições Sindicais
ENTOES	—	Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FAMERJ	—	Federação das Associações de Moradores do Estado de Rio de Janeiro
FASE	—	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FGTS	—	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBASE	—	Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica
IEPES	—	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
INPC	—	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
ISEB	—	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MCV	—	Movimento do Custo de Vida
MDB	—	Movimento Democrático Brasileiro
MOH	—	Movimento de Habitação
MOS	—	Movimento de Saúde
MOU	—	Movimento de Urbanização
MTC	—	Movimento de Transporte Coletivo
OAB	—	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	—	Organizações Não-Governamentais
ORM-POLOP	—	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
OSM-SP	—	Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo
PCB	—	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	—	Partido Comunista do Brasil
PMDB	—	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	—	Partido dos Trabalhadores
PUA	—	Pacto de Unidade e Ação
SABs	—	Sociedades de Amigos de Bairro
UNE	—	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Lista de Siglas.....	vi
Introdução.....	01
Capítulo I. Sobre a democracia.....	13
1. Igualdade e Liberdade.....	14
2. Igualdade, liberdade e Estado de direito.....	25
3. Democracia, esfera pública e movimento social.....	38
Capítulo II. Heteronomia e Autoritarismo.....	44
1. A formação do pensamento político autoritário e o Estado Novo.....	46
2. A ideologia do desenvolvimentismo e o Estado desenvolvimentista.....	65
3. A doutrina de Segurança Nacional e o regime militar.....	73
Capítulo III. Reinventando o cotidiano.....	85
1. A cidade e os movimentos populares urbanos.....	86
2. A fábrica e o movimento operário-sindical.....	102
Capítulo IV. Produzindo saberes locais.....	122
1. Os movimentos populares e a democracia de base.....	125

2. Os movimentos operário-sindical e poder sindical.....	155
Capítulo V. Democratizando a política.....	181
1. Pressionando sobre o Estado em busca do diálogo.....	182
2. Participando na gestão da coisa pública.....	193
3. Institucionalizando os canais de representação.....	205
4. Lutando na Constituinte: as emendas populares.....	224
Considerações Finais.....	233
Referências Bibliográficas e Documentais.....	238

Introdução

O presente trabalho trata das classes populares, dos movimentos sociais e da democracia no período entendido entre 1974-1984, tendo como objetivo principal analisar as maneiras pelas quais as classes populares, através dos movimentos sociais, puderam superar a tradição política autoritária na qual difundia-se como verdadeira a idéia da harmonia social e incapacidade da sociedade civil brasileira e, mais especificamente, conseguiram imprimir sua marca na “abertura democrática” imposta pelo regime militar.

Desde logo, convém salientar que os termos popular e classes populares estão sendo aqui utilizados em relação às pessoas que sofreram as diversas condições de exploração e dominação frente ao sistema capitalista vigente no país. Portanto, a referência ao movimento social abrange todo tipo de ação coletiva desenvolvida por trabalhadores das mais variadas categorias. Nesse sentido, são movimentos sociais tanto os circunscritos ao âmbito da produção, notadamente os de caráter operário/sindical, quanto os movimentos provindos das necessidades vinculadas ao de reprodução, principalmente, ao local de moradia, cujos objetivos estão prioritariamente orientados para a conquista de melhorias das condições de vida. Ao escolhermos estes como objeto de análise para a presente pesquisa, a intenção não é negar ou deixar de reconhecer a importância das demais formas de manifestações populares, tais como os movimentos dos trabalhadores rurais, dos negros, estudantis, feministas, e ecologistas. Antes, trata-se de uma escolha como uma forma de viabilização da investigação, tendo em vista a amplitude apresentada pelo tema Movimento Social.

Posto isto, observamos que os estudos sobre movimentos sociais têm sido feitos preferencialmente pelos sociólogos no Brasil. Conforme Castro, foram as ciências sociais que se abriram para a história e que a profissionalização do historiador, nas universidades brasileiras, se fez fortemente marcada pela influência das abordagens econômicas e sociológicas, predominantes na década de 1960¹.

¹ Hebe Castro, “História social”, in *Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (orgs.), Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 55.

Desta forma, até o início de 1970, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização racional, ou seja, os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista que representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização. De acordo com esta concepção, aos movimentos sociais caberia, na melhor das hipóteses, o papel de “movimentos de massa”, supostamente pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações de trabalhadores, como o movimento operário. Assim, a história social do mundo do trabalho e movimento operário tem mantido seu predomínio, contemplando temas como a forma através da qual as mudanças das estruturas econômicas, políticas e sociais afetam o movimento operário, a relação entre formas de acumulação do capital e formação da classe operária, ou o papel do Estado no processo de acumulação de capital e sua política em relação aos trabalhadores².

No entanto, a partir da observação de que, na década de 1970 e 1980, os movimentos sociais não se baseiam mais num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que dividia a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos³, criou-se condições para novas propostas de investigações, através das quais se pretendia superar o rigor das estruturas econômicas ou políticas, qualificando e compreendendo estes movimentos como o sujeito da história: “o poder político como categoria central das ciências sociais é uma concepção excessivamente limitada para o entendimento dos novos movimentos sociais; o potencial destes não diz respeito principalmente ao poder, e sim à renovação de padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando a micro-estrutura da sociedade⁴”.

Neste processo, a visão distorcida e voluntarista sobre movimentos sociais, principalmente os movimentos operários, como se estivessem caminhando rumo à

² Ver: Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo: DIFEL, 1986; Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo: DIFEL, 1970; Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”, *BIB*, Rio de Janeiro, (3), 1978, pp. 9-24.

³ Ernesto Laclau, “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”, *RBCS*, vol. 1, n.º. 2, outubro, 1986, pp. 41-47.

⁴ Tilman Evers, “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, N.º 4, Abril, 1984, p. 12.

conquista do poder tinha que ser ajustada para dar lugar a outra abordagem que passou a atribuir grande ênfase na experiência cotidiana e na visão dos movimentos sociais como espaços para a construção de uma identidade coletiva, cidadania plena e, enfim, uma nova cultura política. Nesta perspectiva, a contribuição dos historiadores, como Rudé⁵ e Thompson⁶, foi fundamental para que, no início da década de 1980, os estudiosos dos movimentos sociais empenhassem-se em ampliar suas pesquisas para além da análise sócio-econômica, passando a explorar as percepções culturais populares, ou seja, os temas de interesse são as impressões subjetivas dos trabalhadores, os vínculos entre práticas políticas e discursos políticos, as experiências dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos bairros operários, suas formas de apropriação e reinterpretação da cultura de elite, e a maneira pela qual os trabalhadores interpretam o passado e visualizam o futuro⁷. Porém, na década de 80 entra em cena uma outra vertente interpretativa, comumente conhecida como “ênfase institucional”, analisando a questão da relação entre Estado e movimento social como uma interação entre dois pólos onde ambos se transformam no processo⁸.

⁵ George Rudé, *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

⁶ E. P. Thompson, *A formação da classe operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998; *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷ Em relação ao movimento popular urbano, ver: Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; José Guilherme Cantor Magnani, *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998; Paul Singer & Vinícius Caldeira Brant (orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, 1980; Ilse Scherer-Warren & Paulo J. Krischke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987; Leda Maria Vieira Machado, *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*, São Paulo: ANNABLUME, 1995; Vera da Silva Telles, *Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos*, in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 247-283. Em relação ao movimento operário, ver: Luís Flávio Rainho, *Os peões do Grande ABC: estudo sobre as condições de vida e consciência de classes do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística*, Petrópolis: Vozes, 1980; Amnérís Maroni, *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*, São Paulo: Brasiliense, 1982.; Laís W. Abramo, *Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho*, in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 207-245; Celso Frederico, *A vanguarda operária*, São Paulo: Símbolo, 1979.

⁸ Ver: E. J. Viola, I. Scherer-Warren & P. Krischke (orgs.), *Crise política, movimentos sociais e cidadania*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989; Edison Nunes e Pedro Jacobi, “Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão”, *Serviço Social e Sociedade*, Ano 4, abril de 1983; Renato Raul Boschi (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983; Pedro Jacobi, “Movimentos sociais urbanos no Brasil”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, 1980, pp. 22-30; Pedro Jacobi, *Movimentos sociais e política públicas:*

De modo geral, podemos verificar duas deficiências das investigações empreendidas. Em primeiro lugar, as análises sobre os movimentos sociais no Brasil têm como marca distintiva a descontinuidade⁹. Dito de outra forma, a análise sobre os movimentos sociais no Brasil se iniciou nos anos 1970 de maneira bastante otimista. Em termos gerais os movimentos sociais têm sido desde início considerados como portadores de um projeto democrático mais participativo e radical. Sendo assim, muito se esperava de sua influência na alteração ou mesmo na transformação do quadro social brasileiro, assim como na democratização da sociedade e da política brasileira. A década de 1980, todavia, se caracterizou pelo esfacelamento das forças que resistiram aos governos autoritários e pela fase de desencanto frente aos movimentos sociais, pois enfatizou-se a sua fragmentação e seu caráter local, questionando a representatividade política dos movimentos. No entanto, nos parece que os esquemas interpretativos que os cientistas sociais usaram estavam geralmente baseados em idéias fundamentais, as quais refletem um projeto político normativo que restringe a democracia a procedimentos convencionais com no máximo alguma participação popular controlada. Em outras palavras, são pontos de vista estreitos de pessoas que buscam encaixar os movimentos dentro de limites de modelos consagrados de democracia política e reduzir o papel dos movimentos àquele de forças auxiliares ou meros mediadores do processo de construção democrática.

Entretanto, convém salientar que a trajetória desse tipo não é propriamente a trajetória real dos movimentos e é, portanto, muito mais o modo como eles foram interpretados. Na verdade, o que mudou, foram as pessoas que os estudaram e que estavam empreendendo esta releitura. Em outras palavras, podemos verificar uma mudança de interpretação culturalista para institucionalista. Essas interpretações foram produzidas, na verdade, em contextos ideológicos diferentes, ou seja, a fase de

demandas por saneamento básico e saúde-São Paulo, 1974-84, São Paulo: Cortez, 1993; Ruth Corrêa Leite Cardoso, "Isso é política?: dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno", *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 20, março, 1988; Ruth C. Cardoso, "Movimentos sociais e urbanos: Balanço crítico", in Sorj & Almeida, M. H. T. de (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁹ Sobre este argumento, ver: Ruth Corrêa Leite Cardoso, "A trajetória dos movimentos sociais", in Evelina Dagnino (org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 81-90; Ana Maria Doimo, *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995; Michaela Hellmann (org.), *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*, São Paulo: Marco Zero, 1995; Luis Antonio Machado da Silva & Ana Clara Ribeiro, *Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias*, VIII Encontro Annual da ANPOCS, São Paulo, 1984; Lúcio Kowarick, *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literature*, RBCS, nº 3, Vol. 1, fev., 1987.

repressão violenta e a de “transição democrática controlada”. Isso significa dizer que os próprios contextos político e ideológico recortaram de certa maneira um objeto e esse recorte, no caso dos movimentos sociais, dificultou o entendimento da dinâmica do acontecimento.

Focalizando e valorizando os determinados aspecto e/ou fase dos movimentos sociais, as reais contribuições dos movimentos na invenção de uma nova democracia, de cultura política e seu relacionamento com a esfera institucional nos parece permanecer um ponto polêmico nas análises sobre os movimentos sociais.

Em segundo lugar, nas análises sobre movimentos sociais, se destacaram os estudos de caso, os quais corresponderam a um vago desconforto com as grandes fórmulas baseadas em explicações macro-estruturais que dominavam os meios universitários até início dos anos 70, e tem-se privilegiado uma das formas de ação coletiva, ou seja, o movimento popular urbano ou movimento operário/sindical. Desta forma, a diversidade dos relatos sobre os movimentos sociais desenha e enfatiza os contornos de campos diferenciados de experiências, através dos quais as condições da época foram vivenciada, correndo, porém, o risco de perder de vista o conjunto da sociedade e o movimento que lhe é próprio. Em outras palavras, privilegiando uma das formas de ação coletiva e ainda utilizando o estudo de caso como modelo de análise, focalizaram as árvores perdendo de vista a floresta, ou seja, “se deu ao luxo” de desligar-se um pouco da contextualidade do sistema político dentro do qual esses movimentos estavam ocorrendo¹⁰.

A partir dessas observações, nos parece que a proposta de estudo dos movimentos sociais precisa “elevar-se por cima da poeira dos pequenos fatos, por cima dessas moléculas cuja agitação desordenada constituiu o presente para colocar em seu lugar uma visão ordenada, que extrai linhas gerais, orientações suscetíveis de serem compreendidas¹¹” e procurar seus significados na continuidade histórica a partir do discurso dos próprios grupos organizados e de suas práticas.

Desta forma, procuramos tratar o tema a partir de dois pensamentos iniciais básicos: por um lado, a consideração do estudo das classes sociais e, por conseguinte,

¹⁰ Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; Eunice R. Durham, “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 17-37.

¹¹ Henri-Irénée Marrou, *Sobre o conhecimento histórico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 40.

movimentos sociais como parte integrante de uma história global do país, no pressuposto de que esta última incide sobre os próprios destinos das primeiras; por outro, a consideração de que as classes populares são sujeito de sua história.

Em outras palavras, enquanto o primeiro nível de abordagem conduz às questões mais gerais da natureza da sociedade, do Estado, necessitando nos reportar ao tempo histórico mais ou menos longínquo, no segundo nível, o estudo de um grupo social, nas suas grandes linhas, diz respeito a que eles, enquanto sujeitos e agentes da história, não permanecem inatos, passivos e presos às condições materiais de existência, ao condicionamento cultural, e, enfim, à política imposta de cima.

Isso nos remete a uma reflexão sobre o tempo da história, ou seja, a dialética do tempo, cuja idéia é esclarecida graças à “volta do acontecimento¹²”. Conforme Bourdieu, toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social):

“A história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., é a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. (...). A história objetivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história “actuada” e actuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus investimentos anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar. A relação com o mundo social não é a relação entre o “meio” e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica¹³”.

Ou seja, a história “sujeito” descobre-se ela mesma na história objetivada, instituída, ou seja, na história “objeto”. Em outras palavras, o acontecimento não tem

¹² O estudo sobre acontecimento tem sido esquecido por causa da valorização do tempo de longa duração e, em contrapartida, da desvalorização da história política tradicional. Enquanto Nora argumentava que é a criação do acontecimento pela mídia que lhe proporcionou um estatuto privilegiado na história contemporânea, Le Goff faz outra leitura: é a possibilidade, doravante, de fazer do acontecimento a ponta de *iceberg* e estudá-lo como cristalizador e revelador das estruturas. Mesmo que ambas sejam importante para o estudo dos movimentos sociais, posicionamo-nos em favor da segunda abordagem, pois entendemos que o acontecimento é precisamente o que permite compreender a natureza da estrutura e o funcionamento do sistema e, além disso, é o que modifica essa estrutura; Pierre Nora, O regresso do acontecimento, in Jacques Le Goff & Pierre Nora (org.), Fazer história: novos problemas, Vol. 1, 2. ed., Bertrand., 1987 e Jacques Le Goff, A nova história, 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹³ Pierre Bourdieu, O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 82-83.

“repercussão” senão por e para o tempo, mais ou menos longíquo. No entanto, o que importa não é saber como é recolhido o acontecimento no tempo longo mas compreender o que ele significa no tempo.

Desta forma, a coexistência de uma pluralidade de tempos simultâneos nos oferece um método interessante para estudo dos movimentos sociais, o qual implica em compreender estruturas como algo que se rompe a cada instante, a fim de mostrar que eles, enquanto sujeitos e agentes da história, não permaneçam condicionados infinitamente e, pelo contrário, colocam as relações “objetivas” do mundo sob a nova luz, induzindo as invenções, as inovações sociais e modificações na forma pela qual os indivíduos se inserem na ordem social .

É, portanto, no terreno dos seus efeitos sociais e políticos sobre o conjunto da sociedade que procuramos captar o significado mais geral dos movimentos sociais. Para a sua própria eficácia analítica, os colocamos no contexto mais amplo de sociedade onde a presença do Estado se refere, cronicamente, a uma dialética de força e fraqueza.

Entretanto, o trabalho desenvolvido tem por objetivo analisar os movimentos sociais - os movimentos populares e operário/sindical - colocando-os na linha contínua do tempo histórico e interrogando as práticas, as linguagens e seus significados no sentido de verificar quais contribuições e limitações desses movimentos para a invenção de uma nova democracia, de cultura política e seu relacionamento com a esfera institucional.

No intuito de poder delinear esse objetivo, articulamos dois tipos de fonte. Por um lado, a partir da observação de que o conhecimento sobre a realidade social não se desenvolve sem um registro de diversos casos que compõem o universo sob estudo, compreendemos que a produção na área do Movimento Social tem a grande vantagem de oferecer um quadro minucioso de um tempo e de uma dimensão da história do movimento social no Brasil. Desta forma, utilizamos o número grande de estudos já existentes na área para um exame mais articulado e compreensivo da problemática no sentido de refinar o conhecimento sobre a dinâmica do movimento social, das suas diversas formas e alternativas de organização política e do seu alcance na consolidação de uma ordem política democrática, assumindo os decorrentes riscos na tarefa de interpretá-los.

Por outro, procurando analisar os discursos dos movimentos sociais, lançamos mão de uma amostra aleatória de 100 documentos (jornais, boletins, informativos, manifestos, cartas abertas, etc.) produzidos no interior de diversos movimentos populares urbanos do período 1974-1984 que se encontram no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro-SP (CPV) e de uma série de dossiês sobre o movimento operário/sindical produzido pelo CPV. Mais que um trabalho de documentação histórica – que por si só também é importante –, pretendemos interrogá-los para ver a singularidade de uma época, as práticas, a linguagem e os significados neles inscritos.

Em termos metodológicos, optamos, portanto, pelo desenvolvimento de um processo de reflexão, que combina os elementos teóricos com as informações obtidas sobre os movimentos sociais, dentro de uma concepção que entende que a teoria possui uma importância fundamental no processo de elucidação da realidade estudada e na compreensão das informações obtidas no decorrer de investigação. Neste aspecto, Febvre afirmava com veemência:

“Não há o facto em si, esse átomo pretendido pela história. Dado? Não, criado pelo historiador, quantas vezes? Inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjecturas, através de um trabalho delicado e apaixonante. (...). Assim, toda a história é escolha. O historiador não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. O essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objetos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastante complicadas¹⁴”

Assim, ele entendia a história como problema:

“Pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações. Lembrem-se: se não falei de “ciência” da história, falei de “estudo cientificamente conduzido”. Estas duas palavras não estavam lá para compor a frase. A fórmula *cientificamente conduzido* implica duas operações, as mesmas que se encontram na base de qualquer trabalho científico moderno: pôr problemas e formular hipóteses¹⁵”.

¹⁴ Lucien Febvre, *Combate pela história*, Lisboa: Presença, 1985, pp. 18-19.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 31-32.

No mesmo sentido, conforme Bloch, o historiador deve, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer a “sua opção” – o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicitação do passado. Em seguida, continuou ele:

“Pois a ferramenta não faz a ciência. Os textos ou os documentos não falam senão quando sabemos interrogá-los. Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção. Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: “como posso saber o que vou lhes dizer?”¹⁶”

Popper, no seu livro *Lógica das Ciências Sociais*, parece sintetizar a visão dos dois historiadores, afirmando que “o conhecimento não começa de percepções ou observações ou de coleção de fatos ou números, porém, começa, mais propriamente, de problemas”. Em outras palavras, “o que constitui o ponto de partida de nosso trabalho científico é não tanto a pura e simples observação, porém, mais adequadamente, uma observação que desempenha um papel particular, isto é, uma observação que cria um problema¹⁷”.

À primeira vista, Febvre, Bloch e Popper parecem não distanciarem-se muito da busca da verdade científica e da exigência de cientificidade. Isso é um engano. Pois, para Febvre, não se tratava de busca de um conhecimento único, universal e verdadeiro, porque a história necessita recomeçar, refazer, repensar quando é preciso e desde que seja preciso, os resultados adquiridos. Portanto, pelo contrário, tratava-se de um conhecimento relativo. No mesmo sentido, Bloch afirmava que a certeza e o universalismo é uma questão de grau e, assim, a história é um esforço para conhecer melhor as coisas. Por último, Popper explica que a verdade não é mais do que uma pretensão à verdade, portanto, trata-se da aproximação da verdade¹⁸. Neste aspecto, o

¹⁶ Marc Leopold Benjamin Bloch, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 83.

¹⁷ Karl Popper, *Lógica das ciências sociais*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, pp.14- 15.

¹⁸ Nietzsche e Freud estão presentes sobretudo no sentido de terem demonstrado que aquilo que nos parece ser a verdade é uma interpretação. Não existe verdade objetiva em parte nenhuma; não há ninguém que veja a verdade sem ser com os olhos, e os olhos são sempre os olhos de alguém. Se quero arrancar os olhos para ver as coisas como realmente são, não vejo mais nada. Além disso, Nietzsche e sobretudo Heidegger nos fizeram ver que devemos

teórico, longe de ser dogmático, é também tão-só a explicação das teorias implícitas que, fatalmente, o historiador, como qualquer cientista, coloca na base de seu trabalho. Ele tem todo interesse em tomar consciência dessas teorias, bem como o dever de declará-la aos outros¹⁹.

Desta forma, cabe indicar com maior clareza os cinco capítulos deste trabalho. O Capítulo I “Sobre a Democracia” corresponde a parte teórica que é apenas a explicitação das teorias que subsidiarão a pesquisa no decorrer deste trabalho. Desta forma, trata-se tão somente da construção de um mapa que possa guiar o presente trabalho. Partindo da necessidade de esclarecer o conceito de democracia, recorreremos às teorias contratualistas - abrangendo desde Locke, Rousseau até Kant - e ao modelo toquevilliano de democracia para extrair os conceitos básicos da democracia que são igualdade e liberdade. Em seguida, mostramos, através da leitura dos autores como Tocqueville, Arendt, Lefort, Lucas, Habermas e Cohen e Arato, como esses dois conceitos são imbricados um a outro e como eles são interdependentes com o Estado de direito, chegando a verificar que a democracia é mais do que o simples sistema composto de instituições de representação - os partidos, as eleições e Parlamento - ou seja, é necessário que os cidadãos troquem seu papel de sujeitos privados do direito e assumam a perspectiva de participantes em processos de deliberação, decisão e legislação, o que, por sua vez, não poderá operar também sem a retaguarda de uma cultura política que lhe venha em apoio, sem as maneiras de pensar de uma população habituada à liberdade política e de um espaço público autônomo e independente.

A partir da observação de que não há uma completa ruptura entre o passado e o presente (este, entendido como expressão tendencial do futuro), ou seja, as observações anteriores servem para ajudar a construir um quadro histórico mais amplo, no qual seja possível explicar o acontecimento - no nosso caso, movimentos sociais - esboçamos o Capítulo II “Heteronomia e Autoritarismo”, no qual examinamos as idéias políticas que precederam e/ou acompanharam o desenrolar da história brasileira, não tendo, porém, como objetivo esgotar todos os pensamentos políticos mas apenas analisar suas principais características sobre sociedade civil e Estado. Para uma exposição sucinta e representativa das idéias, práticas e instituições

transformar a idéia de que a verdade não é objetiva numa disciplina do diálogo. Não existem princípios absolutos, objetivos, mas apenas opiniões, pontos de vista. Se eu sei que a verdade não é definitiva, procuro um acordo, procuro escutar os outros, corrigir-me. Essa é a idéia de que a verdade acontece no diálogo intersubjetivo.

¹⁹ Jacques Le Goff, op. cit., 2001, p. 56.

políticas, recorreremos ao modelo desenvolvido por Jouvenel, através do qual verificamos que a modernização capitalista no Brasil trouxe consigo liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação popular, sendo, porém, incapaz de interromper a revolução democrática lenta em andamento na sociedade brasileira.

No Capítulo III “Reinventando o cotidiano”, partimos da observação de que as contradições imperantes na sociedade nada mais são do que matérias-primas que precisam ser trabalhadas pelas classes populares no sentido de alimentar os movimentos sociais e de que uma das dimensões através da qual as classes populares podem superar o isolamento é a participação em organizações elementares, estudamos a maneira pela qual as classes populares puderam reinventar o cotidiano permeado de opressão, alienação e miséria para se tornarem sujeitos coletivos autônomos. Explicitamos, desta forma, o modo pelo qual, mesmo no contexto de aprofundamento de exclusão social e política imposto pelo regime militar, as classes populares puderam mostrar sua força e seu inconformismo, resgatando, por um lado, a dignidade e solidariedade e, por outro, questionando a imagem de atraso, imaturidade política e incapacidade de expressão própria que havia sido legado pela tradição autoritária política no Brasil.

Com Capítulo IV “Produzindo os saberes locais”, evidenciamos que, através dos movimentos sociais – os espaços públicos –, as classes populares puderam elaborar seus próprios saberes sobre os acontecimentos, a sociedade e si mesmos. Em relação aos movimentos populares, explicitamos as seguintes temáticas: como esses movimentos populares compreenderam o sistema capitalista e o regime militar; o que legitimavam as lutas populares; quais foram os instrumentos de lutas; como entenderam a política; quais foram os problemas colocados. Em relação aos movimentos operário/sindical, procuramos destacar as seguintes questões: compreensão crítica sobre o modelo econômico e político vigente no país; as diferentes concepções sobre a atuação sindical, a política e o CUT – o nosso enfoque recai, no entanto, sobre as concepções de Oposições Sindicais e ANAMPOS. Em seguida, evidenciamos que, mesmo tendo suas especificidades próprias, os movimentos populares e sindicais criticaram a ideologia dominante de que “a política é do político” e determinadas maneiras de fazer política – ou seja, o clientelismo político e a exclusão política – afirmando uma nova maneira de fazer política – democracia de base – e a necessidade de se tornar sujeito autônomo na política, levando em consideração os novos problemas sociais, ou seja, a questão urbana e a estrutura e organização sindicais

que colocaram à luz do dia.

No Capítulo V “Democratizando a Política” tratamos do tema que diz respeito à maneira pela qual os movimentos sociais se relacionavam com o sistema político perpassado pela longa duração de autoritarismo político e, especificamente, na conjuntura de transição democrática, ou seja, de que forma estes movimentos sociais puderam contribuir para a democracia. Ao nos referimos à política e ao sistema político, estamos compreendendo um universo maior do que o mero sistema de representação partidária, ou o sistema eleitoral. A política abarca todos os canais de representação no plano político e todas as ações políticas que se dão nos demais planos da realidade. Engloba, ainda, as mediações que se criam entre esses movimentos sociais, quando se institucionalizam, e as autoridades governamentais. Visto deste ângulo, procuramos captar a riqueza de experiências dos movimentos sociais na arena política, abrangendo desde a abertura do espaço de diálogo e negociação com o Estado, as possibilidades concretas de ampliar o nível de participação popular na gestão da coisa pública, institucionalização do canal de expressão – CUT e PT – na política e luta na Constituinte: emendas populares.

Destarte, o que pretendemos fazer com este trabalho é, em primeiro lugar, colocar os movimentos sociais na época em que viveram para melhor compreendê-los, ou seja, erguer em cima da poeira e, em segundo lugar, analisar o acontecimento – as classes populares e movimentos sociais – no sentido de interpretá-lo em relação à democracia, não tendo, aliás, como objetivo julgar o acontecimento e/ou prever o futuro mas tão somente pensar, compreender, e lembrar o passado para que o tesouro brasileiro não fique perdido: “o “acabamento” que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado²⁰”.

²⁰ Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*, São Paulo: Perspectiva, p, 32.

Capítulo I. Sobre a Democracia

“Essa agitação sempre renascente, que o governo da democracia introduziu no mundo político, passa em seguida para a sociedade civil. Não sei se, afinal de contas, não é esta a maior vantagem do governo democrático, e o aplaudo muito mais por causa do que ele faz do que pelo que ele mesmo faz. (...) A democracia não proporciona ao povo o governo mais hábil, mas faz o que o governo mais hábil muitas vezes é incapaz de criar; ela difunde em todo o corpo social uma atividade inquieta, uma força superabundante, uma energia, que, nunca existem sem ela e que, por pouco que sejam favoráveis as circunstâncias, podem gerar maravilhas. São essas suas verdadeiras vantagens”.

Alexis de Tocqueville¹

Todos nós referimo-nos à democracia, mas não sabemos mais (não entendemos mais, não há mais concordância sobre) o que ela é. Pois não só não existe uma definição unânime, como a tentativa de formulá-la sofre resistência de todos os lados, visto que os defensores de qualquer tipo de regime afirmam tratar-se de uma democracia, e têm medo de serem obrigados a parar de usar a palavra democracia se esta for vinculada a um significado específico. Por conseguinte, vivemos numa era de democracia confusa².

A isso acrescenta-se um problema teórico em torno da distinção entre sistema ideal e realidade e, portanto, entre as teorias normativa e descritiva da democracia.

Nos primeiros anos do pós-guerra, a sociologia política elaborou a teoria da democracia pluralista a fim de relacionar os modelos normativos da democracia e os assim chamados princípios realistas da teoria econômica e da teoria do sistema. Contudo, o fortalecimento de princípios institucionalistas nos últimos anos deixa clara a impressão de que o conteúdo idealista das teorias normativas está se dissolvendo.

¹ Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, Livro I. Leis e Costumes, São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 284-285.

² Giovanni Sartori, *A teoria da democracia revisitada: 1º o debate contemporâneo*, São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 20.

No entanto, esse déficit normativo ou derrotismo normativo, no qual as várias matizes da sociologia política desembocaram, não é tanto fruto de evidências concretas, mas do uso de estratégias conceituais falsas³.

Pois o que a democracia *é* não pode ser separado do que a democracia *deve ser*. Uma democracia só existe à medida que seus ideais e valores dão-lhe existência. O termo democracia não tem, portanto, apenas uma função descritiva ou denotativa, mas antes de tudo uma função normativa e persuasiva⁴.

Mais que isso, convém salientar que as idéias erradas sobre democracia fazem a democracia dar errado, pois, em última instância, nosso comportamento político depende de nossa idéia do que a democracia é, pode ser e deve ser. Portanto, se a democracia for incorretamente definida, todos corremos a longo prazo o perigo de recusar algo que não identificamos direito e obter em seu lugar algo que não desejaríamos de forma alguma.

Desta forma, o assunto a ser discutido é, antes de tudo, a valorização dos ideais democráticos, esclarecendo, porém, a possibilidade na qual os ideais e os fatos, o dever ser e o ser, possam convergir de forma a se realimentarem mutuamente.

1. Igualdade e Liberdade.

A partir da observação de que uma teoria da democracia tem que escolher seus conceitos básicos de tal modo que estes permitam esclarecer as questões e adquirir alguma desenvoltura no confronto com problemas específicos e identificar nas práticas políticas fragmentos e partículas de uma “razão existente”, mesmo que distorcida, empenhamo-nos, em primeiro lugar, para identificar esses conceitos básicos da democracia embasando-nos nas teorias contratualistas.

³ Jürgen Habermas, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. I, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 58.

⁴ Conforme Habermas, essa distinção entre prescrições e descrições tem uma importância analítica: “A tensão entre princípios normativistas, que correm o risco de perder o contato com a realidade social, e princípios objetivistas, que deixam fora do foco qualquer aspecto normativo, pode ser entendida como admoestação para não nos fixarmos numa única orientação disciplinar e, sim, nos mantermos abertos a diferentes posições metódicas (participante versus observador), a diferentes finalidades teóricas (explicação hermenêutica do sentido e análise conceitual versus descrição e explicação empírica), a diferentes perspectivas de papéis (o do juiz, do político, do legislador, do cliente e do cidadão) e a variados enfoques pragmáticos na pesquisa (hermenêuticos, críticos, analíticos, etc.)”, *Ibid.*, p. 23.

Conforme Locke, os homens, apesar de todos os privilégios do estado de natureza, ao se verem apenas em más condições enquanto nele permanecem, são rapidamente levados à sociedade, cujo objetivo principal, portanto, consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em causa própria, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão de obedecer: “fica na obrigação de assegurar a propriedade de cada um, provendo contra os inconvenientes acima assinalados que tornam o estado de natureza tão inseguro e arriscado”⁵.

E o que se dá início e constitui realmente a sociedade política, continua Locke, é nada mais senão o assentimento de qualquer número de homens livres e capazes da maioria em se unirem e incorporarem a tal sociedade.

Neste sentido, o contrato social de Locke em nada se assemelha ao contrato social hobbesiano, no qual, pois, os homens firmam entre si um pacto de submissão pelo qual, visando a preservação de suas vidas, transferem a um terceiro a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança do Estado-Leviatã. Ao contrário de Hobbes, em Locke, o contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil⁶

⁵ John Locke, Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre o entendimento humano, São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 84. E ver também Leonel Itaussu Almeida Mello, John Locke e o individualismo liberal, in Francisco C. Weffort (org.), Os clássicos da política I, São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 90-110.

⁶ Para questão teórica, convém esclarecer o conceito de sociedade civil. Para Locke, Rousseau e Kant, os termos “sociedade civil” e “Estado” referem-se ao mesmo objeto, considerado de ponto de vista distintos. Os indivíduos que se relacionam em conformidade com leis publicamente promulgadas constituem uma sociedade civil; vista como um todo em relação aos membros individuais, a sociedade civil se denomina Estado. A partir de Hegel, começa a fixar o conceito de sociedade civil como algo distinto e separado do Estado político. A sociedade civil (*Bürgerliche Gesellschaft*) é definida como um sistema de carecimento, estrutura de dependências recíprocas, portanto como uma esfera dos interesses privados, econômico-corporativos e antagônico entre si. A ela se contrapõe o Estado político, isto é, a esfera dos interesses públicos e universais, na qual aquelas contradições estão mediatizadas e superadas. No entanto, no projeto contemporâneo de sociedade civil é básica a idéia de que esta se distingue das esferas do Estado e da economia, buscando-se evitar assim, a um só tempo, o liberalismo, no qual a integração social se concentra no mercado, e o estatismo, onde a sociedade civil aparece subsumida no Estado. Neste sentido, Habermas faz distinção entre sistema e mundo da vida para criar o modelo tripartite. Os níveis da economia e do Estado podem ser identificados com os dois subsistemas onde se dá a integração sistêmica, a saber, a administração burocrática moderna e a economia capitalista. Os processos de integração social

para preservar e consolidar ainda mais os direitos – principalmente o da propriedade – que possuíam originalmente no estado de natureza: “o motivo que leva os homens a entrarem em sociedade é a preservação da propriedade⁷”.

Contudo, isso não significa grande passo a frente, pois, por um lado, sendo o Estado uma associação fundamentalmente constituída de proprietários, o direito de cidadania era um direito que se restringiria aos proprietários e, por outro, tendo essa associação uma função de conservar a propriedade que cada um já adquire no estado natural, perduraria o estado de desigualdade.

É no Discurso Sobre a Origem da Desigualdade que Rousseau constrói a história hipotética da humanidade, precisamente a que culmina com a legitimação da desigualdade, quando o rico apresenta a proposta do pacto:

“Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituímos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. Numa palavra, em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos dos membros da associação, expulsem os inimigos comuns e nos mantenham em concórdia eterna⁸”.

E Rousseau acrescenta logo em seguida:

“Fora preciso bem menos do que o equivalente desse discurso para arrastar homens grosseiros, fáceis de seduzir, (...). Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade (...). Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram

próprios ao mundo da vida na definição de Habermas podem ser integrados na idéia de sociedade civil, os quais, no entanto, se tratam de níveis analíticos distintos, ou seja, uma dimensão simbólico-linguística e outra institucional. Ver G. Hegel, *Princípios da Filosofia do direito*, São Paulo: Martins Fontes, 1997; Norberto Bobbio, *O conceito da sociedade civil*, Rio de Janeiro: Graal, 1994; Jürgen Habermas, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. I e II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; Sérgio Costa, “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”, *Novos Estudos*, nº 38, Março, 1994, pp. 38-52.

⁷ John Locke, op. cit. 1979, p. 121.

⁸ J. J. Rousseau, *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, in *Os pensadores: Rousseau*, vol. II, São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 73.

irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram doravante todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria⁹.

É a partir do reconhecimento dessa situação que Rousseau inicia sua teoria do contrato social. No entanto, não se tratava mais de reconstruir hipoteticamente a história da humanidade, mas de apresentar as condições de possibilidade de um pacto legítimo.

Afirmando que o princípio da liberdade como direito inalienável e exigência essencial da própria natureza espiritual do homem, Rousseau procura “uma forma de sociedade que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual, unindo-se cada um a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo e fique tão livre como antes¹⁰”.

Tal é o problema fundamental que resolve o contrato social, conforme Rousseau. As possibilidades de desigualdade e injustiça entre os cidadãos são evitadas mediante a “alienação total de cada sócio, com todos seus direitos, a toda a comunidade”. Cada um põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebe enquanto corpo cada membro como parte indivisível do todo¹¹.

O pacto social estabelece, desta forma, entre os cidadãos uma igualdade tal, que eles se obrigam todos debaixo das mesmas condições, e todos devem gozar dos mesmos direitos, tornando-se livres. Conforme Tocqueville,

“Podemos imaginar um ponto extremo em que a liberdade e a igualdade se toquem e se confundam. Suponhamos que todos os cidadãos contribuam para o governo e que cada um tenha igual direito de contribuir. Como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos¹²”.

⁹ Ibid, p. 73.

¹⁰ Jean-Jacques Rousseau, *Do contrato social*, São Paulo: Martin Claret, 2000, p. 31.

¹¹ Ibid, pp. 31- 32.

¹² Alexis de Tocqueville, *A democracia na América: sentimentos e opiniões*, São Paulo: Martins

Kant, por sua vez, expressa-o em termo do contrato originário, segundo o qual, todos no povo abrem mão de sua liberdade externa, ou seja, sua liberdade selvagem, sem lei, a fim de recuperá-la por inteiro num âmbito de relações legais de dependência, isto é, numa sociedade juridicamente regulada, já que essa dependência deriva de sua própria vontade legislativa¹³.

Na medida em que a lei, como ato da vontade geral e expressão da soberania, não é autoridade externa obedecida pelo indivíduo a despeito de si mesmo, mas corporificação objetiva de sua própria natureza moral, cada indivíduo, aceitando a autoridade da vontade geral, acha-se de dois modos empenhado, isto é, não só passa a pertencer a um corpo moral coletivo, mas adquire liberdade obedecendo a uma lei que prescreve para si mesmo:

“(...) uma sociedade onde todos, encarando a lei como obra sua, a amariam e a ela se submeteriam sem constringimento; onde, ao respeitar a autoridade do governo como necessária e não como divina, o amor dedicado ao chefe de Estado não fosse absolutamente uma paixão, mas um sentimento racional e tranqüilo. Se cada um tivesse direitos e garantias para conservar tais direitos, estabelecer-se-ia entre todas as classes uma confiança máscula e uma espécie de condescendência recíproca, equidistante ao mesmo tempo do orgulho e da baixaza.¹⁴”

Desta maneira, estariam dadas todas as condições para a realização da liberdade civil, pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, isto é, agente do processo de elaboração das leis e aquele que obedece a essas mesmas leis, tem todas as condições para se constituir enquanto um ser autônomo, agindo por si mesmo. Nestas condições haveria uma conjugação perfeita entre a liberdade e a obediência. Obedecer à lei que se prescreve a si mesmo é um ato de liberdade. Um povo, portanto, só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis num clima de igualdade, de tal modo que a obediência a essas mesmas leis signifique, na verdade, uma submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano. Isto é, uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo em

Fontes, 2000, p. 113.

¹³ Immanuel Kant, *Principios metafísicos de la doctrina del derecho*, México: Universidad Nacional, 1978, pp. 315-316.

¹⁴ Alexis de Tocqueville, *op. cit.*, 1998, p. 14.

particular ou de um grupo de indivíduos¹⁵.

Isso significa dizer que uma sociedade juridicamente regulada não pode limitar-se apenas a garantir que toda pessoa seja reconhecida em seus direitos por todas as demais pessoas; o reconhecimento recíproco dos direitos de cada um por todos os outros deve apoiar-se, além disso, em leis legítimas que garantam a cada um liberdades iguais, de modo que “a liberdade do arbítrio de cada um possa manter-se junto com a liberdade de todos¹⁶”.

Assim, temos os conceitos básicos da democracia, ou seja, a liberdade, a igualdade e Estado de direito. Vejamos, em primeiro lugar, a relação entre a igualdade e a liberdade. Em seu estudo *Fé racional e Religião na Sociedade Moderna*, Heimann deixa clara a imbricação entre a liberdade e a igualdade na democracia, afirmando que “nas instituições democráticas, tudo depende da conciliação de liberdade e igualdade” e que, enquanto são “a liberdade e a igualdade as duas metades da democracia”, vê o fracasso de ambos extremos da autonomia racional – a saber, do liberalismo ou individualismo e do marxismo ou comunismo –, no fato de que “destruíram a igualdade ao desenvolver a liberdade e perderam a liberdade ao conseguir a igualdade pela força¹⁷”.

Em outras palavras, um ponto que os dois sistemas capitalista e socialista têm em comum é sua tentativa de construir um modelo social e político onde predomina-se apenas um valor, ou seja, a liberdade negativa num caso, a igualdade noutro.

No que diz especificamente ao capitalismo, Chauí observou da seguinte forma:

“A democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade sócio-econômico é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia. Se, na tradição do pensamento democrático, democracia significa: a) igualdade, b) soberania popular, c) preenchimento das exigências constitucionais, d) reconhecimento da maioria e dos

¹⁵ Milton Meira do Nascimento, *Rousseau: da servidão à liberdade*, in Francisco C. Weffort (org.), op. cit., 2000, p. 196.

¹⁶ Jürgen Habermas, op. cit., Vol. I, 1997, p. 52.

¹⁷ E. Heimann, *Vernunftglaube und Religion in der Modernen Gesellschaft (Fé Racional e Religião na Sociedade Moderna)*, 1955, pp. 214-217, citado por Ralf Dahrendorf, *Sociedade e liberdade: para uma análise sociológica do presente*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 241.

direitos da minoria, e) liberdade, torna-se óbvia a fragilidade democrática no capitalismo¹⁸”.

Pois, tendo em vista mal-entendimento em torno da igualdade e liberdade, convém analisar os respectivos conceitos e esclarecer como os dois conceitos de democracia se relacionam.

No estudo sobre a democracia na América, Toqueville apresenta o conceito de democracia como um processo de caráter universal definindo-o como um constante aumento da igualdade de condições:

“O desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fator providencial. Possui suas principais características: é universal, é duradouro, escapa cada dia ao poder humano; todos os acontecimentos, bem como todos os homens, contribuem para ele¹⁹”.

Para ele, “querer deter a democracia pareceria luta contra Deus mesmo, e nada mais restaria às nações acomodar-se ao estado social que lhes impõe a Providência²⁰”.

Neste sentido, Lefort designava a igualdade de condições e seu desenvolvimento gradual e progressivo, respectivamente como um “estado social” e um “movimento social” ou uma “revolução social”, o que, por sua vez, significa, respectivamente, a democracia e a “revolução democrática”.

E mais adiante, ele faz uma interessante observação de que a palavra direito não veio por acaso e fornece-nos o indício de uma apreciação do estado social como estado no qual os direitos são sedimentados. Por conseguinte, a democracia é compreendida como o estado social onde os direitos em termos de igualdade de condições são enraizados²¹.

Nessa compreensão de que a revolução democrática é tida como uma incorporação progressiva dos direitos, a contribuição de Marshall é esclarecedora, pois ele distinguiu o que hoje chamamos de três gerações de direitos humanos. Segundo ele,

¹⁸ Marilena Chauí, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Ed. Moderna, 1981, p. 89.

¹⁹ Alexis de Tocqueville, *op. cit.*, 1987, p. 9.

²⁰ *Ibid.*, p. 11.

²¹ Claude Lefort, “Da igualdade à liberdade”, in *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 217-246.

os direitos liberais de defesa protegem o sujeito de direito privado contra intromissões ilegais do Estado na vida, liberdade e propriedade; os direitos de participação política possibilitam ao cidadão ativo uma participação no processo democrático da formação da opinião e da vontade; e os direitos de participação social garantem ao cliente do Estado do bem-estar segurança social e um rendimento mínimo. Marshall defende a tese segundo a qual esta seqüência tornou possível assegurar e ampliar sucessivamente o status de cidadãos nas sociedades ocidentais nos últimos dois ou três séculos²².

Portanto, podemos entender a democracia como uma progressiva equiparação de “status” sedimentada nos direitos que começara pela igualdade diante da lei estendendo-se os direitos civis pouco a pouco ao campo político e ao campo social .

Essa igualdade tem uma importante função para a realização da liberdade. Pois, para que todos os homens tenham a oportunidade da liberdade, é condição prévia e necessária a igualdade do nível natural e social da existência humana. Onde quer que a igualdade suponha igualdade de nível, é ilimitadamente conciliável com a (possibilidade da) liberdade²³.

Neste sentido, Tocqueville foi categórico:

“ A igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, os faz contrair o hábito e o gosto de, em suas ações particulares, seguir tão-somente sua vontade. Essa inteira independência, de que desfrutam continuamente ante seus iguais e no uso da vida privada, os dispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere, ao contrário, a idéia e o amor à liberdade política. Os homens que vivem nesse tempo caminham pois numa trilha natural que os leva às instituições livres²⁴”.

Mill, por sua vez, apontava para mesma direção:

“É um grande estímulo adicional à auto-independência e à autoconfiança de qualquer pessoa o fato de saber que está competindo em pé de igualdade com os outros, e que seu sucesso não depende da impressão que puder causar sobre os sentimentos e as disposições de um corpo do qual não faz parte. Ser deixado fora da

²² T. H. Marshall, *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 63-87.

²³ Ralf Dahrendorf, *op. cit.*, 1981, pp. 241-271.

²⁴ Alexis Tocqueville, *op. cit.*, 2000, p. 357.

Constituição é um grande desencorajamento para um indivíduo e ainda maior para uma classe. (...) O efeito revigorante da liberdade só atinge seu ponto máximo quando o indivíduo está, ou se encontra em vias de estar, de posse dos plenos privilégios de cidadãos²⁵.

Podemos reconhecer que a liberdade política só pode existir quando a cada cidadão se garante, em determinado sentido, certa igualdade de "status". Em outras palavras, no regime de igualdade na qual um cidadão se encontra, tendo como única restrição externa as necessidades da natureza ou os mandatos da sociedade que ele mesmo ajudou a impor, e dos quais lhe é dado o direito de discordar publicamente, se achá-los errados, ele pode empenhar-se ativamente para política, exercendo a liberdade política.

Além dessa forma mais completa que a igualdade completa-se com a liberdade, Tocqueville adverte que há mil outras: "Seria fácil formular outras hipóteses, segundo as quais uma igualdade demasiado grande poderia facilmente se combinar com instituições mais ou menos livres, ou até com instituições que não o seriam de forma alguma²⁶".

Até porque o povo democrático tem um gosto instintivo por igualdade: "os povos democráticos têm um gosto natural pela liberdade; entregue a si mesmos, eles a procuram, amam-na e condoem-se quando os afastam dela. Mas têm pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; querem a igualdade na liberdade e, se não a podem obter, querem-na também na escravidão²⁷".

Essa paixão insaciável pela igualdade cria seus vícios. À medida que as condições se igualam, desenvolve-se o individualismo entre os cidadãos: "não apenas a democracia faz cada homem esquecer de seus ancestrais, mas lhe oculta seus descendentes e o separa de seus contemporâneos; ela o volta sem cessar para si mesmo e ameaça encerrá-lo, enfim, por inteiro, na solidão de seu próprio coração²⁸".

No entanto, conforme vimos acima, a igualdade traz consigo o próprio remédio: "longe de reprovar à igualdade, a indocilidade que ela inspira, é principalmente por ela que a louvo. Admiro-a vendo-a depositar no fundo do espírito

²⁵ J. S. Mill, Considerações sobre o governo representativo, Brasília: UnB, 1981, p. 37.

²⁶ Alexis Tocqueville, op. cit., 2000, p. 114.

²⁷ Ibid, p. 117.

²⁸ Ibid, p. 121.

e do coração de cada homem essa noção obscura e essa inclinação instintiva da independência política, preparando assim o remédio ao mal que ela faz nascer²⁹”.

Além disso, convém observar que essa generalização do “status” civil é, por sua vez, contrapartida de exercício da liberdade de aqueles que estiveram pior situados na escala hierárquica da diferenciação social. Em outras palavras, o que estamos chamando de equiparação de direitos – desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade das condições – foram conquistas que custaram muito ao movimento operário, desde o direito de greve ao sufrágio universal, desde a legislação social ao estatuto dos trabalhadores.

Pois a história do desenvolvimento da cidadania, de uma maneira geral, foi a história não só de sua extensão crescente a um número cada vez maior de pessoas, incorporando gradativamente as “classes baixas”, como também a criação de novos direitos inerentes à condição de cidadão. Esta extensão teve como base as lutas operárias e populares que têm tentado diminuir os efeitos da desigualdade, lutando pela sua incorporação nos direitos de cidadania.

Conforme Ihering, a vida do direito é a luta: “Todos os direitos da humanidade foram conquistados pela luta; todo e qualquer direito, seja o direito de um povo, seja o direito do indivíduo, só se afirma por uma disposição ininterrupta para a luta³⁰”.

Não basta, portanto, a concessão abstrata desses direitos por parte do Estado: necessário se torna que o sujeito do direito os defenda e realize em cada caso concreto.

Neste sentido, a desobediência civil, conforme Cohen e Arato, é apelo público e político para o senso de justiça da maioria tendo como objetivo convencer os outros ou causar mudança nas leis e políticas. Do ponto de vista do liberalismo, ela é uma proteção do conflito potencial entre as decisões (leis, políticas) da autoridade democrática legitimamente estabelecida e o princípio dos direitos individuais. Ao passo que, do ponto de vista da democracia radical, ela está ligada com a qualidade de procedimentos democráticos, ou seja, para corrigir o erro da legislação, porque “maioria legislativa pode errar, pior, ser mal-guiada e, portanto, violar o princípio

²⁹ Ibid, p. 358.

³⁰ Rudolf von Ihering, A Luta pelo Direito, São Paulo: Martin Claret, 2000, p. 27.

moral de constituição³¹”.

Aliás, mesmo com certas alterações do direito, realizadas pela lei, essas ficam, na maioria das vezes, restritas ao âmbito do próprio direito ou, em outras palavras, permanecem na esfera do abstrato. Para se tornarem reais, estas modificações devem ser realizadas por uma incursão bastante penosa:

“Todas as grandes conquistas da história do direito só puderam ser alcançadas através de séculos de lutas intensas e ininterruptas. O caminho percorrido pelo direito em busca de tais conquistas muitas vezes está assinalado por torrentes de sangue, sempre pelos direitos subjetivos pisoteados³²”.

Criticando o paradigma do direito liberal e o do Estado social, Habermas entende que eles cometem o mesmo erro, ou seja, entendem a constituição jurídica da liberdade como “distribuição” e a equiparam ao modelo da reparição igual de bens adquiridos ou recebidos, pois os direitos são relações, não coisas e, portanto, têm a ver com o fazer, mais do que com o ter.

Benevides o explicou da seguinte forma:

“No quadro da democracia liberal, cidadania corresponde ao conjunto das liberdades individuais - os chamados direitos civis de locomoção, pensamento e expressão, integridade física, associação, etc. O advento da democracia social acrescentou, àqueles direitos do indivíduo, os direitos trabalhistas, ou direitos a prestações de natureza social reclamadas ao Estado (educação, saúde, seguridade e previdência). Em ambos os casos o cidadão, nesta concepção, é titular de direitos e liberdades em relação ao Estado e a outros particulares - mas permanece situado fora do âmbito estatal, não assumindo qualquer titularidade quanto a funções públicas³³”.

Neste sentido, a justiça e o direito não deveriam referir-se somente à distribuição, mas também às condições institucionais necessárias ao desenvolvimento e ao exercício das capacidades individuais, da comunicação e da cooperação coletiva. Por isso, a justiça distributiva não pode ser dissociada da autonomia pública dos

³¹ J. L. Cohen & A. Arato, *Civil Society and Political Theory*, Cambridge: Mass, 1992, p. 571.

³² Rudolf von Ihering, *op.cit.*, 2000, p. 31.

³³ Maria Victoria de Mesquita Benevides, “Cidadania e Democracia”, *Lua Nova*, Nº 33, 1994, pp. 5-16, citação p. 8.

cidadãos, a ser exercitada em comum, na medida em que participam da prática de legislação³⁴.

Em resumo, a igualdade e liberdade, especialmente a primeira, se traduzem num sistema de direitos (civis, mas, em seguida, também políticos e sociais), garantidos por lei e pelo ordenamento estatal, direitos estes que estão historicamente, em maior ou menor grau, à disposição dos cidadãos. No entanto, a segunda configura especificamente a participação política nos negócios do Estado por parte dos indivíduos. Neste sentido, convém analisar a relação entre igualdade, liberdade e o Estado de direito.

2. Igualdade, liberdade e Estado de direito

Se o que nos leva a investir na democracia são os conceitos de igualdade e liberdade – de ter e ser -, eles não bastam para formar uma sociedade. É preciso que sejam equilibrados e que se convertam em direitos. Desta forma, a república é o regime em que a democracia entra no Estado de direito, pois a república está associada ao direito. A democracia precisa da república. Neste sentido, a república foi a admirável invenção para resolver um paradoxo, uma enorme dificuldade teórica e prática, que é *as mesmas pessoas mandarem e obedecerem*³⁵.

Na filosofia política, essa relação é normalmente apresentada da seguinte forma: a autonomia privada dos membros da sociedade é garantida através dos direitos humanos (os direitos clássicos à “liberdade, à vida e à propriedade”) e através de uma dominação anônima *das leis*; ao passo que a autonomia política dos cidadãos é deduzida do princípio da soberania do povo, a qual assume contornos na autolegislação democrática.

Neste sentido, Constant faz distinção entre liberdade antiga e liberdade moderna, segundo a qual, a moderna “é para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir sem necessitar de permissão e

³⁴ Jürgen Habermas, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 159.

³⁵ Renato Janine Ribeiro, *A democracia*, São Paulo: Publifolha, 2001 e o mesmo autor, *A república*, São Paulo: Publifolha, 2001.

sem ter que prestar contas de seus motivos ou de seus passos”. Já a antiga “consiste em exercer, coletiva mas diretamente, várias partes da soberania inteira”³⁶.

Desta forma, estes dois elementos encontravam-se numa relação de concorrência. O liberalismo, que remonta a Locke, conseguiu exorcizar, a partir do século XIX, o perigo das maiorias tirânicas, postulando, contra a soberania do povo, a precedência dos direitos humanos. Ao passo que o republicanismo, que remonta a Aristóteles, sempre colocou a “liberdade antiga”, que participava da política, na frente da “liberdade moderna”, não-política.

Entretanto, nos parece que é possível explicar o nexos interno entre Estado de direito e democracia a partir da dependência mútua entre as liberdades de ação do indivíduo de direito privado e a autonomia pública do cidadão.

Pois, enquanto são indivíduos que têm direitos, o conceito de direitos não deve repousar sobre individualismo metodológico ou filosófico, nem, por isso, apenas sobre a idéia de liberdade negativa:

“Direitos não apenas asseguram liberdade negativa, a autonomia dos indivíduos privados, descontactados. Eles também garantem tanto interação comunicativa autônoma (longe de controle estatal) dos indivíduos com os outros em esferas pública e privada da sociedade civil, quanto nova relação dos indivíduos com o público e esferas políticas da sociedade e Estado. Direitos morais não são, portanto, por definição, a-políticos ou anti-políticos, nem constituem um domínio exclusivamente privado em relação ao qual o Estado deve limitar-se. Ao contrário, os direitos de comunicação, assembléia, e associação, entre outros, constituem a esfera pública e associativa da sociedade civil como esfera de liberdade positiva dentro do qual agentes podem debater assuntos de interesse comum, agir em concerto, advogar novos direitos, e exercer influência sobre sociedade política (e potencialmente econômica). Os princípios tanto democrático quanto liberal têm seu lugar aqui³⁷”.

Neste sentido, os direitos não apenas individualizam, mas são medium de comunicação, associação, e solidariedade. Eles não despolitizam necessariamente; eles

³⁶ Benjamin constant, “A Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos”(1819), in *Filosofia Política*, n. 2, 1985.

³⁷ J. L. Cohen & A. Arato, op. cit., 1992, pp. 22-23.

podem constituir uma conexão vital entre indivíduos privados, o público e esferas políticas na sociedade e Estado.

Desta forma, os direitos garantem a autonomia moral dos indivíduos, ou seja, os homens livres e, ao mesmo tempo, oferecem os meios para exercício de liberdade, ou seja, o direito de expressão, associação etc. Assim, a liberdade subjetiva, ou seja, os indivíduos de direitos, não é nem isolamento nem solidão, está ligada intimamente à atividade do homem privado que ajuda a manter a política pública. Até porque as palavras mais antigas que nós temos para liberdade têm pouca relação com as palavras para “ausência de constrangimento” ou “movimento livre” de material. Elas eram palavras de *status* social:

“O grego *eleuthero* significa livre no sentido de não ser um escravo. Um homem era *eleutheros* se fosse esse o seu *status* e se ele exibisse as qualidades que os gregos associavam com esse *status*: desinteresse e generosidade – também uma certa energia imanente. Um homem livre possuiria *arete*, como o Aquiles de Homero, seria “um praticante de feitos e um orador” – o que os romanos chamavam *virtus*, ou, numa forma adúltera e revivida, a “virilidade” de Tom Brown, ou melhor ainda, o que Robespierre e Jefferson, favoravelmente, ou o Dr. Johnson desfavoravelmente, queriam dizer com “patriotismo” – antes de essa palavra também se adulterar: os cidadãos ativos movendo-se livremente do setor privado para o público, para o interesse geral. Os latinos *liber* e *liberalis* correspondem quase exatamente ao grego³⁸”

Neste sentido, para Arendt, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Em outras palavras, os cidadãos movendo-se livremente do setor privado para o público, para o interesse geral.

Portanto, a liberdade não é a liberdade moderna e privada da não-interferência, mas sim a liberdade pública de participação democrática: “A liberdade é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação³⁹”.

³⁸ Bernardo Crick, “A liberdade como política (1966)”, in Preston King, O estudo da política, Brasília: Ed. UnB, 1980, pp. 261-262.

³⁹ Hannah Arendt, Entre o passado e o futuro, São Paulo: Perspectiva, 2000, pp. 192-194.

Trata-se, para Habermas, de liberdades comunicativas para fins do “uso público da razão”, ou seja, como a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo. Liberdade comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas⁴⁰.

A política, neste sentido, é a ação pública de homens livres em busca de conciliação criadora de diferentes interesses.

Neste sentido, a política resulta da própria condição humana:

“Os argumentos a favor da política deveriam ser ajustados em uma baixa tonalidade, mas com som harmônico ressonando a nossa confusa natureza humana. Nós somos egoístas, mas não totalmente; ignorantes, mas não totalmente; estúpidos, mas não impenetravelmente. Se fôssemos completamente irracionais ou suficientemente egoístas, era óbvio que nenhum sistema funcionasse, e se fôssemos ainda muito egoístas, mas com um pequeno senso comum, tomaríamos a opção de Hobbes e estaríamos de acordo com que todos se submetessem a um autocrata sem nenhuma outra condição. Mesmo se fôssemos egoístas altamente racionais, a participação seria impossível e a democracia desastrosa. É só porque temos alguns sentimentos fraternais e estamos dispostos a compartilhar idéias, bem como informações, é que a democracia ou qualquer outra forma de vida social torna-se possível. Nós não somos sempre altruístas, nem racionais, e assim raramente temos a mesma opinião. Se todos nós o fôssemos, então nenhum processo decisório seria necessário, e toda decisão, embora já tomada, seria reconhecida por cada um de nós como sua⁴¹”.

⁴⁰ Jürgen Habermas, *op. cit.*, Vol. I, 1997, p. 156. A crítica fundamental de Habermas em relação ao conceito de poder de Hannah Arendt é, em primeiro lugar, que H. Arendt adere a um conceito aristotélico do político, incompatível com as condições do Estado moderno, e que no fundo tem implicações conservadoras, pois, quando ela diz que devem participar do debate político somente os que tiverem especial interesse em temas públicos, os demais estão excluídos. Em segundo lugar, H. Arendt exclui do sistema político a ação estratégica, que visa, não ao entendimento mútuo, mas à competição pelo poder. Habermas, no entanto, vê na ação estratégica um momento fundamental da ação política; Jürgen Habermas, “O conceito de poder de Hannah Arendt”, in B. Freitag & S. P. Rouanet, Habermas, São Paulo: Ática, 1980, pp. 110-118.

⁴¹ John Randolph Lucas, *Democracia e participação*, Brasília: Ed. UnB, 1985, pp. 208-209.

Como se diz, não existe política no céu, porque todos estão perfeitamente bem e são perfeitamente sábios. Existe política na Terra porque o homem tem uma visão moral parcial mas não perfeita e uma compreensão parcial mas não perfeita⁴².

Desta forma, a política é uma discussão e conciliação de diferentes interesses e visões sobre a sociedade e seu futuro. Porém, não há qualquer método para chegarmos sempre às decisões corretas ou evitarmos as erradas, mas podemos discutir sobre elas e verificar-lhes a lógica. Daí cada um de nós tem que fazer a sua própria conjectura, ou tentativa, e justificá-la da melhor maneira que seja possível. Mas o diálogo é interminável, porque não existe um conhecimento perfeito sobre sociedade.

“Em política, não existe uma estrutura rígida, como em medicina, matemática ou mesmo em história; moral e política são temas flexíveis, não por tudo permitirem, mas porque carecem de um método rígido e rigoroso que possa demonstrar o equívoco de ao menos algumas opiniões errôneas. (...) Isso nos leva facilmente à conclusão de que ninguém é melhor, para tomar decisões, do que o outro. No entanto, a dedução é falaciosa e a conclusão, falsa. Há grande diferença entre dizer-se que não há maneira de provar que decisões corretas são corretas e decisões erradas são erradas, e dizer-se que não existe diferença entre uma decisão correta e errada. Não só deve haver uma diferença, ou nós não nos esforçaríamos para chegar a decisões corretas ao invés de erradas, mas muitas vezes nós podemos convencer outras pessoas de sua correção ou de sua incorreção⁴³”.

Para Arendt, o campo político é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação – o espaço público. Ao contrário de certas formas de conhecimento matemática e científica, nos quais os modos de asserção do conhecimento têm uma estrutura discursiva monológica que lhes oferece um elemento interno de coerção que o torne indiscutível, o modo de asserção da política implica numa estrutura dialógica que, por sua vez, lhe confere elemento de persuasão⁴⁴.

De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes do que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*). E o ser político, o viver num *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de

⁴² M. Cranston, “Política e Ética (1971)”, in Preston King, op. cit., 1980, p. 250.

⁴³ John Randolph Lucas, op. cit., 1985, p. 12.

⁴⁴ Hannah Arendt, op. cit., 2000, pp. 17-22.

força ou violência⁴⁵.

Definindo um sistema político como qualquer estrutura persistente de relações humanas que envolva controle, influência, poder ou autoridade, em medida significativa, Dahl também percebe que estes termos significam “influência”, em vez de “poder”. Em seguida, ele define influência como “uma relação entre atores tal que os desejos, preferências ou intenções de um ou mais atores afetem a conduta, ou a disposição de agir, de um ou mais atores distintos⁴⁶”.

Da mesma forma, Cohen e Arato compreenderam que a “influência” atua mais sobre as intenções do que situação de outros atores, com objetivo de chegar um entendimento com os outros, recorrendo, em princípio, à persuasão - argumentos (razões e justificações): “Influência é um “medium” peculiar que é especificamente apropriado às sociedades civis modernas cuja esfera pública, direitos, e instituições de representação democrática são, em princípio no mínimo, abertos a processos discursivos que informam, tematizam, e potencialmente alteram normas sociais e cultura política⁴⁷”.

Entre as várias formas de influência, ou seja, poder como causa, Dahl considera que a persuasão racional pode aspirar uma situação moral única e é uma forma de elucidação, de esclarecimento. Os cidadãos se empenham num processo de persuasão racional mútua, aceitando livremente as obrigações criadas pelas decisões coletivas, após deliberação. Este é o ideal de boa parte do pensamento democrático⁴⁸.

Neste sentido, a mais séria forma de fazer política é a argumentação. Cada um de nós tem que escolher as suas preferências, mas devemos ser capazes de nos justificar, fornecendo bases razoáveis para algumas avaliações e validações. Portanto, poderíamos dizer que a política implica numa estrutura dialógica entre os atores

⁴⁵ Hannah Arendt, *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1999, pp. 34-35..

⁴⁶ Esta é a definição de “poder” de Nagel: “Uma relação de poder, atual ou potencial, é uma relação causal atual ou potencial entre a preferência de um ator, com relação a um resultado, e o próprio resultado”; Jack H. Nagel, *The Descriptive Analysis of Power*, New Haven: Yale Univ. Press, 1975, p. 29. Nagel não vê razão para “(...) não aplicar a definição (...) ao poder de atores humanos exercido sobre resultados não-sociais (ex.: o tempo atmosférico). No entanto, Dahl pensa que, no campo da análise política, a definição será mais útil se limitar-se a “resultados sociais”, isto é, a relação entre atores humanos; Robert Dahl, *Análise política moderna*, Brasília: Editora UnB, 1988, p. 36.

⁴⁷ J. L. Cohen & A. Arato, op. cit., 1992, p.504.

⁴⁸ A persuasão racional, a manipulativa, o poder, a coerção, a ameaça e o emprego da força física, Robert Dahl, op. cit., 1988, pp. 49-54.

humanos, através de deliberação e argumentação pública na esfera pública, que, por sua vez, lhe confere elemento de persuasão ou consenso, o que culmina na tomada de posição, na resolução ou regulamentação dos conflitos sociais e, no caso mais amplo, no apoio do povo que confere poder às instituições de um país, em outras palavras, na legitimação consentida⁴⁹.

Essa condição humana de política, por sua vez, requer a participação de maior número possível de indivíduos. Em outras palavras, se ninguém pode ter conhecimento total sobre problemas sociais, a melhor garantia de que a maioria dos aspectos de qualquer problema serão considerados consiste em trazer, para o processo de discussão e tomada de decisão, o maior número possível de participantes.

Por outro lado, visto que nem a opinião da maioria, nem mesmo a opinião unânime, garante a verdade absoluta e a justiça, as posições e idéias da minoria deveriam, portanto, obter proteção contra a tirania da maioria, porque nunca se pode ter certeza se, no final, não serão da minoria as opiniões e costumes mais benéficos para a sociedade. Desta forma, a vontade de maioria reconcilia-se com os direitos da minoria:

“A tolerância surgiu do conflito de moralidade e não da sua ausência. Os meios de conflito tornaram-se mais civilizados, literalmente politizados, mas as causas não desapareceram. (...) A tolerância surge não por não nos preocuparmos com nada, mas sim através da nossa preocupação com muitas coisas. A liberdade e a tolerância complementam-se uma à outra num pormenor muito importante: tornam-se mais fácil encontrar e dizer verdade sobre o comportamento humano⁵⁰”.

Portanto, a política representa a necessidade coletiva de discutir, de se comprometer e de se conciliar com interesses diferentes, sejam eles materiais ou ideais, levando a um consenso da maioria, porém, temporário e precário, neste sentido, suscetível a modificação no futuro, o que, por sua vez, deve garantir a proteção da opinião da minoria.

⁴⁹ “Este apoio não é mais do que a continuação do consentimento (...). Sob condições de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. Isto é o que Madison queria dizer quando afirmou que “todos os governos assentam-se na opinião”, frase tão verdadeira para as várias formas de monarquia quanto para as democracias”; Hannah Arendt, *Sobre a violência*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., p.34.

⁵⁰ Bernardo Crick, “A liberdade como política (1966)”, in Preston King, op. cit., 1980, p.267.

O nexu interno entre liberdade, soberania popular e política reside no conteúdo normativo de um modo de exercício da autonomia política, que é assegurado através da formação discursiva da opinião e da vontade – formação da opinião de maioria - nos processos de deliberação, decisão e legislação. A soberania popular só deve poder manifestar-se ainda sob as condições discursivas de um processo de formação de opinião e de vontade, ou seja, a soberania dissolvida comunicativamente no processo de deliberação, decisão e legislação:

“A palavra *democracia* e seus derivativos aplicam-se a processos de decisão. Em seu sentido grego original, uma decisão é democraticamente tomada se a resposta à pergunta *Quem a toma?* For *Aproximadamente todos*, contrastando com as decisões tomadas somente pelos mais qualificados para fazê-lo (...). Em segundo lugar, a palavra democrático veio explicar a maneira pela qual se chega a uma decisão; ela dá origem a um advérbio, quando responde à pergunta *Como uma decisão é tomada?* Uma decisão é tomada democraticamente se ela é alcançada mediante discussão, crítica e acordo. Em terceiro lugar, a palavra é utilizada para caracterizar o espírito dentro do qual a decisão é tomada (*Em que ânimo de espírito?*). Uma decisão será democrática se visar ao interesse de todos, e não apenas aos de uma facção ou de um partido⁵¹”.

Em outras palavras, a democracia é um processo de decisão no qual, em princípio, cada um tem o direito de apresentar com igual chance as suas preferências, os seus desejos e as suas concepções pessoais – opiniões, e essas opiniões pessoais, no entanto, podem evoluir para uma formação da opinião e vontade no raciocínio de um público, tornando-se opiniões públicas:

“A noção de uma democracia deliberativo está enraizada no ideal intuitivo de uma associação democrática na qual a justificação dos termos e das condições de associação efetua-se através da argumentação pública e do intercâmbio racional entre cidadãos iguais. Em tal ordem, os cidadãos engajam-se coletivamente para resolver, através de uma argumentação pública, os problemas resultantes de sua escolha coletiva e consideram suas instituições básicas legitimadas na medida em que estas conseguirem formar o quadro de uma deliberação pública conduzida com toda a liberdade⁵²”.

⁵¹ John Randolph Lucas, *op.cit.*, 1985, p. 4.

⁵² Joshua Cohen, “Deliberation and Democratic Legitimacy”, In A. Hamlin e B. Petti (eds.), *The*

Isso significa dizer que os direitos políticos têm que garantir, por isso, a participação em todos os processos de deliberação e de decisão relevante, de modo a que a liberdade comunicativa de cada um possa vir simetricamente à tona, ou seja, a liberdade de tomar posição em relação a pretensões de validade criticáveis. À juridificação simétrica do uso político de liberdades comunicativas corresponde ao estabelecimento de uma formação política da opinião e da vontade⁵³.

“O cidadão, além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. Isso significa que a antiga e persistente distinção entre a esfera do Estado e da sociedade civil esbate-se, perdendo a tradicional nitidez. Além disso, essa possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma a soberania popular como elemento essencial da democracia. Reforça ademais, a importância de se somarem direitos políticos aos direitos sociais – pois os direitos políticos favorecem a organização para a reclamação dos direitos sociais⁵⁴”.

Desta forma, os iguais direitos políticos fundamentais para cada um redundam, pois, em exercício de liberdade comunicativa de todos os membros do direito, o qual pode transformar-se numa formação racional da opinião e da vontade. A palavra racional tem o sentido de estar propenso a aceitar o que é geralmente aceitável, bem como o de ser capaz de raciocinar bem.

Neste sentido, Lefort afirma que as liberdades proclamadas no fim do século XVIII têm de singular o fato de serem indissociáveis do nascimento do debate democrático e que a compreensão democrática do direito implica a afirmação de uma fala – individual ou coletiva –, que faz valer sua autoridade, na expectativa de confirmação pública, em razão de um apelo à consciência pública.

Para que haja uma inscrição jurídica de novos direitos, continua ele, é preciso que a reivindicação se beneficie – mesmo quando estiver referida apenas a uma categoria de cidadãos – do acordo ao menos tácito de uma importante fração da opinião pública. Destarte, para ele, é impossível separar os direitos tidos por fundamentais – que vieram à luz com o nome de direitos do homem – daqueles que a

Good Polity, Oxford, 1989, 17ss, citado por Habermas, op. cit., Livro II, 1997, pp. 28-30.

⁵³ Habermas, op. cit., Vol. I, 1997, p. 164.

⁵⁴ Maria Victoria de Mesquita Benevides, op. cit., 1994, p. 9.

eles se reuniram ao longo do tempo⁵⁵.

Desta forma, a substância dos direitos fundamentais – liberdade subjetiva – insere-se, então, nas condições formais para a institucionalização jurídica desse tipo de formação discursiva da opinião e da vontade – liberdade política e comunicativa, na qual a soberania popular assume figura jurídica, ou seja, novo direito. Assim, o significado simbólico dos direitos fundamentais é possibilidade aberta para lutar para a realização mais ampla, expansão, reinterpretação, e criação de novos direitos.

Entretanto, a repartição igualitária desses direitos subjetivos só pode ser satisfeita através de um processo democrático que justifica a suposição de que os resultados da formação política da opinião e da vontade são racionais, ou seja, através de um procedimento de normatização legítima do direito.

As democracias devem preencher o necessário “mínimo procedimentalista” na medida em que elas garantem: a) a participação política; b) a regra da maioria; c) os direitos comunicativos usuais; d) a proteção da esfera privada:

“mesmo para uma definição mínima de democracia não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria. É indispensável uma terceira condição, para a qual é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc⁵⁶”.

Por conseguinte, o nexos interno entre soberania popular e direitos humanos só se estabelece, se o sistema dos direitos apresentar as condições exatas sob as quais as formas de comunicação – necessárias para uma legislação política autônoma – podem ser institucionalizadas juridicamente.

Em resumo, o princípio da democracia só pode aparecer como núcleo de um sistema de direitos. A gênese lógica desses direitos forma um processo circular, no qual o código do direito e o mecanismo para a produção de direito legítimo, portanto o princípio da democracia se constituem de modo co-originário. Dito de outra maneira,

⁵⁵ Claude Lefort, “Os Direitos do Homem e o Estado-Providência”, in *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 37-62.

⁵⁶ Norberto Bobbio, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 20.

os direitos subjetivos garantidos pelo código de direito possibilita o exercício da autonomia política através da formação discursiva de opinião e de vontade que produz, por sua vez, os direitos legítimos.

No entanto, convém ressaltar que esses direitos fundamentais não estão ligados, de modo exclusivo, à participação dos indivíduos no processo de decisão – soberania popular. Pois, os direitos subjetivos fundamentam, de modo geral, o *status* de cidadãos livres e iguais, ou seja, simultaneamente homens privado e público. Desta forma, esse status é auto-referencial, ou seja, deve ser-lhes facultado renunciar ou não, conforme o caso, ao exercício de sua liberdade comunicativa, permitindo, assim, que abandonem, num caso concreto, o enfoque performativo em relação ao direito, trocando-o pelo enfoque de um ator que calcula as vantagens e que decide arbitrariamente⁵⁷.

Desta forma, corrige-se os erros nas democracias de Locke e Rousseau: “A dificuldade da democracia de Locke consistia no fato de que o indivíduo se sentia impotente porque nunca poderia cuidar da vida de outras pessoas, enquanto na de Rousseau ele não pode nem mesmo cuidar da sua própria⁵⁸”.

Além dessa possibilidade da atuação estratégica dos indivíduos, há também diferentes métodos de participação levando-se em conta as necessidades e circunstâncias:

“Sob a égide de justiça, para cada questão deve haver poucos indivíduos com um *locus standi* – porque seus interesses exclusivos estão afetados – que lhes dê o direito de serem ouvidos integralmente; sob a égide de liberdade, para cada questão, os que sentem um interesse por ela devem ter uma oportunidade de fazer alguma

⁵⁷ Neste sentido, Habermas define quatro categorias de direitos; (1) Direitos fundamentais à maior medida possível de iguais liberdades subjetivas de ação; (2) Direitos fundamentais a *status* de um membro numa associação voluntária de parceiros do direito; (3) Direitos fundamentais à possibilidade de postulação judicial; As três categorias de direitos fundamentais garantem a autonomia privada de sujeitos jurídicos somente na medida em que esses sujeitos se reconhecem mutuamente em seu papel de *destinatários* de leis, erigindo destarte um status que lhes possibilita a pretensão de obter direitos e de fazê-los valer reciprocamente. Somente no próximo passo os sujeitos do direito assumem também o papel de autores de sua ordem jurídica, através de (4) direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os civis exercitam sua *autonomia política* e através dos quais eles criam direitos legítimos, *Ibid.*, pp. 158-160.

⁵⁸ John Randolph Lucas, *op. cit.*, 1985, p. 34.

representação sobre a mesma⁵⁹”

Enquanto numa, o indivíduo afetado por uma decisão pode ser ouvido integralmente, sendo a decisão em si tomada por um processo evidentemente justo e tão racionalmente e imparcialmente quanto possível, noutra todos que interessam por uma decisão podem ter oportunidade de manifestar e expressar sua opinião. Desta forma, os direitos fundamentais servem tanto para sistema legal-político como um todo (teoria de legitimidade democrática) quanto para um conjunto particular das leis e direitos (teoria dos direitos fundamentais).

Desta forma, a democracia não é nem onde os indivíduos encapsulam na solidão e nem onde os indivíduos tornam-se “cidadãos totais” destruindo a individualidade:

“Democracia é um processo de luta e aperfeiçoamento constante, através do qual se busca aprofundar o controle coletivo sobre a vida social e evitar que a politização da ordem implique anulação do indivíduo e opressão de identidades particulares por identidades coletivas⁶⁰”.

No entanto, convém fazer ressalva sobre o exercício da liberdade, pois, para Tocqueville, mesmo que os povos democráticos tenham um gosto natural pela liberdade, “os homens não poderiam desfrutar a liberdade política sem comprá-la por alguns sacrifícios e nunca conseguem se apossar dela sem enorme esforços” e a liberdade é extremamente frágil, visto que, “para perder a liberdade política, basta não retê-la, que ela escapa⁶¹” e, por isso mesmo, precisa ser querida, protegida e é mesmo necessário lutar por ela para que não se venha perdê-la:

“Para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: este é o preço da liberdade⁶²”.

Neste sentido, Arendt afirma: “O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um

⁵⁹ Ibid., p. 129.

⁶⁰ Sergio Abranches, “Nem cidadãos, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática, Revista Dados, Vol. 28, nº 1, 1985, p. 22.

⁶¹ Alexis de Tocqueville, op. Cit., 2000, p. 116 e p. 115.

⁶² Alexis de Tocqueville, A voyages, Paris: Gallimarde, 1981, p. 91, citado por Célia Galvão Quirino, Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade, in Francisco C. Weffort (org.), Os clássicos da política, vol. 2, São Paulo:Ática, 2001, p. 157.

indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido⁶³”.

Desta forma, embora seja necessário que se anuncie a liberdade como um direito, que se a formalize ou institucionalize através de leis e instituições, essas medidas sozinhas não seriam suficientes para que se garantisse a liberdade. Isso porque o verdadeiro sustentáculo da liberdade está posto na ação política dos cidadãos e na sua participação nos negócios públicos.

Neste sentido, fazem parte de uma democracia os partidos políticos, os parlamentos, as eleições: “A política generaliza o gosto e o hábito de associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos⁶⁴”.

Seria, porém, um equívoco considerar estes instrumentos de democracia como perfeitamente sinônimos da liberdade ou de uma sociedade livre. Pois, embora as instituições de caráter liberal possam ajudar a manutenção das liberdades fundamentais⁶⁵, é sem dúvida de máxima importância que se possa criar e desenvolver organizações livres que garantam a manutenção do espaço da palavra e da ação e é na ação política dos cidadãos que está posta a garantia de sua real existência na democracia:

“Nós não necessitamos apenas de instituições políticas, mas de instituições sociais que nos possibilitem falar sobre questões difíceis, e analisar bem as respostas aceitáveis (...). A democracia é menos uma questão de votar ou contar cabeças, e mais uma disposição para ouvir os argumentos e considerar o ponto de vista de

⁶³ Hannah Arendt, op. Cit., 1994, p. 36.

⁶⁴ Alexis de Tocqueville, op. Cit. 2000, p. 142.

⁶⁵ Principalmente em relação às eleições, há um ceticismo forte: “O voto só permite ao eleitor expressar suas escolhas mais simples, com uma alta probabilidade de que seus desejos sejam mal-interpretados. O voto dado a qualquer candidato não diz nada sobre a posição do eleitoral com relação a cada ponto específico do seu programa, Charles Edward Lindblom, O processo de decisão política, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 97. Para Lucas, “voto é um pobre substituto da voz. Ele é muito estilizado para expressar personalidade ou para ventilar opiniões do indivíduo adequadamente”, ou seja, proporciona apenas o esqueleto, mas este precisa ser revestido com a carne da vida real, John Randolph Lucas, op. cit., 1985, pp. 34-35. E ainda “A eleição política não se presta para a expressão de interesses concretos, como tão pouco para a decisão de Conflitos concretos”. Sendo assim, “a eleição política oferece uma oportunidade de expressão da insatisfação sem risco para a estrutura (política)”, Niklas Luhmann, Legitimação pelo procedimento, Brasília: Ed. UnB, 1980, p. 137 e p. 141.

outro companheiro. (...) Trata-se do princípio parlamentar. Governo parlamentar significa, e ainda até certo ponto o é, o governo do diálogo. O parlamento é uma sala de conversação da nação, onde as opiniões são representadas, argumentos apresentados, objeções respondidas, dificuldades resolvidas, oposições conciliadas, e opiniões finalmente cristalizadas e traduzidas em ação. (...) O Parlamento é a sala de conversação da nação, mas não é a única do país. No país inteiro, nas salas comuns, cantinas e *pubs* existem inúmeros centros de discussão, onde as pessoas expõem seus pontos de vista e opinam sobre os acertos e os erros de uma determinada questão. (...) O governar discutindo depende das pessoas terem o hábito de discutir sobre coisas e de serem governadas através da discussão. A democracia só pode florescer em um país de *pubs*⁶⁶.

Por conseguinte, a democracia política constitui uma condição necessária mas não suficiente para a liberdade. Para funcionar bem, o Estado democrático exige os espaços públicos que garantam a manutenção do espaço da palavra e da ação e determinada atitude, talvez um determinado caráter social, de seus cidadãos⁶⁷.

Em outras palavras, a liberdade e a cidadania exigem instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais da ação e da palavra (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público.

3. Democracia, esfera pública e movimento social.

Habermas define a esfera pública como um espaço em que cidadãos se encontram e falam uns com os outros de forma que garanta acesso a todos. Esse diálogo entre cidadãos incorpora uma série de características ideais, tais como: 1) o debate no espaço público deve ser aberto e acessível a todos; 2) as questões em discussão devem ser preocupações comuns; 3) desigualdades de posição são desconsideradas; e 4) os participantes devem decidir como iguais. O resultado de tal espaço público é considerado como um consenso adquirido através do livre debate

⁶⁶ John Randolph Lucas, op. cit., 1985, pp. 210-211.

⁶⁷ Dahrendorf considera que, colocando em oposição aos dirigidos pela tradição e aos dirigidos por outros, o "homem autodirigido" de Riesman é o que reúne um máximo de igualdade de condições com um mínimo de igualdade de caráter e possui as melhores qualidades para o exercício da liberdade nas condições exigidas pela democracia política; Ralf Dahrendorf, op. cit., 1981, pp. 213-237.

sobre a vida em comum. O uso da razão para guiar o debate foi outra das novidades históricas do modelo liberal da esfera pública – através dele, a sociedade como um todo cria um saber sobre si mesma⁶⁸:

“a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões. Nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfaixadas em temas específicas⁶⁹”.

Esse tipo de esferas públicas autônomas e capazes de ressonância, por sua vez, dependem de uma ancoragem social em associações da sociedade civil:

“As associações livres constituem os entrelaçamentos de uma rede de comunicação que surge do entroncamento de espaços públicos autônomos. Tais associações são especializadas na geração e propagação de convicções práticas, ou seja, em descobrir temas de relevância para o conjunto da sociedade, em contribuir com possíveis soluções para os problemas, em interpretar valores, produzir bons fundamentos, desqualificar outros⁷⁰”.

Desta forma, a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. Assim, essas organizações são o sujeito da “opinião pública”: “O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas⁷¹”.

Em outras palavras, elas formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais, exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade.

⁶⁸ Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁶⁹ Jürgen Habermas, *op. cit.* vol. II, 1997, p. 92.

⁷⁰ Jürgen Habermas, “Soberania popular como procedimento”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, Março, 1990, pp. 100-113, citação p. 110.

⁷¹ Jürgen Habermas, *op. cit.*, Vol. II, 1997, p. 99.

Neste construto teórico, os movimentos sociais são representados enquanto atores da sociedade civil, diferenciados, entretanto, analiticamente, do conjunto das associações peculiares a esta esfera. Eles situam-se um degrau analítico acima das demais associações da sociedade civil; eles apresentam um espectro temático e de conteúdos mais amplos que o destas⁷².

Ou seja, os movimentos sociais não só devem perceber e identificar as mensagens mas tematizá-las, problematizá-las e dramatizá-las de modo convincente e eficaz, para que sejam assumidas e elaboradas pelo sistema político. Conforme Tocqueville, o grande movimento político que agita sem cessar as legislaturas “não passa de um episódio e de uma espécie de prolongamento desse movimento universal que começa nas fileiras mais baixas do povo e conquista em seguida, pouco a pouco, todas as classes de cidadãos⁷³”.

Esse espaço político na qual os movimentos sociais atuam é, portanto, além da distinção tradicional entre o Estado e a sociedade civil e sua função não é institucionalizar os movimentos nem transformá-los em partidos, mas sim fazer a sociedade escutar suas mensagens e colocá-las em processo de decisão política, enquanto os movimentos mantêm sua autonomia⁷⁴.

Todavia, convém salientar que há apenas influência “fraca” da esfera pública, o que significa que há um longo caminho a percorrer até o sistema político, ou seja, do acesso e da subsequente tematização para regulação. Geralmente é preciso envolver-se decididamente em encenações capazes de influenciar a opinião pública, antes que os assuntos, tidos inicialmente como “privados”, possam adquirir o *status* de temas politicamente reconhecidos. Somente após essa “luta por reconhecimento”, desencadeada publicamente, os interesses questionados podem ser tomados pelas instâncias políticas responsáveis, introduzidos nas agendas parlamentares, discutidos e, eventualmente, elaborados na forma de propostas e decisões impositivas⁷⁵.

Cohen e Arato insistem, com razão, que a sociedade civil e a esfera pública

⁷² Sérgio Costa, “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”, *Novos Estudos*, nº 38, Março, 1994, pp. 38-52, citação p. 46.

⁷³ Alexis de Tocqueville, *op. cit.*, 1998, p. 283.

⁷⁴ Alberto Melucci, “The symbolic challenge of contemporary movements”, *Social Research*, Vol. 52, Nº 4, 1985, pp. 813-816.

⁷⁵ Habermas, *op. cit.*, Vol. II, 1997, p. 41; Claus Offe identificou o mecanismo de seleção em pelo menos quatro níveis – estrutura, ideologia, processo e repressão; Claus Offe, *Problemas estruturais Estado Capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp. 140-177.

garantem uma *margem de ação* muito limitada para as formas não institucionalizadas de movimento e de expressão da política, cabendo ao sistema político a elaboração de projeto, proposta e leis.

O sistema político, por sua vez, deve consolidar a base civil de seu próprio funcionamento racional, abrindo as fontes espontâneas das esferas públicas autônomas e se sensibilizando em relação ao fluxo de temas, contribuições, informações e argumentos, que flutuam livremente numa esfera pública.

Isso significa dizer que a esfera pública representa o nível onde se dá, num acirrado processo seletivo, confronto de opiniões que disputam o recurso escasso da tematização e da conseqüente atenção dos tomadores de decisões. Logo, a esfera pública é tida como a ante-sala do complexo governamental e parlamentar e como a periferia que inclui o centro político. Ela exerce influência sobre o estoque de argumentos, porém sem a intenção de conquistar partes do sistema político⁷⁶.

Desta forma, há uma íntima relação entre os movimentos sociais e o sistema político. Conforme Tocqueville,

“Portanto, as associações políticas podem ser consideradas como grandes escolas gratuitas, em que todos os cidadãos vão aprender a teoria geral das associações. Ainda que a associação política não servisse diretamente ao progresso da associação civil, seria prejudicá-la destruir a primeira. Quando os cidadãos só podem se associar em certos casos, eles consideram a associação um procedimento raro e singular, e nem pensam em se associar. Quando os deixam associar-se livremente em todas as coisas, acabam vendo, na associação, o meio universal e, por assim dizer, único, que os homens podem utilizar para atingir os diversos fins que se propõem. Cada nova necessidade desperta imediatamente a idéia de se associar. A arte da associação se torna, então, como disse acima, a ciência-mãe⁷⁷”.

Assim, podemos verificar a inter-dependência entre a democracia direta e a representativa:

“A complementaridade entre representação tradicional (eleição de representantes no Executivo e no Legislativo, principalmente) e formas de participação direta (votação

⁷⁶ Habermas, op. cit., Vol. II, 1997, p. 186.

⁷⁷ Alexis de Tocqueville, op. Cit. 2000, p. 143.

em questões de interesse público) configura um sistema que pode ser denominado democracia semidireta. Segundo seus defensores, tal sistema é bem-sucedido quando propicia equilíbrio desejável entre a representação e a soberania popular direta; o Parlamento divide com o povo o poder constituinte (no caso da possibilidade de emendas e referendos constitucionais) e o poder legislativo. As autoridades estão, efetivamente, sujeitas ao controle e ao veredito do povo⁷⁸.

Desta forma, compreende-se que, entre democracia direta (entre as várias formas de democracia direta) e democracia representativa, não existe uma divisão nítida, pelo contrário, existe um continuum, no sentido em que se passa de uma para a outra gradativamente e que a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados, de outro lado.

As instituições do Estado de direito devem cultivar e promover um exercício efetivo da autonomia política de cidadãos socialmente autônomos, através da auto-organização política autônoma de uma comunidade, para que o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa surgir, encontrar expressão em programas legais, circular em toda a sociedade.



Para que haja democracia, é necessário que os cidadãos utilizem seus direitos de comunicação e de participação num sentido orientado para o bem comum, ou seja, liberdades políticas ou comunicativas para fins do “uso público da razão”. Isso significa dizer que é necessário que os cidadãos troquem seu papel de sujeitos privados do direito e assumam a perspectiva de participantes em processos de entendimento que versam sobre as regras de sua convivência na sociedade. Nesta medida, a democracia depende de motivos de uma população acostumada à liberdade.

Decerto, a “soberania popular” assim processada não poderá operar também sem a retaguarda de uma cultura política que lhe venha em apoio, sem as maneiras de pensar de uma população habituada à liberdade política e de um espaço público autônomo e independente.

Portanto, tudo isso nos leva a considerar a relação entre a democracia e os

⁷⁸ Maria Victoria Benevides, *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*, São Paulo: Ática, 1991, p. 15.

movimentos sociais como indispensável e maior importância para entendimento das sociedades contemporâneas.

“Em nossa opinião, a combinação das associações, do público e dos direitos, na medida em que for sustentada por uma cultura política onde as iniciativas e os movimentos independentes mantêm uma opção política legítima e suscetível de ser renovada a todo momento, representa um conjunto eficaz de baluartes edificados ao redor da sociedade civil, em cujos limites é possível reformular o programa de uma democracia radical⁷⁹”.

A democracia, nesta análise, mais do que um projeto necessário é um processo: processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade. A democracia é vista, portanto, como um produto social, como um processo inscrito na condição conflitiva do social e os movimentos sociais como possíveis práticas constitutivas da democracia.

⁷⁹ J. L. Cohen & A. Arato, op. cit., 1992, p. 474.

Capítulo II. Heteronomia e Autoritarismo

“A tendência à centralização, ao aumento das atividades regulatórias do Estado e ao alargamento do escopo de sua capacidade extrativa, e eventualmente distributiva, sempre esteve presente na política brasileira. Este movimento de afastamento da descentralização, do federalismo e de tudo que se possa relacionar sob o rótulo de estado liberal foi racionalizado, explicado e justificado de diversas maneiras, de acordo com as inclinações de cada analista, mas todos contribuindo afinal para a hegemonia, no Brasil, do pensamento político autoritário¹”.

“O pêndulo da história política brasileira pareceria inclinar-se sempre para o autoritarismo, levando as afirmações democratizantes para o campo do imaginário²”.

Na realidade, quando um historiador volta sua atenção para um acontecimento histórico, nunca o isola de outros. Sua perspectiva é a de vê-lo compondo uma longa cadeia, vastos conjuntos. Mesmo quando seu período de trabalho é muito curto, será incompreensível sem o que o precede e o que se segue. Isto significa dizer que o passado, ou seja, o acontecimento histórico não tem “repercussão” senão por e para o tempo, mais ou menos longíquo.

Temos, portanto, necessidades de pesquisar e reportar-nos a uma historiografia que remeta a uma época mais antiga. No entanto, convém salientar que o que importa não é saber como é recolhido o acontecimento no tempo longo mas compreender o que ele significa no tempo. Sendo assim, a explicação do acontecimento histórico só pode ser “dada por um combinatório de elementos que associam heranças de um tempo longo, condicionantes geográficos e antropológicos e a dialética entre tempo longo e tempo curto, na medida em que é no quadro do evento que se reflete a maturação à chaude de elementos que já estavam presentes na evolução da longa duração

¹ Wanderley Guilherme dos Santos, *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 45.

² Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 187.

anterior³”.

Desta forma, nossa principal preocupação neste capítulo repousa em analisar e compreender o tempo longo do processo histórico, certamente entremeado por momentos de ruptura e de aceleração do ritmo de tempo.

Para tal objetivo, examinamos as idéias políticas que precederam ou acompanharam o desenrolar da história brasileira, referindo-nos, porém, às políticas e instituições concretas nos seus devidos lugares. O percurso a ser realizado respeita uma certa periodização da história do Brasil. Nessa periodização, o corte histórico é feito “pelo alto”, isto é, a partir da prática política da classe dominante e das alterações ocorridas no aparelho de Estado.

Entretanto, vale a pena ressaltar que o nosso objetivo não é esgotar todos os pensamentos políticos da história brasileira, nem reescrever aqui a história da política republicana no Brasil, mas apenas analisar suas principais características atribuídas em relação à sociedade civil e ao Estado.

Posto isto, recorreremos ao modelo desenvolvido por Jouvanel para uma exposição sucinta e representativa das idéias, práticas e instituições políticas. Conforme Jouvanel, as idéias política contém duas fases, ou seja, a fase moral – explicação de uma situação real, para a qual quer chamar a atenção e formulação de um julgamento de valor desfavorável sobre a situação - e a pragmática - a possibilidade do futuro indicado e a plausibilidade do caminho conducente ao futuro que nos é apontado⁴. Assim, julgamos melhor analisar e apresentar as idéias, práticas e instituições políticas a partir de dois temas relevantes específicos, quais sejam: 1) como estas diagnosticaram a sociedade brasileira – o enfoque maior recaí sempre sobre a sociedade civil brasileira; 2) quais foram, através destes diagnósticos, as práticas e instituições políticas sugeridas e realizadas. Dentro destes, selecionamos e ordenamos uma coleção de textos, não só de várias autorias e épocas mas de historiografia brasileira em geral, que explicitassem e revelassem, por assim dizer, o quase imóvel - o aspecto heterônomo e autoritário - da história política brasileira. Ocupamo-nos, assim, a maior parte do tempo em discutir algumas matrizes de formas de pensamento e o Estado autoritário no Brasil.

³ D’Alessio, Marcia Mansor, Reflexões sobre o saber histórico: entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 96.

⁴ Bertrand de Jouvanel, As origens do Estado Moderno: Uma história das idéias políticas no século XIX, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978, pp.23-35.

1. A formação do pensamento político autoritário e o Estado Novo

A importância da tradição de pensamento político formada a partir da Primeira República como momento formativo de uma ideologia autoritária é hoje reconhecida por estudiosos brasileiros e estrangeiros. Mais importante é, porém, o fato de que o grupo de autores que analisamos constitui um dos mais estimulantes temas do pensamento social e político no Brasil e tem presença central na literatura das Ciências Sociais ocupada com o caráter brasileiro, com a formação de suas instituições. É através deles, pela sucessiva reinterpretação de suas obras e de seu papel na história, que ainda hoje se manifesta boa parte do debate teórico sobre a sociedade e a política brasileira no período republicano.

Posto isto, partimos para sua análise e explicitação. Desde logo, afirmamos que, de modo geral, os ensaios a serem analisados começam fazendo amplas reflexões histórico-sociológicas sobre a formação colonial do país, prolongando-se no diagnóstico do presente – no caso, a República Velha – e, enfim, culminando na proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional. Entretanto, detemo-nos um pouco em apontar as características da formação colonial do país, as quais se constituíram num subsídio básico para o que diz respeito à formação social – o caráter social – do povo brasileiro, cuja análise, em seguida, veremos com mais detalhes.

No que se refere à formação colonial brasileira, vejamos, em primeiro lugar, Freyre, para quem a formação colonial do país explica-se, em termos econômicos, pela experiência de cultura – miscigenação racial e cultural – e pelo privatismo:

“Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolitista e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular⁵”.

A isso, Duarte acrescenta a extensão territorial:

“Não será exagero dizermos que a nossa formação social se deu em função da

⁵ Gilberto Freyre(1933), Casa-grande & senzala, Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 79.

extensão territorial (...) Dispersa e descontínua teve, assim que ser essa sociedade que foi surgindo e florescendo em espraiamentos irregulares pelo país. Dessa dispersão e descontinuidade provieram a sua falta de unidade e a descoordenação dos seus elos. Seus núcleos são núcleos de arquipélagos⁶”.

Logo em seguida, observa:

“A colônia, enfim, (...) haveria de resultar num corpo social de organização privada, tendo a família como centro econômico e político em torno ao qual vinha resumir-se e fixar-se. Tipo de organização própria a uma sociedade descontínua, a família seria no meio colonial a única forma de organização em correspondência com esse meio tão disperso, sem densidade e com uma população, que além de móvel, quase nômade por vezes, se distribuía por núcleos tão irregulares⁷”.

Assim, aparece a figura onipotente de família e da casa-grande. Conforme Freyre:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América⁸”.

Portanto, para Freyre e Duarte, a formação colonial brasileira foi, desde a primeira metade do século XVI, condicionada, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária e escravocrata –, pela experiência cultural de miscigenação, pela organização social – a família – e, enfim, pela sua extensão territorial.

No entanto, convém estudar alguns detalhes – o ruralismo, a dispersão espacial e, conseqüentemente, o caráter autárquico – dessa formação colonial que lhes pareceram importantes para a análise e a compreensão do caráter social do povo brasileiro.

Com o sistema de latifúndio individualista e particularista se iniciava, por um

⁶ Nestor Duarte(1937), A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira, Brasília: Ministério da Justiça, 1997, p. 43.

⁷ Ibid., p.65.

⁸ Gilberto Freyre, op. Cit., pp.92-93.

lado, uma forma de exploração econômica que implicava atividade econômica organizada pela condição superior do sedentarismo agrícola, ou seja, o ruralismo, que Holanda explicou claramente:

“Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje⁹”.

Por outro lado, tal sistema preparava, estimulava e até forçava à dispersão e ao centrifugismo, instituindo o regime de sesmarias vastas e fomentando a constituição autárquica dos “engenhos reais”. Conforme Vianna,

“o “engenho real” constituía uma verdadeira autarquia econômica - um *oikos* possuindo uma organização produtiva de perfeita auto-suficiência. Nada, nenhuma necessidade decorrente da lei ou da política impelia estes “engenhos reais”, ou as organizações menores, à aglomeração, à associação, à convergência de esforços para fins comuns¹⁰”.

Isto foi prontamente confirmado por Freyre:

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político (...). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos¹¹”.

Portanto, para os autores citados, tal formação colonial brasileira e sua expressão concreta - casa-grande - trouxeram consigo uma série de conseqüências para a ordem socio-político, em torno das quais gira a tradição de pensamento político formada a partir da Primeira República para discutir e analisar a formação social e/ou o caráter social do povo brasileiro, o que pode ser resumido na seguinte frase de Freyre:

“A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro (...).

⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 73.

¹⁰ Oliveira Vianna, *Instituições Políticas brasileiras*, 1º vol., São Paulo: Editora de USP, 1987, p. 97.

¹¹ Gilberto Freyre, *op.cit.*, p. 49.

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo¹²”.

Foi neste quadro que realizaram-se os estudos sobre o que diz respeito à formação social – o caráter social – do povo brasileiro.

Vejamos, antes de mais nada, Vianna para quem a análise da formação social do povo brasileiro e da sua capacidade para a vida pública sob um regime democrático foi um tema permanente nos seus estudos. Isto sempre explicitando e demonstrando as conseqüências trazidas pela formação colonial sobre a vida social e política do povo brasileiro. Desde já, o autor observa:

“Vivendo a nossa vida de pequenos agrupamentos humanos dispersos, verdadeiros nódulos demográficos ou populacionais, nunca tivemos, durante o longo ciclo colonial, durante mais de 300 anos, necessidade de organizar nada disto. O grande domínio – com a sua auto-suficiência, o potentado feudal dirigindo, do alto da sua casa fazendeira, tudo e tudo organizando – nos dispensou disto. Conseqüentemente: absorveu e esterilizou todas as possíveis gêmulas destas minúsculas e rudimentares estruturas político-administrativas, que vimos surgir no mundo europeu¹³”.

Para Duarte, esse complexo rural da casa-grande, sendo praticamente autárquico e de auto-suficiência, aparecia como obstáculos a qualquer formação das associações espontâneas:

“A Colônia não conhece exemplos dessas associações profissionais, núcleos sindicais das guildas medievais. Nem só a economia doméstica indiferençava a produção e o trabalho técnico, como não permitia, fora da domesticidade, outro vínculo de associação. Não há na Colônia corporações civis ou de ordem econômica, daí, como de resto em tudo mais, essa ausência do espírito associacionista do clube, do grêmio social que faz e constitui o que se chama a vida social de uma sociedade¹⁴”.

Desta forma, para Vianna e Duarte, o latifúndio, engenho real e a casa-grande,

¹² Ibid, p. 53.

¹³ Oliveira Vianna, op.cit., p. 130.

¹⁴ Nestor Duarte, op.cit., p. 75.

qualquer que seja a denominação dada, resultava-se simplesmente numa organização familiar onde não havia espaço público e político, portanto, não havia relações entre os iguais¹⁵. O que havia era tão-só autoridade do senhor do engenho. Por conseguinte, lhes pareciam que o regime nele imperante era nitidamente autoritário; de modo algum, democrático: na sua organização – nenhum traço de estilo liberal.

Da conseqüência negativa da ordem privada ou familialismo da casa-grande por nunca ter podido ser uma escola, nem de educação democrática, nem de liberalismo prático, retirava a formulação teórica sobre a incapacidade política e democrática do povo brasileiro:

“nos grandes domínios da Colônia e do Império, debalde procuramos qualquer instituição pública – qualquer *sistema econômico*, ou *religioso*, ou *administrativo*, ou *jurídico*, ou *político* – que importasse na iniciação ou preparação do nosso povo-massa para a vida democrática (...). o nosso povo-massa esteve sempre – seja legalmente, seja *praticamente* – ausente durante todo o curso da nossa história política e administrativa; isto é, *durante cerca de 400 anos*¹⁶”.

Por conseguinte, para Vianna, dava-se o fenômeno da vacuidade da vida pública, assim desprovida da sua matéria-prima no Brasil. No entanto, Freyre foi muito mais além, argumentando que na mentalidade do povo subexistia um tipo de masoquismo, ou seja, o gosto de ser comandado e subordinado:

“Esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. (...) A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso de que se pode chamar “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático¹⁷”.

Desta maneira, parecia, para Vianna e Freyre, que a formação colonial afetava

¹⁵ A organização política não apenas difere mas é diretamente oposta à associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família e que o surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*”, isto é, a liberdade, Hannah Arendt, *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1999, p. 33.

¹⁶ Oliveira Vianna, op. Cit., p. 264.

¹⁷ Gilberto Freyre, op.cit., p. 123.

de forma profunda o caráter social do povo brasileiro, de tal forma que o povo tornasse como um animal qualquer. No entanto, essa influência, para eles, não parou apenas na formação do caráter social, prolongando o conjunto e a massa de interesse e sentimentos da vida e da organização privada até a esfera social e política.

O processo pelo qual esta invasão do público pelo privado se segue foi descrito por Vianna. Para ele, a vida social e política do país desde a Colônia se formava em torno do “clã rural”. Com o avanço do poder público, tais “clãs” caminhavam para a condição de “clãs eleitorais”, produzindo um processo de clonificação da política, em que os interesses privados foram sobrepostos aos públicos, à base da utilização destes últimos:

“O domínio senhorial e o clã parental, revelando-se sob a forma de clã eleitoral ou partido político. (...) Clãs e partidos não diferem substancialmente uns dos outros: nem uns, nem outros representam, do ponto de vista do Estado, organizações ou estruturas para fins de interesses coletivos (...). Os objetivos da sua formação não diferem dos de todas as organizações clônicas: são exclusivamente os interesses pessoais dos indivíduos que as formam - os interesses pessoais de mando, de proteção e, principalmente, de vivência burocrática¹⁸”.

Da forma semelhante, Holanda via a predominância do privado sobre a vida social e política como um todo:

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família¹⁹”.

Entretanto, formava-se o modelo patriarcal na vida política. Ali não há liberdade nem relações entre iguais, pelo contrário, sempre predomina o mando-obediência, o comando-submissão. Neste sentido Duarte afirmava:

“a ordem privada assenhorou-se durante todo o Império, da cidadania política sem

¹⁸ Oliveira Vianna, op.cit. p.254.

¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda, op.cit., p.82.

ter o espírito dessa cidadania política, que além de exercer deformada e desviada, restringiu-a singularmente, impedindo a formação de um povo brasileiro (...) ²⁰”.

Assim, parecia, para os autores analisados acima, que a formação colonial brasileira, por um lado, não dava mínima condição de oferecer uma segunda vida – vida pública e política – para o povo brasileiro. Isso em dois sentidos: a incapacidade organizacional – pela falta de associativismo – e a cultural – pela inexistência de espírito pública e sentido de bem comum – para com a vida política. Por outro lado, lhes parecia óbvio o fato de que, ao lado dessa formação do caráter social do povo brasileiro, desenvolvia-se um processo de invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

Tendo por base os argumentos expostos acima, desenvolveram-se as duras críticas sobre as instituições políticas liberais da Primeira República no Brasil.

Vianna, destarte, afirmou que o ideal democrático – na Constituição de 24, como na Constituição de 91 – era uma criação das elites dirigentes e era, ao mesmo tempo, uma impossibilidade prática, um artificialismo legislativo, uma utopia irrealizável. E prossegue dizendo:

“Não é fácil impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político. O peso dos chamados “antecedentes históricos” e a influência subconsciente dos usos e costumes tradicionais e dos seus complexos culturoológicos explicam e justificam a inexecução e o fracasso de todas as estas estruturas políticas, vindas de importação ou de pura inspiração ideológica²¹”.

Duarte também apontou para mesma direção argumentando:

“o nosso jurismo como o amor a concepções doutrinárias com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir as formas políticas adotadas, são bem a demonstração do esforço por constituir com a lei antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar²²”.

Da mesma maneira que outros, Amaral explorou o mesmo terreno e argumenta

²⁰ Nestor Duarte, op.cit., p.71.

²¹ Oliveira Vianna, op.cit., p.280.

²² Nestor Duarte, op.cit., p. 117-118.

que “as nossas instituições políticas, longe de se adaptarem às condições objetivas da estrutura nacional e das manifestações do seu dinamismo, afastaram-se cada vez mais da realidade²³” e que os erros da Constituição de 91 “promanavam da transplantação, para o meio brasileiro, de instituições que haviam sido criadas em um ambiente social e sob as injunções de problemas político profundamente diferentes dos nossos²⁴”. Logo em seguida, criticou duramente a democracia liberal:

“A democracia liberal, cuja experiência fora feita nas circunstâncias mais favoráveis para eliminar todas as causas que pudessem embaraçar o seu êxito, aparecia diante da consciência nacional com os traços inconfundíveis de uma forma de organização estatal inadaptável ao meio brasileiro. Dentro das configurações do regime democrático-liberal, com o seu sistema representativo baseado no sufrágio universal e na eleição direta e envolvendo restrições e embaraços permanentes à ação do Executivo, não era possível defender a Nação contra os perigos que a ameaçavam²⁵”.

Mesmo postulando um tipo de revolução democrática, a crítica de Holanda não nos parece amena em relação à experiência democrática brasileira:

“Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. (...) A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos²⁶”.

Desta forma, nos parece que vigorava largamente pelos círculos políticos a desmoralização crescente do parlamentarismo, dentro de uma atmosfera de descrença no Estado liberal e suas instituições e, enfim, na democracia, tendo como base a incapacidade do povo brasileiro e o predomínio do interesses privados sobre os públicos no início da década de trinta.

²³ Azevedo Amaral, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, in *Coleção pensamento político republicano*, Brasília: Editora Unb, 1981, p. 31.

²⁴ *Ibid.*, p. 37.

²⁵ *Ibid.*, p. 77.

²⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *op.cit.*, p.160.

As preocupações fundamentais no debate político da época fixavam-se, no nível ideológico, em torno da maneira pela qual esses vícios ou as heranças – a sociedade amorfa, o predomínio dos interesses privados sobre os públicos e a impossibilidade da democracia liberal no país – podem ser superados e resolvidos: através da modernização institucional, o nacionalismo e o autoritarismo. Conforme Duarte, “É sob esse critério, à luz de sua própria história, que o Brasil é uma nação nova pelo que falte completar o processo de sua diferenciação política (...)”²⁷. Essa diferenciação política pode ser conseguida através da superação da ordem privada:

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (...) Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade”²⁸.

No entanto, deixamos esta questão para discutir mais adiante. Pois entendemos que, por trás do descrédito sobre o povo brasileiro e de todas as descrenças e críticas sobre Estado liberal e suas instituições, escondia-se a aceleração do ritmo histórico nesta década – o fato de que, com o fim do trabalho servil e imigração, iniciou-se a história do movimento operário, pouco importando que incipiente fosse a industrialização e pequeno o proletariado urbano.

Em outras palavras, a “agitação” social era grande, com greves, protestos, desordens, arruaças, mas também com pregação doutrinária e fundação de inúmeras entidades sindicais de toda ordem, sem qualquer sistemática: liga, centro, resistência, associação, sindicato, federação, e assim por diante:

“No início do século, começaram a fundar ligas e sindicatos de resistência destinados a mobilizar e conscientizar a classe para a luta econômica contra as empresas e, muitas vezes, contra o próprio Governo. Em 1903 ocorreu a primeira greve geral no Rio de Janeiro. Três anos depois, os ferroviários do Estado de São Paulo, em protesto contra a redução dos salários, abandonaram o trabalho numa das principais greves ali ocorridas. (...) A partir de 1914, as condições de vida dos assalariados pioraram bastante, aumentando o movimento grevista. (...) o proletariado urbano era

²⁷ Nestor Duarte, op.cit., p.123.

²⁸ Sérgio Buarque de Holanda, op.cit., p.141.

constituído sobretudo de imigrantes europeus (91% no Estado de São Paulo, em 1900). Muitos eram adeptos do anarco-sindicalismo e estavam habituados à luta dos proletariado na Europa. Ao perceberem que as condições de vida no Brasil eram as mesmas, senão piores, que as dos seus países de origem, organizaram, ao lado de trabalhadores brasileiros, a maioria dos sindicatos operários. E organizaram também uma série de movimentos de denúncia e reivindicação (...). Até o início dos anos 20, o movimento grevista foi intenso. (...) Entre 1917 e 1921, ocorreram 150 greves na capital paulista, 46 no interior e 84 no Rio de Janeiro²⁹.

Nota-se, portanto, que a Primeira República não era apenas o lugar de poder absoluto das “oligarquias e dos coronéis”, sem contestação de outros grupos sociais: “Na verdade, a “descoberta” do movimento operário pela historiografia serviu, entre outras coisas, para questionar a interpretação tradicional que vê na Primeira República um simples reflexo dos desmandos de oligarquias poderosas, diante da omissão e apatia do restante da sociedade brasileira³⁰”.

É muito interessante verificar como foi a reação diante dessa situação. Muitos achavam prematura toda essa agitação socialista. Para Sílvio Romero, com um proletariado incipiente, desorganizado, disperso; com o “capitalismo nacional exíguo, quase mesquinho”, afirma: “A conclusão a tirar dos fatos é que um partido político e social operário no Brasil é uma criação prematura, artificial, que pode aproveitar a alguns jeitosos, porém, de certo, não vai servir ao operário, ao trabalhador nacional³¹”.

²⁹ Francisco Alencar, História da sociedade brasileira, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, pp. 222-225. O conflito, mais difuso do que explícito, tornava-se patente no plano empírico. A reconstituição da movimentação operária nos anos pré-30 não deixam dúvidas sobre sua natureza reivindicante, capacidade de organização e aglutinação de grandes massas operárias. Evidenciou-se também que o sentido da ação não se esgotava numa pauta economicista, incluindo a luta por direitos sociais e políticos. Ver Boris Fausto, Trabalho e conflito social, São Paulo: Difel, 1986; Edgard Carone, A Primeira República, São Paulo: Difel, 1969 e o mesmo autor, O movimento operário no Brasil: 1877-1944, São Paulo: Difel, 1979; Albertino Rodrigues, Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo: Difel, 1966; Leôncio Martins Rodrigues, Sindicalismo e conflito industrial no Brasil, São Paulo: Difel, 1966. Além dessa movimentação do proletariado urbano, manifestaram-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo contra a fome e a miséria: a) a formação de grupos de cangaceiros – Lampião ; b) a formação de seitas místicas – Canudos e Contestados. Ver Rui Facó, Cangaceiros e Fanáticos, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963; Euclides da Cunha, Os sertões, São Paulo: Círculo do Livro, 1975; Maurício Vinhas de Queirós, Messianismo e conflito social, São Paulo: Ática, 1977.

³⁰ Antonio Paulo Rezende, História do movimento operário no Brasil, São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 25.

³¹ Sílvio Romero, O evolucionismo e o positivismo no Brasil, 2.a edi., Rio de Janeiro, 1895, p. XL/LII.

Freyre, pelo seu turno, retomava as teorias conservadoras afirmando que o brasileiro está próximo da floresta tropical como, talvez, nenhum povo moderno civilizado e que a maioria dos movimentos sociais, senão todos, são manifestações de relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruição. Prossegue:

“(...) Raro aquele dos nossos movimentos políticos ou cívicos em que não tenham ocorrido explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais. (...) Isto sem falarmos em movimentos francamente de revolta de escravos, explosões ou de ódio de raça ou de classe social e economicamente oprimida (...). Os relapsos em furor selvagem observamo-lo em movimentos de fins aparentemente político ou cívicos, mas na verdade pretexto de regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída³²”.

Outro tratamento é dispensado para a convulsão social e política, antecipando o futuro próximo - o Estado desenvolvimentista - da história política brasileira. De acordo com Azevedo, “em vez de um conflito perpétuo e cada vez mais acentuado entre empregados e empregadores, o que veio a ocorrer em consequência do surto do grande capitalismo da produção em massa foi a identificação dos interesses do operariado e do patronato³³”.

Assim, aparece aqui uma contradição insuperável entre o povo sem espírito público e sem organização e, por assim dizer, esse “tumulto” todo. Destarte, é importante assinalar que a reflexão sociológico-histórica sobre o amorfismo social do povo brasileiro redundava num resultado - a ideologia a-histórica que mascara a realidade brasileira, no entanto, em dois sentidos interconexos: por um lado, ignorar a sociedade em movimento e adiar o conflito social para o futuro indeterminado e, por outro lado, justificar as tendências reacionárias e autoritárias. Em outras palavras, resume-se, conforme Holanda previa, em abafar e restringir a revolução lenta em andamento:

“Contra sua cabal realização é provável que se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas. (...). Não é impossível, porém, que se traduza diretamente em formas de expressão social capazes de restringir ou comprometer as esperanças de qualquer

³² Gilberto Freyre, op.cit., pp. 209-210.

³³ Azevedo Amaral, op.cit., p.99.

transformação profunda³⁴”.

Explicitado este ponto, voltamos para a questão posta há pouco e concentramo-nos em analisar qual foi a solução sugerida e realizada para a desaceleração do ritmo histórico - o Estado Novo.

Azevedo elogia o caráter realístico da lei básica do Estado Novo e ocupa-se, num primeiro momento, em demonstrar que o estilo do Estado Novo brasileiro não é o mesmo dos regimes totalitários, tanto comunista como fascista, porque, ao contrário do totalitarismo, cuja essência é a natureza compressiva, absorvente, aniquiladora da personalidade humana, o Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre a esfera pública e a privada. Logo em seguida, lançando duras críticas sobre instituições pseudo-democráticas, como a eleição direta, a temporariedade dos mandatos, as restrições da autoridade executiva, Azevedo afirma que o Estado Novo não tem nenhum parentesco com a democracia liberal e que a nova organização nacional é, entretanto, rigorosamente a de uma democracia autêntica. Isto porque o que define a democracia é, continua ele, a identificação entre o Estado e a Nação e, destarte, identifica a democracia com o Estado autoritário:

“O que caracteriza este regime é a identificação da Sociedade e do Estado. Essa união indissolúvel entre a coletividade nacional e a organização estatal é que torna o conceito da representação a base fundamental, necessária e insubstituível do regime democrático. Onde o Estado não é a expressão orgânica da representação autêntica da Sociedade não há democracia. (...) A representação autêntica só pode ser conseguida por processos que assegurem a manifestação verídica da vontade e das tendências dos elementos que constituem as forças dirigentes da vida social. O processo de eleição indireta adotado pela nova Constituição brasileira e sobretudo com a associação de um sistema de representação das forças econômicas e profissionais, também prescrito pelo atual estatuto nacional no art. 58, oferece garantias amplas de uma representação real da Sociedade no Estado³⁵”.

Da mesma forma, Salgado, em Manifesto integralista, anuncia sua doutrina política do Estado, a saber:

“Todos podem e devem viver em harmonia... Os homens e as classes, pois, podem e

³⁴ Sérgio Buarque de Holanda, op.cit., p. 181.

³⁵ Azevedo Amaral, op. cit., pp. 11-112.

devem viver em harmonia... A Nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz... Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita... enquanto existirem estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do Governo... Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe³⁶.

Para ambos, o “equilíbrio social”, mais precisamente, a “identificação” entre as classes, a coletividade e o indivíduo estruturava a sua doutrina estatal e o Estado seria corporativista. Assim, entenderam que a identificação entre a sociedade e o Estado é conseguida através da eleição indireta e um sistema de representação das forças econômicas e profissionais, ou seja, um sistema corporativista. Desta forma, o que o Estado Novo procurou não era resolver o dilema da democracia liberal mas instalar uma nova ordem sócio-política: “A posição face ao liberalismo não se esgotava numa fórmula “anti” (...). Ao contrário, propõe-se um novo sistema baseado em supostos alternativos a essa concepção do mundo³⁷”.

Santos define-o como cidadania regulada:

“Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade³⁸”.

Logo em seguida, o autor observa: “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles

³⁶ Plínio Salgado, Manifesto de outubro de 1932 - O Integralismo perante a Nação, in Obras Completas, São Paulo: Editora das Américas, vol. 9, 1955, pp.95-96.

³⁷ Luíz Werneck Vianna, Liberalismo e sindicato no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 212.

³⁸ Wanderley Guilherme dos Santos, “A Práxis Liberal e a Cidadania Regulada”, in Décadas de espantos e uma apologia democrática, Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 103.

cuja ocupação a lei desconhece³⁹ .

Sendo assim,

“a associação entre *cidadania* e *ocupação* proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas⁴⁰”.

Sua implicação política é mais do que catástrofica. Santos observa duas conseqüências:

“Em primeiro lugar, várias políticas sociais, *latu sensu*, que incumbe ao governo administrar em benefício dos cidadãos- por exemplo, saúde pública, educação, saneamento - deixavam de ter grupos específicos legítimos que por ela demandassem, visto que o reconhecimento social se fazia por categorias profissionais. O padrão de demandas por tais políticas seria, portanto, difuso. Em segundo lugar, criaram-se barreiras à entrada na arena política, via regulamentação das ocupações, e, conseqüentemente, todas as demandas relativas a emprego, salários, renda e benefícios sociais ficavam na dependência de um reconhecimento prévio, por parte do Estado, da legitimidade da categoria demandante. Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão⁴¹”.

Simão abreviou o último processo em outras palavras:

“As mudanças observadas na associação sindical revelam terem elas se projetado no sentido de complexidade e burocratização, da concentração por setores econômicos e da unidade, heteronomia e centralização organizatórias. A intervenção do Governo no Sindicato não contrariou, mas acelerou aquelas mudanças e antecipou uma configuração do tipo de sistema associativa que tendia a se constituir. Mas a isso não se restringiu. Promoveu ela mesma uma transformação da mais relevante

³⁹ Ibid., p. 103.

⁴⁰ Ibid., p. 104.

⁴¹ Ibid., p. 106.

conseqüência: a passagem do Sindicato marginal ao Estado para o Sindicato integrado na própria estrutura do Estado⁴²”.

Em síntese, o Estado Novo exercia uma política de inclusão seletiva através da cidadania regulada que, por sua vez, resumem-se nos seguintes sentidos: em primeiro lugar, aumentava os excluídos, ou seja, pré-cidadões por não ter reconhecimento pelo Estado, forçando-os a canalizar suas energias apenas para o reconhecimento oficial da profissão e grupo social; em segundo lugar, desativava e desmobilizava os já-incluídos, enquadrando-os numa disciplina centralizadora para com qualquer questão política e social a não ser a disputa sobre a distribuição dos recursos disponíveis; em conseqüência e no seu lugar, instaurava uma linha geral de tratamento eminentemente técnico dos problemas, ou seja, a transformação das questões políticas em problemas técnicos; enfim, enfraquecia a base de solidariedade entre os setores populares, posto, então, em competição para a aquisição de recursos políticos e econômicos. Em outras palavras, o Estado Novo excluía a maioria da população do acesso à política, substituía os direitos políticos e sociais pelos econômicos, e colocara a racionalidade técnica como critério de resolução dos problemas, assim impondo as políticas à revelia do povo.

Além disso, o Estado Novo pertencia ao movimento da ideologia, ou seja, o caráter de outorga e concessão de cidadania por parte do Estado procurou ocultar o percurso percorrido pelas classes em conflito: “De um lado, estimulava a supressão da memória das classes subalternas, que apreçiam como impotentes e incapazes de reivindicar seus direitos elementares por si sós. De outro, recriando ideologicamente a história, buscava incentivar uma inação real, implícita na noção de que o Estado se constituía no guardião dos seus interesses⁴³”.

Destarte, o Estado Novo surge acima de qualquer interesse particular dos grupos sociais, constituindo-se, assim, num poder aglutinador e coordenador da vontade nacional. Conforme Amaral,

“Se a Nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o

⁴² Azis Simão, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, São Paulo: Dominus Editora/Editora da USP, 1966, p. 183.

⁴³ Luíz Werneck Vianna, *op. cit.*, 1978, p. 31. Decca entendeu que a “Revolução de 30” é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, á prática e à memória do vencedor, elevados à condição de memória histórica; Edgard de Decca, *1930: o silêncio dos vencidos*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

órgão de expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção da política. Mas, no Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação⁴⁴.

Como consequência natural do sistema corporativista, observamos que não há necessidade dos partidos nem do Parlamento. Pois “o Estado, deixando de ser uma entidade distinta da coletividade nacional e passando a coexistir com ela em uma coincidência rigorosamente definida, é claro que os aparelhos de ligação entre a Nação e a organização estatal se tornam automaticamente supérfluos” e, em consequência, “os partidos, cuja superfluidade é evidente, constituiriam elementos perturbadores, incompatíveis com a marcha normal da vida da nacionalidade” e, ainda mais, “não pode tolerar no campo das atividades políticas práticas qualquer agrupamento que contradite a ordem estabelecida com base da existência nacional”⁴⁵.

Vejamos o Decreto-Lei nº 37 (2 dez. 1937) sobre a dissolução dos partidos políticos:

“considerando que a multiplicidade de arrematamentos partidárias (...) serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranqüilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro, (...) considerando que o novo regime (...) deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos (...) decreta: Art. 1º Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos⁴⁶”.

Neste sentido, compreende-se que o Estado Novo mantinha um certo legado de castilhismo, pois Júlio de Castilhos repudiou abertamente o sistema de legitimidade do mandato governamental na expressão do voto popular. A par disto, ao invés da divisão de poderes, preconizou sua centralização nas mãos de uma única pessoa – inclusive as funções legislativas. O castilhismo teria sido, assim, uma experiência concreta das idéias políticas antidemocráticas de uma parcela do positivismo nacional⁴⁷.

⁴⁴ Azevedo Amaral, op. cit., p.116.

⁴⁵ Ibid., pp. 114-116.

⁴⁶ Paulo Bonavides & Roberto Amaral, Textos políticos da História do Brasil, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, vol. 5, 1996, p. 234.

⁴⁷ Nivaldo dos Santos & Sílvio Costa, “Positivismo e República”, in Sílvio Costa (org.),

Paim também reconhece o fato de que o castilhismo corresponde a filosofia política que inspirou o Estado Novo. Prossegue argumentando,

“Fiel a essa inspiração, Vargas menosprezava o sistema representativo e a instituição parlamentar, que o simbolizava. Plenamente identificado com os ensinamentos castilhistas, acreditava que o governo, contemporaneamente, tornara-se uma questão de competência. Seu exercício, contudo, não mais se faria em vista do aprimoramento moral da sociedade mas objetivando à conquista do bem-estar material⁴⁸”.

Percebe-se que Holanda está mais uma vez certo quando afirma: “é freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro⁴⁹”.

Esta contradição aparece claramente à luz do dia quando Azevedo afirma:

“As condições peculiares das sociedades contemporâneas são de molde a tornar tão necessários os governos autoritários que, se estes fossem inadaptáveis ao regime democrático, seria a *democracia que teria de ser sacrificada* porque o autoritarismo se tornou uma questão de salvação coletiva nas circunstâncias do mundo atual⁵⁰”.

Portanto, a democracia se torna, de novo, ornamental e instrumental para disfarçar o autoritarismo, o que manifesta-se concretamente quando se trata de liberdade. Vejamos: “A verdadeira liberdade (...) pode ser definida como equivalente ao exercício normal e sádio das aptidões e faculdades do indivíduo dentro da órbita de

Concepções e formação do estado brasileiro, São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

⁴⁸ Antônio Paim, “O pensamento político positivista na República”, in Adolpho Crippa (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979, p. 74; No entanto, o mesmo autor observa o posicionamento do socialismo em relação ao Estado Novo. Conforme o autor, “o grande empenho dos socialistas democráticos estaria voltado para a obtenção de legislação social benéfica ao trabalho. Com o advento da Revolução, esse grupo passa a supor que a ação reformista poderia ser dirigida diretamente pelo Estado, sem prejuízo das franquias do sistema representativo. (...) No entanto, colocado o movimento sindical sob a direção do Estado e criados poderosos mecanismos de proteção social, como a Justiça do Trabalho e a Previdência, reforçava-se extremamente o poder estatal que, segundo o evidenciaria a experiência histórica, acabava sempre contrapondo-se à sociedade e tratando de privá-la dos instrumentos democráticos de participação. Assim, sem dar-se conta, o socialismo democrático prestava inestimável serviço ao autoritarismo”; Antônio Paim, “Socialismo democrático e socialismo totalitário”, Adolpho Crippa (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979, pp. 188-190.

⁴⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.184.

⁵⁰ Azevedo Amaral, *op. cit.*, p.106.

atividade de todo o gênero que ele tem a desempenhar na realização da sua função social de elemento componente da entidade nacional, cujo órgão de expressão ativa é o Estado⁵¹". Ou seja, a liberdade consiste em integrar-se nas tarefas, ou seja, funções sociais, definidas pelo Estado. Participar é obedecer. Há uma participação para a execução e realização dos deveres, e, no entanto, não para a decisão.

Fica pior ainda quando observamos que a oposição é percebida como "um ato de suicídio, uma lamentável manifestação de imbecilidade política". Azevedo vai além de denúncia contra a oposição justificando a ação coercitiva e a repressiva do Estado no que diz respeito à oposição: "Este (o Estado autoritário), no desempenho da sua função precípua de reprimir tudo que compromete a segurança ou a boa ordem no funcionamento dos órgãos da vida nacional, tem de intervir coibindo qualquer abuso de liberdade donde possam redundar conseqüências da natureza apontada⁵²".

Salgado também reconhece essa necessidade de vigilância e repressão como inegável:

"Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio e todos os veículos do pensamento (...) (item 14). Uma vez formado e organizado o Estado Integral, este não poderá permitir que se formem quaisquer forças que possam ameaçar a independência ou a integridade moral, econômica ou territorial da Nação (item 22)⁵³".

Deste ponto de vista, a democracia parece não como uma questão de conteúdo mas reside no que se aspira, no que se constrói. Tendo como objetivo conquistar o bem-estar material, na verdade a forma autoritário de governo, ou seja, a ditadura, não aparece como uma antidemocracia, mas como um governo democrático forte, de uma ditadura democrática. Ou seja, o Estado Novo não passa de um disfarce de autoritarismo personalista, ou seja, despotismo ilustrado.

Neste sentido, muito instigante é escutar de Mill, para quem o que causa e condiciona o bom governo são as qualidades dos seres humanos que compõem a sociedade sobre a qual o governo é exercido e, continua, "um governo deve ser julgado por sua atuação sobre homens, e por sua atuação sobre coisas; por aquilo que faz dos

⁵¹ Ibid., p. 151.

⁵² Ibid., p. 156.

⁵³ Plínio Salgado, Diretrizes Integralistas - O Integralismo perante a Nação, in Obras Completas, São Paulo: Editora das Américas, vol. 9, 1955, pp. 116-125.

cidadãos, e por aquilo que faz com eles; por sua tendência a melhorar ou deteriorar o próprio povo, e pelo mérito ou vício do trabalho que faz por ele, ou por meio dele⁵⁴.

Tendo por base este argumento, o autor critica rigorosamente a suposição de que o poder absoluto, nas mãos de um indivíduo eminente, poderia assegurar o cumprimento virtuoso e inteligente de todos os deveres do governo. Conforme Mill,

“(...) O que teríamos então? Um único homem de super-humana atividade mental dirigindo todos os assuntos de um povo mentalmente passivo. Sua passividade está implícita na própria idéia de poder absoluto. A nação como um todo, e todos os indivíduos que a compõem, não têm nenhuma voz sobre seu destino. Não exercitam nenhuma vontade com respeito a seus interesses coletivos⁵⁵”.

E deixa uma pergunta no ar: “Que espécie de seres humanos pode ser formada sob tal regime?⁵⁶”

Destarte, compreendemos que o Estado Novo procurava implementar as concepções políticas inspiradas nas idéias corporativistas e autoritárias, tendo como subsídio básico desde as reflexões sociológico-históricas sobre o caráter social do povo brasileiro - sociedade civil amorfa -, a impossibilidade da implementação da democracia liberal - com predomínio da ordem privada sobre o Estado - e, enfim, a necessidade de Estado forte e autoritário. Assim, menosprezava o sistema representativo e a instituição parlamentar, que o simbolizava, passando o presidente da República a legislar em diversos assuntos por meio de decretos-leis. Portanto, o Estado Novo define-se como o autoritarismo em contraposição à democracia liberal.

E o Estado Novo julgava que só uma elite intelectual formada por técnicos, políticos e militares estava apta a interpretar os “verdadeiros interesses nacionais” em nome da racionalidade técnica e “disciplinar” a participação do povo, mais explicitamente, essa participação consiste em integrar-se nas tarefas, ou seja, funções

⁵⁴ John Stuart Mill, *Considerações sobre o Governo Representativo*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 13.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 28.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 30; Para Mill, a forma ideal do governo é a democrática: “Não há nenhuma dificuldade em demonstrar que a forma ideal de governo é aquela em que a soberania, o poder supremo de controle em última instância, pertence à massa reunida da comunidade; aquela em que todo o cidadão não apenas tem uma voz no exercício do poder supremo, mas também é chamado, pelo menos ocasionalmente, a tomar parte ativa no governo pelo exercício de alguma função pública, local ou geral”.

sociais, definidas pelo Estado. Participar é obedecer. Há uma participação para a execução, e não para a decisão. O Estado Novo, assim, organizava a participação das classes sociais; reconhecia a presença das classes sociais populares sem, no entanto, abrir mão do controle sobre elas. Ou seja, em vez de procurar estimular a organização autônoma e a conscientização das camadas populares, preferia atribuir este papel ao Estado, que se encarregaria de “disciplinar” as classes em sindicatos a ele subordinados. Neste sentido, a democracia corporativa ou autoritária do Estado Novo filia-se aos princípios da liberdade controlada.

2. A ideologia do desenvolvimentismo e o Estado desenvolvimentista

De maneira geral, o quadro institucional formado desde o Estado Novo, no entanto, não modificará após a redemocratização, cujo termo, aliás, Alencar rejeita observando que uma democratização efetiva do regime requeria a criação de certas condições até então inexistentes na história política brasileira, ou seja, os direitos à livre organização e à participação política e ação real das forças no sentido de extinguir as desigualdades e injustiças sociais⁵⁷. Portanto, tratava-se de “redemocratização pelo alto” que consistia na tentativa liberal, mantendo-se o primado do Estado na dimensão econômica, ou seja, o hibridismo da Constituição, liberal em política e corporativista quanto ao mercado de trabalho:

“A redemocratização “pelo alto”, iniciada com a derrubada de Vargas, e encerrada com as novas instituições e a constitucionalização do país em 46, ora em surdina – como entre os constituintes – ora abertamente – como no Decreto-lei nº 9070 – fizera uma opção não-liberal no que se refere ao funcionamento do mercado de trabalho. O papel institucional designado à Justiça do Trabalho expressou a vontade do regime em preservar relações “comunitárias” entre o capital e o trabalho. A viabilização do liberalismo político no Brasil, agora, como antes de 1930, implicava na idéia de exclusão. O pacto liberal intra-oligárquico eliminava a presença política das camadas médias emergentes e das classes subalternas⁵⁸”.

Assim, produz-se, artificialmente, uma descontinuidade: fala-se em “redemocratização”, mas sem um questionamento sobre o conteúdo dessa democracia, o que configura um quadro mais imaginário do que real, o que é confirmada e

⁵⁷ Francisco Alencar, op. cit., 1985, p. 274.

⁵⁸ Luíz Werneck Vianna, op. cit., 1978, p. 270.

reforçada por Santos ao afirmar que não houve grande mudança nas práticas e instituições políticas pós-Estado Novo:

“Apesar das objeções às práticas e instituições herdadas do Estado Novo, bem pouca coisa, se alguma, será alterada no período que vige até 1964. As organizações sociais, entre elas os sindicatos, agora liberadas para uma disputa mais aberta para melhor participação nos benefícios do progresso econômico, cedo encontrarão na política repressiva do governo Dutra os limites legais da ação sindical. (...) A prática de regulamentação das profissões, como batismo cívico, permanece, assim como este permanece como o primeiro degrau de ingresso na arena da cidadania.⁵⁹”

Mercadante, por sua vez, afirma: “A redemocratização de 1945 não seria uma ruptura com a situação, constituindo antes uma acomodação com as forças emergentes da ditadura. Nas eleições adviera um espírito de meio termo, que procurava conciliar os interesses do interior agrário com as reivindicações do empresariado e as aspirações da classe média urbana⁶⁰”.

No entanto, há quem reclame que foi uma época de mais liberdade e, até mesmo, de algum grau de participação popular. Mas a questão não é essa. A verdadeira questão que estava posta durante todo o período chamado “democrático” não se refere aos avanços realizados em direção aos períodos históricos anteriores, mas às possibilidades reais existentes à liberdade, de modo a abrir espaços efetivos e duradouros de intervenção popular nos rumos da sociedade.

Se no plano institucional não houve ruptura, Mota observou que há uma grande mudança no plano cultural e ideológico:

“Duas teses, finalmente, parecem simbolizar o encerramento de uma etapa cultural e a abertura de outra. (...) Fim de ciclo que está simbolizado em “O Apoliticismo dos Intelectuais”, tese do pernambucano Osório Borba, e em “Democracia e Planificação”, tese de Pontes de Miranda. No trabalho de Borba criticava-se o conformismo dos intelectuais, “a fuga aos deveres elementares de cidadania”, apontando o que, na prática, representa a acomodação passiva a todas as situações criadas pelos inimigos da inteligência (...). Já no trabalho de Pontes de Miranda

⁵⁹ Wanderley Guilherme dos Santos, *A Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994, 1994, p. 73.

⁶⁰ Paulo Mercadante, “O neoliberalismo do Pós-guerra”, in Adolpho Crippa (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979, p. 219.

encontra-se o prenúncio de uma etapa nova da história do Brasil, a do desenvolvimento planejado da economia liberal, qualificado, no momento, como “progressista⁶¹”.

Largos setores de intelectualidade, assim, passaram a empenhar-se na fabricação de modelos de desenvolvimento nacional, num processo que terá sua plena florescência na década de 50, ou seja, na ideologia do desenvolvimentismo:

“Como tendência geral, o pensamento radical se empenhará, diluindo-se com isso, nas linhas de reforço ao reformismo desenvolvimentista. Estará refugiado, nos anos seguintes, em núcleos como o ISEB, a “Sorbonne”, ou a SUDENE (1959). Representará um pensamento progressista, sim. Mas não revolucionário⁶²”.

Nos interessa analisar a ideologia desenvolvimentista no sentido de verificar se houve mudança na concepção sobre a sociedade e o Estado. Aqui nossa discussão gira somente em torno do ISEB⁶³.

Desde já, observemos que os isebianos entendiam o subdesenvolvimento como alienação. A nação pobre não possuía o comando de si mesma, de sua autonomia política e cultural. Segundo Pinto: “(...) (o subdesenvolvimento) é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a ele (...). A nação subdesenvolvida é um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o

⁶¹ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira: ponto de partida para uma revisão histórica*, 3. ed., São Paulo: Ática, 1977, p. 151.

⁶² *Ibid.*, pp. 152-153.

⁶³ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955, no governo de Café Filho, por intelectuais e técnicos especializados da burocracia pública. Funcionando com verbas do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB, conforme seus estatutos, se definia como um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário (tendo) por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia, da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Embora a expressão não apareça aqui explicitamente, tratava-se de criar e difundir uma “ideologia do desenvolvimento nacional” que contribuísse para o Brasil se constituir plenamente como Nação desenvolvida, por intermédio da consolidação da industrialização e de reformas sociais e políticas; Caio Navarro de Toledo, “Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil”, in *Sílvio Costa (org.), Concepções e formação do estado brasileiro*, São Paulo: A. Garibaldi, 1999. pp. 89-90.

comando de sua economia, e por esse meio, o do seu destino⁶⁴”.

Corbisier, por sua vez, reforça essa idéia afirmando que “A colônia exportando matérias-primas e produtos naturais, exporta o não ser, e importando produtos acabados, importa o ser⁶⁵”.

Conforme estes enunciados, a nação não existe, é matéria informe e alienada que só adquire plenitude ao passar pelo mercado de bens industrializados, ou seja, progresso em direção ao capitalismo. O que pretende o ISEB, em suas proposições, é nada mais e nada menos que a fundação da sociedade civil brasileira, mais exatamente, a burguesia industrial nacional. Com efeito, antes de ser desencadeado o desenvolvimento econômico, esta simplesmente não existe. Pois no mundo subdesenvolvido se depara com o puro nada, o nada por oposição ao ser do capitalismo.

Essa inexistência da sociedade civil, ou seja, vê-la como matéria informe é que permite negar como principal a contradição capital-trabalho e dissolvê-la no antagonismo nação/antinação.

Segundo Jaguaribe, “Os conflitos sociais existentes em nosso país, na fase em que se encontra, exprimem, na sua essência, menos irreduzíveis lutas de classes do que conflitos que se travam, no âmbito de cada classe, entre setores dinâmicos e estáticos, entre as forças produtivas e as forças parasitárias⁶⁶”. Com isso, tem-se explicitamente em mira elaborar uma teoria de classes sociais que dispense situá-las no modo de produção: “o conceito de classe, que envolve necessariamente a dependência orgânica entre o explorador e o explorado, não pode exprimir legitimamente as condições especiais de luta e emancipação das periferias coloniais⁶⁷”.

Dessa forma, por desenvolvimento social deve ler-se a dissolução das diferenças de classe, subsumindo-se todos os pontos de vista aos da classe dominante; por desenvolvimento econômico deve compreender-se industrialização e aumento de produtividade, silenciando-se sobre as relações de produção. Pois, para o proletariado operário, “o desenvolvimento não traz qualquer perigo, a parada do desenvolvimento

⁶⁴ Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, Rio de Janeiro: ISEB, vol. II, 1960, pp. 138-139.

⁶⁵ Roland Corbisier, *Formação e problema da cultura brasileira*, Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p. 77.

⁶⁶ Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Rio de Janeiro: ISEB, 1958, p.50.

⁶⁷ Cândido Mendes, *Nacionalismo e desenvolvimento*, Rio de Janeiro: IBEEA, 1963, p. 103.

é que seria o único e sério perigo”. Completando: “em última análise, toda transformação progressista se produz sempre a favor da classe trabalhadora⁶⁸”.

Entretanto, a possibilidade de realização da ideologia nacional-desenvolvimentista estava fundada objetivamente, isto é, na própria realidade social. Pois a realidade da luta de classes não se impôs de forma nítida nos países subdesenvolvidos como Brasil. Neles, a luta de classes não teria primazia nem se constituiria em realidade aconselhável. A luta de classes seria uma realidade válida e pertinente basicamente aos países capitalistas metropolitanos. Neste caso, a contradição fundamental que atravessa a formação social se estabelece entre Nação e antinação; entre forças modernizantes e setores retrógados (articulados com o imperialismo comercial e financeiro). Desse modo, haveria uma confluência dos interesses das classes sociais mais dinâmicas de nossa formação social contra antinação feudal e imperialista.

Portanto, o enunciado – o desenvolvimento harmonizando os interesses antagônicos – realiza o passe de mágica de anular as diferenças de classe. Todos passam a ter os mesmos interesses situacionais – a expansão da produtividade – e estes, de sua vez, coincidem com as necessidades objetivas de todo o país⁶⁹.

Assim, conclama Jaguaribe:

“A revolução de que (...) continua necessitando o país, e para a qual há cada vez condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social, tendo por objetivo imprimir ao Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajustar o processo político ao econômico-social. Trata-se de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a orientação do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país⁷⁰”.

Fernandes, por seu turno, admite sua necessidade, levando, porém, em consideração as conseqüências – liberalismo político - que essa revolução burguesa traria:

⁶⁸ Álvaro Vieira Pinto, op. cit., v. II, p. 610.

⁶⁹ Maria Sylvania Carvalho Franco, “O Tempo das Ilusões”, in Marilena Chauí, Ideologia e mobilização popular, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978., p.164.

⁷⁰ Hélio Jaguaribe, op. Cit., 1958, p. 50.

“Nossa débil “revolução burguesa” constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só representa a única saída que encontramos para a modernização sócio-cultural. Contém em si novas dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade, que poderão engendrar a diferenciação das estruturas sociais, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização do poder e da vida social, novas bases da integração da sociedade nacional etc.⁷¹”.

Entretanto, vale a pena observar que todas as classes sociais no Brasil foram, de fato, mobilizadas pela propaganda do desenvolvimentismo, pela crença no progresso geral. Isso não é exceção para a esquerda. Uma declaração do PCB, de março de 1958 apresenta de modo claro e sistemático a idéia central deste período:

“a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e relações de produção semifeudais na agricultura. (...) A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia (...). Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. (...) A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (...). Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (...) O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano⁷²”.

Com tudo isto, criou-se condições para uma nova forma de Estado, funcional para o desenvolvimento. No entanto, não tão nova. Pois, em primeiro lugar, o

⁷¹ Florestan Fernandes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972, pp. 170-171

⁷² Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, março de 1958, pp. 3, 14-16, 24-26, citado por Michael Löwy (org.), *O Marxismo na América Latina*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 224-226.

desenvolvimento econômico fora realizado durante um período de “liberdades democráticas”, no interior do qual se gestou, contudo, a figura de um Estado autoritário, firmado sobre a centralização das decisões e no planejamento econômico, no crescimento e fortalecimento de uma burocracia tecnocrata, o que seria uma forma de aprofundamento do processo iniciado desde o Estado Novo. Em segundo lugar, o suporte ideológico deste Estado desenvolvimentista encontra-se numa concepção na qual o conflito social é rigorosamente negado e subordina todos os interesses a um interesse dominante de desenvolvimento econômico. Assim, seguia-se o Estado brasileiro, revestido de nova roupagem da ideologia desenvolvimentista e, no entanto, com uma forma de governo autoritário e burocrático sem participação efetiva das classes populares, ou seja, a cidadania regulada e controlada.

A continuação, de versão aprofundada, da revolução burguesa retardada sem seu siamês – a democracia liberal. Convém salientar o que ocorrera neste Brasil desenvolvimentista sem liberdades democráticas: “A instauração da democracia deve não só ser compreendida como o requisito número um da “revolução burguesa”. Ela também será o único freio possível a esta revolução. Sem que ela se dê, corremos o risco de ver o capitalismo industrial gerar no Brasil formas de espoliação e iniquidades sociais tão chocantes, desumanas e degradantes como outras que se elaboraram em nosso passado agrário⁷³”. Desta forma, a revolução burguesa conservadora, ou seja, sem freio democrático, aprofunda-se uma situação de desigualdade social e econômica que, por sua vez, incendia os conflitos sociais. Ou seja, a passagem do processo de industrialização periférica a uma nova etapa – a implantação desde 1956 de indústrias de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de bens de produção – não foi isenta de tensões, visto que uma característica mais geral do novo período foi o aumento considerável da taxa de exploração da classe operária.

Foi o aumento da exploração e da desigualdade social e econômica que se acha na origem da pressão operária esboçada desde 1956; a classe operária reage à exploração através de um número crescente de greves e do reforço do movimento reivindicativo, encontrando uma expressão política superior no movimento nacionalista, cujas forças hegemônicas foram os partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais paralelas em aliança com o populismo.

⁷³ Florestan Fernandes, op. cit., 1972, p. 173; Assim, o autor foi enfático na exigência da democracia: “Em conseqüência, lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente”; Ibid., p. 174..

Portanto, convém salientar que o Estado desenvolvimentista não conseguia manipular as massas urbanas de forma controlada, apenas como base de apoio. Apesar do peleguismo, das alianças políticas, o movimento operário cresceu e contestou em diversos momentos a estrutura sindical vigente. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) eram exemplos do poder de organização da classe operária, malgrado os limites existentes⁷⁴.

E também multiplicaram-se os grupos de esquerda interessados em mudanças, tentando organizar-se junto à classe trabalhadora, isso sem falar na atuação de grupos ligados à Igreja católica e na movimentação constante da União Nacional dos Estudantes. Em 1961 surgiu a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, em 1963, a Ação Popular⁷⁵.

Além disso, o ascenso popular não se reduziu ao crescimento da pressão operária e ao reforço das organizações políticas e sindicais da classe operária. O desenvolvimento do capitalismo no campo, intensificado a partir dos anos 50, elevava o número de trabalhadores assalariados e temporários, o que politizava as relações entre empregados e empregadores, ajudando a aumentar as tensões sociais. Em 1955, trabalhadores do Engenho Galiléia, em Pernambuco, fundaram a primeira Liga Camponesa, difundindo-se no Nordeste. No início dos anos 60, a agitação no campo ganha uma dimensão nacional, realizando, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas⁷⁶.

Parece-nos que, em 1961-64, criou-se no Brasil uma situação pré-revolucionária, no sentido de que avançou bastante a politização dos trabalhadores, principalmente operários e camponeses:

“As forças revolucionárias vêm adquirindo no Brasil, sobretudo a partir da última grande guerra, um impulso considerável. Não somente em termos de agregação e acumulação de potencialidades, mas ainda de consciência coletiva do processo em curso e em que tão claramente se evidencia a necessidade de reformas substanciais e profundas de nossas estruturas políticas, econômicas e sociais. A consciência

⁷⁴ Sobre essa movimentação operária, ver Edgard Carone, *Movimento operário no Brasil: 1945-1964*, São Paulo: Difel, 1984.

⁷⁵ Sobre organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-71, ver D. Aarão Reis Filho & Jair F. de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

⁷⁶ Francisco Alencar, op. Cit., 1985, p. 302.

revolucionária tem hoje no Brasil – e isso já vem de data relativamente afastada, e ganhando terreno de dia a dia – considerável projeção⁷⁷”.

Entretanto, a vazão dos conflitos sociais para fora das instituições herdadas do Estado Novo não encontrou resposta institucional à altura, tendo por resultado líquido a radicalização das demandas e a organização crescente dos diferentes setores populares. Assim, as pressões populares, ou seja, operárias e rurais, provocaram a radicalização do lado populista do Estado desenvolvimentista e, conseqüentemente, a ruptura do equilíbrio instável próprio à estratégia do desenvolvimento. Em outras palavras, aumento dos salários reais da classe operária, influência crescente dos partidos políticos e sindicatos de esquerda, extensão da legislação do trabalho ao campo, criação de sindicatos rurais, luta pela reforma agrária, impulsionada pelo movimento nacionalista empurraram o Estado para além dos limites estabelecidos pelo conjunto da classe dominantes, o que faz com que se unissem todos os setores da classe dominante – oligarquias rurais, grupos agrário-exportadores, média burguesia industrial, grande burguesia monopolista – na luta contra o Estado populista.

Desta forma, a crise de 1964 é, portanto, mais do que uma simples crise institucional; ela é, antes de tudo, a própria expressão da luta de classes. O Brasil vivia um clima de revolução ou, pior, de contra-revolução.

À luz disto, compreendemos que o que houve de ruptura neste período de democracia limitada de 1946 até o golpe de 64, é, na verdade, a crescente politização da vida social, desde 1956 e, particularmente no pré-64, momento em que a atividade política deixava de ser privilégio do Legislativo e do Executivo, passando a invadir as praças, o campo, a fábrica, as escolas.

3. A Doutrina de Segurança Nacional e o regime militar

Conhecemos a História. Conforme Santos,

“Após pouco menos de 20 anos de prática de democracia relativa, esta revelou-se incompatível com uma ordem de cidadania regulada. (...) Dada a resistência da ordem conservadora da cidadania regulada, o conflito resolveu-se pelo rompimento da democracia limitada. Tal é o significado do movimento militar de 1964. Em aparência e, novamente, como em 30, tratava-se de reformular as instituições em que

⁷⁷ Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 22.

se processavam a acumulação e a distribuição compensatória, e novamente por via autoritária⁷⁸.

Repete-se, assim, uma ação deformadora do curso do desenvolvimento histórico brasileiro: formando-se e desenvolvendo-se a ditadura como contra-revolução. Tratava-se de recuperar e desenvolver a força do poder burguês, pelo controle e militarização do aparelho estatal. Mas tratava-se, ao mesmo tempo e principalmente, de bloquear, ou destruir, o ascenso político da classe operária e do campesinato. Conjuntamente, a reimplantação da “ordem” na sociedade através da eliminação da ativação política do setor popular, por um lado, e a normalização da economia, por outro:

“(…) não se tratava realmente de uma “autodefesa da democracia contra o comunismo internacional”. Esta representação constituía um puro mascaramento ideológico e não passava de uma manifestação da *propaganda política* mais grotesca. O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada* (...). Pôr um paradeiro a esse processo e revertê-lo, eliminando tal espaço político de participação direta ou indireta das classes trabalhadoras e das massas populares, queria dizer não só “brecar a revolução dentro da ordem”, mas restabelecer um *status quo ante*, no qual as chamadas “franquias democráticas” apenas teriam eficácia para as classes possuidoras e suas elites políticas⁷⁹.”

Essa contra-revolução, entretanto, não se processa da mesma forma que as anteriores. Agora, o sustentáculo ideológico encontra-se na doutrina de segurança nacional de Escola Superior de Guerra. Para compreendê-la, o ponto de partida é a geopolítica e o conceito de guerra revolucionária.

Em primeiro lugar, a grande tese geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração do Brasil em um desses blocos, por motivos geopolíticos. Em segundo lugar, a concepção correlata a bipolaridade era a da existência de um estado larvar de guerra total entre esses blocos. Sendo assim,

“A Doutrina de Segurança Nacional parte de uma inversão da fórmula clássica de

⁷⁸ Wanderley Guilherme dos Santos, op. cit., 1994, p. 74-75.

⁷⁹ Florestan Fernandes, *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da Era atual*, São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 105.

Clausewitz: para ela, a política é que é a continuação da guerra por outros meios. A guerra total parte pois do entendimento de que esta não mais se restringe ao aspecto militar, mas envolve a política, a economia, a cultura, além dos mios militares propriamente ditos. E mobiliza todos os recursos do “Estado/nação” nela envolvida: não apenas os soldados, mas toda a população civil. Assim, já não há limite entre guerra e paz; muitas e decisivas batalhas são travadas não por meio de esquadras, aviões ou tropas, mas pela manobras política ou diplomática, pela propaganda, pela capacidade econômica. No pós-Segunda Guerra Mundial esta guerra toma a feição de guerra fria, a verdadeira *guerra santa* contra o comunismo internacional⁸⁰.

Os conflitos sociais, as oposições políticas, as discussões de idéias, o não-conformismo ideológico ou cultural, dessa forma, são tratados como manifestações visíveis de uma guerra revolucionária desencadeada pelo comunismo. Sendo assim, os conflitos sociais não decorrem jamais da exploração e da opressão em que vivem as massas populares. Por trás de cada reivindicação, de cada greve, de cada luta social, está sempre o dedo do “comunismo internacional”.

Portanto, essa contra-revolução tratava-se, antes de mais nada, de diagnosticar a sociedade como tendo partes doentes e contaminadas pelo comunismo e, para seu próprio bem, fazer uma cirurgia urgente, ou seja, através da eliminação e exclusão do corpo da sociedade doente, contaminado.

Assim, por um lado, iniciou-se e generalizou-se um vasto processo de criminalização – ou melhor, de criminalização – de amplos setores da sociedade:

“A ideologia e a prática dos governantes implicam submeter largas partes da sociedade civil, anular o cidadão, manter a grande maioria sob suspeita e dominação, sob controle e exploração. Os governantes e os beneficiários do poder, inclusive seus serviçais, passaram a pensar e agir, em âmbito público e privado, como se a sociedade estivesse infiltrada, contaminada, por idéias e práticas indesejáveis, perturbadoras, alienígenas, inimigas⁸¹”.

Por outro lado, houve um verdadeiro recesso da cidadania. Conforme Santos:

“A violação da ordem democrática, em 1964, colocou em recesso a dimensão política

⁸⁰ Roberto R. Martins, *Segurança Nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 28.

⁸¹ Otávio Ianni, *A ditadura do grande capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 156.

da cidadania brasileira(...). *Voltou a sociedade brasileira a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente, na exata medida em que os partidos políticos que vieram a substituir os antigos nenhuma participação efetiva possuem na administração do governo, e em que os sindicatos são mantidos sob severa vigilância, bem como as entidades estudantis, entre outras*⁸².

No que diz respeito ao sindicalismo, o esvaziamento das funções das entidades sindicais resultou da adoção de um esquema direto de repressão, complementado por uma estreita vigilância estabelecida através da adoção, por parte do Estado, de um conjunto de medidas de controle: 1) a intervenção direta do Estado na arrecadação do imposto sindical e na fiscalização dos recursos provindos dessa fonte. Os sindicatos ficaram obrigados a restringir o uso desses recursos à compra de imóveis e à assistência médico-dentária; 2) o Estado possuiu também estreito controle do aparelho sindical, na medida em que ia peneirar, através da exigência de um “atestado de ideologia”, os possíveis concorrentes a cargos de direção; 3) a proibição da greve através da lei n.º 4.330, o que tornava qualquer greve ilegal e, portanto, subversiva e sujeita à repressão militar⁸³.

Esse duplo processo implica num sistema de exclusão política de um setor popular previamente ativado, que se submete a rigorosos controles que tendem a eliminar a sua presença no cenário político, assim como, de uma maneira geral, num fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo.

Nestas condições, o melhor que se pode esperar é a despolitização, a apatia e o refúgio num cotidiano altamente privatizado. E, enfim, o medo:

“As várias versões da Constituição e da Lei de Segurança Nacional (...) estabelecem sempre, na mesma formulação, que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”. Isso significa que toda pessoa é suspeita, até prova em contrário. Toda pessoa pode trazer em si, mesmo sem o saber, o germe do que os governantes definem como “subversão”. Inclusive significa que toda pessoa precisa vigiar a outra, suspeitar do seu vizinho, colega de trabalho, companheiro de viagem, interlocutor. A ditadura instaurou a regra da suspeição

⁸² Wanderley Guilherme dos Santos, op. Cit., 1994, p.76.

⁸³ Helena Hirata, “Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979), in Michael Löwy et alli, Movimento operário brasileiro 1900/1979, Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980, pp. 92-93.

geral e difusa, de modo a intimidar todos, governar pelo medo, ao modo fascista⁸⁴”.

A supressão da cidadania e o governo de medo manifesta sua face autoritária no plano institucional. Os Atos Institucionais n.º 1, de 1964, e n.º 5, de 1968, dão uma idéia da estruturação jurídico-política do poder ditatorial instaurada a partir do golpe de Estado. Vejamos o que estabelece o preâmbulo do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964.

“É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. (...)

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular (...).

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constitucional, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”.

Alguns artigos do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, são suficientes para delinear a forma jurídico-política da ordem ditatorial que se desenvolvia desde 31 de março de 1964.

“Art. 2º. O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pela Presidente da República (...).

Art. 4º. No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na

⁸⁴ Octavio Ianni, op. cit., pp. 160-161.

Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (...).

Art. 5º. A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III- proibição de atividade ou manifestações sobre assunto de natureza política;
- IV- aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado. (...)."

O Poder Executivo se impunha, no âmbito das estruturas jurídico-políticas que passaram a organizar o Estado, de tal modo que tanto o Poder Legislativo como o Judiciário foram pura e simplesmente subordinados. Formalmente, mantiveram-se os três poderes. De fato, porém, o Executivo absorveu os processos decisórios, os mecanismos de mando, os meios de execução e os instrumentos de "legitimação" de tudo que envolvia o exercício do poder estatal. Santos o explicita de maneira clara:

"Desde 1968 os processos de Governo correm inteiramente à revelia dos processos parlamentares. (...) É depois da crise do AI-5 que a ruptura entre os processos de Governo e os processos parlamentares se realiza completamente, dispensando daí por diante o Governo qualquer participação do Congresso na formulação, discussão e decisão sobre políticas públicas⁸⁵".

Mesmo com estas práticas antidemocráticas, o regime militar manifestava as reiteradas afirmações da "vocação democrática" e tinha, conforme sua concepção, dois projetos políticos simultâneos: um transitório e o outro definitivo. Ou seja, salvar a democracia foi a razão de ser do regime militar: isso continuava a lhe dar legitimidade. Por exemplo, assumindo o poder em 1974, o seu quarto mandatário, General Ernesto Geisel proclamou que o projeto revolucionário não consistia apenas na modernização econômica em curso, devendo completar-se pela consolidação da democracia. No entanto, com o projeto de "distensão lenta, segura e gradual".

Entretanto, essa vocação de democracia não podia ser senão claramente ambígua: "(...) em abril de 1977, após o veto emedebista ao projeto de reforma do

⁸⁵ Wanderley Guilherme dos Santos, Poder & Política, Crônica do autoritarismo brasileiro, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, pp. 80-81.

Judiciário, fechou o Congresso Nacional por um período de 15 dias. Nesse tempo de recesso, sempre usando as atribuições que AI-5 lhe dava, Ernesto Geisel outorgou o “Pacote de Abril”. O conjunto de reformas incluía a do Judiciário e aquelas especialmente políticas, claramente destinadas a evitar novas vitórias eleitorais oposicionistas que pudessem alterar o equilíbrio do chamado “sistema”. Foram instituídas eleições indiretas para governadores de Estado e um terço do Senado, através de Colégios Eleitorais; o mandato presidencial passou a ser de seis anos e a propaganda eleitoral gratuita na televisão foi bastante limitada⁸⁶.

Além disso, o regime militar forçou uma reforma partidária que tinha como objetivo principal dividir a oposição em 1979: 1. a extinção dos antigos partidos políticos (Arena e MDB); 2. a introdução de uma legislação razoavelmente severa destinada a disciplinar as normas para organização e funcionamento dos novos partidos, entregando certos privilégios da sua organização aos parlamentares (pois uma proposta pode partir, por exemplo, de 10% dos ocupantes da Câmara e/ou do Senado Federal); 3. as condições políticas em que seria aceitável negociar essa legislação: “Trata-se da clássica fórmula pela qual as classes populares podem, sim, entrar no palco onde se travam os embates da política, desde que, entretanto, venham pelas mãos mediadoras de elites “confiáveis”, cujos horizontes não oferecem maiores perigos para a manutenção dos interesses do status quo⁸⁷”.

Neste sentido, Comblin explicitou que era mais fácil dizer o que a futura democracia pretendida pelo regime ditatorial não poderia ser do que deveria ser, ou seja, não poderia ser, de forma alguma, uma volta ao passado. Isto significa dizer uma que mantenha a exclusão do setor popular, o que pressupõe que se conserve estrito controle das organizações e dos movimentos políticos desse setor. Desta forma, a procura desta pedra filosofal que resolva o impasse é expressa nos adjetivos que costumam ser agregados ao termo “democracia”: “A nova democracia deverá integrar em sua estrutura todos os mecanismos de defesa contra o comunismo e a subversão: será uma democracia “protegida” ⁸⁸”.

Na mesma perspectiva, Fernandes afirmou:

⁸⁶ Francisco Alencar, op. Cit. 1985, p. 317.

⁸⁷ José Álvaro Moisés, Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 63.

⁸⁸ P.º Joseph Comblin, A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 74..

“A fase de reciclagem do regime desenha-se, claramente, como um prolongamento da “revolução institucional” por outros meios. Ou isso, ou nada! Daí toda a fraseologia sobre democracia forte, Estado de direito com meios de autodefesa, etc., que não significa outra coisa senão que as forças contra-revolucionárias pretendem conduzir a reciclagem de acordo com seus desígnios e com seus interesses⁸⁹”.

Tendo por base esse argumento de transitoriedade do regime e sua vocação democrática, alguns autores, no entanto, diferenciaram o autoritarismo do regime militar com as formas tradicionais do autoritarismo brasileiro, como o castilhismo e o Estado Novo. Pois, para eles, a Revolução de 1964 está longe de pretender, como o castilhismo getulista, constituir-se em alternativa para o sistema representativo⁹⁰.

No entanto, nos parece que há uma certa semelhança que o regime ditatorial inaugurado desde 1964 mantinha com as outras formas autoritárias no sentido geral de exclusão política e econômica da classe popular, autoritarismo político, racionalidade burocrática, e, por conseguinte, desprezo pelas instituições democráticas.

Para efeito de esclarecimento, destacamos algumas características, dentre outras, apontadas na interpretação de O'Donnell sobre o Estado “burocrático-autoritário”: em primeiro lugar, é sistema de exclusão política, no sentido de que pretende fechar os canais de acesso ao Estado do setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só pela repressão mas também pelo funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do Estado sobre os sindicatos e, em segundo lugar, é sistema de exclusão econômica, porque reduz e pospõe para um futuro indeterminado as aspirações de participação econômica do setor popular e, por último, é sistema despolutizante, ou seja, pretende reduzir as questões sociais e políticas públicas a questões “técnicas”, a resolver mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações complexas e altamente burocratizadas⁹¹.

Neste sentido, compreendemos que a ditadura militar encontra-se na mesma linha da experiência, por excelência, conservadora e autoritária da história política brasileira e é nada mais do que uma forma especial, particularmente repressiva, espoliativa e brutal, de desenvolvimento da contra-revolução no Brasil. Coutinho foi

⁸⁹ Florestan Fernandes, op. Cit., 1994, p. 116.

⁹⁰ Reynaldo Barros & Antônio Paim, Correntes e temas políticos contemporâneos, in Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília: Editora Unb, 1982.

⁹¹ Guillermo O'Donnell, Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários, São Paulo: Vértice, 1987, p. 21.

claro neste sentido:

“O regime de exceção vigente é “apenas” a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante na história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em breves períodos “democráticos”⁹² .

O caráter conservador e excludente da revolução burguesa brasileira manifesta-se claramente na reflexão de Kowarick. Partindo da observação de que a lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro apóia-se exatamente no processo dilapidador da força de trabalho, o autor afirma que, para manter tal acumulação capitalista, o Estado forjou um vasto aparato a fim de coibir os agrupamentos que se opusessem às regras de um sistema eminentemente excludente. Para tanto, as pressões populares foram bloqueadas e os trabalhadores perderam a possibilidade de se organizar em partidos, sindicatos ou em associações reivindicativas de diversos tipos, pois na medida em que procurassem se aglutinar em defesa de seus interesses, eram imediatamente tolhidos ou reprimidos. Neste contexto sócio-político, continua ele,

“O debate social foi proibido: a imprensa foi censurada, o Legislativo e Judiciário tornaram-se meros apêndices de um Executivo centralizado, com poder de interferir nas mais diversas esferas da sociedade, e múltiplos grupos e instituições foram objeto de suspeita ou perseguições. Enfim, para solidificar um modelo de captação de excedente que a poucos beneficiava, foi levado a cabo um amplo processo de expurgo que constantemente “limpava” as aglutinações sociais dos elementos considerados perigosos ou indesejáveis por um regime que assumiu feições nitidamente discricionárias⁹³”.

Uma face da revolução burguesa brasileira – a acumulação espoliativa – tem um companheiro inseparável que é o autoritarismo.



À guisa de conclusão, percebemos que a história política brasileira é uma

⁹² Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, Encontros com a Civilização Brasileira, nº. 9, Rio de Janeiro, 1979, p. 41.

⁹³ Lucio Kowarick, A espoliação urbana, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.187.

história contínua e profunda de autoritarismo, uma expressão política de revolução burguesa retardada, tendo como uma econômica a acumulação selvagem. Conforme Fernandes,

“Desde que se propunham o “desenvolvimento” e a “revolução dentro da ordem” que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional por que podem lutar em tais condições, a qual consiste em consolidar o poder burguês, através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. (...) A revolução nacional sob o capitalismo dependente engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês (...)”⁹⁴.

Temos de reconhecer que a modernização capitalista no Brasil, com a instauração da ordem burguesa, não foi acompanhada pela realização de uma revolução democrática que significasse a criação de condições culturais e institucionais capazes de garantir um regime político sustentado pelo consenso da maioria. Assim, a revolução burguesa brasileira tem seu caráter eminentemente conservador e, por conseguinte, tem como seu siamês não a democracia liberal mas o despotismo burguês, o que significa dizer que essa revolução tem como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. Isto através de duplo movimento, a saber: por um lado, mediante as operações ideológicas, desde o amorfismo social, a imaturidade do conflito social, a confluência dos interesses entre o capital e o trabalho e, enfim, até a sociedade contaminada e doente – toda a ideologia a-histórica que mascara a realidade brasileira -, suprimindo, assim, o conflito e contradição pela falácia da harmonia e concórdia entre as classe; por outro lado, através das práticas e instituições políticas antidemocráticas:

“(...) as características do nosso sistema político apoiaram-se na oligarquização do sistema de poder e na marginalização do povo do espaço público que, de sua parte, só consolidou-se restritamente. Assim, não é de surpreender que a cultura política do país tivesse consolidado, como elemento da estrutura profunda do sistema político, uma noção genérica, difusa, embora abrangente e fortemente consistente,

⁹⁴ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 301-302.

que supõe a oposição entre a sociedade como um ente amorfo, amebóide, disforme e caótico e o Estado como princípio organizador, regulador e , principalmente, capaz de gerar a ordem necessária, não só à sobrevivência, mas ao desenvolvimento da sociedade”⁹⁵.

Em outras palavras, trata-se de um liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação popular:

“(...) se apela ao utopismo de um estado sob o controle político de uma vaga e inexistente cidadania. Quando esta começa a existir e aparece como o que é nas condições brasileiras (populismo, sindicalismo associado ao Estado, politização do exército, movimento estudantil etc.) os liberais são os primeiros a pedir a intervenção das forças corretoras⁹⁶”.

Desta forma, a história da política republicana mostra que existe um padrão de ajustamento institucional que se tem mantido constante, apesar das variações na concepção da ordem jurídico-política e, até certo ponto, do grau de sua diferenciação interna:

“Com distintas nomenclaturas, praticamente todos os que procuraram pensar sobre as instituições políticas brasileiras referem-se a um mesmo padrão de organização e controle político: elitismo, política de cúpulas, regime político restrito, cooptação em lugar de representação etc.⁹⁷”.

Cardoso resume a história política brasileira da seguinte forma: “O pêndulo da história política brasileira pareceria inclinar-se sempre para o autoritarismo, levando as afirmações democratizantes para o campo do imaginário⁹⁸”.

No entanto, por trás de todas as formas de autoritarismo, encontramos a

⁹⁵ José Álvaro Moisés, *Cidadania e participação: ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990, pp. 16-17. Weffort afirma também na mesma direção: “O Estado era tudo e a sociedade, inarticulada e gelatinosa, era nada”. A sociedade era lembrada, não como espaço para a política, mas pelo seu suposto amorfismo, pela sua suposta incapacidade de organização e de representação; Francisco C. Weffort, *Por que democracia?*, São Paulo: Brasiliense, 1984, p.91.

⁹⁶ Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, 1975, pp.177-178.

⁹⁷ *Ibid.*, pp. 189-190.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 187.

sociedade em movimento e o povo em ação, o que significa que a história política republicana do Brasil tem uma outra face da moeda que é a de revolução lenta em andamento no sentido da democracia e participação, no entanto, sucessivamente abafada e sufocada pelas tendências reacionárias e/ou autoritárias. Por que uma revolução lenta? Porque esta revolução não é a das convulsões catastróficas, que procuram transformar através de um golpe mortal a sociedade e a política. Weffort argumenta que, o que define as revoluções, não é a violência mas é a emergência abrupta e maciça do povo para o cenário político, ou seja, a insurreição popular e que o sentido da luta dos revolucionários, no Brasil, está em contribuir para a criação da democracia. Esta revolução lenta significa o processo histórico assinalado por um fluxo e refluxo. Nela se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social.

Capítulo III. Reinventando o cotidiano

“A conquista de espaço supõe debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos. A construção de um projeto democrático implica uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternizadas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos, necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de Poder¹”.

O modo pelo qual se realizara o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira – a revolução burguesa castrada – tendia a “estatizar” a política deixando a sociedade, em particular as classes populares, virtualmente excluídas de qualquer participação social e política.

A exclusão social e política das classes populares aprofundou-se mais ainda com a instauração do regime ditatorial. Dotado de instrumentos legais de coerção e de um sofisticado aparelho repressivo, o Estado autoritário instalado a partir do golpe militar de 1964, manteve os canais de participação popular no processo político brasileiro obstruídos e os instrumentos legais, destruídos ou rigorosamente cerceados.

Foi neste contexto que as classes populares aglutinaram-se mostrando sua força e seu inconformismo, reinventando o cotidiano no sentido de construir os espaços públicos onde podem ter sua voz e sua vez, lançando os sementes para engajamento ativo nos movimentos sociais.

Entretanto, convém salientar que por movimento social entendemos como um conjunto de indivíduos interagindo para promover, controlar, ou prevenir mudanças numa construção social e cultural. Ou seja, os movimentos sociais são entendidos como um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra a relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas (que não precisam estar necessariamente organizadas). Assim, desde já, temos dois aspectos

¹ Lúcio Kowarick, *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 202.

fundamentais para sua análise e compreensão, ou seja, em primeiro lugar, temos “os indivíduos em interação” e “um processo coletivo e comunicativo” – o enfoque hermenêutico – e, em segundo lugar, temos seu aspecto funcional de transformação ou conservação da “ordem vigente” e/ou “relações sociais existentes” – o enfoque objetivista.

Ainda que a eficácia de um movimento social dependa, em grande medida, da ação instrumental/estratégica, a ação comunicativa é primária a toda forma de ação, uma vez que, mesmo em ações voltadas para fins, se a linguagem é o meio de ação², a busca de compreensão mútua é fenomenologicamente anterior à ação estratégica³. No entanto, isso não quer dizer que não há um processo interdependente entre essas duas formas de ação.

Há um processo relacional dos indivíduos em interação onde se identificam, interrogam e definem suas ações. Compreendemos os movimentos sociais não como algo acabado, ou seja, seu papel está previsto de antemão, suas funções especificadas e sua importância colocada mas como um processo de aprendizagem coletiva que é baseada na ação comunicativa. Os movimentos sociais não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se moverem.

Posto isto, nosso enfoque recairá sobre o aspecto hermenêutico que focaliza o processo de auto-entendimento dos atores coletivos em relação à sua identidade, objetivos, fins e estratégias.

No entanto, esta análise e compreensão não pretendem ser como uma moldura capaz de conter o retrato de todas as experiências cotidianas do povo brasileiro. Antes, é a nossa maneira de explicitar e de compreender o dinamismo vivo e o cenário de lutas das classes populares.

1. A cidade e os movimentos populares urbanos

² Conforme Arendt, “a ação é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer” (Grifo nosso), Hannah Arendt, *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p.191.

³ Conforme Habermas, enquanto a ação instrumental/estratégica é dirigida para alcançar um determinado fins, a ação comunicativa é vista como um esforço de ter um entendimento recíproco.

A noção de “movimentos populares urbanos” foi e é muito ambígua, sendo objeto de grande discussão na literatura especializada. Como assinalam Machado da Silva e Ziccardi, “as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos – desde os movimentos de favelados até quebra-quebras de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana⁴”. Convém, neste sentido, esclarecer uma ordem metodológica. Embora fazendo parte de uma mesma trajetória geral de luta, cada movimento tem uma história própria, com singularidades que dizem respeito a momentos e circunstâncias conjunturais e às próprias diversidades das características de cada grupo e de cada local. No entanto, não teremos condições de explorar os detalhes de cada uma destas histórias. O que pretendemos é tão-somente identificar suas linhas gerais e suas questões mais importantes.

Recobrando uma gama tão variada de situações, esses movimentos apresentaram entretanto como traço comum o fato de que “têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores⁵”.

Boschi e Valladares, por sua vez, salientam que os movimentos “ocorrem em contextos urbanos onde vem predominando um padrão de estruturação desordenada do espaço, padrão esse que obedece mais à lógica da especulação imobiliária do que ao próprio planejamento urbano⁶”.

Desta maneira, a periferia “é conseqüência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora⁷”.

Contudo, ressaltamos a advertência de Sader em relação a uma noção de

⁴ Luiz Antônio Machado da Silva e Alicia Ziccardi, “Notas para uma discussão sobre ‘movimentos sociais urbanos’, Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n.º 13, 1980, pp. 79-95, citação. 83.

⁵ Pedro Jacobi, “Movimentos sociais urbanos no Brasil”, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n.º 9, 1980, pp. 22-30, citação p. 22.

⁶ Renato Raul Boschi & Licia do Prado Valladares, Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos, in Renato Raul Boschi (org.), Movimentos coletivos no Brasil urbano, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 105-143, citação p. 127.

⁷ Lúcio Kowarick, op. cit., 1979, p. 41.

“necessidade objetiva”: “Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da *experiência* das condições dadas (...). E é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais⁸”.

Em outras palavras, as condições macroestruturais e as contradições imperantes na sociedade “nada mais são do que matérias-primas que potencialmente alimentam as reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um processo de produção de experiências, que não está de antemão tecido na teia das assim chamadas condições materiais objetivas⁹”.

Visto que os crônicas “problemas urbanos”, apesar de sentidos, não tiveram demonstrado, por si sós, possuir força aglutinadora necessária para criar e manter níveis satisfatórios de participação coletiva, ressalta-se a necessidade de estudar seus micro-movimentos, ou seja, a importância das práticas moleculares.

No entanto, antes de analisá-los, é oportuno frisar um aspecto fundamental desta contradição que é a segregação espacial, a qual torna-se importante na medida em que se delimitam fronteiras que permitem mais facilmente a identificação de interesses comuns, além de favorecer padrões de interação conducentes ao estabelecimento de identidades coletivas ligadas à base territorial-local. Conforme Durham, “podemos supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes. (...) A uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local¹⁰”.

Esse elemento, portanto, é crucial na medida em que delimita fronteiras que permitem mais facilmente a identificação de interesses comuns, além de favorecer padrões de interação conducentes ao estabelecimento de identidade coletivas ligadas à

⁸ Eder Sader, Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 44-45. Grifo é do autor.

⁹ Lúcio Kowarick, Introdução: as lutas sociais e a cidade- repensando um objeto de estudo, in Lúcio Kowarick (org.), As lutas sociais e a cidade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 18.

¹⁰ Eunice Ribeiro Durham, A sociedade vista da periferia, in Lúcio Kowarick (org.), op. cit., pp. 170-174.

base territorial-local, isto é, as condições mínimas necessárias para que existam possibilidades de comunicação e expressão coletivas.

Ou seja, a periferia da cidade “está repartida em espaços territorial e socialmente definidos por regras, marcas e acontecimentos que os tornam densos de significação, porque constitutivos de relações¹¹”.

É o que Magnani apresenta ao falar dos “pedaços” da cidade: os lugares, em cada vizinhança, que constituem a mediação entre a casa e o mundo:

“No núcleo do “pedaço”, enfim, estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatório. (...) O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (...) Essa malha de relações assegura o mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações onde se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção – onde se tece, enfim, a trama do cotidiano¹²”.

Na periferia, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade. A convivência num bairro, com a correspondente comunicação entre as pessoas sobre problemas comuns, representa praticamente a única possibilidade de organização (pelo menos de um primeiro passo de organização¹³).

Contudo, é mister observar que o processo pelo qual os moradores passam de uma situação passiva frente a determinada realidade para uma situação ativa, reivindicatória e conducente à atuação coletiva, envolve múltiplos estágios que nem sempre finalizam num movimento social, pois a convivência no bairro, em princípio, é acidental, ou seja, os homens nascem já inseridos em sua cotidianidade e se situam dentro do contexto social e histórico; eles começam a socializar ou a amadurecer

¹¹ José Guilherme Cantor Magnani, *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998, p. 117.

¹² *Ibid.*, pp. 115-117.

¹³ “Movimento de bairro x Estado na América Latina”, *Cadernos do CEAS*, n. 75, 1981, pp. 8-24, citação p. 10,

através dos grupos (de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades): “esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores. O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade¹⁴”

Uma das dimensões através da qual os moradores podem superar essa acidentalidade é justamente a participação em organizações de bairro, as quais oferecem um espaço relativamente protegido para tomarem consciência da própria situação, elevarem acima do cotidiano imposto e elaborarem a identidade coletiva. É nesse contexto que a população se torna receptiva a formas de ação conjunta: “Quando a acidentalidade cessa, quando os membros estão reciprocamente em correlação orgânica, essencial e estável, constitui-se a comunidade. Os grupos não apenas participam significativamente da formação da personalidade, permitem também a atividade cooperativa voltada ao gênero¹⁵”.

Pois, em lugar do costumeiro isolamento na luta pela sobrevivência, os participantes de organizações de bairro passam a conhecer perspectivas de mudança através da ação coletiva como forma do exercício de suas autonomias – elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências.

Como lembra Heller, é na vida cotidiana que o homem se depara com alternativas e escolhas, onde se forma a consciência do “eu” (do homem como ser particular) e do “nós” (do homem como ser genérico, como ser social, pertencente à comunidade). É certo que a maioria dos homens se perde no cotidiano, nas repetições, na rotina e no automatismo dos dias que se sucedem. Mas, também, poderão nele encontrar seu caminho em busca da desalienação e da genericidade.

Neste sentido, a descrição de Gramsci é esclarecedora, conforme a qual, todos somos “filósofos”, no entanto, temos, por um lado, os elementos de incoerência e conservadorismo mas, por outro, as possibilidades e sinais de mudanças:

“Nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens da caverna e princípios da ciência mais moderna

¹⁴ Agnes Heller, *Cotidiano e História*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 19.

¹⁵ Monteiro enfatiza o importante conceito comunidade no trabalho de Heller. Luís Gonzaga Mattos Monteiro, *Neomarxismo: indivíduo e subjetividade*, São Paulo: EDUC; Florianópolis:EDUFSC, 1995, p.61.

e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas e instituições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado¹⁶”.

Moscovici, por sua vez, expressou-se da seguinte maneira:

“Esses “sábios amadores” – e todos nós o somos num domínio ou em outro – habitam o mundo da conversação, com seus hábitos de documentalistas – um pouco autodidatas, um pouco enciclopédicos – permanecem freqüentemente prisioneiros de preconceitos, de visões acabadas, dialetos tomados ao mundo do discurso e só nos resta inclinar-nos. Entretanto, eles revelam-nos que os indivíduos, em sua vida cotidiana, não são apenas essas máquinas passivas para obedecer a aparelhos, registrar mensagens e reagir às estimulações exteriores. Pelo contrário, eles possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem”¹⁷.

Para despertar as “possibilidades adormecidas”, no entanto, houve influência de várias instituições e outros indivíduos. Antes de tudo, é imprescindível mencionar a Igreja Católica, por se tratar de um importante organismo da sociedade civil. A ação progressista da Igreja se fez sentir de duas maneiras diferentes. Em primeiro lugar, a Igreja passou a oferecer abrigo e espaço para movimentos e instituições não confessionais, que constituíam núcleos de resistência à repressão do Estado autoritário. Em segundo lugar, a Igreja, a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros agentes pastorais, passou a desenvolver um trabalho que se tornou praticamente a única alternativa de participação das classes populares a nível dos problemas do bairro e o embrião de gestação de inúmeros movimentos reivindicatórios urbanos:

“sua abertura ao “mundo dos oprimidos” a colocou em contato, certamente, por um lado, com os sentimentos de injustiça, insegurança e privação entre a população; por outro, com as experiências da derrota dos militantes que, “órfãos” das fábricas, dos sindicatos, das organizações políticas, encontraram nos bairros um lugar possível para sua sobrevivência política. É, acreditamos, a partir da convergência desses dois elementos e das transformações ocorridas através de seu próprio desenvolvimento

¹⁶ Antonio Gramsci, A concepção dialética da história, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 12.

¹⁷ Serge Moscovici, A representação social da psicanálise, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 56.

interno recente, que a Igreja se tornará um espaço de articulação da resistência¹⁸.

O trabalho da “Igreja Popular¹⁹”, inspirado na teologia da libertação²⁰, pode ser definido como uma combinação de evangelização com educação política do “povo” em vista de sua organização e participação para a construção de uma nova sociedade:

“As comunidades eclesiais e a teologia da libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As comunidades eclesiais representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria desta prática²¹”.

Neste sentido, a educação popular²², entendida como conscientização para a ação libertadora, foi um traço característico da ação da Igreja Católica.

No entanto, as CEBs²³ não foram um modelo imposto de cima para baixo mas,

¹⁸ Vera Silva Telles, “Anos 70: experiências e práticas cotidianas”, in Paul Krischke & Scott Mainwaring, *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*, Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 53.

¹⁹ Sobre a Igreja popular, os trabalhos são muitos. Ver os seguintes trabalhos, Clodovis Boff, *Teologia pé-no-chão*, Petrópolis: Vozes, 1984. Clodovis Boff, *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular*, Petrópolis: Vozes, 1986. Marcos Castro, *Igreja e autoritarismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1985. Ana Maria Doimo, *Movimento social urbano, igreja e participação popular*, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.. Paul Krischke & Scott Mainwaring, *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*, Porto Alegre: L&PM, 1986. David Regan, *Igreja para a libertação: retrato pastoral da Igreja no Brasil*, São Paulo: Paulinas, 1986. Luiz Gonzaga de Souza Lima, *Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política*, in *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982.

²⁰ Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 5ª Ed., 1985 e do mesmo autor, *A força histórica dos pobres*, Petrópolis: Vozes, 1978. Leonardo Boff e Clodovis Boff, *Da Libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas*, Petrópolis: Vozes, 1985.

²¹ Leonardo Boff, *E a Igreja se fez povo; Ecclesiógênese: A Igreja que nasce da fé do povo*, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 93.

²² Paulo Freire contribuiu muito para a elaboração e explicitação do que se pode chamar de pedagogia das CEBs. “Pedagogia do Oprimido”, seu livro mais conhecido, expõe as convicções centrais do trabalho das CEBs. Dirigido de início à alfabetização das áreas empobrecidas pelas secas permanentes do Nordeste do Brasil, a metodologia e a filosofia educacional de Paulo Freire encontraram logo ampla aplicação; Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²³ As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos: “São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São *de base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias

antes de tudo, um movimento: “Trata-se antes de um processo social em desenvolvimento, à procura de sua própria forma de expressão religiosa, do que da implantação de um modelo preestabelecido²⁴”.

Contudo, podemos traçar algumas características comuns de CEBs principalmente em relação à pedagogia popular:

“As comunidades eclesiais de base se orientam pelo método ver-julgar-agir. Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades. Assim, saem os problemas e as dificuldades; percebe-se que uma ou duas questões se impõem como mais importantes. A esta parte, chama-se o ver. Em torno das questões principais é que a reunião prossegue. Passa-se ao julgar. Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Desta relação ação de Jesus-nossa ação, entra-se na terceira parte: o agir, o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema²⁵”.

Nesse processo há uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário, onde o “povo” é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na capacidade de resolver os problemas que enfrenta:

“A comunidade de base significou para quase todos um refazer-se do tecido social rompido. Homens, que agora se reúnem, tomam a palavra, podem expressar suas opiniões sem medo de repressão, discutir seus problemas em sua linguagem (...). A comunidade, para além de seu significado religioso, possui este eminente significado: o de lugar onde a massa pode ser povo. (...) Nas comunidades, criam-se os elos de sociabilidade, de diálogo, de reflexão, realidades sem as quais toda política é mera retórica²⁶”.

A partir da reflexão conjunta sobre a situação do bairro, a ação das CEBs

mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares”, Frei Betto, O que é comunidade eclesial de base, São Paulo: Brasiliense, 1981. p.17.

²⁴ Candido P. F. de Camargo, Beatriz Muniz de Souza & Antônio F. de Oliveira Pierucci, Comunidades Eclesiais de Base, in Paul Singer & Vinícius Caldeira Brant (orgs.), São Paulo: o povo em movimento, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 69.

²⁵ Frei Betto, op. cit., 1981, pp. 29-30.

²⁶ Leonardo Boff, op. cit., 1986, p.98.

possibilitou um crescimento da experiência coletiva, estimulando práticas de solidariedade entre os moradores em liames de apoio e auxílio mútuo que, no mais das vezes, se fortaleceram e se desdobraram através de pequenos projetos comunitários: mutirão, compras comunitárias, etc. No entanto, o que nos parece mais importante é que durante todo o trabalho de CEBs sempre se encontrava um processo de reuniões, discussões e avaliações que permitira ampliar o horizonte de consciência e a capacidade de organização dos setores populares.

Desta forma, as CEBs implicava uma mentalidade democrática, pois se fundamentava sobre a participação igualitária de todos os membros, o que, por sua vez, “redunda no exercício e no aprendizado de práticas embrionárias de participação democrática. Essas práticas incluem a discussão em grupo, o treino da fala, o domínio de auditórios maiores, o exercício da escrita, o manuseio de mimeógrafos e outros modestos veículos de comunicação, a prática reiterada do voto para toda e qualquer decisão²⁷”.

Uma vez que as CEBs refletiam, além dos problemas sentidos localmente, sobre assuntos de importância da economia e política, ajudaram a criar uma opinião sadia sobre os mesmos assuntos. No entanto, foram mais além. Pois, sem se engajar em partidos políticos ou na conquista do poder público para si mesmas, exerceram certamente uma influência política, visto que os problemas sentidos por muitos foram levantados em encontros mais amplos²⁸, onde a troca das experiências e saberes locais aumenta o poder de explicitação.

Assim, foi através do trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca que os setores populares experimentaram um aprendizado democrático e a oportunidade de expressar os próprios interesses e pontos de vista, enfim, ter a voz.

²⁷ Candido P. F. de Camargo, Beatriz Muniz de Souza & Antônio F. de Oliveira Pierucci, op. cit, 1980, p. 77. Este aspecto foi estudado por Petrini. Conforme o qual: “Ao longo dos anos em que participam das reuniões, quase sem se darem conta, eles vão sendo treinados para formular e explicitar seus pensamentos e suas experiências”. João Carlos Petrini, CEBs: um novo sujeito popular, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 113.

²⁸ O Primeiro Encontro Intereclesial das CEBs em Vitória, no estado do Espírito Santo, tinha como tema “Uma igreja que nasceu do Povo pelo Espírito de Deus”. O Segundo, também em Vitória, em 1976, teve como tópico: “A Igreja, uma caminhada do povo”. O Terceiro Encontro, em João Pessoa - Paraíba, em 1978, refletiu sobre: “A Igreja, um povo tornando-se livre”. O Quarto realizou-se em 1981 em Indaiatuba - São Paulo, e desenvolveu o assunto: “A Igreja, uma organização do povo oprimido em prol da liberdade”. O Encontro de Canindé em 1983 foi sobre o tópico: “As CEBs: um povo unido, canteiro de uma nova sociedade”.

Sendo inseparável da expansão da CEBs, presenciamos à (re)invenção das outras organizações de bairro²⁹. Adquiriram uma relevância importante os Clubes de Mães, os quais funcionaram como introdutores das lutas de diversos bairros e, como em outros locais, o papel das mulheres se destacou na medida em que sobre elas recaía a resolução dos problemas decorrentes das carências do cotidiano.

Nestes também se verifica um processo de reflexão coletiva, que em geral partia da leitura de bíblia confrontando com a realidade vivida, cuja experiência produzia uma atitude crítica de dimensões inquestionadas: “É da discussão de temas surgidos nesta parte das reuniões que se organizariam ações “para fora”, de reivindicações ante os poderes públicos (escola, creche, ponto de ônibus, posto de saúde etc.), além de atividades comunitárias para resolver problemas coletivos (mutirões para limpeza, para levantar centros comunitários, para cuidar de crianças etc.)³⁰”.

Enquanto as atividades comunitárias reforçavam a solidariedade e a identidade comunitária entre as donas de casa, as lutas reivindicatórias impulsionaram o aprendizado da cidadania (na medida em que passam a pensar as carências de suas condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados).

As associações de moradores também mantiveram a prática comunitária e a discussão em conjunto, pois as principais atividades de tais associações foram, em primeiro lugar, o esforço concentrado no tratamento dos problemas específicos de cada favela, quer através dos trabalhos comunitários, sobretudo mutirão para limpeza, canalização de valas, construção de caixa d’água etc., quer através do encaminhamento de demandas aos órgãos governamentais competentes e, em segundo lugar, as reuniões e encontros com a Igreja, em grande parte voltada para a discussão de questões centrais na vida do favelado, e, por último, as atividades na área de recreação e lazer.

Neste sentido, mesmo que tais associações tenham sido criadas e regulamentadas expressando uma iniciativa da administração estadual com o objetivo de institucionalizar um canal de comunicação entre as comunidades e os órgãos estaduais competentes, as consideramos como uma das possíveis manifestações dos

²⁹ Compreendemos que as organizações de bairro, como clubes de mães, associações de moradores e sociedade de amigos de bairro, foram renovadas ao longo da década de 1970 assumindo o caráter mais reflexivo e reivindicativo que o assistencialista.

³⁰ Eder Sader, op. cit., 1988, p. 207.

movimentos coletivos ou como uma das estruturas que os viabilizaram politicamente, porque, qualquer que seja a ótica do poder público prevalecente num dado momento, essa modalidade de associação foi sendo encarada sob diversos ângulos, ligados às suas diferentes funções³¹.

A mesma observação pode ser feita em relação às Sociedades Amigos de Bairros (SABs):

“apresentando simultaneamente variadas formas de atuação, o que o distingue dos demais movimentos populares, mas sem guardar características de uniformidade entre as entidades que o compõem, ele tanto aparece na forma de movimento organicamente vinculado aos interesses das classes populares, mantendo independência perante o poder público e orientando-se segundo as necessidades dos próprios moradores, bem como, simultaneamente, em outros pontos da cidade cumpre o papel de manter os interesses de dominação, servindo de veículo de promoção pessoal para diretores interesseiros ou de canal de penetração a políticos eleitoreiros, desvinculando-se da realidade dos moradores³²”.

De forma geral, devido à crise política e econômica acompanhada com a retomada de movimento oposicionista, as associações de moradores e as SABs viram-se obrigadas a redefinir sua atuação política, assim abandonando aquele caráter associativo, assistencialista e dependente da Prefeitura, lançando-se na luta pela melhoria de condições de vida nos bairros.

Desta forma, as várias instituições – CEBs, Clubes das Mães, Associações de Moradores, e SABs – influenciaram e foram utilizadas pelas classes populares no seu cotidiano para superar a exclusão econômica e política, romper a teia da “reprodução da reprodução” e passar à produção real de sua existência.

Convém analisar um conceito fundamental utilizado por Lefèbvre que é o da

³¹ Eli Diniz, *Favela: associativismo e participação social*, in Renato Raul Boschi (org.), op. cit., 1983, pp.29-73, citação p. 30. Convém ressaltar, como alguns analistas enfatizaram, que, tendo que obedecer a uma legislação específica e bastante rígida, as associações de moradores introduzem e reforçam o tipo de relações de poder, dominantes na sociedade, Maria Ester B. Dias, *A dialética do cotidiano: trabalho social em conjunto habitacional*, São Paulo: Cortez, 1982 e Beatriz Costa, “Para analisar uma prática de Educação Popular”, *Cadernos de Educação Popular*, I. Petrópolis: Nova/Vozes, 1981.

³² Antônio de Almeida, *Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80*, São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 46.

produção. Esta, em sua visão, não se reduz à fabricação de produtos, adquirindo um sentido mais amplo ao designar por um lado a criação de obras, a produção espiritual, e, por outro, a produção material e a fabricação de coisas. Designa ainda a produção do ser humano por si mesmo no curso do desenvolvimento histórico. Isto implica na produção das relações sociais. O termo ainda indica a reprodução, que é entendida como reprodução biológica, reprodução material dos meios necessários à produção como instrumentos, técnicas, e também, como reprodução das relações sociais.

Isto significa que no plano das relações sociais, assim como no plano das relações de produção, não há um processo simplesmente de reprodução das relações, mas uma ampliação dessas reproduções, que pode se dar tanto no sentido da extensão das antigas relações, como no sentido da produção de novas relações, podendo ocorrer uma mudança de qualidade nas antigas relações.

A vida cotidiana pode ser entendida como o centro real da práxis, onde se realiza o movimento de produção e de reprodução das relações sociais, onde se dá a produção do ser humano, no curso de seu desenvolvimento histórico³³.

É oportuno salientar, no entanto, que a miséria e alienação poderão ser superadas apenas à medida que os indivíduos e as comunidades desejarem e souberem de fato explicitar com clareza os termos de seus próprios projetos. Trata-se, antes de tudo, de escolha, desejo e vontade de dar o sentido ao mundo e do “fazer diferente”. Pois não se cria a organização por decreto ou espontaneamente. Nem a existência de mesmas condições estruturais desencadeia o processo de organização de um setor popular como uma coletividade. Os movimentos sociais e lutas revelam, antes de tudo, uma decisão, uma vontade coletiva e, enfim, a coragem cívica³⁴.

³³ Henri Lefèbvre, *A vida cotidiana no mundo moderno*, São Paulo: Ática, 1991. E ver também Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, 5. ed, Petropolis; Vozes, 2000.

³⁴ Hartmut Kärner, “Movimentos sociais: revolução no cotidiano”, in Ilse Scherer-Warren & Paulo J. Krischke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 33. Sobre a motivação dos setores populares, principalmente as mulheres, participarem nestas instituições e, além disso, nos movimentos populares, Sader apontou três, a saber: 1) trata-se de achar um lugar para poder conversar; 2) uma alternativa a uma rotina opressiva; 3) as razões de ordem instrumental, Eder Sader, *op.cit.*, 1988, pp205-206. No entanto, Machado, por sua vez, enfatizou que por trás da participação as mulheres tiveram como motivação o fazer alguma coisa diferente e que até mesmo as reivindicações se tornaram um meio para poderem se reunir, discutir, trocar idéias e não fim em si, Leda Maria Vieira Machado, *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*, São Paulo: ANNABLUME, 1995, pp. 181-188. Maffesoli também apontou nesta direção

Participando nas organizações de base, as classes populares configuraram, parafraseando o conceito de Habermas, “espaços públicos literários³⁵”, onde os indivíduos saem do espaço de sociabilidade pré-determinado, da miséria e da alienação para o da desalienação, compreensão e debate, ou seja, do uso público da razão. Em outras palavras, as classes populares deram novos significados ao mundo cotidiano onde elas vivem e enfrentam suas dificuldades diárias, transformando-o nos espaços onde é recuperada uma certa noção de liberdade política, enquanto possibilidade de expressar, interferir e alterar os destinos de suas existências através da ação coletiva.

Entretanto, nessa construção e vitalização desses espaços destacou-se o papel desempenhado pelos médicos sanitaristas, advogados, arquitetos, militantes políticos da oposição, assistentes sociais e outros profissionais engajados no trabalho junto à população.

Para efeito de demonstração, citamos a seguinte observação:

“Os sanitaristas passam a desempenhar um importante papel no desenrolar das campanhas reivindicatórias pela expansão da rede e pela melhoria no atendimento, tanto participando de reuniões com a população em seu processo de organização como esclarecendo dúvidas e colocando seu conhecimento a serviço dos militantes dos movimentos reivindicatórios, especialmente no sentido de apresentar as necessidades tecnicamente definidas à população³⁶”.

A influência desses “articuladores sociais”, “assessores” ou “agentes externos” como mediadores no plano do envolvimento popular numa prática participativa, através do desenvolvimento de uma consciência crítica, é inegável. Neste sentido, mesmo tendo características diversificadas nos diferentes movimentos, verifica-se uma universalização de conhecimentos, subsidiando a população e fornecendo informações para que esta se torne mais eficiente em suas reivindicações.

afirmando que há uma boa parte da existência social que escapa à ordem da racionalidade instrumental e, portanto, há uma sensibilidade e emoção de estar juntos e querer viver societal, Michel Maffesoli, *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

³⁵ Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

³⁶ Edison Nunes e Pedro Jacobi, “Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão”, *Serviço Social e Sociedade*, Ano 4, abril de 1983, p. 141.

No entanto, as práticas de articuladores sociais foram além disso. Estes atores ofereciam à população matrizes discursivas que representam modos de abordagem da realidade e alternativas de atuação e articulação face aos problemas vivenciados considerados como inaceitáveis e à percepção dos direitos³⁷, o que, porém, não compreendemos como uma relação mecânica, da maneira pela qual Doimo interpretou no sentido de que “as instituições foram reduzidas à condição de meras “agências de elaboração discursiva”, às quais os movimentos sociais “apenas” recorreriam para extrair modalidades de nomeação do vivido³⁸”.

Em outras palavras, compreendemos a embricação de múltiplos e diferentes orientações como processo relacional onde se cria a identidade coletiva do grupo: “Trata-se uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis³⁹”.

Destarte, os movimentos populares aglutinaram um certo número de grupos de base de um determinado setor da população que contava com o apoio de agentes diversificados: “constituíam-se em ponto de ancoramento e convergência de práticas e discursos diferenciados que ajudaram a construir o tempo histórico⁴⁰”.

Convém salientar que esses pólos de aglutinação iriam se constituir em referência importante para militantes operários que encontravam dificuldades cada vez maiores para uma atuação fabril e sindical, ou seja, serviriam como pólos da rearticulação operária:

“Os trabalhadores de base desenvolvidos nos bairros da periferia ofereciam um espaço para a organização operária, na medida em que criavam condições para operários se reunirem e discutirem problemas comuns e traçarem uma linha de ação mínima para a prática no interior das fábricas naqueles tempos em que praticamente inexistia um espaço sindical próprio, com os sindicatos imobilizados e as oposições sindicais obrigadas a uma atuação quase que clandestina por força da repressão que

³⁷ Eder Sader, op. cit., 1988, principalmente pp. 141-195.

³⁸ Ana Maria Doimo, A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p.73.

³⁹ Eder Sader, op. cit. 1988, p.55.

⁴⁰ Vera da Silva Telles, Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos, in Lúcio Kowarick (org.), op. cit., 1988, pp. 247-283, citação p. 254.

se mantinha sobre o movimento operário⁴¹”.

Assim, surgia-se a importância do papel desempenhado por Pastoral operária:

“O trabalho da Pastoral operária se orientou por essas duas linhas: saber e lutar. Os operários precisam saber de sua situação e lutar, organizadamente, pela sua transformação. Promovendo debates, comemorações, publicando boletins e fazendo pesquisas, os operários engajados na pastoral tentam ajudar a todos a ter melhor consciência de seus direitos e a conhecer-se melhor como operários. Por outro lado, o engajamento ativo dos membros da pastoral na organização das fábricas, na oposição sindical e nas greves tenta cumprir o segundo objetivo⁴²”.

Este aspecto, a importância do bairro e do movimento popular, foi plenamente reconhecida no documento de Goiânia de Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS):

“1. Os movimentos populares, nos povoados e nos bairros, são o espaço de participação inicial de muitos trabalhadores para a luta sindical (...); 2. Os movimentos populares constituem uma retaguarda permanente de organização dos movimentos sindicais. (...)”⁴³.

Voltando para a questão da pluralidade dos sujeitos, compreendemos que não há como estabelecer uma situação de classe comum. Trata-se, antes de mais nada, de um conjunto de classe bastante heterogêneas e com as correspondentes formas de consciência e orientação muito diversas.

Posto isto, o elemento aglutinador – e, portanto, de criação da identidade coletiva – volta-se, à primeira vista, para os aspectos ligados ao espaço imediato de moradia:

“(...) sugere ser a condição de morador o fator explícito de criação da identidade coletiva nos movimentos sociais. (...) Enquanto segmentos organizados de uma classe, esses movimentos tendem a se apresentar como interlocutores de uma

⁴¹ Vera da Silva Telles e Silvio Caccia Bava, op. cit., 1981, p. 78.

⁴² Pastoral Operária: Comunidade de Santa Margarida-São Paulo, Cadernos do CEAS, n. 60, pp. 52-53.

⁴³ POR QUE ARTICULAR OS MOVIMENTOS SINDICAIS COM OS MOVIMENTOS POPULARES?, A Secretaria Estadual da ANAMPOS, Goiânia, 1981, GO, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

identidade primordialmente criada a partir do local de moradia e, conseqüentemente, das contradições resultantes de uma distribuição desigual de bens e serviços produzidos socialmente⁴⁴.

No entanto, não basta a similaridade das condições materiais de existência para o “formar-se” de uma comunidade; intervém a carga religiosa, o conjunto de valores e de experiências que constituem o patrimnio cultural do povo. Desta forma, ao lado desse elemento instrumental e objetivo, convém salientar um outro fator subjetivo e cultural, ou seja, a religiosidade: “No universo cultural multifacetado e socialmente difuso dos bairros, tem-se apresentado como um fator de algutinação das pessoas e como um elemento mantenedor de identidades grupais, à medida que se sobrepõe a pequenas clivagens, nivelando interesses, proporcionando unidade na ação e mantendo setores populares relativamente mobilizados e predispostos a participarem em movimentos sociais reivindicatórios e de protesto⁴⁵”.

É o convergir de todos esses fatores que possibilita a constituição de um sujeito popular: “Entende-se por sujeito popular uma agregação humana que compartilha condições semelhantes de vida, acredita e faz experiência dos mesmos valores, a partir dos quais constrói a sua unidade e a sua atuação na sociedade, um conjunto de pessoas que reconhece ter raízes culturais e religiosas comuns e uma meta política e social comum a ser alcançada⁴⁶”.

Entretanto, as classes populares, a partir de uma proposta para dentro, ou seja, criar uma nova consciência, uma mentalidade de união, solidariedade e, enfim, uma identidade coletiva onde há todo um complexo e diverso processo coletivo e comunicativo de produção cultural, refuncionalizaram e/ou reapropriaram a “esfera pública literária”- CEBs, clubes de mães e associações de moradores -, que já era dotado de uma plataforma de discussão e debate, e transformaram-na numa esfera pública onde a crítica se exerce contra e/ou em busca do poder do Estado. Ao mesmo tempo, os movimentos populares urbanos enquanto sujeito político ingressaram na política⁴⁷.

⁴⁴ Renato Raul Boschi & Licia do Prado Valladares, op. cit., 1983, pp. 105-143, citação p. 131.

⁴⁵ Ana Maria Doimo, “Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade”, in Paulo J. Krischke & Scott Mainwaring, op. cit., 1986, p. 123.

⁴⁶ João Carlos Petrini, op. cit., 1984, p. 90.

⁴⁷ Convém salientar que há uma diferenciação entre o espaço público não institucional e o espaço público político propriamente dito, ou seja, entre a periferia e o centro. No primeiro, a

Portanto, os movimentos populares poderiam ser compreendidos como um *iceberg*: na base uma grande movimentação e agitação de atividades comunitárias, discussão, debate. Na parte superior, aparecem-se algumas mobilizações e manifestações reivindicatórias e políticas. Contudo, é fundamental um processo coletivo e comunicativo de construção da identidade coletiva para aparecerem na cena.

Desta forma, os movimentos populares conduziram a uma proliferação de espaços políticos onde os problemas tematizados através da pressão social podiam entrelaçar-se com a política.

2. A fábrica e o movimento operário-sindical

Antes de mais nada, convém salientar que focalizamo-nos aqui sobre o movimento operário-sindical metalúrgico do Estado de São Paulo, pois os metalúrgicos paulistas podem ser considerados os protagonistas do ressurgimento do movimento operário-sindical brasileiro, não apenas devido ao fato de terem sido responsáveis por 66% das greves realizadas entre 1978 e 1984 em todo o país⁴⁸, mas também por terem introduzido e criado instrumentos de luta e organização que passaram a servir de referência para o conjunto do movimento operário-sindical brasileiro.

As lutas operário-sindicais que explodiram no final da década de 1970 traziam em seu bojo toda a vivência de autoritarismo e pauperização econômica. Alguns discursivos revelaram claramente tal superexploração do trabalho, ou seja, uma combinação entre a produção da mais-valia relativa e a absoluta:

“As fábricas, (...) procuram mostrar uma imagem bonita por fora. Edifícios modernos e bem organizados, jardins, vidraças na fachada (...). Tudo isso apenas encobre algo que lembra um campo de concentração, de um trabalho quase obrigatório. Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas,

sociedade civil, como movimentos, organizações e associações, capta os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para o segundo, ou seja, a esfera pública política, como os partidos políticos e o parlamento, Jürgen Habermas, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, principalmente, Cap. VIII. O papel da sociedade civil e da esfera pública política.

⁴⁸ M. H. Tavares Almeida, “Sindicalismo brasileiro e pacto social”, *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 13, outubro, 1985.

mentais e morais⁴⁹”

“As fábricas hoje em dia mais parecem um campo de concentração, com guardas armados nos quatro cantos de cada oficina, com a necessidade de cartões para a locomoção e de autorização para ir ao banheiro, com as revistas na entrada e na saída (...)”⁵⁰.

Portanto, ao contrário de condições e relações de trabalho favoráveis sustentado por vários analistas⁵¹, o mundo do trabalho, inclusive nas indústrias modernas, vivenciava, por um lado, uma realidade despótica e opressiva, um ritmo extenuante de trabalho, controlado pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, além de uma jornada de trabalho prolongada, pelo mecanismo das horas extras e pelos turnos de trabalho. Por outro, a depressão salarial, o arrocho, isto é, a remuneração rebaixada da força de trabalho e a resultante miserabilidade das massas. Todos estes elementos configuraram como a superexploração do trabalho⁵².

Além desta realidade deplorável, houve uma outra discussão em torno da organização taylorista. Que, com o trabalho taylorizado, os operários são confrontados um por um, individualmente e na solidão, à violência da produtividade: “Uma vez conseguida a desapropriação do *know-how*, uma vez desmantelada a coletividade operária, uma vez quebrada a livre adaptação da organização do trabalho às necessidades do organismo, uma vez realizada a todo-poderosa vigilância, não restam

⁴⁹ José Carlos A. Brito, *A tomada da Ford*, Petrópolis: Vozes, 1983, pp. 27-29.

⁵⁰ A entrevista com operário metalúrgico feita por Vinícius Caldeira Brant, op. cit, 1982, p.34.

⁵¹ Ver o estudo de Leôncio Martins Rodrigues. Conforme o autor, as condições materiais propícias e favoráveis obscureceriam e tolheriam a emergência de uma consciência socialista; *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo: Brasiliense, 1970. E essa concepção foi reafirmada em um ensaio posterior, quando o autor afirma: “(...) certamente impulsionará algumas tendências operárias no sentido de um sindicalismo associativo, em contraposição a um sindicalismo de classe”; “Tendências futuras do sindicalismo brasileiro”, *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, 19(4), out. dez./1979, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 50-51. Maria Hermínia T. de Almeida, por sua vez, diagnostica o aparecimento de uma nova corrente do sindicalismo brasileiro mais próximo do “sindicalismo de negócio” (business union) norte-americano; “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate e Crítica*, n.º 6, julho de 1975, São Paulo: Hucitec.

⁵² J. Humphrey, *Fazendo o milagres - controle capitalista e luta operária na indústria automobilística*, Rio de Janeiro: Ed. Vozes/CEBRAP, 1982; Ricardo Antunes, *Rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*, São Paulo: Ensaio, 1988; Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC: estudo sobre as condições de vida e consciência de classes do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística*, Petrópolis: Vozes, 1980; Amnéris Maroni, *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

senão corpos isolados e dóceis, desprovidos de toda iniciativa⁵³”.

Desta forma, a organização do trabalho taylorizada permitira somente respostas defensivas particulares, personalizadas e conspira contra o trabalhador numa tentativa de não deixar espaço para as defesas coletivas e aparecimento de novas formas de resistência.

Contra tal individualismo, Castoriadis vislumbra um fio de esperança, demonstrando que o verdadeiro sujeito da produção moderna não é o indivíduo mas é, em diversas escalas, uma coletividade de operários: “Constantemente, o capitalismo na fábrica tenta reduzi-los a moléculas mecânicas e econômicas, isolá-los, fazê-los gravitar em torno do mecanismo total (...). E, em cada oportunidade, essas tentativas se quebram diante do processo perpetuamente renovado de socialização dos indivíduos na produção (...)”⁵⁴”.

Vê-se, assim, a constituição de unidades coletivas elementares que são fundadas no contato direto permanente de seus membros e na interdependência de seus trabalhos. Esses grupos elementares “são os núcleos vivos da atividade produtiva, assim como grupos elementares de um outro tipo são os núcleos vivos de todas as atividades sociais nos diferentes níveis. Em seu seio, manifesta-se já a atitude gestonária dos operários, sua tendência a se auto-organizarem para resolver os problemas que lhes são postos por seu trabalho e por suas relações com o resto da sociedade”⁵⁵”.

Em outras palavras, mesmo com a estrutura opressiva existente em cada fábrica, criam-se as condições, ou seja, o espaço de sociabilidade, para que os operários se

⁵³ Christophe Dejours, *A locura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, São Paulo: Cortez, 1992, p. 42.. Conforme o autor, o trabalhador, o homem-macaco de Taylor, despersonalizado no trabalho, não só encontra um espaço coletivo na fábrica mas também permanece despersonalizado em sua casa. Assim, vê o trabalhador totalmente alienado. Maroni, por sua vez, explica a estratégia do taylorismo, em primeiro lugar, como expropriação do saber operário e, em segundo, como impedimento sistemático do trabalho em grupo e, em conseqüência, restringimento da comunicação horizontal. Destarte, visa-se antes a dominação da mão-de-obra que a produtividade, Amnérís Maroni, op. cit., 1982, pp. 21-28.

⁵⁴ Cornelius Castoriadis, *Sobre o conteúdo do socialismo, III: a luta dos operários contra a organização capitalista*, in *A experiência do movimento operário*, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 114. Maroni resume esta contradição em seguinte forma: “*a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores*”, Amnérís Maroni, op. cit., 1982, p. 50.

⁵⁵ Portanto, não se trata da formação de grupo em geral mas de um agrupamento de produção e de luta, Ibid., p. 115.

aproximem na discussão de seus problemas⁵⁶.

Eles, desta forma, estabelecem entre si um sistema de convivência e de solidariedade. Rainho constatou as várias formas de solidariedade entre operários e argumentou: “não se pode e não se deve considerar a solidariedade apenas quando ocorre através de ações coletivas do movimento operário. Estes últimos não poderiam existir sem a solidariedade operária. Ele a desenvolve, propiciando que se manifeste sob diferentes aspectos. No entanto, não foi o movimento operário quem a criou. Por isso, a solidariedade pode existir como sempre existiu, mesmo quando não estão ocorrendo ações coletivas”⁵⁷.

Apoiadas nesses grupos elementares e na solidariedade entre os operários, várias formas de resistência surgiram entre os trabalhadores. Recorriam permanentemente à luta individual ou coletiva, tornando comuns as práticas de sabotagem ao processo de produção: a prática “matar o tempo”, que chama de “voação”, usada com muita “malandragem” para “escapular” ao controle dos superiores; as ações violentas, pelas quais os operários quebram ou danificam ferramentas, peças, máquinas e até veículos em partes não muito visíveis, mesmo pela inspeção de qualidade; não cumprem ordens, ou inversamente, as cumprem mesmo sabendo que elas são incorretas e seus efeitos danosos para a produção. A revolta contra a situação leva a fazer o serviço “mal-feito” ou “tocado para o pau”, tornando inevitável o surgimento de defeitos no futuro. Além desses, outra prática de sabotagem, criada pelos operários, e fundamental como forma de resistência porque pressupõe um grau de organização coletiva mais efetiva, é a “operação tartaruga”⁵⁸.

No entanto, convém esclarecer que, mesmo que essas formas de resistência

⁵⁶ Maroni chamou atenção para a organização difusa no interior da fábrica que serve para propiciar “canais” para a comunicação horizontal: Esse processo ocorre no portão de entrada, na chapeira, na espera do almoxarifado, na hora de tomar um aperitivo antes do almoço, na própria hora do almoço, no banheiro, no ônibus, ao pé da máquina, enfim no diversos momentos em que as pessoas podem comunicar-se no decorrer do dia-a-dia da fábrica: Ver os relatos coletados por Celso Frederico, *A vanguarda operária*, São Paulo: Símbolo, 1979 e por Luís Flávio Rainho, *op. cit.*, 1980.

⁵⁷ Luís Flávio Rainho, *op. cit.*, 1980, pp. 296-298, citação p. 297.

⁵⁸ Sobre as várias formas individuais e coletivas de resistências e lutas: o estudo de Frederico detalha as diferentes formas de sabotagem da produção, Celso Frederico, *op. cit.*, 1979; A isso, o de Rainho acrescenta as “saídas” e “soluções” propostas pelo sistema, Luís Flávio Rainho, *op. cit.*, 1980, pp. 283-295; e também, “Movimento operário em ritmo de resistência”, *Cadernos do CEAS*, ° 94, nov/dez. de 1977, pp. 32-42; José Ricardo Ramalho, “Resistência operária: recriando as formas de luta”, *Cadernos do CEAS*, ° 94, nov/dez. de 1984, pp. 29-36.

fossem individuais ou limitassem a um pequeno grupo, isso não obscurece sua importância⁵⁹. Conforme Rainho, “mesmo quando se efetiva numa perspectiva individualista e alienante, reveste-se da maior importância, porque exprime o inconformismo com a situação em que lhes é dado viver e atesta que a classe operária não está “acomodada” (...)” e, nas condições favoráveis, “os operários deles (movimentos sociais) fazem parte ativamente, demonstrando grande capacidade de participação e comprovando que o que lhes falta são maiores oportunidades⁶⁰”.

Pois espontaneidade e consciência não são processos separados, tanto mecanicamente quanto no tempo, mas um desenvolvimento dialético. É no próprio desenrolar da luta que os trabalhadores tomam cada vez mais consciência da classe operária⁶¹.

Neste sentido, Gramsci perguntou se o subalterno que era, ontem, apenas simples ‘coisa’, simples ‘irresponsabilidade’ tornar-se-á, de um passe mágico, uma pessoa histórica, um protagonista⁶². Ou seja, não há um salto qualitativo repentino.

Contudo, convém retomar o fato de que por trás dessas resistências operárias houve uma influência forte atribuída a Pastoral Operária onde os operários podiam se reunir e discutir.

Portanto, na fábrica, apesar de individualizados no processo produtivo, os

⁵⁹ Frederico atribuía os diferentes significados e valores para a consciência de classe às duas formas de freagem, ou seja, no nível individual ou grupal e no nível coletivo, argumentando: “enquanto o conflito permanece na esfera individual ou grupal, ele faz regredir a consciência operária à busca de soluções individuais; enquanto forma de resistência coletiva, ele poderia manter viva a oposição aos detentores do capital, acumular forças para as reivindicações de maior envergadura e desenvolver a consciência de classe dos operários”, Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil*, São Paulo: Ática, 1978, pp. 91-92.

⁶⁰ Luís Flávio Rainho, op. cit., 1980, p. 275 e p. 279.

⁶¹ Daniel Guérin, *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. E vale a pena registrar o questionamento de Weffort: “Como explicar, senão por elitismo, que ainda hoje só possamos conceptualizar a espontaneidade popular em termos negativos ou diretamente irracionistas como “falta de organização”, “explosão”, “instinto das massas” etc.? (...) Como explicar a noção, corrente entre nós, da espontaneidade, vazia de todo conteúdo, senão como um alibi de intelectuais que se crêem iluminados para, por um lado, encobrir sua ignorância sobre os movimentos populares e, por outro, justificar a sua presunção de um saber global sobre a sociedade?”, Francisco C. Weffort, *Apresentação*, in José Álvaro Moisés e outros, *Condições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978, p. 11.

⁶² Antônio Gramsci, “Alguns pontos preliminares de referência”, in *Concepção dialética da história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 24.

trabalhadores mantinham relações coletivas e se identificavam nessa situação comum de exploração. A fábrica tornou-se, desta forma, como o palco inicial e principal da resistência operária. Foi a partir dela que os trabalhadores começaram a adquirir a solidariedade e a consciência coletiva de classe explorada.

E na medida em que se organizavam para lutar por melhorias de salários, segurança ou qualquer outra reivindicação específica, os trabalhadores criaram organismo de base nas fábricas que, na prática, foram a negação da hierarquia, disciplina e, enfim, o poder patronal. Conforme Rainho, “trata-se de ação autônoma dos trabalhadores, basicamente levada a efeito sem a interferência da influência de grupos ou movimentos externos e que entre outras, mais especificamente por essa razão, provocam um amadurecimento considerável da classe, pois, desta forma, afirmam o seu próprio caminho. São instrumentos de luta que, como uma espécie de ensaio, vão possibilitando-lhes ir aquilatando sua força, combatividade e consciência da necessidade de sua organização autônoma e independente⁶³”.

Moisés, baseando-se em alguns dados da imprensa operária, boletins da oposição sindical e da pastoral operária, aponta uma série de movimentos reivindicativos no período de 1972/1973, bem como a organização de comissões de fábrica: “é interessante observar que, segundo os relatos que aparecem na imprensa operária, aumentava a cada ano o número de empresas da região da Grande São Paulo onde se formavam as comissões de fábrica, articulando os trabalhadores em face da política do arrocho salarial e dos aumentos de custo de vida⁶⁴”.

Essas pequenas lutas continuaram a se registrar no período subsequente de 1973 a 1977 e tiveram maior incidência em São Paulo e no ABCD, nos setores mais dinâmicos da economia capitalista, onde predominavam as grandes empresas multinacionais. Contudo, não ficaram restritas a essas regiões⁶⁵.

O autoritarismo político e a vigência da superexploração no cotidiano das fábricas fazia pulsar o contingente operário em direção à revolta e à rebeldia:

⁶³ Luís Flávio Rainho, *op. cit.*, 1980, p. 288.

⁶⁴ José Álvaro Moisés, *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 99.

⁶⁵ Sobre este dado, ver “Movimento Operário em ritmo de resistência”, *op. cit.*, 1977. E também Sílvia Maria Manfredi, *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*, São Paulo: Loyola, 1986, pp. 100-105.

“O autoritarismo exacerbado estrangulou o movimento sindical, mas não fechou os sindicatos e como a vida não se esvaiu de todos os sindicatos e a insatisfação muda predominou entre as lideranças. Não é de se estranhar que os conflitos resultantes da perversa combinação entre desenvolvimento econômico acelerado, exclusão social e autoritarismo político terminassem por ganhar expressão no mundo sindical⁶⁶”.

Desencadeou uma série de greves no triênio de 1978 a 1980:

“Enquanto essas ocorrências se sucediam e tornavam-se cada vez mais freqüentes, a experiência ia sendo acumulada e sua extensão se ampliava. É como se fendas fossem sendo abertas, possibilitando que, através delas, o movimento fosse avançando, conquistando espaço, adquirindo vivências e o operário perdendo o medo, conseguindo maior disposição para a luta e confiança em suas próprias forças, até que culminaram desembocando na realização das grandes greves pelo reajuste salarial (20%) em maio/junho de 1978⁶⁷”.

A resistência, que se foi articulando desde o início dos anos 1970 adquiriu um significado político implícito. Questionando a organização capitalista do processo de trabalho, os trabalhadores, por um lado, tornaram a fábrica o local privilegiado do conflito, clamando por maior participação e democracia nela. Por outro, atuando à margem das práticas sindicais, a resistência operária trouxe também à tona o descompasso entre a movimentação dos trabalhadores e os aparelhos sindicais burocratizados e atrelados ao Estado, conforme já indicamos no capítulo anterior. Conforme Ramalho,

“a multiplicação dos mais variados organismos de resistência política dentro das fábricas, e o fortalecimento dessa estrutura, na medida em que muitas empresas passaram a negociar diretamente com os operários assim organizados, ignorando a estrutura sindical controlada pelo Estado, significaram a consolidação de novas formas de expressão do movimento operário brasileiro, com ênfase no trabalho realizado na base e nos locais de trabalho⁶⁸”.

⁶⁶ Maria H. T. Almeida, “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, in Bernardo Sorj e Maria H. T. Almeida (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós 64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁶⁷ Luís Flávio Rainho, *op. cit.*, 1980, p. 288.

⁶⁸ José Ricardo Ramalho, *op. cit.*, 1984, p.33.

A reação dos sindicatos à movimentação e às reivindicações surgidas das fábricas foi, entretanto, bastante diferenciada. Neste quadro, a partir de meados da década 1970, começou a se desenvolver, por dois caminhos diferentes, um novo estilo de prática sindical, que tentava romper o imobilismo e o peleguismo reinantes. As “oposições sindicais⁶⁹” e os “sindicalistas combativos⁷⁰” foram, senão os organizadores diretos, sujeitos importantes na dinamização, elaboração e tentativa de unificação das experiências desenvolvidas nas fábricas.

Destarte, as greves de 1978, que marcaram um momento de inflexão no movimento operário-sindical brasileiro, puderam ser consideradas como o primeiro ensaio de um processo dialético entre a “prática invisível” de resistência levada a cabo no interior das empresas e a atuação de correntes sindicais que começaram a se destacar no imobilismo dominante⁷¹.

⁶⁹ Principalmente, onde o sindicato é dominado pelos pelegos e as condições de repressão e controle eram extremamente severos, surgiu e desenvolveu-se a Oposição Sindical. A “Oposição Sindical” e a “Pastoral Operária”, esta ligada à Igreja Católica defendiam a necessidade dos trabalhadores se organizarem em comissões nas empresas, como forma de obter coesão e, ao mesmo tempo, como meio para encaminhar as reclamações coletivas referentes a problemas de horas-extras, ritmo da produção, condições de higiene, melhora de refeições e diminuição de seu preço, perseguições de chefes, ameaças de dispensa sem levar em conta os direitos previstos em lei, etc. Ver *A Luta por um Sindicato de Base: Histórico da Oposição Sindical*, Cadernos do CEAS, n. 63, 1979, pp. 8-11. Sobre a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), ver o trabalho de Eder Sader, op. cit., 1988, pp. 225-261 e também Hamilton Faria, *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964/1978)*, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1986.

⁷⁰ No caso dos sindicatos mais combativos, entre os quais se destacou o de São Bernardo onde havia um processo de dinamização da vida sindical que apresentou um conjunto de características relativamente novas em relação às experiências sindicais de períodos anteriores. Essas novas características justificaram a denominação das tendências sindicais que despontavam de “novo sindicalismo”. Ao analisar o discurso do sindicato veiculado nas páginas da *Tribuna Metalúrgica*, Paranhos chega a verificar que havia uma instituição de uma fala e de uma identificação operária que procurava organizar os trabalhadores metalúrgicos em defesa dos seus interesses, Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos - 1971/1982*, Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória-Unicamp, 1999, principalmente cap. 1, pp. 29-146.

⁷¹ As paralisações que começaram em maio de 1978, tiveram início e peso preponderante no núcleo moderno do parque industrial brasileiro (indústria automobilística e mecânica do ABC - São Paulo) - 75,9% do total das greves -, e na forma de greves por estabelecimento - 86,8% do total das greves -, que desembocaram em negociações diretas à margem das instituições e normas reguladoras das relações trabalhistas. Ou seja, trata-se de greves sem piquetes, sem violência, feitas por trabalhadores que se mantinham dentro das empresas. Paralisações que não haviam sido organizadas pelo sindicato, ainda que para ele houvessem confluído, e constituíssem o resultado de um trabalho pretérito de mobilização conscientemente

As greves tinham sido uma *engenhosidade* operária dentro da fábrica. Conforme Maroni, a comunicação horizontal para a articulação e sustentação do movimento grevista foi intensamente buscada:

“Em maior ou menor grau, houve em todas as fábricas um processo de preparação da greve que contou com um know-how que se vinha acumulando na luta contra opressão. Os “recortes de jornais” com notícias da greve, para o necessário “aquecimento ideológico”, ganharam os espaços possíveis (principalmente os banheiros) para comunicação entre os operários⁷²”.

Ramalho, por sua vez, argumenta na mesma direção:

“Estas greves não foram espontâneas - se por espontâneo se entende “criado do nada” (...).Para chegar-se a elas houve um longo processo de preparação com as pequenas lutas e práticas de resistência dentro das fábricas, como as paralisações parciais e a formação das primeiras comissões operárias que assumiram durante as greves o papel de negociadores⁷³”.

Sendo assim, a preparação orgânica das greves resultou das experiências acumuladas de resistência e dos canais próprios de comunicação operária.

Com o aprofundamento do conflito em cada fábrica, intensifica-se também a comunicação horizontal, difusa no início, (re)inventando um espaço público dentro da fábrica, ou seja, as assembléias e as comissões de fábrica⁷⁴, com as quais desaparecia individualismo, quebrava-se a hierarquia e a disciplina, pois esse tipo de iniciativa

desenvolvido pela liderança sindical. Ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Novos demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década”, Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 26, nº 3, 1983, pp. 265-290 e mesma autora, “Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil”, Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 24, nº 2, 1981, pp. 161-189.

⁷² Amnéris Maroni, op. cit., 1982, p. 56.

⁷³ José Ricardo Ramalho, op. cit., 1984, p. 34.

⁷⁴ Para maior detalhe sobre os comissões de fábrica, ver os seguintes trabalhos: Iram Jácome Rodrigues, Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria, São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990; Valdemar Santos Pedreira Filho, Comissões de fábrica: um claro enigma, São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997; Roque Aparecido da Silva, Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores, in Maria Tereza Leme Fleury & Rosa Maria Fischer (coord.), Processo e relações do trabalho no Brasil: movimento sindical; comissão de fábrica; gestão e participação; o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCG e KANBAN), São Paulo: Atlas, 1987, pp. 203-220; José Álvaro Moisés, Greve de massas e crise política, São Paulo: Polis, 1978.

igualava todos, criavam-se relações de solidariedade:

“Nessas formas organizativas, não cabem hierarquias nem a centralização autoritária que daí (capital) decorre. Atuando em seu próprio nome, os operários controlam seus “dirigentes”, e, por meio deles, a própria orientação do movimento. Os operários são aqui o centro da luta, e a fábrica, em particular as diversas seções, a base da organização operária. Os membros das comissões expressam as opiniões dos trabalhadores que se manifestam através das assembléias de fábrica. Ou seja, essas formas organizativas possuem racionalidades e dinâmicas próprias⁷⁵”.

Assim, surgia um espaço público onde nascia a política de chão-de-fábrica:

“Organizar-se em comissões significa também discutir coletivamente todos os problemas. Significa unir-se, criando uma força capaz de buscar soluções. Quando os trabalhadores elegem colegas de trabalho para representá-los perante o patrão, estão colocando em prática o que chamamos de democracia participativa ou democracia direta⁷⁶”.

Essa forma organizativa se colocou com bastante desenvoltura nas greves por fábricas realizadas pelos trabalhadores em São Paulo nos meses de maio/junho/julho/agosto de 1978. Foi nesse momento que os trabalhadores fabris retomaram a experiência de organização autônoma nos locais de trabalho, a despeito de toda a legislação autoritária e corporativa:

“Em 1978, com a vaga grevista desencadeada pelos trabalhadores metalúrgicos da Grande São Paulo, num continuum que se expandiu de fábrica para fábrica, foram criadas centenas de comissões de fábrica, particularmente na capital paulista. Essas comissões tinham por objetivo representar os trabalhadores nas negociações com os patrões e, geralmente, eram formadas por trabalhadores eleitos em assembléias em seus locais de trabalho⁷⁷”.

⁷⁵ Amnérís Maroni, op. Cit., 1982, p. 126.

⁷⁶ José Ibrahim, O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica, São Paulo: Global, 1986, p. 13. Além disso, conforme Gramsci, nasce, com a comissão de fábrica, uma organização embrionária para o socialismo: “A ditadura proletária pode se encarnar em um tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O Conselho de Fábrica é a principal célula desta organização”, Antonio Gramsci & Amadeo Bordiga, Conselhos de fábrica, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 42..

⁷⁷ Iram Jácome Rodrigues, op. cit., 1990, p. 40.

E o outro aspecto importante dessas experiências grevistas de 1978, para os novos rumos do sindicalismo no país, diz respeito a que, pelo menos nas empresas da região do ABC, as negociações entre empregados e empregadores foram conduzidas pelos sindicatos após um esquema de consulta à vontade das bases operárias. Através de reuniões e assembléias de fábrica, os dirigentes sindicais ou os “delegados” de fábrica tomaram conhecimento da disposição da massa de continuar ou não a greve, conforme fossem as condições e os termos de acordo que iam sendo propostos pelos empresários.

Paralelamente a isso, havia um momento de construção de uma nova subjetividade, de redescoberta da confiança e da solidariedade, enfim, recuperação da dignidade:

“Em um mesmo processo, recupera-se o sujeito coletivo e a individualidade subjetiva. O trabalhador, o metalúrgico em greve reconhece-se enquanto tal, orgulhosamente, e reconhece o seu semelhante. Deixa de ser um número e passa a ser alguém cuja existência é respeitada – por ele mesmo, por seus companheiros, por seus opositores. Ele, o seu sindicato, a sua categoria. Alguém que passa a ser ouvido e considerado. Produz-se finalmente um acerto de contas. A dignidade ferida começa a ser recuperada”. “Seu significado mais profundo foi a recuperação da dignidade dos trabalhadores e a sua reafirmação enquanto sujeito capaz de se organizar, de agir coletivamente na defesa dos seus interesses (...)”⁷⁸.

Já no caso das greves de 1979, o processo foi, em certo sentido, o oposto. De modo geral, o movimento grevista estendeu-se para outras regiões e para fora do setor industrial moderno (26,7% contra 21,9% base em serviço, 26,7% classe média do total de greves), e sua forma característica foram as paralisações por categoria profissional (54,9% contra 37,1% por estabelecimento), que retomaram o leito tradicional de processamento dos conflitos através da negociação triangular. Desta forma, o centro de gravidade da mobilização retornava ao sindicato.

Para efeito de demonstração, vejamos em detalhe a experiência de greve em São Bernardo do Campo.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo vinha realizando, em

⁷⁸ Laís W. Abramo, Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho, in Lúcio Kowarick (org.), op. cit., 1988, pp. 207-245, citações p.241 e 243.

conformidade com as resoluções de seu III Congresso⁷⁹, reuniões de operários por empresas, objetivando suprir uma séria lacuna do movimento sindical brasileiro, ou seja, sua ausência dentro das fábricas. Ao mesmo tempo em que a direção sindical inteirava-se do cotidiano fabril, a massa operária também aumentava a sua participação na vida sindical: “O sindicato assumiu essa questão de reuniões por fábricas, fez boletins, jogou nas bases. Começou um clima de agitação e o trabalhador começou a se interessar mais⁸⁰”.

Foi nesta articulação sindicato/fábrica que foi estruturada uma comissão de salários que teve papel importante, junto com a direção sindical, na preparação e organização da Greve Geral Metalúrgica de 1979.

Em 1979 os operários foram para as ruas, adotaram uma nova tática grevista: os piquetes. Foi esta ação que expandiu a greve transbordando ao espaço da fábrica: “Por intermédio dos piquetes socializa-se uma experiência antes confinada ao interior das fábricas. O movimento grevista toma conta da cidade, cria novos espaços de organização e desenvolve uma solidariedade tanto interna ao movimento como de apoio de importante setores da sociedade, de entidade que reforçam a legitimidade da greve⁸¹”.

Foi neste greve geral que setores sociais, os mais variados, procuraram se mobilizar para apoiar a greve. Com o fundo de greve, iniciou-se uma campanha nacional de solidariedade, mediante a coleta de recursos financeiros e alimentos para os trabalhadores paralisados.

Com a ampla rede de solidariedade, o movimento grevista tinha ganho uma irrecusável conotação política:

⁷⁹ O ponto central do III Congresso em 1978 era o seguinte: “A força necessária para as transformações que propomos depende exclusivamente da organização dos trabalhadores dentro das empresas através das comissões de empresa. (...) As comissões de empresas devem surgir da iniciativa e criatividade dos trabalhadores dentro da empresa, em torno de seus problemas específicos, (...) todos os problemas internos de uma empresa. (...) A implantação e o desenvolvimento da organização de comissões de fábrica, será o início da nova estrutura sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”, IV Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema, Caderno 1, “Resoluções I-II-III Congressos”, pp. 23-26.

⁸⁰ “O arrocho treme nas bases do ABC”, debate com trabalhadores de base do Sindicato de São Bernardo, Revista Ensaio, n.º 7, São Paulo: Ed. Escrita, 1979, p. 44.

⁸¹ Sílvio Caccia Bava, “A luta nos bairros e a luta sindical”, in Lúcio Kowarick (coord.), op. cit., 1988, p. 292.

“Da reemergência à afirmação, efetiva-se um processo alargador e de espessamento, (onde) é preciso destacar, como determinação fundamental, que, tomado no seu conjunto, este período de cerca de um ano, em contraste com toda fase anterior, consubstancia um salto qualitativo: o da passagem da fase de *resistência democrática*, que caracteriza todo o período anterior a maio de 78, para a fase do *movimento democrático de massas* propriamente dito. Quando o ressurgimento das lutas operárias atinge a *afirmação*, nas jornadas dos últimos meses, temos a emergência, de fato, de um *movimento democrático de massas*, diante do qual todas as ocorrências e manifestações oposicionistas anteriores se vêem convenientemente dimensionadas, em seus caminhos e descaminhos (...)”⁸²”

No início de 1980, foi após a implementação da “nova” política salarial⁸³ que os trabalhadores da indústria automobilística intensificaram sua campanha salarial. Antevendo um novo e acirrado confronto com o patronato, os metalúrgicos do ABC procuraram dar maior organicidade à sua ação.

Da primeira assembléia geral participaram 4.500 operários. Foi organizado um comando de mobilização com 446 trabalhadores, com a responsabilidade de preparar e organizar as assembléias seguintes. Dias depois, 80 mil metalúrgicos lotaram o Estádio de Vila Euclides e mostraram o vigor e o ímpeto dos trabalhadores naqueles momentos que antecederam à deflagração da Greve Geral metalúrgica de 1980. A primeira assembléia foi realizada em três sessões, durante os dias 29 de fevereiro e 1.º de março. Quando da realização da segunda, em 16 de março, os operários decidiram que, enquanto perdurasse as negociações, não seriam realizadas horas-extras, além de que diminuiriam o ritmo da produção nas fábricas. Realizaram-se 215 reuniões (por fábricas) no Sindicato e 65 assembléias nas entradas e saídas dos turnos, nas portas das fábricas, totalizando quase três centenas de assembléias preparatórias da pauta de reivindicações do operariado metalúrgico do ABC. Foram impressos 450 mil boletins preparatórios das três assembléias gerais que antecederam à Greve; 600 mil suplementos da Tribuna Metalúrgica; 62 mil adesivos, 19 mil cartazes e 20 faixas

⁸² J. Chasin, “As máquinas param: Germina a Democracia”, in Revista Ensaio, n.º 7, São Paulo: Ed. Escrita, abril de 1980, p. 116.

⁸³ Em outubro de 1979, a política salarial vigente desde 1965 foi modificada: os reajustes salariais passaram a ser semestrais, tendo como base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Previa-se também que os reajustes obedecessem à diversidade de faixas salariais da seguinte forma: 1) até 3 salários mínimos o reajuste seria de 10% superior ao INPC; 2) de 3 a 10 seria equivalente ao incremento do INPC e 3) os salários superiores a 10 mínimos seriam reajustados de acordo com 80% do incremento do INPC.

convocando para a assembléia decisiva de 30 de março de 1980⁸⁴.

A Greve Geral de 1980 estava, certamente, respaldada em duas experiências anteriores, como as Greves de Maio de 1978 e a Greve Geral de 1979, e também em outras paralisações ocorridas no ano de 1979, como a dos metalúrgicos da cidade de São Paulo⁸⁵.

No dia 30 de março, sem nenhuma proposta capaz de encontrar aceitação no seio do operariado metalúrgico do ABC, este decidiu pelo início da Greve Geral a partir de 1.º de abril. E, neste dia, sem que houvesse a necessidade de piquetes, os operários do ABC paralisaram as máquinas.

No que tange à sua organização interna, a Greve era dotada de uma estruturação precisa: as assembléias gerais plebiscitárias constituíam-se na instância decisória do movimento. Mas, tendo em vista a experiência do ano anterior, quando houve a intervenção e a crise aberta durante a ausência de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), estruturou-se também uma organização capaz de dar continuidade ao movimento, uma vez que se previa o desencadear da ação de todo o aparato repressivo: no topo do movimento encontrava-se a diretoria do Sindicato (membros efetivos e diretores de base), com Lula à frente. Estruturou-se um comando de greve, com dezesseis operários, que substituiriam, um a um, se necessário, os membros da diretoria. Para agilizar as decisões desse comando, existia um escalão intermediário, com cerca de 45 trabalhadores, que se encarregavam de transmitir as diretrizes à comissão de salários e mobilização, composta de 446 membros. Estes, distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, faziam a ligação entre a base e o comando. E, através das assembléias plebiscitárias de massa, o movimento era constantemente reavaliado. Prevendo a longevidade da Greve - Lula argumentou em assembléia que a paralisação poderia durar até 30 dias - iniciou-se, através do apoio da Igreja, o recolhimento de alimentos bem como, através do Fundo de Greve, a coleta de recursos financeiros para o sustento dos grevistas⁸⁶.

Por trás de aparente movimento de massa, encontram-se, assim, as práticas moleculares e intermediárias que consolidaram e fortaleceram a greve.

⁸⁴ Ver Tribuna Metalúrgica, n.º 57, abril de 1980, p. 5.

⁸⁵ Ver um sintético balanço da forma como foram conduzidas estas greves do último ano em Tribuna Metalúrgica, n.º 55, dezembro de 1979, p. 3.

⁸⁶ Ricardo Antunes, A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980, São Paulo: Ensaio, 1988, p. 71.

Essa organicidade transpareceu claramente, logo após o ato de intervenção. Lula observou: “O governo não pode intervir nas casas de 142 mil metalúrgicos para obrigar os operários a voltarem ao trabalho (...). Os metalúrgicos já sabem como proceder agora, pois desde a primeira assembléia nós já contávamos com a possibilidade da intervenção e preparamos os trabalhadores para isso. A intervenção não muda o quadro nem altera o ânimo dos trabalhadores⁸⁷”.

A intervenção federal no sindicato e a prisão de seus diretores, ao contrário de desarticular o movimento, provocou uma ampliação de sua direção e uma maior democratização no processo de decisões. Isso fez com que despontassem novas lideranças intermediárias que, à medida que o conflito se radicalizavam, assumiram cada vez mais a condução da greve⁸⁸. Assim, acossados, impossibilitados de realizar assembléias plebiscitárias no Estádio ou no Paço Municipal, os operários passaram a realizá-las na Igreja Matriz e a manter a mobilização através das reuniões por bairros.

“A atuação nos bairros não ficou apenas nos municípios de São Bernardo e Diadema. Como uma grande parte dos metalúrgicos que trabalham nessa região moram fora dela, foi necessário estender o trabalho para os bairros de outros municípios como Santo André, Mauá e, principalmente, São Paulo (...). Os metalúrgicos mantinham, nesses bairros e em muitos outros espalhados pela Grande São Paulo, reuniões praticamente diárias com cerca de 400 pessoas em cada um, entre metalúrgicos, suas mulheres e familiares e trabalhadores de outras categorias. No ponto mais alto do movimento, houve bairros onde estas reuniões contavam com mais de duas mil pessoas⁸⁹”.

Desta forma, o movimento grevista realmente transbordou além da fábrica/sindicato, constituindo-se como “momento de fusão⁹⁰” onde desembocam lutas que caminhavam paralelas, como diversidades que temporariamente apresentavam elementos aglutinadores, transformando a cidade numa ampla rede de apoio aos grevistas, onde a luta passou a contar com múltiplos e variados espaços sociais de solidariedade⁹¹:

⁸⁷ Conforme Folha de São Paulo, 18/04/80, citado por Antunes, p. 74.

⁸⁸ Silvio Caccia Bava, op. cit., 1988, p. 297.

⁸⁹ “41 dias de resistência e luta: uma análise da greve feita por quem dela participou”, Cadernos do trabalhador, I, São Bernardo: ABCD Soc. Cultural e URPLAN -PUC-SP, 1980, p. 29.

⁹⁰ Lúcio Kowarick (coord.), op. cit., 1988, p. 21.

⁹¹ Como Bava salientou bem, enquanto em São Paulo, os movimentos populares urbanos

“Nos bairros de toda a Grande São Paulo formavam-se comitês de apoio à greve. Aquelas organizações que expressavam a “sociedade civil” em oposição ao regime militar – Ordem dos Advogados, Comissão de Justiça e Paz, entidades estudantis, sindicatos, organizações de mulheres, de negros, de artistas – assumiram a luta dos metalúrgicos do ABC como sua. A Igreja ofereceu todo o apoio para a agilização do fundo de greve⁹²”.

No dia 11 de maio, em assembléia geral realizada na Igreja Matriz, encerrou-se a Greve Metalúrgica de São Bernardo, após 41 dias de confronto deflagrado pelo operariado metalúrgico vinculado à indústria automobilística. O comando de greve divulgou, então, o seguinte Boletim:

“A guerra continua...(…). O importante é manter e aumentar nossa organização. Todos devem continuar unidos. Estas são nossas palavras de ordem; voltar à fábrica não significa produzir. Toda forma de boicote é válida. Nenhuma hora-extra. Ela é o fundo de greve do patrão. Marcha lenta. Reduzir a produção. Nenhuma peça a mais. Quanto menos melhor. Esculhambar a qualidade. Vamos arrancar a estabilidade na marra: companheiro demitido, máquinas paradas até a readmissão...(…)”⁹³.

Posto isto, mais uma vez deixa transparecer de forma clara o que há por trás dessas greves de triênio entre 1978 e 1980: o processo dialético entre as resistências e lutas dos operários metalúrgicos no nível de fábrica e o sindicato. Assim, o movimento operário-sindical conseguiu canalizar as energias e as solidariedade operárias criadas na fábrica para o espaço público institucionalizado, ou seja, o sindicato. Sader, neste sentido, argumenta que “com as greves ocorridas em 1978 e 1980, o sindicato tornou-se um “espaço público operário” em que os metalúrgicos da região constituíram-se como um sujeito coletivo⁹⁴”.

Na verdade, havia uma proliferação dos espaços públicos. Há, em primeiro lugar, a invenção do espaço público dentro da fábrica e, em segundo, a renovação e reapropriação do espaço público institucionalizado – o sindicato –, através destes o

ofereciam um pólo de rearticulação da Oposição Sindical, no São Bernardo esta relação inverteu-se, pois a organização e os movimentos de bairro surgiram a partir das experiências de greve, das práticas do movimento operário e sindical. Sílvio Caccia Bava, op. cit., 1988, pp.287-313.

⁹² Eder Sader, op. cit, 1988, p. 310.

⁹³ Boletim do comando de greve, 11 de maio de 1980.

⁹⁴ Eder Sader, op. cit., 1988, pp. 296-297.

movimento operário-sindical ingressa na esfera pública política e, enfim, a revitalização e/ou criação dos espaços públicos na cidade.

No entanto, convém observar que o caminho a ser percorrido pelo movimento operário/sindical após 1980 é qualitativamente diferente, sugerindo de certa forma a desgaste da arena político-sindical como palco das lutas reivindicativas dos setores organizados da classe trabalhadora:

“Ao apontar na direção de uma efetiva possibilidade de quebra da velha rigidez imposta pela estrutura sindical oficial ao crescimento dos movimentos operários pela base, as greves de 1978 criaram as condições para que a classe operária, guiada pelos novos dirigentes sindicais, fizesse a experiência de 1979. Esta experiência, entretanto, demonstrou que a construção de um sindicalismo democrático de massa que não almeje, simplesmente, mobilizar as massas trabalhadoras mas, mais do que isso, busque outorgar algum peso específico a elas na própria condução do processo de tomada de decisão do movimento sindical, não pode conviver, passivamente, com as estruturas herdadas do passado. Na verdade, este final da década 70, no Brasil, parece significar o fim de um ciclo histórico do movimento sindical, cujas condições de superação emergiram, ao menos tendencialmente, com as experiências que anunciaram outro ciclo novo, em 1978. Neste sentido, para se abrir plenamente, parece que antes precisa fechar o seu interior. Daí a experiência de 1979⁹⁵”.

O seu esgotamento, portanto, não advinha, simplesmente, do seu imobilismo, mas precisamente do fato de que ela foi utilizada até o ponto em que não pode mais suportar a mobilização massiva sem passar por profundas transformações. Além disso, houve o conjunto de fatores embricados para tal guinada. Em primeiro lugar, podemos falar da situação de recessão econômica. Em segundo lugar, além da “repressão econômica”, recrudescceu e aperfeiçoou-se a repressão política contra o movimento dos trabalhadores. Ou seja, a política de recessão econômica, a política salarial do governo, o desemprego, a repressão e a barreira representada pela estrutura sindical e o peleguismo fizeram com que esta fase inicial do movimento se esgotasse em seu ciclo.

Foi neste quadro que as comissões de fábrica ressurgiram amplamente e com características mais estáveis, como um importante elemento na esfera das relações entre capital e trabalho no Brasil⁹⁶. Na medida em que a empresa passou a ser o palco

⁹⁵ José Álvaro Moisés, 1982, p. 130.

⁹⁶ Conforme Rodrigues, “se as comissões de fábricas que se formaram no período anterior a

privilegiado do conflito entre empregados e empregadores, aumentaram em muito as greves por fábrica, ao invés de greves gerais, ou mesmo por categoria, que declinaram bastante:

“Após um período inicial de ressurgimento, caracterizado por grandes mobilizações e greves generalizadas, o sindicalismo atravessa uma fase de aparente calma, onde as lutas cotidianas de resistência no local de trabalho têm se revelado de grande importância para manter e consolidar a luta dos trabalhadores⁹⁷”.

Um outro aspecto a ser destacado é uma incorporação crescente dos assalariados médios e dos trabalhadores de serviços na prática da ação grevista: “quando computadas as jornadas não-trabalhadas, os assalariados médios suplantaram significativamente as jornadas não-trabalhadas que resultam da paralisia do trabalho operário. A longevidade tem sido uma das marcas distintivas da ação grevista dos funcionários públicos e dos assalariados médios⁹⁸”.

Entretanto, convém observar que, num contexto mais amplo de uma conjuntura política de “abertura”, propiciaram-se novos espaços ao movimento dos trabalhadores, por exemplo, as articulações intersindicais, a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT):

“Que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso não iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização⁹⁹”.

Tornou-se, assim, necessário dar um novo formato à estratégia de luta do movimento operário/sindical, o qual fosse capaz de escapar da rigidez das estruturas trabalhistas e que se mantivesse sustentado na força política de seu caráter reivindicativo generalizador.

1981 tenderam a desaparecer, para os trabalhadores ficou o aprendizado prático dessas lutas. É, no primeiro momento que foi possível, 1981/1982, essas experiências foram retomadas. Nessa nova fase a representação operária pôde se estruturar e avançar tendo como locus fundamental o espaço fabril da indústria automobilística e os trabalhadores dessas empresas como seus atores principais”, Iram Jácome Rodrigues, op. cit., 1990, p. 51.

⁹⁷ Jornal dos Trabalhadores, Segunda Quinzena, maio de 1982..

⁹⁸ Ricardo Antunes, O novo sindicalismo no Brasil, Campinas: Pontes, 1995, p. 20.

⁹⁹ Lula-Entrevistas e Discursos, São Paulo: Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, 1980, p. 233.



Mesmo nas condições sociais e políticas impostas pelo regime autoritário e capitalismo selvagem, as classes populares, através das múltiplas formas de movimentos sociais, afirmaram sua cidadania, resgatando a dignidade e a solidariedade, questionando a imagem de atraso, imaturidade política e incapacidade de expressão própria que havia sido legado pela tradição autoritária política no Brasil, e através da qual se interpretava sua história num passado ainda recente. Com isso, exigiu um pensar diferente sobre a política como algo que existe para além do Estado-aparato visível e centralizado.

Enquanto espaços de liberdade e socialização política, os movimentos permitiram às classes populares o aprendizado prático de se reunir, debater, a consciência de seus direitos e de serem cidadãos e, enfim, a apreensão crítica de seu mundo. Em outras palavras, construindo e atuando nos vários espaços públicos, as classes populares se tornaram os “sujeitos coletivos autônomos” no sentido de realizar seus interesses, expressar suas opiniões e visões de mundo. Conforme Vigevani,

“o que garante ao movimento social sua efetiva autonomia, que é algo que vai muito além da contestação, é, no limite, uma visão de mundo. (...) Visão de mundo ou concepção de mundo, idéias muito usadas por Gramsci, não significam necessariamente um projeto político-partidário, ou nem mesmo um conceito de hegemonia que visa o objetivo de apoderar-se do aparelho do Estado, mas certamente significam idéias que implicam a luta pela expansão desta visão ou concepção, ou melhor, pela sua expressão no nível da sociedade em geral, rompendo assim com a concepção espontaneísta que às vezes pode derivar em corporativismo, particularismo ou utopia¹⁰⁰”.

Pois os movimentos sociais, conforme Alexander, alimentam-se de um senso de comunidade total, pois, embora os próprios movimentos sociais constituam apenas um grupo específico, alegam ou “representar” a sociedade como um todo, ou falar diretamente à “sociedade” em nome de um interesse particular¹⁰¹.

¹⁰⁰ Tullo Vigevani, “Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa”, in E. J. Viola, I. Scherer-Warren & P. Krischke (orgs.), Crise política, movimentos sociais e cidadania, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989, pp.134-135.

¹⁰¹ Jeffrey C. Alexander, Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais, RBCS, vol. 13, n°

Assim, os movimentos sociais não podem ser considerados como simples respostas aos problemas existentes mas sim devem ser entendidos como respostas à possibilidade de construir “problemas” convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa “realidade” ao conjunto da sociedade. Isso significa que o papel importante de um movimento social deve ser o de recolocar demandas específicas, tirá-las de instituições particulares para o interior da própria sociedade civil. Passando de um problema relativo a uma esfera específica da sociedade a um problema da sociedade como um todo, os movimentos “iniciam uma conversa” com a sociedade e atraem a atenção dos seus membros para uma compreensão mais global de sua causa.

Estes movimentos sociais significaram, durante o regime militar, espaços de resistência e de participação sócio-política onde, além de construir uma cultura solidária e democrática, introduzirão novos temas, questões e práticas ao processo de transição democrática, os quais analisaremos no próximo capítulo.

Capítulo IV. Produzindo saberes locais

“Mas é preciso reconhecer que foram vocês que retiraram a reivindicação da democracia da generalidade em que ela estava posta. Vocês nos ensinaram, a todos, que é preciso não encher, simplesmente, a boca com essa palavra sem, ao mesmo tempo, explicar direitinho a quem ela se dirige, efetivamente, e a que setores da sociedade ela está destinada a servir. Democracia só para alguns não é democracia verdadeira. Democracia cheia de formalismos, que o povo não entende, e que só serve para encobrir desigualdades, não vale¹”.

Os movimentos sociais apareciam como alternativa política, como espaços públicos nos quais a liberdade poderia alimentar-se e efetivar-se. Foi no despertar da subpolitização que as classes populares puderam realizar liberdade e compreender a política como algo que não se reduz a um único espaço, prefixado e determinado como lugar do Estado e das relações institucionalizadas de poder. Em outras palavras, poder dizer! Conforme Bourdieu, “a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura²”.

Desta forma, é através dos movimentos sociais – os espaços públicos – que as classes populares puderam elaborar suas representações sociais³ sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, pois não existe uma realidade objetiva *a priori*, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo

¹ José Álvaro Moisés, Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 18.

² Pierre Bourdieu, O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 165.

³ Retomando Goffman e Piaget, os estudiosos americanos dos movimentos sociais – principalmente Snow e Benford – utilizaram *frame* como “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”. Neste sentido, tratava-se de quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas por um movimento ou grupo social, e ao ser utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressam aqueles significados. David A. Snow & Robert D. Benford, “Master Frames and Cycles of Protest”, in Aldon D. Morris & Carol McClurg Mueller, *Frontiers in Social Movement Theory*, N. Haven: Yale Univ. Press, 1992, pp. 133-155.

grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependentes de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca.

No entanto, convém esclarecer por que saberes locais. Em primeiro lugar, seguindo Moscovici, compreendemos as representações sociais como uma forma de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos⁴, o qual tem duplo sentido do social. Primeiramente, as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente construída por meio de discursos públicos nos grupos. O resultado desse processo comunicativo e discursivo são as representações sociais. Elas caracterizam o estilo de pensamento dos membros do grupo, ou seja, identidade social. Em segundo lugar, trata-se do conhecimento sobre as coisas “reais e imaginárias” do seu mundo, ou seja, sobre a sociedade⁵.

Abric, por sua vez, entende a representação como uma visão funcional do mundo. Em outras palavras,

“A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas⁶”.

No entanto, Melucci recorreu, na análise dos movimentos sociais, ao conceito de ideologia que funciona como o mecanismo de orientação e definição de ação, tendo uma função estratégica em relação ao meio ambiente.

Neste aspecto, não nos parece que tem uma grande diferença entre as representações sociais e a ideologia, pois eles são um corpo sistemático de representações, valores, idéias e orientações cognitivas que nos “ensinam” a conhecer e a agir.

⁴ Serge Moscovici, *A representação social da Psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 26.

⁵ Wolfgang Wagner, “Sócio-gênese e características das representações sociais”, in Antonia Silva Paredes Moreira e Denize Cristina de Oliveira (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia: AB, 1998, pp. 11-12.

⁶ Jean-Claude Abric, “A abordagem estrutural das representações sociais”, in Antonio Silva Paredes Moreira & Denize Cristina de Oliveira (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia: AB, 1998, p. 28.

No entanto, convém fazer uma ressalva no uso do conceito de ideologia, pois vários autores tinham concebido este conceito como algo pejorativo e/ou conservador. Para Marx, ideologia é um conceito pejorativo, referindo-se à consciência deformadora da realidade que se dá através da ideologia dominante. Manheim, por sua vez, procurou distinguir os conceitos de ideologia e utopia. Para ele, ideologia é conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida, enquanto utopia, ao contrário, são aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente⁷.

Percebe-se que ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Neste sentido, Foucault advertia que o conceito de ideologia é dificilmente utilizável, por ela estar sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a Verdade, o que o levou para utilizar o conceito de saber/verdade. Para ele, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder⁸”. Ou seja, há um regime de verdade que dita as regras para produzir as verdades.

Da mesma perspectiva, Chauí mantém distinção entre o saber e ideologia, discurso instituinte e instituído (competente), discurso crítico e ideologia. Conforme a autora, o saber é um trabalho. Por ser um trabalho, é uma negação reflexionante, isto é, uma negação que, por sua própria força interna, transforma algo que lhe é externo, resistente e opaco. O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho de clarificação. Ao contrário, o discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado e é o discurso instituído. Neste sentido, a ideologia (discurso instituído) pressupõe uma separação entre sujeito e objeto, a-historicidade e universalização do particular pelo apagamento das diferenças e contradições, ou seja, identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada (funcional para dominação)⁹.

⁷ Michael Löwy, *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*, São Paulo: Cortez, 1985. Ver também Karl Marx, *A ideologia alemã: teses sobre feuerbach*, São Paulo: Ediotra Moraes; Karl Manheim, *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁸ Michel Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 14.

⁹ Marilena Chauí, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Ed. Moderna, 1981, pp.3-13.

Desta forma, compreendemos que os movimentos sociais produzem seus discursos críticos como uma forma de conhecimento, uma produção reflexionante, ou seja, o saber, engajando, assim, numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses.

Então, por que local? Isso tem a ver com a dimensão sócio-genêse desse saber. Ou seja, cada grupo social elabora sua própria concepção sobre o mundo de acordo com a sua posição no conjunto da sociedade e que emerge de seus interesses específicos e da própria dinâmica da vida cotidiana.

Neste aspecto é interessante observar que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas¹⁰.

Assim, os movimentos sociais produziram os próprios saberes locais onde expressaram práticas de resistência e projetos de ruptura. É no desenrolar desse incessante processo de conversação entre si e com a sociedade que surgiram as invenções, as inovações sociais.

Para analisar os saberes locais dos movimentos sociais, lançamos mão de uma amostra de 100 documentos (jornais, boletins, informativos, manifestos, cartas abertas, etc.) produzidos no interior de diversos movimentos populares urbanos do período 1974-1984 que se encontram no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro-SP (CPV) e de uma série de dossiês sobre o movimento operário/sindical produzido pelo CPV. Mais que um trabalho de documentação histórica – que por si só também é importante –, pretendemos interrogá-los para ver a singularidade de uma época, as práticas, a linguagem e os significados neles inscritos

1. Os movimentos populares e a democracia de base

Desde já, as análises dos discursos dos movimentos populares evidenciam sua visão crítica em relação ao modo de produção capitalista instalado no Brasil. Pois a periferia em geral e as favelas em particular são vistos como reflexo direto do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira. Vejamos:

¹⁰ Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1985, p. 17.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: Campinas (SP)	22	1981	“A nossa vinda para a cidade em busca de uma vida mais digna não foi escolha de livre e espontânea vontade: foi uma imposição da própria situação da lavoura no Brasil. Fomos expropriados e expulsos da nossa terra e de nosso trabalho, chegando à cidade. A grande maioria dos migrantes não tem condições de comprar ou alugar uma casa. A única alternativa que resta é construir um barraco numa favela”.
MOH: Santo André (SP)	23	1980	“É preciso que fique bem claro que ninguém mora na favela porque quer. (...) O pobre mora na favela porque esse é o último lugar da humilhação e da sobrevivência. A grande maioria dos moradores de favela são trabalhadores que não ganha o suficiente para poder pagar aluguel de uma casa e até comer (...)”
MOH: São Paulo	32	1979	“Por que existe favela? (...) Você acha que o salário está dando prá pagar todas essas despesas? E onde é que a gente vai morar? É por isso que muitos acabam indo procurar um terreno da prefeitura para construir um barracão prá morar. É ASSIM QUE NASCE A FAVELA!”
MTC: São Paulo	82	1977	“Nós não moramos na periferia, desassistida de todos os serviços públicos, porque escolhemos. (...) Na realidade, os nossos reduzidos salários não nos permitem escolher o local de moradia, e nem a situação de instabilidade e dificuldade de emprego possibilitam um melhor planejamento de nossa vida. Resultado: passamos, em média, de três a quatro horas por dia indo e vindo para o trabalho, amontoado uns por cima dos outros, aumentando consideravelmente nosso estado de fadiga”.
MOH: São Paulo	27	1976	“Não podemos ver o problema dos loteamentos clandestinos isolado. Devemos procurar as causas. A causa está na situação econômica que permite uma maior concentração de renda nas mãos de uma minoria, isto é, mantém poucas pessoas desfrutando os bens desta Situação Econômica, tendo quase tudo, e muitas pessoas marginalizadas, tendo quase nada”.

Nesse quadro de referência, a periferia aparece, de modo claro, como a manifestação espacial mais profunda das contradições urbanas, produzidas no Brasil por um capitalismo selvagem. Por conseguinte, a periferia é vista como o povo abandonado, com menos recursos, fruto de um sistema sócio-econômico que marginaliza muitos, enquanto mantém alguns no centro desfrutando os bens do sistema. Ou seja, a problemática urbana não como algo autônomo, mas como resultado das contradições engendradas pelo capitalismo selvagem.

Este modelo capitalista de desenvolvimento com características nitidamente selvagens, por sua vez, foi bastante abordado pelos movimentos populares elaborando sua própria concepção crítica sobre as contradições urbanas. Agora vejamos como os movimentos populares interpretaram esse sistema capitalista selvagem.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: SantoAndré (SP)	37-1	1981	“Violência maior e causa da violência, é deixar o povo na insegurança da fome; é deixar o povo ser expulso da terra; é obrigar o povo a sobreviver em favelas; é deixar o povo na insegurança do emprego; é deixar o povo na insegurança do custo de vida; é violentar a classe operária com a tomada de seu sindicato; é usar o dinheiro do povo, arrecadado através de impostos para obras que não se destinam ao povo; é usar de embustes para mudar as regras do jogo antes da eleições; são dois pesos e duas medidas quando está em julgamento a corrupção e a violência dos grandes; são as regras do jogo de um sistema econômico e social selvagem que, baseando-se no ter para ser, incentiva e estimula a competição”
MOH: SantoAndré (SP)	37-2	1981	“(…) são causas fundamentais da existência de favelas: a) O exodo rural causados pelos latifúndios, emprego desordenado da tecnologia agrícola, e a ausência de uma reforma agrária. O direito de morar na terra foi eliminado. (...); b) A baixa renda da população de trabalho urbano ocasionada pela exploração e má distribuição da renda, agravada pelo excesso de mão-de-obra e pela rotatividade (...); c) Ser a especulação imobiliária geradora de maior número de favelados; d) A ausência de um programa para habitação popular que esteja à altura das possibilidades e

			os atuais programas BNH, PRÓ-MORAR, etc., não respondem, nem ao poder aquisitivo nem às condições mínimas de uma moradia decente para aquela população.
MOH: Campinas (SP)	38	1981	“O Seminário Nacional sobre Favelas, realizado em Campinas de 14 a 16 de agosto de 1981, (...) considerando que: 1 - a sub-habitação, da qual as favelas são uma das expressões, é um problema nacional cujas causas passam pela concentração agrária e industrial e pelo baixo nível salarial e de rendas (...)”
MOS: Olinda (PE)	65	1980	“Vimos que de Norte a Sul do Brasil, a situação do povo é a mesma. Uma situação de exploração e miséria, fruto do sistema econômico e político que favorece os grandes exploradores nacionais e estrangeiros. Na cidade, o trabalhador que produz quase toda a riqueza do país, mora em condições miseráveis. É dominado pelo patrão e ganha salário de fome. No campo, o lavrador é expulso de suas terras pelos grandes proprietários que contam com o apoio e financiamento do governo”.
MOS: São Paulo	74	1983	“O modelo “brasileiro de desenvolvimento” adotado desde 1964 se caracteriza por diretrizes e medidas anti-nacionais e anti-populares, praticadas através suas lideranças e cujas medidas, impostas aos brasileiros resultarem, em termos concretos, no seguinte: 1) arrocho salarial; 2) substituição da estabilidade dos trabalhadores no emprego pelo Fundo de Garantia por tempo de serviços FGTS; 3) revogação do Decreto de desapropriação de latifúndios e da legislação que limitava a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior; 4) doação pelo governo as empresas estrangeiras e nacionais de 50 % do Imposto de Renda por elas devido; 5) aumento do Imposto de Renda sobre os trabalhadores; 6) Concentração da renda em mãos de poucos; 7) prioridade a produção destinada às exportações; 8) facilidade as empresas multinacionais para aquisição e exploração dos recursos naturais do País”.
MOU: Vitória (ES)	61	1981	“Todos nós sabemos que a questão da saúde não está separada dos demais problemas da vida do povo. (...) Hoje está muito difícil viver. Os salários compram menos a cada dia. Isto porque o trabalhador não está ganhando o correspondente ao seu trabalho. Nos bairros, não existem as mínimas condições para

			uma vida digna: falta esgoto, água, calçamento, etc. ao adoecer, o trabalhador não consegue encontrar um lugar para ter assistência médica”.
MOS: Recife (PE)	76	1981	“NÓS TRABALHAMOS PARA MORRER, SEM GANHAR o suficiente para viver com SAÚDE. Sabemos que nossa SAÚDE depende muito de uma boa ALIMENTAÇÃO. O CUSTO de VIDA cada vez mais alto e os SALÁRIOS BAIXOS trazem para nos essa terrível doença que é a FOME”.

Conforme vimos acima nos discursos dos movimentos sociais, a “violência” manifesta-se no cotidiano da classe trabalhadora através da depressão salarial, graças à existência de um exército industrial de reserva, constantemente alimentado pela migração de enormes contingentes de despossuídos do campo, e do acirramento da espoliação urbana:

“O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo (...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho¹¹”.

Assim, as contradições urbanas expressam as contradições globais do capitalismo e se manifestam em relação à ocupação do solo e organização do território físico, em relação aos problemas de trânsito e de saúde, e em relação às diferentes necessidades da fábrica e as necessidades dos bairros de moradia.

No entanto, é importante salientar que, para manter semelhante situação sócio-econômica, o papel do Estado foi fundamental na visão dos movimentos populares.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH:	33	1980	“Vamos falar do governo como ele está agindo com os

¹¹ Lúcio Kowarick, A espoliação urbana, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 59.

São Paulo			trabalhadores das fábricas e do campo. Nas fábricas os trabalhadores não têm nenhuma proteção nem garantia. Fornece toda repressão para os patrões reprimir os trabalhadores. As manobras do governo para com os trabalhadores é o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) e dividir os sindicatos para enfraquecer as lutas dos trabalhadores. No campo os fazendeiros estão colocando jagunços e matando os trabalhadores que não têm uma proteção por parte do governo. Se o governo não faz justiça aos trabalhadores punindo os culpados por estes crimes é porque ele está protegendo os patrões”.
MOS: São Paulo	67	1979	“E o governo para garantir o lucro dos patrões, a partir de 1964, vem tentando de todas as formas impedir que a população se organize para defender seus interesses. Proíbe greves, proíbe liberdades sindicais, reprime passeatas, prendem líderes operários, perseguindo todos aqueles que defendem os interesses populares. E na área de saúde também o governo não permite a participação do povo nas decisões”.
MOS: Olinda (PE)	65	1980	“Muita injustiça acontece porque o povo não é ouvido nas decisões do governo; não elege seus governantes: nem o Presidente, nem o Governador e agora nem mesmo os Prefeitos e Vereadores”.
MOS: São Paulo	80	1974	“A maioria dos bairros operários são deixados no esquecimento pelas autoridades: não tem condução suficiente, não tem água encanada, não tem esgotos, não tem posto de saúde, não tem nada”.
MOH: São Paulo	28	1977	“A Prefeitura não fiscalizou, e a maioria dos loteadores conseguem vender rapidamente os lotes... mas na hora de colocar melhorias nos bairros, como por exemplo, água, esgoto, escola, transportes, postos de saúde, etc., a Prefeitura nega tudo isso aos moradores, dizendo que o loteamento é clandestino”.
MTC: Porto Alegre (RS)	96	1983	“Cabe à Prefeitura Municipal não apenas o cálculo do custo das tarifas, como também a fiscalização, controle das linhas e concessão ou permissão para funcionamento das empresas”.
MTC: São Paulo	82	1977	“Concluimos ainda que a CMTC continuará acobertando as empresas particulares deixando de fiscalizar e punir as

			permissionárias no cumprimento das leis e deixando de oferecer transporte coletivo a baixo custo, objetivos para os quais ela foi criada”.
MTC: São Paulo	83	1978	“Sabemos que a falta de ônibus é decorrente da ganância dos donos das empresas, que não se importam com outra coisa senão aumentar seus lucros. Por incrível que pareça, a CMTC, que é uma empresa do poder público, é uma das mais relaxadas”.
MTC: Santo André (SP)	93	1983	“(…) Essa Comissão de Tráfego é um órgão que não tem a participação dos usuários e nem dos trabalhadores do setor de transportes. Mais uma vez, a população não foi ouvida na definição da nova tarifa pois, na audiência marcada junto à Prefeitura, dia 11/02/83, o Sr. Prefeito não nos recebeu. Novamente, a administração pública não reconheceu as organizações populares”.
MTC: Vitória (ES)	86	1979	“A Grande Vitória está se industrializando. Dizem que isso é progresso. Por que é que então os problemas do povo aumentam ao invés de diminuírem? Por que é que o dinheiro público não é usado para o bem do povo?”
MOU: Nova Iguaçu (RJ)	48	1980	“O Movimento Amigos de Bairro, neste dia, quando a suntuosa sede da Prefeitura de Nova Iguaçu está sendo inaugurada, vem trazer o seu protesto contra o abandono dos bairros deste Município. (...) SERÁ QUE COM TODO O DINHEIRO GASTO NESSAS ATRAÇÕES NÃO DARIA PARA MANILHAR OU CONSTRUIR UMA ESCOLA EM UM DE NOSSOS BAIROS? (...) Todas essas denúncias acima mostram o desrespeito da política municipal para com o povo (...). Elas dizem da realidade do Município em que uma minoria se serve do dinheiro de nossos impostos, enquanto a maioria vive na escuridão e na lama de nossos bairros abandonados”.
MOS: Conceição do Araguaia (PA)	78	1982	“(…) somos nós trabalhadores que estamos sustentando a Previdência Social, pelo suor de nosso trabalho, pagando altos impostos e contribuições mensais. Estes deveriam ser devolvidos ao povo em forma de serviços e benefícios. Mas, na realidade, isto pouco acontece. Estes serviços e benefícios de saúde são precários, mal aplicados e não respondem às

			necessidades dos trabalhadores”.
MOH: Belém (PA)	04	1983	“Foi em 1966 que o governo inventou esse tal de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS -, que é soma de 8% sobre o salário mensal de todos os trabalhadores do Brasil. Por causa do FGTS, os patrões não precisam mais pagar indenização para mandar os trabalhadores para a rua. Esse dinheiro todo ficou na mão do BNH para financiar a habitação para os trabalhadores... Mas vai para os bolsos das construtoras, financeiras e para a grande corrupção do BNH”.

Por um lado, o Estado, pelas raízes de classe, canalizou o fundo público¹² preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente ligados às necessidades coletivas, acirrando, desta forma, o processo de espoliação urbana. Por outro, o Estado, dotado de instrumentos legais de coerção e de um aparelho repressivo, manteve os canais de participação popular no processo político.

Desta forma, o Estado é visto como co-constitutivo das relações capitalistas de produção, que tem um caráter necessário como organizador e garantidor das relações de exploração e de dominação que asseguram a desigualdade social.

Com este tipo de desenvolvimento urbano, em que o Estado favorece os interesses dos setores dominantes e não consegue responder às necessidades da imensa maioria das classes populares, as cidades expremem de maneira aguda problemas sociais: encarecimento do solo urbano e das moradias, loteamentos irregulares ou clandestinos, perda de horas em condução, alto custo de vida, saúde precária, e carência de urbanização como saneamento e água.

Os movimentos populares decorreram dessa consciência crítica, através da qual

¹² Conforme Oliveira, a transferência para o financiamento público de parcelas da reprodução da força de trabalho, ou seja, a expulsão desses custos do “custo interno de produção” e sua transformação em socialização dos custos, é uma tendência histórica de longo prazo no sistema capitalista. Daí nasce o fundo público. No entanto, este fundo público, além do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais, passou a ser também o pressuposto do financiamento da acumulação de capital. Com isso, o fundo público tornou-se uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado, Francisco de Oliveira, “O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público, Novos Estudos, N.º. 22, out., 1988, pp. 8-28,

destruiu-se a ilusão ideológica onde o capitalismo é o sinônimo de desenvolvimento e progresso e, o Estado de provedor do bem público. E a partir da “interiorização da injustiça”, passaram a formular as reivindicações, conforme Durham, que foram medidas pela afirmação de um direito¹³.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: Belém (PA)	01	1980	“Fomos nós que construímos estes bairros (...). Portanto, este chão é nosso, pois fomos nós que com nosso trabalho, suor e sacrifício o construímos e dele não vamos abrir mão. (...) a legitimação da posse, que de direito, é NOSSA, direito este que nos é assegurado pela Constituição Brasileira e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos”
MOH: Belém (PA)	03	1980	“(…) Isso não representa nenhum favor, uma vez que fomos nós – o povo – quem construiu os bairros que estão hoje se valorizando e que são objeto da ganância dos especuladores e imobiliárias. (...) Este chão é nosso porque fomos nós com o nosso trabalho que construímos e dele não vamos abrir mão. Exigir a legitimação de nossa posse é apenas o reconhecimento de direito daquilo que de fato já é nosso”.
MOH: Salvador (BA)	40	1983	“Temos que lembrar que ao direito de propriedade sempre podemos opor o direito a morar, que é mais importante porque é um Direito Natural”.
MOH: (BA)	42	1983	“O Direito a moradia é um Direito Natural. É como ter direito à vida e direito à respirar. O Direito Natural nasce com a gente. Posse natural: quem mora um ano e um dia num local, tem a posse natural – que se caracteriza porque: a) foi pública; b) foi justa; c) foi incontestada; d) foi continuada; e) foi construída”.
MOU: (RJ)	49	1980	“É porque temos o direito natural de viver decentemente que estamos exigindo nossos direitos. É porque temos direitos garantidos pelas leis do nosso país que estamos reivindicando melhores condições de vida para nossas famílias”.
MOH: Campinas (SP)	38	1981	“(…) a habitação considerada não apenas como moradia, mas acompanhada de um conjunto de serviços básicos de

¹³ Eunice Ribeiro Durham, “Movimentos sociais, a construção da cidadania”, Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.º 10, 1984..

			urbanização, é direito fundamental do homem e da família e dever do Estado, sobretudo para a população de baixa renda (...)"
MOS: São Paulo	68	1981	"A saúde é um direito sagrado de todos os trabalhadores"
MOS: Vitória (ES)	75	1981	"O que significa esta palavra SAÚDE para nós? Bom salário, alimentação e moradia adequada etc.... isto é, nível de vida bom. Água tratada, rede de esgoto e recolhimento de lixo, quer dizer um saneamento básico que seja decente. Assistência Médica, Odontológica, Farmacêutica...A Organização Mundial de Saúde diz que são as necessidades básicas para que o povo tenha saúde".
MOH: Santo André (SP)	23	1980	(...) não se pode negar o direito de moradia, de água, de luz, de esgoto e os benefícios públicos para os favelados que tem crianças iguais a outras crianças e que são gente iguais a outras gentes. (...) O favelado tem o direito de morar sem ser molestado e também tem o direito de arrumar seu barraco que está caindo sem ser ameaçado".
MOH: Santo André (SP)	37	1981	"O que o favelado muitas vezes desconhece é que seu barraco - tem direito à proteção legal. A legislação vigente garante o direito à posse da terra. Ninguém pode ir removendo barracos, sem que o problema seja discutido através do Poder Judiciário".
MOU: Rio de Janeiro	58	S/d	"A educação é um direito de todos. O governo tem que nos atender, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, pois é para isso que eles são governo e nos cobram impostos".
MTC: São Paulo	82	1977	"(...) nossos direitos de usufruir dos serviços que a coletividade deveria prestar às pessoas que, com seu trabalho, criam a riqueza desta nação e contribuem para os cofres públicos".
MOH: Campo Grande (RJ)	15	1979	"A legalização da água, a instalação de galerias de esgoto, o asfaltamento das ruas, a construção da Escola, a construção do posto de saúde, etc. Todas essas coisas não nós temos mas precisamos. Não temos essas coisas, mas temos direito a elas, porque pagamos impostos".
MOU: s. I.	47	S/d	"Irmãos nós pagamos o imposto predial dos nossos lotes, por isso precisamos nos unir para sabermos o que estão fazendo com o nosso dinheiro que é ganho com tanta dificuldade. (...)".

MOU: Vitória (ES)	55	1980	“Apesar de pagarmos anualmente uma TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA à Prefeitura, o que nos dá o direito de termos nossas ruas limpas, a prefeitura não prestava estes serviços à população. Por isso, a COMISSÃO DE MELHORAMENTO DE BAIRRO, que existe há dois anos, junto com os moradores, foi à Prefeitura por diversas vezes reivindicar estes serviços”.
----------------------	----	------	---

Da afirmação do direito, os movimentos populares caminharam para a constituição de uma identidade social, que faz deles sujeitos que reivindicam direitos. Com isso, gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que lhes é imposta pelas heranças do regime político autoritário. Pois as reivindicações levantadas assumiram o caráter de exigência de direitos e não de dádiva a serem obtidas mediante barganha com os representantes do Estado.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: S/I	10	1980	“Companheiros, estamos exercendo um direito nosso. Não estamos devendo nada e queremos nossas escrituras. A obrigação dos que nos venderam é fornecê-las. E só eles podem fazer isto”.
MOH: S/I	13	1979	“Nós temos direito de receber a escritura definitiva, registrada e as benfeitorias e portanto temos a obrigação de exigir o cumprimento da lei”.
MOH: (SP)	18	1979	“Estamos indo falar com o Prefeito para reivindicar um direito. Reivindicar o cumprimento da lei. (...) Estamos fazendo isso dentro da lei, dentro do direito”.
MOU: S/I	46	1981	“Lutar por nossos direitos é crime?”
MOS: (SP)	67	1979	“Achamos que é um dever do Estado assumir os serviços de atenção médica, pois é um direito que a população tem e paga por ele”.
MOS: (PE)	76	1981	“Exigimos das autoridades que cumpram sua obrigação de ZELAR pela SAÚDE DO POVO BRASILEIRO. (...) Precisamos saber melhor dos nossos direitos para juntos exigí-los”.
MOS: Marabá (PA)	77	1981	“A Saúde é um direito de TODOS, de todo cidadão! Em cada país os governantes têm o dever e a responsabilidade de cuidar

			para que todos tenham este direito assegurado. Todos os trabalhadores do campo e cidade pagam imposto (...). Este dinheiro vai para os bolsos dos Ministérios que deveriam devolvê-lo à população em forma de serviços como assistência médica, remédios, tratamentos, etc...".
MTC: (ES)	87	1979	"Vamos ficar de braços cruzados? Temos direito e o dever de nos unir! Por melhores condições de vida! Por um transporte mais humano!".
MTC: (ES)	88	1979	"Temos o direito e o dever de cobrar e lutar pelo que é nosso! Afinal de contas, de quem é o dinheiro que está sendo jogado fora, em planos e mais planos que não estão sendo colocados em prática?"
MTC: Belém (PA)	92	1983	"A nossa luta é bem maior e visa acabar com as péssimas condições de transporte, conquistando nossos legítimos direitos".
MTC: CampoGrande (ES)	95	1980	"Cabe a você lutar pelos seus direitos, (isso se unindo aos outros usuários) pois faça chuva ou sol, você não pode, faltar ao serviço ou a escola, e muito menos chegar atrasado ao médico, PORTANTO é nossa obrigação LUTAR PELA MELHORIA DO TRANSPORTE COLETIVO EM NOSSO BAIRRO"

No entanto, convém salientar que a exigência do direito está intimamente ligada à obrigação ou ao dever do Estado, ou seja, institucionalidade política, sobre a qual trataremos mais adiante.

Diante dessa luta pelos direitos, quem tem que resolver e qual deve ser a atitude? O povo da periferia, participando, se unindo, se organizando. Na quase totalidade dos discursos analisados percebeu-se como fundamental a participação, união da população para lutar por seus interesses e pela sua organização independente, para exigir os seus direitos e transformar de vez, a situação de miséria, de opressão.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: (PA)	05	S/d	"Nós vamos conseguir chegar na nossa meta! Ter um lugar nosso para morar. Mas para isso, nós temos que estar todos unidos".

			unidos”.
MOH: S/I	08	S/d	“Agora chegamos nossa vez de agir. Não podemos mais aceitar essa situação. (...) É preciso que todos se unam numa luta que é de todos”.
MOH: S/I	11	1980	“Venha fortalecer a luta e garantir sua escritura. (...) MORADOR, A FORÇA DO NOSSO MOVIMENTO DEPENDE DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS”.
MOH: CampoGrande (RJ)	14	1979	“Os moradores que se interessam e participam constantemente da luta estão mais seguros e confiantes que só com a união e participação de todos é que conseguirão a vitória esperada”.
MOH: CampoGrande (RJ)	15	1979	“(...) esse Centro só poderá funcionar dessa forma se tiver a participação e a colaboração de todos nos bairros. VAMOS FORTALECER NOSSO CENTRO PRÓ-MELHORAMENTO. VAMOS MELHORAR NOSSOS BAIRROS”.
MOH: (RJ)	24	1979	“Para ser forte e zelar pelos interesses dos favelados é preciso ter muito mais gente atuando e participando”.
MOH: (RS)	25	1984	“Nada e nem ninguém substitui os próprios moradores. Para garantir o lugar de moradia é PRECISO A UNIÃO DE TODOS”.
MOH: Vitória (ES)	26	S/d	“Precisamos usar a única arma que temos: NOSSA UNIÃO. (...) CONTAMOS COM SUA PRESENÇA E DE SUA COMUNIDADE PARA APOIAR E FORTALECER A NOSSA LUTA”.
MOH: São Paulo	27	1976	“É preciso, portanto, conseguir unir mais gente para lutar juntos. A união faz a força e é disto que precisamos para tentar resolver nossos problemas”.
MOH: S/I	29	1981	“TEMOS MAIS É QUE TER CORAGEM E DISPOSIÇÃO PRA CONTINUARMOS FIRMES E UNIDOS, PRINCIPALMENTE AGORA QUE CONSEGUIMOS A NOSSA PRIMEIRA GRANDE VITÓRIA”
MOH: S/I	30	1979	“Todos acharam que hoje, mais do que antes, devemos fortalecer a “UNIÃO”, só unidos é que poderemos organizar melhor a nossa luta. O importante é participar em grupo, dando sugestões e colaborando nas decisões, e não “bajular os loteadores”.
MOH: São Paulo	32	1979	“Se nós cruzamos os braços e não nos organizamos para defender os nossos direitos, as máquinas da prefeitura vêm

			derrubar os nossos barracos! Por isso, pessoal, vamos nos unir e lutar juntos!”
MOH: São Paulo	33	1980	“Você aí o que está fazendo para nossa organização? Nossa união é tão importante como café da manhã”.
MOU: S/I	47	S/d	“Nós precisamos nos organizar para exigir nossos direitos. A união faz a força. Só unidos que iremos conseguir estas coisas”.
MOU: (RJ)	58	S/d	“Para conquistarmos essas melhorias precisamos nos unir, trabalhando lado a lado, unificando nossas forças e nossos esforços”.
MOU: (ES)	61	1981	“É bom lembrar que a luta não é só da diretoria, mas de todos os moradores. Por isso, é importante a participação de todos”.
MOS: (SP)	63	1980	“Para termos força para pressionar a PREFEITURA precisamos de mais gente. Da SUA participação”.
MTC: (ES)	87	1979	“Com a nossa união e a nossa luta conseguimos acabar com o monopólio da Alvorada em Vila Velha!”.
MTC: (ES)	88	1979	“Se o governo não se mexe, o povo tem que se mexer!”
MTC: (ES)	89	1982	“Companheiros, é hora de darmos as mãos. Nossa luta é contra o explorador. Por isso nossa união e nossa organização é fundamental. A luta é uma só”.
MTC: (RS)	90	1983	“(…) mostrou que com firmeza e organização é possível vencer, agora é unir novas forças, estruturar o nosso movimento e continuar na busca da nossa segunda vitória”.
MTC: Santo André (SP)	93	1983	“TODO TRABALHADOR PRECISA SE INTEGRAR NA LUTA. (...) TEMOS QUE ESTAR CIENTES DE QUE SÓ A PARTICIPAÇÃO ORGANIZADA DA POPULAÇÃO PODERÁ FAZER ALGUMA COISA PARA SÍ, MAIS NINGUÉM...”.
MTC: Porto Alegre (RS)	96	1983	“A vitória será possível com grande mobilizações, que começam com o trabalho de cada um de nós em convencer o vizinho, os amigos, a participar dessa luta! Só a mobilização popular conseguirá impor nossos interesses!”.
MTC: Campinas (SP)	97	1983	“É esta população que vai ter que se organizar nos seus bairros ou nos seus locais de trabalho para dar um basta nesta situação”.
MCV: (BA)	99	1980	“só a gente unido pode fazer alguma coisa em nosso benefício. A despesa faz parte da luta pela melhoria de vida”.

Há um forte apelo à solidariedade e união que se refere à capacidade dos populares responderem e identificarem-se com outros em base de mutualidade e reciprocidade. Com isso, fomentava a cultura solidária e participativa, o que é diametralmente contrário à visão da classe dominantes de que a sociedade brasileira é amorfa e desmobilizada.

Desta maneira, os movimentos populares urbanos constituíram ao mesmo tempo formas de solidariedade e coesão comunitária e de luta por melhores condições de vida. Eles apoiaram-se em estruturas comunitárias, fundadas na solidariedade grupal. Em outras palavras, a participação de movimento requeria padrões dialógicos de organização, como participação entre iguais, consenso e solidariedade: “Os movimentos de ação-direta são regidos pela lógica consensual-solidarística, própria para gerar estados de mobilização e recursos de pressão¹⁴”.

No entanto, os movimentos populares foram além do clamor para a participação, união e solidariedade, criando suas próprias organizações, ou seja, próprios espaços públicos para luta. O terreno privilegiado para a alteração das condições de vida coincide com um processo de discussão, reflexão e conscientização dos populares, organizados em cursos, pesquisas, mutirões, reuniões, comissões e assembléias – os mecanismos de democracia de base.

Movimento:	Doc.	Data	Discurso
Local			
MOH: Campinas (SP)	06	S/d	“Isto interessa a você: (...) 1- Você quer ser dono, de verdade, do terreno? 2 - Você quer que o bairro tenha melhoramento sem você pagar? PARTICIPE DAS REUNIÕES DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS OU IRREGULARES”.
MOH: Campinas (SP)	07	S/d	“Você quer ser dono de seu lote? Você quer aprender a lutar por seus direitos? COMPAREÇA: REUNIÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E IRREGULARES”.
MOU: Goiânia (GO)	45	S/d	“Se estes problemas são de todos nós por que não reunir os vizinhos para discuti-los e buscar uma solução? Se não fizermos isto, ninguém fará por nós!”
MOU: Belém (PA)	60	1979	“Qualquer luta do povo tem que ser organizada. O negócio é vocês botarem esse medo pro lado e começarem a participar das

¹⁴ Ana Maria Doimo, op. cit., 1995, p.59.

			reuniões do bairro”.
MOU: (ES)	61	1981	“Todos os moradores devem participar das reuniões para dar opiniões e ajudar nas lutas”.
MOH: (GO)	21	1981	“Com o apoio de 10 invasões de Goiânia, e com o apoio de mais diversos bairros, reuniram-se em mutirão dia 26 de janeiro a fim de construir a CASA DE REUNIÃO do local. Esta casa onde os companheiros se reúne a fim de trocar idéias e discutirem os assuntos de seus interesses: ficar firmes na terra, lutar por ela e acabar com as injustiças cometidas pelos tubarões”.
MOU: (ES)	52	1978	“O grupo de jovens de Flexal está fazendo um grande trabalho em benefício do pessoal que reside no mangue situado naquele bairro. (...) Inicialmente foi feita reunião com a comunidade e em seguida um levantamento das necessidades básicas de cada morador do referido mangue”.
MOS: (SP)	64	1983	“As mães resolveram, então, fazer uma pesquisa aqui no Itaim, prá gente conhecer esses problemas e qual o primeiro passo para resolvê-los”.
MTC: São Paulo	80	1974	“As Sociedades Amigos de Bairro e as Comunidades, já unidas, fizeram uma pesquisa, com entrevistas e fotografias, recolhendo do povo seus depoimentos e suas opiniões de como levar em frente a luta para melhorar a condução”.
MOH: (RJ)	24	1979	“(...) A Associação é você e você é a Associação. (...) Todos estes problemas, os moradores da favela podem resolver melhor se participarem ativamente da vida da Associação de Moradores que é o Órgão de Representação dos interesses e reivindicações dos moradores da favela”.
MOH: (SP)	09	1980	“Nossa associação está sendo formada através da união dos moradores e das discussões sobre os seus problemas comuns, partindo do problema dos loteamentos clandestinos, com responsabilidade e participação iguais e decisões democráticas de todos os seus membros”.
MOU: (RJ)	58	S/d	“Só uma Associação forte e organizada conquistará os benefícios a que todos temos direito e a melhoria da qualidade de vida para nossa comunidade”.
MTC: (SP)	81	1974	“Para que essa tarefa tenha êxito é necessário que o povo se una em torno das entidades de seus bairros, inscrevendo-se em

			seu quadro Social e participando de suas atividades”.
MOH: CampoGrande (RJ)	15	1979	“Os moradores desses loteamentos viviam reclamando que faltava tudo. Até que um dia resolveram se mexer. Se reuniram e começaram a buscar soluções – “VAMOS FAZER REUNIÕES POR RUAS PRA TODO MUNDO PARTICIPAR!”. Dessa maneira os moradores de cada rua fizeram uma reunião e elegeram representantes. Esses representantes formaram uma comissão para coordenar os trabalhos de cada loteamento (...)”.
MOH: Goiânia (GO)	19	1979	“Diante dos fatos resolvemos criar uma comissão para garantir nossas moradias e para fortalecer a união”.
MTC: SantoAndré (SP)	84	S/d	“(…) precisamos participar e fortalecer a Comissão de Usuários de Transporte Coletivos de Santo André”.
MOH: (PA)	05	S/d	“Você sabe o que é uma Comissão? Comissão é um grupo de pessoas que se forma em cima de um problema que a população está sofrendo. (...) Geralmente, as comissões tem uma tarefa que é determinada pelo povo. E a comissão tem também a tarefa de orientar o povão, como a gente vai caminhando, ajudar a achar o rumo melhor”.
MOU: Vitória (ES)	56	1980	“Não podemos deixar que os grandes coloque este dinheiro no bolso. Vamos fazer comissões nos bairros e cobrar da CESAN as obras que devem ser feitas com este dinheiro”.
MOU: Vitória (ES)	57	1980	“Em todos os nossos Bairros já existiam reunião das comissões do Movimentos Pró-saneamento. Isto todos sabemos, não é mesmo? Só que agora os Bairros já tem datas fixas para as reuniões. Isto é muito bom! Assim todos podemos acompanhar de perto e apoiar os nossos companheiros de luta”.
MOU: Belém (PA)	60	1979	“Que os moradores, através de suas comissões de bairro sejam consultados a respeito das soluções e possam opinar sobre elas, como em qualquer regime democrático e não simplesmente avisados do que irá lhes acontecer”.
MOS: (ES)	75	1981	“É preciso saber o que temos direito e organizarmos para que esses direitos retornem a nossas mãos. (...) Por entendermos que os problemas de saúde só serão resolvidos através das lutas e reivindicações da população, já que os donos do poder não tem nenhuma preocupação se o povo está ou não doente é que

			nós da Comissão de Saúde junto com todos os moradores nos propomos a discutir saúde nos bairros, com projeções de slide, castilhas, cartazes, etc...".
MTC: (ES)	86	1979	"Lá foi formada uma comissão para estudar os problemas do bairro e exigir soluções para eles".
MOU: (ES)	55	1980	"(...) PROMOVER ASSEMBLÉIAS MENS AIS, o que possibilitaria aos moradores discutir seus interesses e ajudar na DIREÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO. Isto porque achamos que o Movimento Comunitário pertence a TODOS OS MORADORES DO BAIRRO e NÃO a um grupo de pessoas que o dirige sem pedir a opinião dos moradores".
MOU: (ES)	52	1978	"As comunidades de Porto de Santana (...) realizou-se a quarta assembléia geral dos moradores no dia 21 de abril de 1978".
MTC: Belém (PA)	91	1983	"O primeiro passo vai ser a nossa grande ASSEMBLÉIA POPULAR CONTRA O AUMENTO E POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRANSPORTE, onde discutiremos nossas formas de resolver este grave problema. (...) TODOS À ASSEMBLÉIA POPULAR!".
MOU: (ES)	62	1981	"No início os moradores faziam suas Assembléias em suas casas. Hoje nos reunimos no auditório da Igreja Adventista do Bairro (...)".
MOS: S/I	66	S/d	"Temos que fazer um grande trabalho com o abaixo assinado e organizar uma grande assembléia do povo para a entrega dele ao secretário da saúde!".
MTC: São Paulo	80	1974	"Viu-se a necessidade de se fazer uma Assembléia que mostrasse à autoridades (ao diretor da CMTC) a necessidade de se melhorar a condução".
MTC: (ES)	89	1982	"Agora o Movimento de Transporte de Vila Velha está passando um Abaixo-Assinado pelo congelamento das passagens e organizando Assembléias Populares nos Bairros, para fortalecer nossa luta".
MOU: (ES)	50	1980	"Autonomia e independência, portanto, significa que a nossa posição é de diálogo, de igual para igual e jamais aceitaremos sermos manipulados ou que nossas atividades e aspirações sejam manobradas por interesses individualistas e, portanto, também a democracia interna deve se tornar sempre mais o

			nosso ponto de apoio”.
--	--	--	------------------------

Os movimentos populares urbanos constituíram-se através de um longo processo de pesquisa, discussão, conscientização e de reuniões nas quais a população se organizava, discutia seus problemas, encontrava formas de expressar suas necessidades coletivamente. Com isso, criava uma visão interpretativa de sua existência frente a outros grupos sociais e frente ao Estado.

Neste sentido, é mister ressaltar que as reuniões e discussões dos grupos de base tornaram-se fundamentais para os movimentos populares, pois a discussão pública permitia conversarem sobre os problemas sentidos por cada um e verbalizarem o que tinha sido, na não-verbalização, o problema individual. Assim, problematizaram o que até então não era considerado questionável. Em outras palavras, o processo de interiorização da realidade pressupõe que ele seja submetido a um trabalho de transformação, de evolução, para se converter num conhecimento que a maioria das pessoas utilizam em sua vida cotidiana. Podemos encontrar uma intensa vida política, via democracia de base, onde se articularam os interesses coletivos, onde uma população sem qualquer tradição de participação política procurou caminhos para afirmar sua existência e exigir o reconhecimento de suas necessidades.

Desta forma, os movimentos populares urbanos tiveram a sua vez e expressaram a sua voz, através da pesquisa, abaixo-assinado, reuniões, comissões e assembleias, constituindo-se, desta maneira, em espaços públicos onde se discutiam esclarecendo e elaborando as propostas de ação e de onde emergiram uma nova prática de política - democracia da base - contraposta ao exclusão e clientelismo, característicos das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas. Ou seja, nascia, pela negação desse sistema de exclusão política, uma forma organizativa própria das comunidades pobres, baseadas na participação direta das bases em reflexões, decisão e execução, diminuindo a distância entre elas e a direção. Trata-se de um modelo fundado na distribuição igualitária de poder no grupo e numa proposta democrática que mantinha distância e desconfiança em relação aos mecanismos de representação e, por conseguinte, à institucionalidade pública vigente.

Convém salientar que, além dos mecanismos de democracia de base, criaram os meios de comunicação alternativos, através dos quais divulgaram a luta, os problemas das comunidade a fim de esclarecer e levantar as discussões.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: Belém (PA)	04	1983	“Este boletim, do Movimento PELO DIREITO DE MORAR, o número 2, foi feito com a intenção de esclarecer e levantar discussões dentre os mutuários sobre os problemas que enfrentamos hoje para possuir a CASA PRÓPRIA”.
MOH: CampoGrande (RJ)	14	1979	“Nosso jornalzinho tem a finalidade de divulgar a luta dos moradores do Vilar Santa Rosa e do Jardim Bela Vista pela legalização dos loteamentos”.
MOH: (RJ)	24	1979	“Um jornal para ajudar a gente a: - ter consciência dos problemas do morro; - participar da vida dos morro e se organizar; - ser mais unido para defender nossos interesses. (...) O mais importante agora é que todos os moradores depois de lerem o jornal o discutam com seus vizinhos e colegas, nos barracos, nas birosacas e nos mandem sugestões para que o próximo número já saia bem melhor. Seja você, companheiro, um repórter do nosso jornal”.
MOH: (BA)	42	1983	“Com este JORNAL DOS FAVELADOS (...) abre-se um espaço para o favelado dizer o que pensa das coisas. Favelados, aqui você tem vez!”
MOU: (ES)	51	1978	“Tem por objetivo levar ao conhecimento de todos os membros da comunidade. As notícias de tudo que acontece dentro da comunidade, quer que seja religiosa, social e esportivo, este jornalzinho está sendo criado por um grupo jovem interessado, no trabalho e no desenvolvimento das comunidades”.
MOU: Vitória (ES)	54	1980	“Este boletim tem o objetivo de informar o que está acontecendo nos municípios e possibilitar a troca de notícias entre os moradores da Grande Vitória (...)”.
MOU: (ES)	61	1981	“Achamos que esse jornal deve servir como veículo informativo de todos os bairros, que passarão suas informações através das A. M. Assim, estaremos divulgando para todos os bairros as experiências e lutas de cada um. Além de servir, como órgão de divulgação dos bairros, ele tratará também dos graves problemas que afligem nosso município, analisando de forma mais profunda alguns problemas”.
MOU:	62	1981	“Esperamos que este boletim sirva para discussão nos nossos

(ES)			grupos e nos ajude a entender o que se passa no nosso bairro”.
------	--	--	--

Com esses instrumentos de discussão, mobilização e luta, os movimentos populares têm tentado superar a antiga tutela assistencialista e exclusão política impostas pelo Estado, no momento mesmo em que reivindica, com bens coletivos urbano e a terra, a liberdade de sua auto-determinação, ou seja, negando a situação deplorável descobriu e inventou, nessa negação, novas práticas criativas de auto-organização, como resposta coletiva à espoliação urbana.

No entanto, convém salientar que o ideário como autonomia, democracia direta, sentimento anti-institucionalista e anti-capitalista foi ressaltado em muitos estudos como obstáculos que impedia o avanço dos movimentos populares para institucionalidade política:

“A era da participação parece ter chegado ao seu final marcada pela institucionalização precoce. (...) A cultura política que sustentava e dava identidade aos movimentos sociais impediu-os de tomar para si um tema que parecia estar diretamente vinculado à sua vocação: a gestão pública¹⁵”.

Entretanto, precisamos fazer algumas ressalvas em relação ao argumento dessa tendência. Pois, em primeiro lugar, não nos parece adequado analisar o processo de interação dos movimentos populares urbanos com o plano institucional que é certamente muito mais complexo, recorrendo somente à análise de discursos dos mesmos. E ainda compreendemos que essa mesma cultura anti-institucionalista tem a ver muito mais com a valorização, promoção da participação em si - com a consolidação e aumento da força, os movimentos populares podem surgir como interlocutores que não possam ser desprezados em relação ao centro do poder - do que a tentativa de substituir a política institucionalizada por uma democracia direta. Entretanto, é absolutamente imprescindível trabalhar a dimensão global destes fenômenos.

Intimamente ligado à primeira questão, a recusa da política não era para a política como um todo, mas para algumas maneiras de fazer política, ou seja:

¹⁵ Rudá Ricci, “Novos movimentos sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública”, in José Noberto Muniz e Elaine Cavalcante Gomes, *Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização*, Belo Horizonte, 2002, pp. 96-135, citação, p. 111.

“de um lado, expressa-se num esforço de se desprender das aparelhagens institucionais do Estado, procurando sedimentar sindicatos, partidos ou outras modalidades organizativas, de molde a se desatrelar das amarras do Poder instaurado com o golpe de 1964; de outro, exprime-se no descrédito da cooptação que marcou o período populista, originado na descrença de um processo de participação cujo resultado era mais simbólico e imaginário do que efetivo e real, na medida em que se caracterizou por intensa manipulação das camadas populares para as quais se acenava com as benesses de um modelo de desenvolvimento que se pretendia redistributivista¹⁶”.

Neste sentido, recusar a institucionalidade política em nome de autonomia e democracia de base significou afirmar a capacidade concreta do povo de se contrapor à tradição política autoritária.

Em terceiro lugar, conforme vimos acima, a identidade coletiva em torno do direito esteve intimamente ligado à institucionalidade política. A recusa da institucionalidade balanceia-se na linguagem dos “direitos”, assentada em práticas que requerem a institucionalidade política.

Por último, vimos a crise dos setores políticos populares como uma crise das “mediações políticas” e não tanto como uma crise dos movimentos sociais das classes subalternas.

“A crise atual não é crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares. Cooptados pelos partidos, que se concebem com a mediação adequada e permanente, não conseguiram caminhar na direção da produção de uma teoria da prática atual e real das classes subalternas – prática popular e de base¹⁷”.

Portanto, estudar como os movimentos populares se relacionaram com o sistema político requer o outro nível de análise, o que faremos no próximo capítulo.

No entanto, vejamos, agora, como os movimentos populares urbanos interpretam a democracia e a política.

¹⁶ Lúcio Kowarick, op. Cit., 1980, p. 196.

¹⁷ José de Souza Martins, Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo, São Paulo: HUCITEC, 1989, pp. 134-135.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOS: S/I	72	1978	“Que tipo de democracia é esta? Se o povo não pode dizer o que pensa, viver em liberdade e escolher seus representantes”.
MOU: Salvador (BA)	43	1980	“Democracia para nós é termos salários justos, que dê para mantermos nossas famílias. Democracia é através do voto direto elegermos o prefeito da cidade, o governador e o presidente. Democracia é sermos ouvidos constantemente sobre o que a prefeitura deve fazer para melhorar a cidade. Democracia também, é vermos nossas reivindicações atendidas”.
MOH: (SP)	35	1983	“A participação popular (de que tanto fala o atual governo) não é tema pra discussão: ela tem que ser conquistada (...)”.
MTC: Santo André (SP)	84	S/d	“Nós, usuários, precisamos participar da definição do preço da tarifa, para não sermos enganados”.
MOH: Belém (PA)	02	1980	“Reforma (Urbana) só será possível com a ampla PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES E ENTIDADES PROFISSIONAIS ligadas ao problema”.
MOH: Belo Horizonte (MG)	31	1980	“É necessário que os Favelados, pelos seus representantes autorizados, possam participar ativamente das discussões e decisões e da criação de planos e programas do Governo que lhes digam respeito”.
MOH: Salvador (BA)	40	1983	“Sobre o projeto de lei do uso do solo: A principal crítica que se faz é que este projeto foi enviado ao Congresso Nacional sem que de sua elaboração participassem os favelados. Algumas coisas que estão no projeto poderão beneficiar as populações carentes, mas é um projeto duvidoso e com muitas interpretações possíveis. Promover a discussão do assunto é importante porque o mesmo ainda não está aprovado. (...) Portanto é importante a mobilização do povo para definir os erros do projeto-de-lei e para exigir o cumprimento dos direitos dos favelados, escritos na futura lei”.
MOU: (RJ)	58	S/d	“Com a aproximação das eleições muitos políticos virão ao nosso bairro oferecer camisetas, chaveirinhos e outros tipos de “baixarias”, que em eleições passadas não resolveram nossos

			problemas. Nós da diretoria entendemos que só a organização dos moradores irá rechaçar a atuação desse tipo de político do nosso bairro”.
MOS: S/I	71	1979	“A política começa a interessar o povo. Fato auspicioso (importante). Embora os jornais reproduzam, quase unicamente, o que se passa nas cúpulas, o povo está decidido a desempenhar seu papel. O povo cansou-se de ser vítima, objeto ou joguete do sistema político”.
MOU: (ES)	61	1981	“é necessário termos claro que a situação de saúde de nosso povo só será plenamente resolvida quando os trabalhadores criarem sua alternativa própria de poder político, quando os trabalhadores tiverem governando o país”.

Nesse pequeno quadro de referência, não há uma recusa explícita sobre a atuação política mas, pelo contrário, com a organização e mobilização, os movimentos populares parecem querer interferir nas discussões e decisões políticas que lhes interessam, o que foi corroborado também pela visão dos participantes do Quarto Encontro Nacional das CEBs, em Itaiaci/SP, em 1981, que teve como tema: “A Igreja: um povo oprimido que se organiza para a libertação” e onde, em razão da atividade dos partidos político em preparação para as eleições de 1982, foi introduzido o assunto da política dos partidos:

“A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa do jeito que Deus quer. Mas essa arma está sendo mal usada pelos que nos exploram. A ação política boa é tudo aquilo que fazemos para nos organizar na justiça e para criar um novo relacionamento entre as pessoas e os grupos. A ação política boa é quando nos unimos para defender a nossa vida e os nossos direitos contra os mentirosos e os exploradores, através das associações de bairro, sindicatos e outras formas de organização popular. Outra maneira de fazer ação política é através dos partidos políticos. Não devemos ter medo de entrar na política, pois do contrário seremos derrubados e enganados pelos politiqueiros espertos e gananciosos. (...) Por isso devemos discutir entre nós os programas e a prática dos partidos políticos, descobrir quais os interesses que eles defendem, qual a mudança de sociedade que eles

propõem¹⁸”.

No entanto, Doimo fez ressalva sobre esse tipo de atuação da seguinte forma:

“Unir o espaço privado, no qual organizam-se os movimentos de ação-direta, com o espaço público, é permitir que se julgue o geral com critérios particulares. Ignorar os limites entre as esferas pública e privada significa ignorar que a participação propriamente política deve ser regida por critérios racional-competitivos, voltados à equalização das diferenças no espaço público¹⁹”.

Entretanto, o que nos parece mal entendido nessa passagem é, por um lado, que os movimentos populares não fazem parte do espaço privado mas constituem-se num espaço público propriamente dito, o qual, nas ocasiões favoráveis, caminhará para o espaço público institucional. Por outro, que a política não é regida apenas por critérios racional-competitivo mas, antes de tudo, por ação comunicativa em busca de compreensão mútua. Ou seja, o geral é sempre uma construção anterior através da negociação e debate entre os particulares.

Em suma, nos parece que a recusa da política e a valorização da democracia de base, enfim, apoliticismo significavam, na verdade, “política independente”:

“Estes movimentos são intrinsecamente democráticos, exatamente porque a autonomia que reivindicam implica na admissão de que, como foi dito, nenhuma organização é capaz de englobar a totalidade dos interesses do cidadão, nos diversos momentos de sua inserção na vida social²⁰”.

Neste ponto emerge o significado profundo dos movimentos populares, ou seja, trata-se da possibilidade e da necessidade de se estenderem as formas de democracia, de não reduzi-las às simples instituições de delegação de poder político.

Neste sentido, os movimentos populares, à medida em que foram ampliando

¹⁸ David Regan, Igreja para a libertação: retrato pastoral da Igreja no Brasil, São Paulo: Paulinas, 1986, p. 296. Sobre o encontro das CEBs em Itaiç, em abril de 1981, ver Comunicado Mensal, da CNBB, do mesmo mês, pp. 469-471.

¹⁹ Ana Maria Doimo, A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p. 183.

²⁰ Edison Nunes e Pedro Jacobi, “Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia”, in José Álvaro Moisés (et al.), Cidade, povo e poder, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.196.

seus objetivos e diversificando suas atividades, que seus participantes foram tomando consciência dos problemas e da necessidade de resolvê-los por meio de mudanças estruturais, se colocaram frente à questão política, tendendo a formar organismos centrais de coordenação, sob a forma de união, congresso, encontro e federação etc.

“A experiência de novas lutas permitiu que grupos cada vez mais numerosos de trabalhadores compreendessem a importância de romper o isolamento político para que pudessem obter sucesso em seus objetivos próprios. E, pelo menos para as lideranças e grupos mais conscientes, tornou-se claro que a defesa de seus interesses não se limita às reivindicações imediatas e específicas, mas que ela tem relação com o conjunto da sociedade. O caminho dos movimentos populares em São Paulo, no fim da década de 70, percorreu os primeiros passos na ruptura de seu isolamento e aponta, no futuro, para uma crescente articulação desses movimentos entre si²¹”.

Movimento: Local	Doc.	Data	Discurso
MOH: Goiânia (GO)	20	1981	“Vendo que a luta era de todos, unimos todas as invasões para exigir juntas os seus direitos. Nasce então a UNIÃO DAS INVASÕES”.
MOH: Belo Horizonte (MG)	31	1980	“Mais Congressos como este deverão ser realizados em BH, para favorecer o encontro e a união de todos”.
MOH: S/I	36	1980	“Divulgar as experiências de lutas, trabalhos e organizações de favelas e regiões a nível nacional. (...) Promover anualmente um congresso de favelados”.
MOH: Santo André (SP)	37	1981	“(…) Promover intercâmbio entre favelas com o objetivo de fortalecer o movimento de favelas”.
MOU: Salvador (BA)	44	1980	“Desde maio de 1978 os bairros reunidos no TRABALHO CONJUNTO DE BAIROS, recolheram mais de 14 mil assinaturas, num abaixo-assinado onde se pedia providências para as obras nos bairros pobres da cidade (...)”.

²¹ Vinícius Caldeira Brant, Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo, in São Paulo: o povo em movimento, Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p. 27.

MOU: (RJ)	49	1980	“Para melhor encaminhar nossa luta foi formado o CUB – CONSELHO DE UNIÃO DOS BAIRROS – com o objetivo de manter a união e organização nos bairros e entre os bairros”.
MOU: (ES)	52	1978	“Foi realizado nos dias 22 e 23 de abril de 1978 um encontro com todos os representantes das comunidades da periferia de Vitória, tendo como objetivo troca de experiências e um estudo de capacitação”.
MOU: Vitória (ES)	53	1980	“As organizações e lutas que surgem nos bairros são muito importantes e devemos fortalecê-las a cada dia. Porém, temos percebido que para sermos mais fortes precisamos unir as diversas forças que estão atuando nos bairros. (...) Por isto, através desta articulação, estaremos fortalecendo os nossos movimentos para que um dia atinjamos este objetivo. (...) E, representando um ponto alto desse encaminhamento, teríamos um Congresso de todos os participantes de trabalho popular, em meados de 1981”.
MOU: (ES)	54	1980	“De modo geral, as pessoas que participaram do Seminário (de Vitória) gostaram e acharam positivo para troca de experiências entre os movimentos e pelas oportunidades que tiveram de discutir problemas comuns que afetam as lutas dos bairros”.
MOU: (ES)	61	1981	“A Federação das A. M. da Serra é o órgão máximo onde se reúnem todas as Associações de Moradores (AM) prá troca de experiências e informações entre os bairros, bem como encaminhar lutas conjuntas. (...) Com a dificuldade que as A. M. vinham encontrando frente aos órgãos públicos, elas viram que o único caminho seria a união das Associações, fortalecendo assim suas lutas e respondendo às investidas da prefeitura”.
MOS: Olinda (PE)	65	1980	“O 2º Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária (ENEMEC), realizado em Olinda-PE, de 17 a 21 de setembro de 1980, reuniu Movimentos Populares de todo o Brasil, trazendo delegações das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Entendendo a Saúde como uma conquista popular, fez discussões e trocas de experiências sobre as condições de vida que impedem o povo de ter situações dignas de saúde. Também aponta propostas para soluções destes problemas”.

MOS: (SP)	67	1979	“O encontro foi organizado com a finalidade de discutir a situação de saúde do povo brasileiro, fazendo essa discussão com a participação dos mais interessados, os trabalhadores e demais setores populares, que hoje, cada vez mais, se mobilizam lutando por uma melhoria das péssimas condições de saúde vividas pela população, ou seja, “o que nos faz vir até aqui é para discutir os assuntos referentes à saúde com a esperança de que juntos encontremos as soluções””.
MOS: (SP)	68	1981	“O Encontro foi um momento rico de troca de experiências. (...)O Encontro aprofundou a discussão sobre a saúde do povo trabalhador. (...)O Encontro chegou a um plano de trabalho e de lutas para todo o Brasil. (...) A gente percebeu que só unindo os trabalhos em um plano de lutas é que se torna possível juntar forças para cortar o mal que ataca a saúde do povo pela raiz”.
MOS: S/I	73	1982	“Nos dias 17 e 18 de julho foi realizado um encontro do Movimento Popular de Saúde do estado de São Paulo. Neste encontro houve troca de experiências e discussões sobre as dificuldades para a união dos trabalhadores no estado de São Paulo”.

Desta forma, podemos observar o processo de organização que caminhava da mera identificação da necessidade de organização dos movimentos em luta pela melhoria de condições de vida para a construção de uma entidade mais organizada e centralizada, como Movimentos contra Carestia, Movimento de Defesa do Favelado e Movimento Popular de Saúde, etc.

No entanto, a proposta de articulação nacional dos movimentos de moradia em relação ao solo urbano merece destaque: o I Seminário Sobre Solo Urbano, realizado em 1981, sob o chamado da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; o Encontro “Solo Urbano e Ação Pastoral”, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em fevereiro de 1982, através da Assembléia Geral da entidade em Itaici/SP; e I Encontro Sobre o Solo Urbano, realizado em São Paulo, em 1984, convocado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que propiciou uma seqüência de outros encontros sob o tema, contribuindo, inclusive, para a criação da Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), que, na Constituinte, atuaria na

articulação de diversos movimentos e entidades para apresentação da Emenda Popular de Reforma Urbana²².

Estas articulações ajudaram a ampliar o nível de compreensão sobre as questões mais globais, propiciar a troca de experiência, entrosamento e solidariedade entre os movimentos populares e, enfim, abrir um caminho para encaminhar e possibilitar ação conjunta e programa de luta, politizando “questão urbana” brasileira.

É através destes instrumentos de luta, englobando os mecanismo de democracia de base, os meios de comunicação próprios e até as articulações que os movimentos populares urbanos conseguiram colocar na ordem do dia problemas que pelo interesse da classe dominante não ascenderiam à posição de prioridade. E a comunidade organizada trouxe à tona estes problemas que seriam mantidos fechados, guardados.

Movimento:	Doc.	Data	Discurso
Local			
MOH: Belém (PA)	02	1980	“(…) REFORMA URBANA que leve em conta o DIREITO DE TERRA PARA QUEM NELA MORA”.
MOH: CampoGrande (RJ)	14	1979	“Mas legalização não é só poder ter a escritura definitiva. Legalização significa água, esgoto, meio-fio, sargeta e, principalmente, nós moradores poderemos exigir da Prefeitura: escolas pros nossos filhos, posto de saúde pras nossas famílias, transporte melhor, calçamento das ruas e outras melhorias”.
MOH: Belo Horizonte (MG)	31	1980	“A maior exigência que se faz é a legalização – individual ou cooperativa – da posse dos terrenos onde se encontram atualmente as Favelas de BH, em caráter definitivo. (...) Em seguida, a urbanização das Favelas nos lugares onde elas se encontram, com abertura de ruas, eventualmente conjuntos habitacionais nos moldes mais adaptados ao lugar, saneamento básico, água e luz próprias, escola, creche, ensino profissionalizante, posto médico e posto policial, centro de abastecimento a preços de custo, condução acessível, centro municipal de Coordenação das atividades da Vila, etc. (...). Em

²² Robson Laverdi, “Solo Urbano e Articulação Nacional pela Reformam Urbana: os movimentos populares urbanos na Constituinte (1980-1988), História & Perspectiva, Uberlândia, (18/19), Jan./Dez., 1998, pp. 131-160.

			plano nacional, urge a realização de tão falada REFORMA AGRÁRIA no interior do País, facilitando o acesso à propriedade das terras a milhões de trabalhadores do campo”.
MOH: Campinas (SP)	39	1982	“Nós favelados reivindicamos nossos direitos fundamentais que estão sendo constantemente negados, principalmente a Terra. (...) Queremos a posse da terra de todas as favelas do Brasil, sejam particulares ou públicas”.
MOH: Salvador (BA)	41	1983	“1. Direito de Moradia sempre e para todos (...). 4. A Terra não deve ser cobrada: Não deve ser cobrada a terra, porque não podemos pagar e porque é de todos, é um benefício público. (...) 6. Terra com todos os melhoramentos urbanos e comunitários: Pela saúde pública e bem estar dos moradores, as comunidades precisam ter água, esgoto, luz, escolas, etc. (...)13. Construção de moradia subsidiada pelo Estado: Solicitamos que 10 % do orçamento da União sejam destinados, anualmente, para construção de moradia popular, com infra-estrutura básica”.
MOS: Marabá (PA)	79	1983	“Queremos deixar claro que o objetivo do Movimento Popular de Saúde é de alcançar tudo o que leva o homem a viver uma vida de gente com saúde: Terra, Lazer, Participação no Poder de Decisão, Escola, Moradia, Trabalho, Condições Higiênicas, Assistência Médica e Alimentação”.
MTC: São Paulo	82	1977	“O que nos interessa realmente é ter TRANSPORTE RÁPIDO, EFICIENTE, LIMPO, CONSTANTE, SEGURO E BARATO”.

O que fica claro é a importância que passaram a ter o solo urbano e os meios de consumo coletivos, cada vez mais concentrados nas cidades e engendrando novas necessidades. Um problema como a posse da terra não seria um problema prioritário que requer solução urgente se o movimento não o discutisse a nível da sociedade. Por causa do movimento social ele é um problema grave e urgente. Além disso, criou uma nova demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgoto, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, coleta de lixo, etc.) e por um sistema de transportes coletivos mais rápido e eficiente. E ampliou consideravelmente a demanda por serviço de saúde (pronto-socorros, postos de saúde, e hospitais, etc.) e o sistema educacional.

Neste particular, convém salientar que o encaminhamento destas reivindicações não é de natureza técnica mas, ao contrário, tem um sentido eminentemente político, pois decorre da capacidade que os movimentos populares tiveram de conquistar maiores espaços e de expressar seus anseios numa arena política que é necessariamente contraditória e conflituosa. Em outras palavras, para estes problemas serem sociais e públicos, é preciso ter muita pressão, trabalho coletivo para colocá-los na luz do dia:

“(...) o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posições, projetos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente* (...)”²³.

Excluídos de empregos estáveis, de direitos consagrados, eles constituíram suas próprias referências – elaboração das identidades como sujeitos que lutam pelos direitos – e fomentaram a cultura solidária e participativa. E também forjaram os espaços diversificados de explicitação de demandas relativas à reprodução social e às condições de vida dos setores mais excluídos nas cidades e metrópolis brasileiras: “De fato, as manifestações coletivas na forma de associações organizadas, esporádicas ações de massa ou movimentos sociais mais amplos tornaram-se um instrumento político privilegiado para expressar o protesto e encaminhar demandas²⁴”.

2. Os movimentos operário-sindical e poder sindical

As mudanças ocorridas no processo da luta de classe no período pós-78, o grande ascenso do movimento popular, a retomada de inúmeros sindicatos por lideranças mais comprometidas com a luta, o crescimento do número de greves e a existência de oposições sindicais em diversas categorias criaram condições para o surgimento de tentativas de se articular, o que, por sua vez, contou com estrutura sindical oficial, ou seja, com uma infra-estrutura administrativa e um volume considerável de recursos possibilitou “não apenas a realização de numerosas greves

²³ Pierre Bourdieu, op.cit, 1998, p.37.

²⁴ Renato Raul Boschi, A arte da associação – política de base e democracia no Brasil, São Paulo: Vértice, 1987, p. 41.

como também o financiamento de muitos encontros, reuniões, conferências, publicações e outras atividades políticas e sindicais²⁵.

Com a abertura política em andamento, e pela exigência de debater questões como a política econômica e salarial do governo, a organização nacional dos trabalhadores, a luta pela democracia, no final dos anos 70 surgiu, a partir de alguns sindicalistas, a idéia de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT)²⁶ no sentido de juntar as forças, de fazer um salto qualitativo, de politizar mais as lutas.

Tendo essa necessidade de articulação e coordenação, floresceram-se os encontros dando origem a diversas tendências.

Entre os dias 2 e 6 de agosto de 1979, reúne-se em Gragoatá, Niterói, o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, o qual contou com a presença de 286 líderes sindicais, representando 57 categorias profissionais de 13 estados da Federação. Era um conjunto bastante heterogêneo, que incluía desde sindicalistas ligados ao PCB, ao MR-8, velhos dirigentes sindicais denominados pelegos, até aqueles denominados “lideranças do novo sindicalismo”, incluindo nestes Olívio Dutra, Luís Inácio da Silva, Jacó Bittar, que, ao se retirarem da articulação, irão criar, em aliança, principalmente com as oposições sindicais, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). Entretanto, a Undidade Sindical, politicamente, foi hegemônica pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e é o produto de uma ampla composição entre segmentos de esquerda, em minoria numérica, e setores apelegados.

Ao final do encontro, foi aprovado o documento conhecido como “Carta de Gragoatá” que procurava delinear o papel do movimento operário/sindical na vida política brasileira.

No que se refere a situação político institucional, o documento denunciava o projeto de “abertura” do governo:

²⁵ Leôncio Martins Rodrigues, “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, in Armando Boito Jr. (et al.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 13-42, citação: p. 14.

²⁶ A primeira tentativa de uma conferência das classes trabalhadoras ocorreu em 1977, por ocasião da CONCLAP (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). Tal iniciativa fez com que grupos de sindicalistas dirigissem-se ao então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a fim de conseguir autorização oficial para a realização do encontro. Na época, Lula não aceitava dizendo que a idéia já nasceu morta, tendo sido gerada pelas cúpulas sindicais e pelo Ministério.

“Embora tenha sido determinada em grande parte pela ação dos movimentos grevistas que romperam as barreiras legais a autêntica atividade sindical, a “abertura” com que acena o governo procura reduzir os trabalhadores a condição de meros espectadores do entendimento entre as elites, que pretendem modelar as transformações políticas segundo seus interesses²⁷”.

Os caminhos delineados para buscar as soluções e conquistar os objetivos de interesses dos trabalhadores, passava, segundo o documento, por;

“começar, desde já, em todos os locais de trabalho, uma ampla campanha de mobilização e conscientização política sobre os significados sociais da estratégia de recessão econômica, de modo que os trabalhadores estejam preparados, se necessário, para recorrer a greve geral²⁸”.

E através dessa mobilização e organização nos locais de trabalho, fortalecem os sindicatos, “os quais, no processo de luta pela conquista da autonomia e liberdade sindicais, deverão ser coordenados por uma Central Única de Trabalhadores²⁹”.

Embora levantasse a reivindicação de mobilização no local de trabalho, greve geral, Central Única de Trabalhadores, restringia-se à defesa formal destas bandeiras, dando mais ênfase a um reordenamento político institucional, cujo avanço e horizonte estariam na convocação de Assembléia Nacional Constituinte cuja finalidade maior seria,

“a restauração das liberdades democráticas – de imprensa, de expressão, de livre associação e organização partidária – assegurando-se a cada brasileiro o direito de escolha de seus governantes (...). Consideram indispensável que os canais de participação política sejam abertos aos trabalhadores – de tal maneira que eles possam usufruir de liberdade e autonomia sindicais, do direito de greve e da estabilidade no emprego, convertidos em princípios constitucionais (...)”³⁰.

Neste sentido, sua prática será moderada, posicionando-se contrariamente à

²⁷ Carta de Gragoatá, 6 de agosto de 1979, in Celso Frederico, A Esquerda e o movimento operário 1964-1984, vol. 3: a reconstrução, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, pp.233-235, citação: p. 233.

²⁸ Ibid, p. 234..

²⁹ Idid., pp. 233-234.

³⁰ Ibid., p. 233.

radicalização da luta contra o patronato e o governo militar. Mesmo levantando bandeiras democráticas e até algumas de caráter mais popular, sua ação, sob o argumento de perigo de recrudescimento da repressão e de endurecimento do regime, colocava-se nos limites da abertura lenta, gradual e segura. Empenhava-se, em diversas oportunidades, na tentativa de aceitação e participação do movimento sindical, em um pacto social, nos marcos propostos pelo governo militar. Sua atuação nas greves, em encontros, conferências e congressos será no sentido de procurar esvaziar qualquer proposta e encaminhamento que possa levar ao confronto direto com o regime³¹. Estas visão e prática manifestaram-se, de maneira clara, no processo de formação de Central Única dos Trabalhadores, sobre a qual trataremos no próximo capítulo.

Excluídas dessa articulação, as oposições sindicais buscavam também uma centralização e coordenação no sentido de construção de uma intersindical, pois não podiam:

“mais ficar vivendo de boas idéias. Ou ela fazia alguma coisa para organizar a classe ou desaparecia. Aí surge a proposta de fazer um Congresso onde todas as idéias e todas as propostas fossem analisadas, discutidas de forma a criar uma só política sindical para a OSMSP, capaz também de organizar e orientar as dezenas de companheiros dispostos a lutar contra o peleguismo e a fazer um trabalho de fábrica organizando toda a classe³²” . .

A iniciativa concretizou-se no Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizada em abril de 1979. Daí surge a idéia de um Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS):

“O Congresso aprova uma convocação de todas as Oposições Sindicais para um encontro nacional que tenha como objetivo: a) Estabelecer uma articulação de todas as oposições sindicais e de todas as diretorias combativas e outras organizações representativas de trabalhadores com o objetivo de: b) Estabelecer um programa de lutas comum e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre as formas de organização independente

³¹ Sílvio Costa, *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro: 1978-1994*, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995, p. 39.

³² *A Luta por um Sindicato de Base: Histórico da Oposição Sindical*, Cadernos do CEAS, n. 63, 1979, p.11.

para o movimento operário³³”.

Para as Oposições Sindicais, portanto, colocou-se com urgência a necessidade de unificação em cima de princípios e programas comuns de luta a nível nacional sobre a organização sindical: “Uma das atribuições do Encontro Nacional de Oposições Sindicais deve ser: apontar para uma proposta de política para a Classe operária, desde o ponto de vista dos organismos autônomos da Classe³⁴”.

No entanto, convém salientar que a proposta política da oposição sindical gira em torno da oposição à estrutura sindical:

“O ENOS não é um Congresso, não um Encontro de massas, mas um Encontro dos representantes dos trabalhadores que efetivamente lutam contra a atual estrutura sindical (...)”³⁵.

Desta forma, a oposição sindical definia-se não como um novo sindicato mas como uma frente de trabalhadores que lutam por ele, colocando, portanto, a questão da estrutura sindical autoritária no centro dos debates:

“Sabemos que a Estrutura Sindical Brasileira tem como objetivo o controle dos trabalhadores por parte do governo e dos patrões. Os trabalhadores deste país já travaram muitas lutas para mudar a situação dos explorados. Algumas vitórias foram conquistadas. Mas a estrutura sindical atrelada ao governo continua em pé. (...) Por outro lado o momento que atravessamos também se caracteriza por uma forte investida do governo e dos pelegos sobre o sindicalismo. Reconhecem que é necessário modernizar (retocar) a atual estrutura sindical por causa do seu fragorante atraso em relação às pressões e reivindicações dos trabalhadores³⁶”.

“(...) a estrutura sindical vigente em nosso país é estritamente elaborada e ligada ao ministério do trabalho que é um órgão governamental a serviço dos interesses do

³³ Teses da Oposição Sindical Metalúrgica, texto aprovado no 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, abril de 1979, Cadernos do CEAS, n. 63, 1979, pp. 12-18. citação. P. 15.

³⁴ Sobre a proposta do ENO, in ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

³⁵ Informes e Resoluções da reunião de 30.6.79., in ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

³⁶ PARA O ENCONTRO NACIONAL DE OPOSIÇÕES SINDICAIS, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), 12 de junho/1979, in ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995

patrões. (...) Esta situação já perdura por mais de 40 anos, tornando o sindicato um órgão meramente assistencialista presidido, na maioria dos casos, por elementos traidores da classe trabalhadora, conhecidos popularmente como “PELEGOS” que, se aproveitando da situação criada por esse governo militar, nada mais tem feito senão trair, desmobilizar e não permitir que os trabalhadores se organizassem livremente nas fábricas, bairros e em sua própria casa que é o sindicato³⁷”.

Assim deixa claro que a estrutura sindical vigente não serve ao trabalhador, pois ela é anti-operária. No entanto, a luta por sua derrubada e substituição da estrutura sindical atrelada ao Estado por uma nova não podia ser levada isoladamente, mas, “através da união dos trabalhadores de diversas categorias, a proposição da unificação das datas bases para acabar com as lutas isoladas”, fornecendo “maior organicidade à classe saindo como uma expressão política nacional dessa classe trabalhadora³⁸”.

Iniciava-se, dessa forma, uma longa trajetória dirigida à construção de uma alternativa à Unidade Sindical, desencadeando uma série de encontros estaduais e trazendo à tona outras propostas de organização e luta política.

Em primeiro lugar, encontramos uma proposta de organização - ao mesmo tempo, os meios de luta - a partir de base, dando a maior importância à conscientização, mobilização e organização dos trabalhadores nas fábricas.

“A O. S. são trabalhadores que se dispõem a levar adiante a bandeira da luta em favor dos legítimos interesses dos trabalhadores estimulando o debate e a formação de grupos nas fábricas para unidos dismantelar a atual estrutura sindical e criar um novo sindicalismo independente dos patrões e do governo³⁹”.

“E o caminho para esta meta é a organização de base sólidas nos locais de trabalho através de organismos construídos pelos próprios trabalhadores. Uma estrutura

³⁷ O PORQUÊ DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE MOGI DAS CRUZES, O. S. METALÚRGICA - MOGI DAS CRUZES - SP, in Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, - Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

³⁸ Sobre a proposta do ENO, in ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

³⁹ O QUE É OPOSIÇÃO SINDICAL - DEFINIÇÕES, O. S. METALÚRGICO - SÃO PAULO, in Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

independente só vai existir se erguida pelos próprios interessados⁴⁰.

“1) Sentar uma vez por semana para discutir os nossos problemas e juntos encontrar soluções mais coletivas; (...) Fortificar o trabalho de base URGENTEMENTE (...); 5) Fortalecer a nossa proposta de formar GRUPOS DE EMPRESA, atuar com os companheiros, conhecer seus problemas para aumentar o movimento⁴¹”.

“Nós, da Oposição Sindical, entendemos que a melhor forma de responder a essas questões é nos manter mobilizados e organizados. Como conseguiremos isso? 1. Conversando com os companheiros nas fábricas; 2. Continuando nossas reuniões por fábrica. (...) Assim, aos poucos, conseguiremos formar e fortalecer nossas COMISSÕES DE FÁBRICA e quebrar na prática, o atrelamento de nosso sindicato ao Ministério do Trabalho⁴²”.

“(...) o objetivo principal da O. S. é formação da consciência operária independente e sua tarefa mais importante na luta operária é antes, durante e depois da tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fábricas⁴³”.

Neste sentido, a proposta de mobilização mais importante das “Oposições Sindicais” são as comissões de fábrica, numa alusão bastante clara à crítica que essa corrente faz à estrutura corporativista do sindicalismo e ao seu imobilismo na base, ou seja, a democracia de base. Isto não quer dizer que o programa das oposições resumasse somente a este ponto:

“Mas a união e organização não podem ficar numa única fábrica. Tem que ter caráter de movimento e se estender para todas as outras empresas. E aí estará nascendo a organização por fábrica, que deve evoluir até chegar a fazer reuniões

⁴⁰ PARA O ENCONTRO NACIONAL DE OPOSIÇÕES SINDICAIS, Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo (OSM-SP), 12 de junho/1979, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁴¹ SÍNTESE DAS DISCUSSÕES SOBRE COMO CONTINUAR O TRABALHO DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE VITÓRIA, O. S. CONSTRUÇÃO CIVIL - VITÓRIAS, in Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁴² O. S. METALÚRICA - SÃO CAETANO - SP, in Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁴³ ELEIÇÕES SINDICIAS, CONTRIBUIÇÃO - VÁRIOS, in Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

interfábricas⁴⁴”.

“Vemos como única alternativa para conquista e transformação do sindicato em órgão legítimo dos trabalhadores, a nossa organização nas fábricas, através de comissões representativas dos operários, da articulação com outras fábricas, e também, ao nível regional e nacional⁴⁵”.

Essas novas propostas de organização e luta política resume-se, de forma clara, em seguinte passagem:

“O objetivo mais geral da luta sindical no Brasil é o estabelecimento de um sindicalismo autônomo em relação ao estado, democrático e profundamente enraizado nas bases. Esse objetivo encontra sua expressão mais ampla na luta pela Central Única dos Trabalhadores, e tem a sua expressão mais particular nas fábricas, como é o caso das Comissões de Fábrica. A Central Única dos Trabalhadores deverá se tornar a expressão mais geral da unidade dos trabalhadores no plano da vida sindical. As comissões de Fábrica deverão vir a ser a expressão mais concreta da unidade sindical ao nível da base⁴⁶”

Ou seja, as comissões de fábrica, pensadas como o organismo mais elementar, de base, de um novo sindicalismo que se venha a constituir no país, deveria se completar com a formação de inter-fábricas, inter-sindicais e, enfim, uma Central Única dos Trabalhadores.

Além disso, em Belo Horizonte, as conclusões apontavam numa direção que iria influenciar articulações futuras, no sentido de canalizar as lutas:

“Vários participantes falaram da necessidade de um trabalho entre movimento de bairro e movimento de fábrica. Tem muita gente que luta na fábrica e no bairro é omisso e vice e versa. Por outro lado, quando há repressão às greves nas fábricas, seria importante conseguir apoio as greves nos bairros. Se todo operário combativo

⁴⁴ O. S. SÃO LEOPOLDO – RS., Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁴⁵ Nota aos Trabalhadores, Sobre o Encontro das Oposições Sindicais e Diretorias Combativas, Oposições Sindicais do Nordeste, Recife, 01-02 de junho de 1979, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁴⁶ Pontos Básicos para uma Ação Sindical Unitária e Democrática, Documento de um grupo de Militantes Sindicais da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979, Cadernos do CEAS, n. 63, 1979, pp. 19-24, citação: p. 19.

no sindicato e na fábrica começar a participar nos bairros o movimento comunitário se fortalecerá⁴⁷”.

Esta proposta de englobar e/ou de articular os movimentos popular com os movimentos sindical partia de algumas experiências vivenciadas e serão aprofundada nos anos seguintes, principalmente no interior da ANAMPOS, a qual tornando-se como o desaguadouro natural das oposições sindicais.

Assim, vários encontros estaduais de preparação foram realizados. Estes, contudo, dada as diferentes realidades regionais, acabaram por modificar a proposta original, prevalecendo a tese da necessidade de atuação por “dentro” da estrutura sindical, de enfrentar eleições sindicais e promover chapas que pudessem fazer frente àquelas comprometidas com o regime:

“Deve ficar bem claro que combater a atual estrutura sindical não significa NEGAR a importância da nossa atuação dentro do sindicato; porque é a nossa efetiva vigilância dentro do sindicato em todas as assembléias que tornará possível desmascarar o “PELEGO” e criar as condições necessárias para transformá-lo num órgão que tenha como princípio básico defender os verdadeiros interesses da classe trabalhadora⁴⁸”.

“Na luta pelo sindicalismo democrático o sindicato atual, com todos os seus defeitos e imperfeições, é uma peça chave, pois é um dos campos principais de luta, ao lado das fábricas. Temos que estar presentes no sindicato e nas fábricas para construir, desde já e na luta, o sindicalismo que queremos para o futuro⁴⁹”.

Mudava-se, na prática, o conceito de oposição sindical. Pois retificava a necessidade de atuar dentro do sindicato, conquistá-los para a posterior modificação.

“(…) Devemos ter claro que buscamos o controle do sindicato atrelado para facilitar

⁴⁷ Encontro das Oposições Sindicais, Belo Horizonte, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁴⁸ O PORQUÊ DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE MOGI DAS CRUZES, O. S. METALÚRGICA - MOGI DAS CRUZES - SP., Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁴⁹ Pontos Básicos para uma Ação Sindical Unitária e Democrática, Documento de um grupo de Militantes Sindicais da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979, Cadernos do CEAS, n. 63, 1979, pp. 19-24, citação: pp. 20-21.

a sua própria destruição. Hoje é muito importante compreender que a perspectiva do fortalecimento do sindicato deve implicar necessariamente na sua transformação. (...) A união a partir das bases, a valorização das novas experiências de organização e luta são pontos fundamentais para um sindicalismo de combate renovador e autêntico⁵⁰.

Portanto, para sua transformação ou sua destruição, sugeria-se como fundamental, em primeiro lugar, libertá-lo das mãos de pelegos e, em segundo lugar, estender a democracia para dentro da vida do sindicato, ou seja, democratização do sindicato a partir da mobilização e participação da base:

“(...) o espaço do sindicato é fundamental para uma atuação mais efetiva. Mas é necessário definir melhor o trabalho sindical. A simples tomada do sindicato não vai garantir à classe trabalhadora uma orientação e um poder efetivo sobre este aparelho. (...) devem levar na prática uma atuação contra a estrutura atual, democratizando a entidade (1) garantindo a organização nos locais de trabalho ou em instâncias intermediárias descentralizadoras próprias (2) garantindo espaços de participação abertos na entidade a todos os trabalhadores, tais como departamentos e comissões (3) garantindo a não utilização do sindicato como aparelho partidário de qualquer posição (4) garantindo instâncias democráticas de tomada de decisões (assembléias) (...)”⁵¹.

A mudança de estratégia promovia o que se chamou de Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Ou seja, o ENTOES propunha-se a agregar “todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente”, de modo a “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático⁵²”.

Mais uma vez, a crítica contra a estrutura sindical atrelada ao Estado ficou reiterada:

⁵⁰ CONSTRUIR A UNIDADE DOS TRABALHADORES, Rio de Janeiro, maio/1980, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁵¹ TESE DA POSIÇÃO MAJORITÁRIA DOS PARTICIPANTES DO ENTOES - RJ., ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁵² Convocatória, Coordenação Nacional do ENTOES, julho de 1980, in Celso Frederico, A Esquerda e o movimento operário 1964-1984, vol. 3: a reconstrução, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, pp. 239-241, citação: pp. 240-241.

“As leis que regem a atividade sindical no Brasil foram impostas pelo governo. Por isso atendem aos interesses do governo e não dos trabalhadores. O modelo do nosso sindicalismo é vertical, isto quer dizer que não permite uma união dos trabalhadores de categorias diferentes; é corporativo, isto é, somente permite a organização dos trabalhadores de acordo com sua profissão; é oficial, pois tudo depende do Ministério do Trabalho que promove intervenções nos sindicatos (...); é antidemocrático porque o estatuto é imposto pelo Ministério do Trabalho, as eleições para as entidades de grau superior são indiretas (...). Todos sabemos que esta estrutura não existe por acaso. Ela foi feita assim para defender os interesses dos patrões, nacionais ou estrangeiros e do governo o que é quase a mesma coisa⁵³”.

Desta forma, aprofunda a compreensão sobre a estrutura sindical, tocando numa questão candente que é união dos trabalhadores das diferentes categorias. Pois, além de estar atrelada ao Estado, a estrutura sindical não permite os trabalhadores construírem como uma classe e avançarem em uma luta comum:

“O Governo de Getúlio Vargas promulgou uma legislação trabalhista – a CLT – que atrela os sindicatos ao Ministério do Trabalho, permitindo assim o Controle completo do governo nos Sindicatos. Além disso essa lei divide os operários por categoria, isto é, metalúrgicos, têxteis, ferroviários, trabalhadores rurais, etc. e esses mesmos sindicatos por município.(...) Essa divisão imposta pela CLT faz com que a classe trabalhadora se transforme num amontoado de categorias que, segundo a lei, não tem nada a ver umas com as outras. Tudo isso para manter a classe o mais dividida e fraca possíveis. Isto dificulta ao máximo levar para frente reivindicações e lutas comuns, como a redução da jornada de trabalho, o salário mínimo nacional, o bom funcionamento do INPC etc. que são lutas de classe operária e não de uma categoria isolada⁵⁴”.

No entanto, à compreensão da realidade do sindicalismo acrescenta-se uma preocupação de análise da conjuntura política:

“(...) O governo militar vem respondendo à toda essa situação de insatisfação com sua política de reformas políticas. Reformou a legislação repressiva, a legislação trabalhista e a legislação salarial. Mas de novo essas mudanças nada trazem para os

⁵³ Ibid., p. 239.

⁵⁴ Encontro de Trabalhadores contra a Estrutura Sindical, Belo Horizonte – MG, julho de 1980, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

trabalhadores e mesmo nas novas leis mantém-se o arrocho salarial, o aparato repressivo, a lei anti-greve, as intervenções nos sindicatos, as prisões e demissões, a violência⁵⁵”.

Desta forma, nota-se uma preocupação clara de compreender a luta contra a estrutura sindical dentro desse espectro mais amplo da política e da sociedade brasileira. Assim, deixa claro que a abertura política e reformas pretendidas pela ditadura militar não passa de uma farsa, por trás da qual mantendo todo o projeto de dominação intacta:

“Mas a “democracia” pretendida pela ditadura não traz nada de novo para os trabalhadores. Para estes, a ditadura mantém intocável o arrocho salarial, mantém um poderoso aparelho de repressão política organizado contra o povo, uma lei de segurança e uma legislação trabalhista que proíbem a greve, permitem a intervenção nos sindicatos, estimulam as “listas negras” dos patrões, asseguram a prisão das lideranças, o espancamento de grevistas e outras violências, enfim, impedem a livre organização política e sindical para as classes trabalhadoras⁵⁶”.

Nessas circunstâncias se fortaleceu a necessidade e o anseio de unidade e independência, quer dizer, a necessidade de acabar com o sindicato corporativo, de conquistar sindicatos livres, de interferir na política:

“A classe trabalhadora, na sua luta, mesmo desmascarando o regime, tem uma série de limitações, seja a desorganização tanto sindical como política. nestas circunstâncias, ou a classe trabalhadora se organiza e se politiza rapidamente, através da criação de canais de expressão política e de sua organização, ou será absorvida por propostas reformistas. (...) faz-se necessário que se construa uma unidade das forças classistas aglutinando todos os sindicalistas que lutam contra a conciliação de classes, pelo sindicalismo de base e independente, contra a atual estrutura sindical e que disponham a constituir um movimento classista⁵⁷”.

⁵⁵ TESE DA POSIÇÃO MAJORITÁRIA DOS PARTICIPANTES DO ENTOES - RJ., ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁵⁶ TESES PARA UM SINDICALISMO COMBATIVO, DEMOCRÁTICO E DE MASSAS, Contribuição ao 1º Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), julho de 1980, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁵⁷ TESE PARA O ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL, Grupo de Trabalhadores de Osasco, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

Assim a necessidade de união e unificação da luta dos trabalhadores é repetidamente valorizada no sentido de adentrar nas brechas abertas pela “democracia falsa” imprimindo o caráter popular:

“Frente às promessas de “democracia” que partem da ditadura, do governo, das classes ricas e de seus partidos, os trabalhadores vão aprendendo que só podem confiar na sua união, organização e mobilização para resistir às tentativas de continuidade da ditadura, dobrar o regime militar e os patrões e conquistar a democracia que lhes interessa⁵⁸”.

Para tal propósito, o ENTOES é visto como “a oportunidade de aproximar num debate intenso sindicalistas de todo o país na busca dos caminhos da verdadeira unidade dos trabalhadores e das definições de luta contra a estrutura sindical atrelada, contra a opressão e pela Justiça⁵⁹”.

“O Encontro é uma resposta à necessidade que o movimento dos trabalhadores tem de unificar sua luta a nível nacional. Essa unificação não pode ser feita à base de conchavos com o governo e nem à base de congresso de cúpula⁶⁰”.

“Vivemos hoje um momento preciso, em que os trabalhadores procuram os meios de generalizar e centralizar o seu combate. (...) O primeiro passo, portanto, que deve ser dado pelas forças presentes a este Encontro é procurar unificar nacionalmente o combate dos trabalhadores⁶¹”.

Esta bandeira de unificação de luta expressou-se na construção de Central Única dos Trabalhadores pela base:

“O Encontro pretende a construção de um sindicalismo independente, autônomo, democrático e unitário, assentado numa ampla organização pela base, que desemboque em uma entidade central de trabalhadores, da mesma forma

⁵⁸ TESES PARA UM SINDICALISMO COMBATIVO, DEMOCRÁTICO E DE MASSAS, Contribuição ao 1º Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), julho de 1980, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁵⁹ Convocatória, Coordenação Nacional do ENTOES, julho de 1980, op. Cit., p. 240.

⁶⁰ ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO A ESTRUTURA SINDICAL, REGIONAL - SÃO PAULO, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁶¹ Resumo das teses para o Encontro de Trabalhadores Contra a Estrutura Sindical, Comissão Nacional de Entidades Livres, maio de 1980 - CUT, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

independente, autônoma e unitária⁶²”.

“A construção da CUT é fundamental para avançarmos nossa organização e politização, para termos condições de enfrentarmos a ameaça crescente da repressão dos patrões. Mas, para ser uma CUT que cumpra este papel, ela tem de ser criada de uma maneira democrática e dentro do ascenso do movimento, pois só assim os trabalhadores terão uma participação ativa, não permitindo que se torne cupulista e desmobilizadora⁶³”.

Desta forma ressalta-se que a contrapartida da organização centralizada e unitária a nível nacional é a organização das comissões de empresa em cada local de trabalho, independente do sindicalismo atrelado: “Nossa proposta é (...) unificar o movimento operário a partir das bases, visando a formação de uma Central Única dos Trabalhadores⁶⁴”.

Além dessa bandeira de CUT pela base, foi assumida a necessidade de lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte:

“(...) Para transformação do regime o movimento operário tem que lutar por uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, que promova a organização democrática do país e a conquista de um novo sindicalismo, e a aliança dos trabalhadores do campo e da cidade em torno da reforma agrária⁶⁵”.

Pois, levantar bandeira política por uma Assembléia Nacional Constituinte Livre, Democrática e Soberana torna-se uma resposta concreta a falsa democratização do governo e uma maneira de unificar a classe trabalhadora e os setores oprimidos na luta contra a repressão. No entanto, convém observar que, além disso, como o meio de unificar a classe trabalhadora na luta contra ditadura, opressão e injustiça é evocada a greve geral:

⁶² ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO A ESTRUTURA SINDICAL, REGIONAL – SÃO PAULO, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁶³ TESE PARA O ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL, Grupo de Trabalhadores de Osasco, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁶⁴ Encontro de Trabalhadores contra a Estrutura Sindical, Belo Horizonte – MG, julho de 1980, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁶⁵ POR UM SINDICALISMO INDEPENDENTE, AUTÔNOMO, DEMOCRÁTICO E UNITÁRIO, Trabalhadores bancários de São Paulo, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

“Os trabalhadores dispõem de seu lado de uma enorme força: produzem toda a riqueza da nação. Se esta força se unificar, parando a produção, colocará aos patrões e seu governo, na parede obrigando-os a satisfazer as reivindicações do conjunto dos trabalhadores. A GREVE GERAL, esta é a arma a ser utilizada, cabe prepará-la. O I Encontro Nacional de Trabalhadores contra a Estrutura Sindical deve assumir essa bandeira, pois é necessário por um basta à exploração e a miséria⁶⁶” (doc. 9-3)

Conforme vimos, a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte e a greve geral são vistas como formas concretas de unificar todas as lutas que se travam, direcionando-as para a questão do poder e, desta forma, abrindo espaço para a politização do movimento de massas. Neste sentido, é importante salientar que nesta proposta de unificação de luta dos trabalhadores no país foi reafirmada a necessidade de articular os movimentos urbanos com rurais: “Os trabalhadores urbanos se transformarão numa força indestrutível quando concretizarem sua aliança com os trabalhadores do campo. Para isso é necessário que façamos nossa a bandeira de luta da reforma agrária⁶⁷”.

No entanto, além dessa bandeira comum em torno da reforma agrária, recomendaram-se, para ampliar e fortalecer os laços intersindicais dos trabalhadores rurais e urbanos, as seguintes práticas:

“1. Promover visitas periódicas e integração entre os trabalhadores das diversas categorias (campo e cidade), em torno da luta pelo rompimento da legislação ora vigente; 2. Incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical, com as lutas dos movimento popular na cidade e no campo; 3. Assegurar o apoio técnico às campanhas salariais das diversas categorias, através do assessoramento de instituições técnicas como o DIEESE, IEPA, FASE, CIPES, etc.; 4. Realização periódica de Encontros e Congressos de Trabalhadores rurais e urbanos; 6. Apoiar a organização de novas entidades sindicais de oposição; 7. Coleta, reprodução e distribuição de Literatura, objetivando o intercâmbio entre as diversas categorias, bem como levar uma ampla discussão nas bases, aliando a teoria à prática⁶⁸”.

⁶⁶ TESES PARA O ENCONTRO, PONTA FIRME- Oposição à Diretoria da Associação dos funcionários do IPT (Assipt) – SP., ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁶⁷ POR UM SINDICALISMO INDEPENDENTE, AUTÔNOMO, DEMOCRÁTICO E UNITÁRIO, Trabalhadores bancários de São Paulo, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁶⁸ Resoluções Finais I ENCONTRO ESTADUAL DE TRABALHADORES, I ENTOES – Pará, 04-06 de abril de 1980, ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995

Além de incentivar uma integração efetiva entre sindicatos urbanos e rurais, valorizou-se a necessidade de articular os movimentos sindicais com os movimentos populares, através de “fortalecer o trabalho de base, organizar os trabalhadores nas fábricas, nos bairros, os trabalhadores rurais, formas de solidariedade, colaborar com entidades que apoiam, como igrejas, etc.⁶⁹”.

Desta forma, o fortalecimento de todas as formas de solidariedade é visto como o meio de consolidar a união do movimentos, para abrir maiores brechas na ditadura militar e, por conseguinte, ingressar, com uma expressão autônoma e independente, na política.

Entretanto, estas propostas de organização sindical e luta política foram também abraçadas por ANAMPOS, fazendo com que, apesar de nem sempre as opiniões serem convergentes, houvesse a aproximação maior entre a maior parte dos ativistas das oposições sindicais com os sindicalistas “combativos”.

De forma semelhante, a ANAMPOS compreendeu a luta contra a estrutura sindical atrelado ao Estado dentro do quadro mais abrangente do modelo econômico, da política e da sociedade brasileira.

Conforme o documento de Monlevade, entendia o modelo econômico como altamente excludente e meticulosamente costurado:

“Todo um projeto de dominação se implantou meticulosamente no país a partir de 1964, em função dos interesses das empresas multinacionais, garantidos através de: arrocho salarial, barateamento da mão-de-obra pela extinção da estabilidade, obstrução dos instrumentos de luta de classe, repressão permanente, inclusive dentro das fábricas e na zona rural, liberalização da remessa de lucros, criação de FGTS. (...) O repressivo achatamento salarial não foi, pois, consequência de algumas faltas na implantação do modelo econômico; pelo contrário, foi um dado previamente avaliado e calculado, com que se jogou para construí-lo⁷⁰”.

E neste quadro, a legislação sindical tornava-se fundamental, dando ao governo os instrumentos necessários para controle dos sindicatos:

⁶⁹ Encontro de Trabalhadores contra a Estrutura Sindical, Belo Horizonte - MG, julho de 1980, In: Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

⁷⁰ Documento de Monlevade, João Monlevade, fevereiro/1980, MG, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

“Há indiscutíveis elementos inibidores da atuação sindical – interno e externos. Internamente, ela é inibida pelo fato inquestionável de que a maioria dos sindicatos está nas mãos de dirigentes acomodados, pelegos sem quaisquer vínculos com a categoria. Externamente, inibe-se a legislação repressiva que estreita a margem de atuação dos sindicatos, na medida em que a atuação dos trabalhadores está sob a permanente ameaça de “cassação branca” e de perseguições e represálias patronais de toda ordem⁷¹”.

Esse entendimento acerca do modelo político-econômico implantado no Brasil pós-64 levava a seguintes conclusões:

“De sorte que, com tal nível de sustentação e apoio, o modelo implantado é dificilmente alterável pelas vias a seguir analisadas: a – por via de transação política – pelo livre jogo das forças políticas geradas pela burguesia, jamais se conseguirá alterá-lo. Primeiro porque, dentro de uma colocação previamente definida, admite-se oposição ao governo, mas não ao regime; - e o modelo, em função da ideologia dominante, é inerente ao regime. Assim, admite-se na cena política a presença de partidos de oposição e setores mais liberais chegam a admitir até mesmo que um partido de oposição conquiste o governo – desde que seja oposição “confiável” – isto é, que não altere o regime; b – por via de um vanguardismo político desvinculado das bases populares e arvorado em direção dos trabalhadores ou de um espontaneísmo que considerasse a fome do povo e agitação estranha à classe, fatores determinantes na conquista de um novo regime social cujo poder esteja efetivamente na mãos dos trabalhadores do campo e da cidade⁷²”.

Dessa forma, a solução estaria na compreensão de que só a “mobilização da classe trabalhadora é a única força política capaz de, efetivamente, estabelecer condições de oposição ao próprio regime”, cujo objetivo é “buscado através de lutas programadas e de campanhas que levem o trabalhador a conquistar sua liberdade, seus direitos e sua esfera de participação na vida política do país⁷³”.

Para tal, o que se pretendeu foi “identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu revigoramento buscando a adesão de outros setores atuantes no

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

campo e na cidade⁷⁴ .

Assim, os princípios norteadores apontavam, por um lado, para a necessidade de incorporação das oposições sindicais, o que manifesta-se, de forma clara, nas seguintes princípios: “buscar a unidade do sindicato mediante o convívio democrático com as oposições”; ou ainda “buscar agir em função das necessidades e da vontade das bases e conscientizá-las com relação a seus problemas⁷⁵” .

Por outro lado, o documento assinalava no sentido de se buscar a criação de organismos “que promovam a articulação entre as lutas movimento sindical com as lutas do movimento popular bairro, terra, etc.. na cidade e no campo⁷⁶” .

Neste sentido, o encontro recomendou o estabelecimento de mecanismos de consulta, de troca de experiência e de reunião que seriam o “embrião de uma futura organização intersindical”, pensada mais provavelmente como uma ampla entidade agrupando sindicatos urbanos e rurais e associações ligadas aos movimentos populares da Igreja.

Esse princípio foi formalizado na conceituação do “movimento popular” do documento de São Bernardo:

“Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organizações populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram⁷⁷” .

Além disso, deixou claro por quais motivos de articulação:

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Documento de São Bernardo, Taboão da Serra, julho, 1980, SP, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

“1. Os movimentos populares, nos povoados e nos bairros, são o espaço de participação inicial de muitos trabalhadores para a luta sindical (...); 2. Os movimentos populares constituem uma retaguarda permanente de organização dos movimentos sindicais. (...); 3. Quando estão ligados aos movimentos sindicais, os movimentos populares rompem a barreira de suas próprias reivindicações locais por melhoria das condições de vida, acompanhando as lutas gerais das classes trabalhadoras no país. (...); 4. (...) Sem essa ligação permanente entre o movimento operário e os movimentos populares fica difícil tanto a conquista de uma hegemonia operária no campo popular, quanto a consolidação de uma aliança fundamental para a emancipação das classes trabalhadoras em sociedades capitalistas como a brasileira. (...); 5. Com um movimento popular fracionado as diversas lutas localizadas ficarão à mercê das novas políticas de integração social, de participação na comunidade, com grandes possibilidades de êxito para recuperação burguesa⁷⁸”.

Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte deles, mostrou alguma práticas que possam ajudar a articular os movimentos sindicais com os movimentos populares:

“Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. (...) As bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população, também devem ser apoiadas pelos sindicatos. Que os sindicatos criem sub-sedes ou outras formas de presença nos bairros, cidades e distritos de sua base numa forma de abrir a participação a outros movimentos populares. (...) Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade⁷⁹”.

Defendia-se, desse modo, a unificação dos movimentos populares com o sindicalismo.

O documento situa, pela primeira vez de modo expresso, a necessidade de um partido político capaz de contribuir para a libertação das classes populares:

⁷⁸ POR QUE ARTICULAR OS MOVIMENTOS SINDICAIS COM OS MOVIMENTOS POPULARES?, A Secretaria Estadual da ANAMPOS, Goiânia, 1981, GO, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

⁷⁹ Documento de São Bernardo, Taboão da Serra, julho, 1980, SP, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

“As lutas reivindicativas travadas nos últimos anos, pelo movimento popular nos bairros, na zona rural e nos sindicatos revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política. A estrutura social agravada pela conjuntura do país impõe, às classes populares a necessidade de articularem suas lutas específicas com a luta política entendida, não apenas como atuação parlamentar, mas sobretudo como um fator de organização das classes populares capazes de em busca de sua libertação, transformarem o sistema político-econômico e social que nos domina e criarem seu próprio projeto social alternativo⁸⁰”.

Com isso, mostrava a necessidade urgente de romper com preconceito de que “política é coisa de político” no sentido de desenvolver a consciência de que “o direito inalienável à condição de cidadão é o de ativa participação na vida política do país⁸¹”.

No entanto, chamou atenção de que a luta partidária não deve ser confundida com a luta do movimento popular, inclusive sindical: “O partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torná-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas⁸²”, porque “choca-se com os princípios de liberdade, da autonomia e da unidade sindical a sua subordinação a um partido⁸³”.

Estas bandeiras, ou seja, a articulação de movimentos populares e sindicais e autonomia em frente do partido político, resumiram-se em seguinte colocação do documento de Vitória:

“Somos uma articulação de movimentos populares e sindicais. Um espaço no qual esses movimentos podem se encontrar, trocar experiências e acertar pontos comuns de lutas, sem prejuízo de sua autonomia e especificidades. Nesse sentido, não podemos ser confundidos com uma organização ou partido político, nem uma corrente ou tendência do movimento sindical e popular. A articulação é apartidária e defende o princípio de autonomia do movimento popular e sindical frente aos partidos políticos, embora com pleno respeito às opções particulares dos que dela

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ Documento de Monlevade, João Monlevade, fevereiro/1980, MG, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

participam⁸⁴”.

Depois desse encontro viria a ser formada a ANAMPOS (oficialmente, IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical), cuja reunião se realizou em Goiânia, em junho de 1982.

A análise dos documentos dos diferentes encontros realizados em nome da ANAMPOS deixa claro a proposta de construir não propriamente uma central sindical mas uma grande organização popular reunindo desde sindicatos urbanos e rurais até “movimentos populares”.

No entanto, o que pretendia, através dessa renovação do movimento sindical e a incorporação de amplos setores populares, foi ingressar na luta política como forma de superação do modelo econômico e da construção de uma nova estrutura sindical, democrática, e autônoma.

Para tal, é importante que a ANAMPOS tenha um plano de ação que determine quais os pontos prioritários. Dentre outros, foram ressaltadas as necessidades de realização de greve geral e de lutar pela criação da CUT.

Por um lado, a greve geral, além de ser o instrumento legítimo da classe trabalhadora, foi visto como o meio importante de união e mobilização para alcançar os objetivos fundamentais:

“Por mais que as categorias tenham se empenhado e esforçado, muitas das reivindicações, principalmente as mais fundamentais, não foram alcançadas. (...) A garantia e estabilidade no emprego, a posse e o uso da terra, liberdade e autonomia sindical e tantos outros objetivos só serão conseguidos pela união e mobilização de todos os trabalhadores, às quais, no momento, podem se expressar através de uma greve geral⁸⁵”.

Por outro lado, a criação da CUT foi concebida como encaminhamento urgente para unificação das lutas englobando todos os trabalhadores urbanos e rurais e todas as lutas populares em torno do novo modelo econômico e nova estrutura sindical:

⁸⁴ Documento de Vitória, Vitória, junho/1981, ES, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

⁸⁵ Idem.

“Os fatos da vida dos trabalhadores e suas organizações, quase sempre distante uns dos outros e normalmente restritos a uma ou outra categoria, precisam de um elo unificador que lhe reforce o encaminhamento e respalde as decisões tomadas. Esse elo, necessidade mais do que urgente, será a Central Única dos Trabalhadores. No entanto, a fim de evitar os velhos erros e prejuízos produzidos por tudo que é impoerto e resultante do conchavo de cúpulas, entendemos que a CUT deve ser necessariamente encaminhada a partir das bases, para que se constitua forte representativa e livre da estrutura sindical vigente⁸⁶”.

A ANAMPOS reafirma, desta forma, a luta pela construção de uma Central Única dos Trabalhadores pela base que possa possibilitar organicidade à articulação entre movimentos sindicais e movimentos populares, o que, no entanto, viria a ser tratado e concretizado com a realização de Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Neste sentido, torna-se importante que o CONCLAT seja representativo e democrático:

“Não podemos rechaçar a proposta do CONCLAT, só porque é proposta da Unidade Sindical, mas sim trabalhar para que este seja democrático, com assembléias por categoria onde se escolha os representantes, enfim, que seja um CONCLAT com a participação dos trabalhadores em todos os sentidos, sem cupulismo e manobras⁸⁷”.

“A CONCLAT, para ser realmente representativa e para que encontre os verdadeiros caminhos de luta desejados pelo conjunto dos trabalhadores, deverá ser preparada: a) através de amplas discussões nas bases, onde se mobilizem todas as categorias em reuniões, encontros, assembléias, para que todos os trabalhadores tenham conhecimento e plena consciência de sua realização e importância; b) através de encontros regionais onde se aprofundem os temas e se elaborem textos a serem discutidos em âmbito nacional⁸⁸”.

Este ponto foi bastante debatido e ressaltado pelos encontros estaduais de trabalhadores (ENCLATs) destinados a apresentar documentos e eleger delegados

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ TESE PARA O ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL, Grupo de Trabalhadores de Osasco, in ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

⁸⁸ Documento de São Bernardo, Taboão da Serra, julho, 1980, SP, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

para o CONCLAT:

“A CONCLAT deve dar passos concretos no sentido da criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT – através de um amplo processo de discussão e participação efetiva dos trabalhadores⁸⁹” .

“Torna-se, portanto, necessária a união de todos os trabalhadores através de suas entidades representativas de base na construção de uma Central Única dos Trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores deve ser construída desde o local de trabalho, nas bases, para que seja representativa⁹⁰” .

Atráves da análise dos documentos das oposições sindicais e da ANAMPOS, podemos afirmar que havia uma compreensão amadurecida e séria dos trabalhadores em face da realidade comum onde em seu terreno próprio de luta não era possível alcançar as transformações estruturais almejadas e de que estas transformações só poderão ser alcançadas no plano político, na luta direta pela influência sobre o aparelho de Estado e pela conquista e mudança do próprio poder político. Daí se colocava com nitidez cada vez maior o problema da representação política, tornando-se necessária união e unificação de lutas de todos os trabalhadores para que possa realmente fazer valer e lutar pelos seus interesses, conquistando seus legítimos direitos e adquirindo voz ativa nas decisões políticas, ou seja, através da utilização da greve geral e da construção de uma Central Única dos Trabalhadores. No entanto, há uma clara consciência de que, para consegui-lo, tem que mobilizar e conscientizar os trabalhadores na base. Desta forma, o terreno privilegiado para alteração do mundo sindical e para a construção do novo modelo econômico é local de trabalho, chamando a atenção para a necessidade da democracia chegar às fábricas.

Portanto, para combater a falsa democratização e alcançar as mudanças desejadas os próprios interessados, ou seja, os trabalhadores tem que participar ativamente, construindo os seus próprios instrumentos – o CUT – a partir das bases para se tornarem como uma expressão política autônoma, independente e democrática. Em outras palavras, os trabalhadores voltaram ao centro da vida política do país, mas, contrastando com o passado, não queriam apenas participar nas condições que lhe são

⁸⁹ Iº ENCLAT (Encontro da Classe Trabalhadora), São Paulo, 31 de julho, 1 e 2 de agosto, in ENTOES – ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

⁹⁰ Primeira Conferência Estadual da Classe Trabalhadora do Estado de Goiás – CONCLAT – GO, in ENTOES – ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

impostas, de fora para dentro. Voltaram imbuídos de vontade de imprimir a sua marca à luta pela democracia que se desenha no país.

Entretanto, as oposições sindicais e ANAMPOS formularam uma ampla gama de reivindicações. Por um lado, havia uma pauta de reivindicações em relação ao trabalho e melhores condições de vida que apontavam para a luta pelo salário mínimo nacional único, a garantia de estabilidade no emprego, fim das horas extras, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, o salário-desemprego, o fim do arrocho salarial e da política salarial, e a reforma agrária. Por outro lado, introduziram um denominador comum a todos os elementos envolvidos nas suas mobilizações: a luta pela cidadania plena, ou seja, a liberdade democrática de organização, expressão e manifestação, o direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais, o fim das leis e atos de exceção, as eleições livres e diretas em todos os níveis da representação, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Muito para além da questão da reivindicação meramente econômica, podemos presenciar uma movimentação que se baliza também pela questões sociais e políticas.

Em outras palavras, conduziram a luta por melhores salários e melhores condições de vida em consonância com a luta por direitos básicos de cidadania, compreendendo que, como Moisés observou perfeitamente, “a luta pela igualdade não se separa da luta pela liberdade, porque ambas são requisitos de uma democracia que objetiva, realmente, chegar até o povo e não se restringir às elites dominantes⁹¹”.

Desta forma, a luta pela cidadania plena reforçava, mais uma vez, a necessidade de ingressar na política, tornando-se como o novo (e decisivo) protagonista da própria luta pela democracia no país.

Em suma, a dinâmica do movimento sindical no final dos anos 70 e no início de anos 80 definiu-se pela polarização entre as duas maiores tendências – a ANAMPOS juntamente com as oposições sindicais e a Unidade Sindical -, traduzindo as clivagens existentes entre as estratégias sindical e política.

Neste quadro, a ANAMPOS juntamente com as oposições sindicais, salientaram-se por colocar novos temas para a luta sindical, redimensionando o papel do sindicato e da classe trabalhadora no processo de democratização do sistema

⁹¹ José Álvaro Moisés, Qual é a estratégia do novo sindicalismo?, in Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80, Petrópolis: Vozes, 1982, p. 152.

político. Ela definiu como nova estratégia ocupar o espaço na arena nacional como representação política independente - convém salientar que esse canal de representação é visto como uma extensão da democracia direta, ou seja, a mobilização e a conscientização nas base, comissões de fábrica, assembléias e inter-fábricas, etc. - trazendo como ponto central a luta pela cidadania plena, percebida como a conquista dos direitos sociais e políticos, dos quais a classe trabalhadora encontrava-se privada durante todo o período autoritário.

Esse acúmulo de forças políticas diversas e a articulação em torno de questões gerais da estruturação democrática no país indicavam que o campo de ação do sindicalismo autêntico se estenderá para o terreno político.



Estes movimentos sociais, interpretando o modelo econômico implantado no Brasil pós-64 como altamente excludente e gerador de desigualdade social e colocando o Estado autoritário e suas leis repressivas como co-constituente desse capitalismo selvagem, constituíram uma nova identidade coletiva que é a luta dos sujeitos coletivos pelos direitos. Desta forma, a cidadania é vista como algo a ser conquistado e não a ser dado de cima para baixo, o que, por sua vez, fez transbordar dos limites das racionalidade específica, procurando tornar-se como sujeito político que não pode ser ignorado. É neste aspecto que os movimentos sociais clamaram para a participação, a união e a solidariedade, percebendo que só através da luta conjunta dos todos os trabalhadores no país poderiam conseguir os objetivos desejados e as transformações alcançadas. Desta forma, (re)vitalizaram a cultura solidária e participativa.

E eles foram também os portadores de discursos de uma nova maneira de fazer a política, ou seja, através da democracia de base, afirmando a capacidade concreta das classes populares de fazer a política e criticando a ideologia dominante de que “a política é do político”. Isso é diametralmente contrário à tradição política autoritária.

Enfim, os movimentos sociais produziram os novos problemas sociais, ou seja, a questão urbana e a estrutura e organização sindicais. Desta forma, têm contribuído para a introdução das temáticas que atingiram em cheio, ainda que indiretamente, o terreno da política. Dizemos indiretamente porque o estágio pré-político implica que nos próprios movimentos estes saber e discurso tenham extrema dificuldade em operacionalizar-se e corre mesmo o risco de servir de ilusão ótica desviante da

visibilidade de outros fenômenos. Em outras palavras, há apenas influência “fraca” da esfera pública⁹², o que significa que há um longo caminho a percorrer até o sistema político, ou seja, do acesso e da subsequente tematização para regulação.

Somente após a “luta por reconhecimento”, desencadeada publicamente, os interesses questionados podem ser tomados pelas instâncias políticas responsáveis, introduzidos nas agendas parlamentares, discutidos e, eventualmente, elaborados na forma de propostas e decisões impositivas⁹³.

Neste sentido, os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre os problemas da sociedade civil e os processos institucionais político, lançando temas importantes, definindo problemas e trazendo contribuições para a solução de problemas, o que, por sua vez, requer a participação na arena política institucional.

⁹² J. L. Cohen & A. Arato, *Civil Society and Political Theory*, Cambridge: Mass, 1992.

⁹³ Habermas, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 41.

Capítulo V. Democratizando a política

“O movimento atual é de dessacralização da política e de valorização do realismo que, promovendo a adequação entre meios e fins, supostamente levará à construção de uma ordem pluralista em que os vários (e indistintos) atores possam manter um espaço de influência. Alguns cientistas sociais, procurando refletir sobre estas novas fórmulas para a convivência política, recolocam velhas questões relacionadas ao aperfeiçoamento dos sistemas democráticos. E é nesse novo quadro que é preciso situar a função e o alcance dos movimentos sociais como instrumento de mudança e de controle¹”.

Ao analisar as potencialidades dos movimentos sociais, muitas pesquisas acabavam por “deixar na sombra a atuação do Estado”, substituindo um campo de indagações teóricas e empíricas a ser desvendado por um postulado que, de antemão, balizava e norteava as interpretações². Prosseguindo assim, “todo o esforço analítico fica canalizado e limitado por uma polarização que antecipa as conclusões de um lado, cooptação e/ou esvaziamento; de outro, mobilização ou enfrentamento.

De fato, o tema central desta área de estudos – presença na cena política dos movimentos sociais urbanos – é quase universalmente abordado em termos do impacto positivo ou negativo que resulta destas relações (...) concebido como ‘vitória’ ou ‘derrota’ do grupo responsável pela manifestação estudada³”. Em outras palavras, “ao retomar uma visão estreita de conflito de classes, a partir de uma premissa de análise – a oposição natural e radical – pode redundar numa postura de cunho genérico que deixa de apreender a riqueza de processos sócio-políticos que, certamente, variam muito de uma conjuntura para outra⁴”.

¹ Ruth C. Cardoso, “Isso é política?: dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno”, *Novos Estudos*, nº 20, março, 1988, pp. 74-80.

² Ruth C. Cardoso, “Movimentos sociais e urbanos: Balanço crítico”, in Sorj & Almeida, M. H. T. de (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 219

³ Luis Antonio Machado da Silva & Ana Clara Ribeiro, *Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias*, VIII Encontro Annual da ANPOCS, São Paulo, 1984, p. 10.

⁴ Lúcio Kowarick, *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literature*, RBCS, nº 3, Vol. 1, fev., 1987, p. 44.

Em outras palavras, os movimentos como um todo não podem ser qualificados unívoca ou unidirecionalmente em termos de suas demandas e/ou orientação. Para captar a riqueza das experiências, enquanto nos capítulos III e IV tratamos dos movimentos sociais como um espaço público onde se elaboram a identidade coletiva, as propostas de ação e, enfim, os discursos para a sociedade como um todo, neste capítulo os abordaremos como sendo um ator e/ou participante numa esfera política institucionalizada e, principalmente com relação ao Estado.

Ao nos referimos aqui à política e ao Estado, estamos compreendendo um universo maior do que o mero sistema de representação partidária, ou o sistema eleitoral. Ela abarca todos os canais de representação no plano político e todas as ações políticas que se dão nos demais planos da realidade. Engloba, ainda, as mediações que se criam entre esses movimentos sociais, quando se institucionalizam, e as autoridades governamentais. O importante é o fato de que não se deve restringir a discussão sobre a política à questão da representação nos partidos políticos.

Por conseguinte, o tema que se coloca aqui diz respeito à maneira pela qual os movimentos sociais se relacionavam com o sistema político perpassado pela longa duração de autoritarismo e, especificamente, em conjuntura de transição democrática. Ou seja, de que forma estes movimentos sociais puderam contribuir para a democracia?

1. Pressionando sobre o Estado em busca do diálogo.

Ao mesmo tempo em que pensaram sobre si próprio e forjaram as suas próprias organizações, os movimentos sociais procuraram transformar-se em ator e protagonista político, através do qual realizou-se um embate real em frente ao Estado autoritário brasileiro.

Desde logo, o Estado tem funcionado como a causa e propulsor dos movimentos sociais, principalmente em decorrência da sua inoperância ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos:

“Essa incapacidade do Estado, gerada pela raízes de classe de sua gestão dos serviços de consumo coletivo, - que, por exemplo, optou por privilegiar os investimentos voltados à criação da infra-estrutura necessária para a arrancada do desenvolvimento industrial - criou as condições para que surgissem, entre as classes populares dos grandes centros urbanos, os movimentos de reivindicação de serviços

urbanos, cuja carência afetava as condições populares de sobrevivência na metrópole⁵.

Assim, a lógica do Estado como provedor dos bens coletivos, contrariando a sua face autoritária, fez com que surgisse o conflito social à tona, obrigando o Estado a algum tipo de inter-relação com a população em movimento de reivindicação, abrindo, de forma latente, um espaço de negociação e discussão entre eles. Evers mostra-o de forma clara no estudo sobre Movimento do Custo de Vida (MCV):

“Desde o início as reivindicações do MCV se dirigem ao Estado. Por mais que este trate de desculpar-se com as “leis do mercado”, os militantes não têm dúvidas em identificá-lo como o responsável direto por suas más condições de vida, ou como representante político das forças econômicas que as produzem. (...). A lógica era simples: toma-se o Estado ao pé da letra com sua pretensão de ser o fiador do “bem-estar” e “progresso” comum, e dirigem-se-lhe publicamente reivindicações que constituem um desafio para levar esta pretensão à prática, obrigando-o assim a contradizer-se em seus feitos com o seu próprio discurso ideológico”.

Assim, o que está em jogo é a própria legitimidade do Estado como um todo-poderoso:

“O que importa assinalar é que este confronto dos movimentos urbanos com o poder

⁵ José Álvaro Moisés, “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”, in José Álvaro Moisés (et al.), *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.15. Este ponto de vista foi defendido também por outros autores: “A existência de planos públicos com fins sociais faz com que os Estados contemporâneos, por mais antipopulares que possam ser (e freqüentemente são), implementem políticas sociais globais que criam expectativas de demanda”, Ruth C. Cardoso, *op. cit.*, 1983, p. 229; “O pressuposto da existência de um interlocutor de parte do Estado tem sido não apenas importante mas até mesmo condição necessária. Isto não significa que o relacionamento seja de subordinação, em determinadas situações a relação com Estado é condição necessária para a acumulação de experiências e de consciência criadora”; Tullo Vigevani, “Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa”, in E. J. Viola, I. Scherer-Warren & P. Krischke (orgs.), *Crise política, movimentos sociais e cidadania*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989, p.135; Jacobi, visando qualificar o porquê da emergência dos movimentos, inicialmente explicitou-se a dinâmica da intervenção estatal nos setores de saneamento básico e saúde, o que permitiu estabelecer relações entre a lógica da ação do Estado e as demandas populares, Pedro Jacobi, *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde São Paulo 1974-84*, São Paulo: Cortez, 1993.

⁶ Tilman Evers, “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”, in José Álvaro Moisés (et al.), *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982, p. 85.

local politizou os conflitos, permitindo que emergisse, entre os protagonistas daqueles movimentos, uma perspectiva que ultrapassava a sua dimensão estritamente econômico-corporativa e atingia a dimensão da política. A importância desse aspecto está em que, embora sem questionar a ordem vigente, a emergência desses movimentos discutia a *representatividade* do Poder Público, que se afirma capaz, mas não consegue responder às demandas populares. É a sua *legitimidade*, como instância política, que está em jogo, pois a sua função de abarcar o conjunto da sociedade sob o poder do Estado, inclusive as classes populares, está, claramente, em crise”⁷.

Por outro lado, nas condições sociais e políticas impostas pelo Estado autoritário, cuja ordem institucional é organizada para encapsular e impedir a participação das classes populares, os movimentos sociais não se limitaram à exigência de atendimento das demandas em relação aos bens coletivos, tendendo a uma politização imediata. Em outras palavras, é contra a lógica autoritária e despótica de restringir a cidadania que os movimentos sociais transbordaram as suas fronteiras e invadiram o terreno político.

“Ao demandarem melhoramentos urbanos, dado o caráter autoritário do regime, através de petições e abaixo-assinados, de caravanas aos órgãos públicos, assembleias ou manifestações massivas, as aglutinações ganhavam visibilidade política na medida em que colocavam à luz do dia a ilegitimidade de um sistema que ignorava as necessidades mínimas de crescente contingente e se avolumava aos bairros pobres da cidade: chocando-se contra a excludente ordem instituída, algumas mobilizações adquiriram um caráter de desobediência civil (...)”⁸.

No entanto, onde mostrou-se mais contundente contra a face autoritária foram as greves dos movimentos operário-sindical. Neste sentido, embora com um discurso autoproclamado “apolítico”, as práticas do “novo sindicalismo” geravam efeitos políticos claros. O “apoliticismo” dos novos dirigentes, manifesto nos discursos de 1978-1979, definia-se sobretudo pelo fato de não mais se dirigirem ao Estado como interlocutor privilegiado e de negarem a influência partidária no meio sindical, rejeitando a presença do mundo da política partidária e de governo na arena dos conflitos trabalhistas, ou seja, a busca de liberdade e autonomia sindicais. Em outras

⁷ José Álvaro Moisés, “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”, in José Álvaro Moisés (et al.), *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.23.

⁸ Lúcio Kowarick, “Considerações finais: as lutas sociais e a cidade: impasses e desafios”, in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 315.

palavras, os movimentos operários que, para abrir passagem, são obrigados a se chocar com as instituições autoritárias, como no caso da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aponta para a urgente necessidade do estabelecimento do Estado de Direito democrático.

Portanto, a movimentação grevista levou até o seu limite a organização sindical tal qual ela é. Ela levou ao limite, pôs a nu a fragilidade da organização sindical, pelos dois lados: seja nos casos dos sindicatos burocratizados e que estavam nas mãos de lideranças pelegas; seja nos casos dos sindicatos combativos. No primeiro caso, verificou-se que os sindicatos controlados pelos chamados pelegos tradicionais não são armas de controle eficaz de movimento social. Por outro lado, também nos casos onde os sindicatos têm um trabalho paciente de organização de base, essa estrutura sindical, tal qual está montada, é insuficiente. Assim, esse processo, na realidade, pôs a nu, deixou claro quais são suas insuficiências e quais são os rumos, os caminhos, para transformá-la numa estrutura sindical viva, representativa e autônoma. Em resumo, trata-se de um movimento social que coloca problemas muito candentes no plano da legislação e organização sindical.

“Se no passado os sindicatos se constituíram em um elemento extremamente eficaz para pressionar por certas demandas e para forçar a ampliação das próprias bases de apoio do Estado nacional em formação, no presente, um sindicalismo de massas como o que vem se desenvolvendo no Brasil tende a colocar em questão a legitimidade da própria política de encapsulamento da sociedade pelo Estado⁹”.

Desse modo, definindo-se como movimento pela conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, qualificou-se como o novo (e decisivo) protagonista da própria luta pela democracia no país. É a luta pela cidadania que dá conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política.

Portanto, os movimentos sociais, por um lado, questionaram a inoperância do Estado, mostrando, porém, algum grau de dependência: “Dizemos dependência no sentido de que um grande número de movimentos sociais tem um horizonte não plenamente desvinculado da perspectiva de atendimento de seus objetivos pelo Estado, ainda que este atendimento seja compreendido como direito ou dever e não outorga,

⁹ José Álvaro Moisés, *Qual é a estratégia do novo sindicalismo?*, in José Álvaro Moisés (et al.), op.cit, 1982, p. 26.

concessão¹⁰". Por outro, evidenciaram o papel democratizador da mobilização e participação popular, colocando em xeque o autoritarismo do Estado.

Em outras palavras, mesmo exigindo o atendimento econômico-corporativista, ou seja, os direitos sociais, os movimentos sociais, de forma geral, exerceram a liberdade política, ou seja, a liberdade de associação e expressão que o Estado autoritário tem negado para as classes populares. Cohen e Arato foram categóricos neste sentido, pois, para eles, enquanto são os indivíduos que têm direitos, o conceito de direitos não deve repousar sobre individualismo metodológico ou filosófico, nem, somente sobre a idéia de liberdade negativa:

"Direitos não apenas asseguram liberdade negativa, a autonomia dos indivíduos privados, desconectados. Eles também garantem tanto interação comunicativa autônoma (longe de controle estatal) dos indivíduos com os outros em esferas pública e privada da sociedade civil, quanto nova relação dos indivíduos com o público e esferas políticas da sociedade e Estado. Direitos morais não são, portanto, por definição, a-políticos ou anti-políticos, nem constituem um domínio exclusivamente privado em relação ao qual o Estado deve limitar-se. Ao contrário, os direitos de comunicação, assembléia, e associação, entre outros, constituem a esfera pública e associativa da sociedade civil como esfera de liberdade positiva dentro do qual agentes podem debater assuntos de interesse comum, agir em concerto, advogar novos direitos, e exercer influência sobre sociedade política (e potencialmente econômica). Os princípios tanto democrático quanto liberal têm seu lugar aqui¹¹".

A reivindicação por direitos sociais, isto é, por uma certa igualdade econômica, é indissociável da reivindicação por liberdades políticas a este nível. Daí que a liberdade de organização e a expressão de pluralidade institucional e partidária não são meros instrumentos para atingir seus fins, mas constituem-se nas próprias condições do movimento¹².

¹⁰ Tullo Vigevani, "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa", in E. J. Viola, I. Scherer-Warren & P. Krischke (orgs.), op.cit, 1989,p.134.

¹¹ Cohen L. Cohen & Andrew Arato, *Civil Society and Political Theory*, Cambridge: MIT Press, 1995, pp. 22-23.

¹² Edison Nunes e Pedro Jacobi, "Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia", in José Álvaro Moisés (et al.), *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra,

Os movimentos sociais, desta forma, são, ao mesmo tempo, organizações sociais e políticas, confrontando com o sistema político quando realizam mobilização pública. Eles, conforme Melucci, fazem os aparatos estatais produzirem justificativas e revelarem sua lógica e a fraqueza de suas “razões”. Ou seja, fazem o poder visível. Num sistema onde reina uma recusa, de base autoritária, da política e do conflito de interesses na sociedade¹³, fazer o poder visível é um ganho político fundamental. Pois, a única condição para a política, ou seja, negociar as normas e para fazer decisão social mais transparente, é fazer o poder aparecer.

Para invocar o Estado para a negociação e discussão, os movimentos populares utilizaram a diversidade de ações que ia desde abaixo-assinados pleiteando serviços públicos, protestos e atos públicos, reuniões de debates, até a pressão popular para cumprimento de dispositivos legais.

No entanto, o instrumento básico de luta tem sido a manifestação pública em massa, pois os moradores de bairro praticamente não dispuseram de nenhum meio econômico de exercer pressão. Podemos verificá-lo nos discursos seguintes:

““(…) no dia 1º de setembro todo o povo de Belém deve participar do ATO PÚBLICO para entregarmos nas mãos do Governador um projeto elaborado pelo povo para exigir o Direito de Morar, através: Da desapropriação dos latifundiários urbanos, por decreto e de forma imediata, em favor dos moradores que ocupam as referidas áreas; Entrega de título de propriedade definitivo e gratuito para todos os moradores dessas áreas¹⁴”.

“O Movimento dos Moradores em Loteamentos Clandestinos que reúne compradores de terrenos em 100 (cem) loteamentos do Município de São Paulo realizarão uma concentração em frente ao Gabinete do Prefeito de São Paulo (...).

1985, p.196.

¹³ É oportuno retomar a interpretação de O'Donnell sobre o Estado “burocrático-autoritário”: em primeiro lugar, é sistema de exclusão política, no sentido de que pretende fechar os canais de acesso ao Estado do setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só pela repressão mas também pelo funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do Estado sobre os sindicatos e, em segundo lugar, é sistema de exclusão econômica, porque reduz e pospõe para um futuro indeterminado as aspirações de participação econômica do setor popular e, por último, é sistema despolitizante, ou seja, pretende reduzir as questões sociais e políticas públicas a questões “técnicas”, a resolver mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações complexas e altamente burocratizadas, Guillermo O'Donnell, Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários, São Paulo: Vértice, 1987, p. 21.

¹⁴ Movimento pelo Direito de Morar, CBB, 1981, Pará.

Dando continuidade ao movimento esta concentração visa exigir da Prefeitura as providências necessárias para regularizar os loteamentos clandestinos, ou seja, a aprovação da divisão dos lotes efetuada, cobrando do loteador as benfeitorias que a lei exige que ele execute. Na oportunidade será entregue pelo movimento um requerimento ao Prefeito com aproximadamente 25.000 assinaturas, indicando a forma com que a regularização dos loteamentos atende os interesses dos compradores de lotes, ocasião em que será debatido o assunto¹⁵.

Desta forma, o meio político que as organizações de bairro utilizaram foi, na maioria dos casos, sua importância numérica. No entanto, paralelamente a estes mecanismos, a sociedade organizada buscou utilizar ações judiciais que, apesar da morosidade do aparelho judiciário, foram capazes de anular ou modificar decisões do poder público que atentam contra os interesses da coletividade. Deste forma, a instância judicial passou a constituir-se também em “espaço de luta e confronto” para onde se canalizam também demandas e pressões sociais.

Isso fica claro com a experiência do movimento de transportes coletivos de Santo André, o qual lutou contra o aumento exorbitante das tarifas, conseguindo a redução de tarifas. No entanto, os empresários, buscando amparo junto à lei, impetraram mandado de segurança obtendo liminares dos juízes de Santo André e Mauá. Com a anulação dos decretos dos prefeitos, de redução das passagens, os protestos dos usuários vieram à tona mais uma vez. No entanto, apesar das reclamações e protesto da população, os administradores municipais, dentro da maior morosidade possível, analisaram quais medidas adotar para recorrer em favor de suas decisões, gastando todo o tempo que a própria lei lhes oferece, mesmo sabendo que enquanto isso os moradores voltaram a pagar a tarifa mais cara. Sendo assim, o advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Diocese de Santo André impetrou, em prol da defesa dos interesses dos usuários, mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, objetivando cassar as medidas liminares dos juízes de Santo André e Mauá¹⁶.

Diante do problema que se emaranha em torno da legalização do terreno na periferia de Brasília (o Plano Piloto), a Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia também impetrou uma ação na justiça contra a Terracap – o órgão

¹⁵ À IMPENSA, Movimento dos Moradores em Loteamentos Clandestinos, 1979, SP.

¹⁶ Antônio de Almeida, Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80, São Paulo: Marco Zero, 1992, pp. 94-109.

responsável pela administração e controle das atividades imobiliárias do Distrito Federal – por aumento abusivo de prestações, com o apoio da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil¹⁷.

Intimamente relacionado com a experiência dos Incansáveis, em 1983, a Federação das Associações de Moradores do Estado de Rio de Janeiro (FAMERJ), com a assessoria jurídica, viabilizou um mandado de segurança baseado na Lei 4.380 que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e que garantia a equivalência salarial para os aumentos das prestações.

“Nós fomos à justiça e vimos o seguinte: a equivalência salarial define que haja uma equiparação entre o valor do contrato e a capacidade de pagamento do mutuário na época do valor contratado, e isto porque o financiamento só é concedido em função da renda declarada pelo pretendente. Além disso, a lei que criou o BNH estabeleceu que a referência para a equivalência salarial seria o salário mínimo ou a correção monetária, sempre o que fosse menor. Na justiça obtivemos êxitos que reforçaram muito os rumos do movimento. De poucos mutuários que começaram o movimento aqui no Rio, São Paulo e Brasília, nós passamos para um número crescente que hoje já chega a uma média de 400 mutuários por dia entrando na justiça¹⁸”.

Diante da crise da BNH e, em consequência, aumento da prestação da casa própria em 130%, muitos mutuários do BNH, de norte a sul do país, se mobilizaram para barrar o aumento em muitos estados, centenas de mutuários com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – entraram na justiça devido a prestação ter subido mais que os salários.

No caso dos movimentos operário/sindical, as formas de luta têm combinado a utilização dos canais legais oferecidos pelo regime e pela CLT com instrumentos que não encontram resguardo nas leis brasileiras, como o recurso à Central Única dos Trabalhadores. Neste sentido, Almeida observou que o movimento sindical ativo é, hoje, maior do que a rede sindical oficial:

“Em primeiro lugar, a crescente ativação sindical dos diversos segmentos do funcionalismo público, cuja organização em sindicatos oficialmente reconhecidos é

¹⁷ Safira Bezerra Ammann, Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento, São Paulo: Cortez, 1991, pp. 74-81.

¹⁸ Como se faz a luta de bairros, Jó Rezende Depoimento a Neusa Miranda, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 51.

proibida por lei, implicou o surgimento ou revitalização de um sem número de entidades representativas não submetidas a regulação estatal. Em segundo lugar, a atividade grevista nas grandes empresas industriais do Centro-Sul começa a dar origem a um processo incipiente, mas ao que tudo indica vigoroso, de constituição de comissões de representantes nas unidades de produção. (...) Finalmente, o crescimento da atividade sindical, bem como as disputas intestinas entre correntes de orientações distintas, provocaram o aparecimento de duas centrais sindicais nacionais¹⁹.

Além disso, lançou-se mão, em conjunturas distintas, do recurso da decretação de greves de “dentro para fora da empresa”, e da decretação de greves gerais da categoria, como em 1979 e 1980, por iniciativa do sindicato e com prévio conhecimento dos empresários, da autoridade e da opinião pública.

Além desses recursos, utilizou-se os meios de violência, ou seja, “quebra-quebra” e invasão dos prédios públicos etc. Aqui convém remetermo-nos à análise de Moisés para esclarecer a forma e as razões do emprego dos meios de violência. Analisando essa utilização dos recursos de violência, o autor reconheceu que as classes populares foram excluídas de organizações próprias de defesa econômica e de representação política diante do Estado e das demais classes sociais, o que restringia e limitava a sua capacidade de expressar a sua voz e interferir na sociedade de forma autônoma e independente.

Porém, as classes populares inventando uma nova modalidade de protesto - os “quebra-quebras” e as invasões - mobilizaram o Estado que foi obrigado a reprimir, revelando, desta forma, a natureza classista do Estado. Através desta invenção, elas conseguiram viabilizar alguma forma de ação, experimentando sua própria potencialidade como força social e política capaz de intervir na sociedade²⁰.

Dahl e Arendt se dispuseram em estudar o uso dos meios violentos no sistema político. Conforme Dahl, nunca aconteceu que um grande número de pessoas tivesse interagido durante muito tempo, dentro e fora do seu grupo, sem desenvolver outros meios de influência. Ou seja, além da persuasão racional que é princípio básico do

¹⁹ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Sindicalismo brasileiro e pacto social”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, Nº 13, out. 1985, pp. 14-28, citação p. 20.

²⁰ José Álvaro Moisés e Verena Martínez-Alier, *A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”*, in José Álvaro Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978, pp. 13-63.

sistema político, a persuasão manipulativa, o poder, a coerção, a ameaça e o emprego da força física são aspectos comuns da vida política²¹. Arendt, por sua vez, repudiava todas as formas de violência, principalmente, do totalitarismo ocidental, porém, chegou a admitir o uso instrumental de violência que possa arrancar as máscaras da hipocrisia dos governantes, cuja palavra, que não revela a aparência mas a esconde²². No entanto, cabe ressaltar que, com isso, não queremos justificar o uso da violência, mas somente elucidar algum aspecto para o fim analítico.

Com a mobilização de diversos recursos, ou seja, através do exercício das liberdades políticas, os movimentos sociais questionaram sobre as consequências sociais do sistema dominante, conseguindo – ainda que momentaneamente – solapar as bases de legitimação do regime. Desta forma, fizeram o poder político visível para que fosse possível discutir, negociar as questões emergentes da sociedade.

Entretanto, na medida em que o Estado mantinha certo sentimento de “estranhamento”, oriundo da estrutura autoritária e burocrática, especificamente em relação aos movimentos sociais e, de modo geral, sobre o conflito social, a relação que se estabelece foi, em geral, marcada pela tensão. O estranhamento, vale dizer, tem origem numa leitura política que se faz da sociedade civil. Pois o autoritarismo burocrático implantou-se reduzindo a participação política das classes dominadas a um ritual, e transformando as questões políticas básicas em “questões de Estado”, por isso sigilosas. Tratava-se, desta forma, de resolvê-las “tecnicamente”, “acima das classes”, excluindo a participação das classes populares:

“A resposta do Estado se situa sempre num terreno de ambigüidade, onde a possibilidade deste ganhar tempo, dilatando as reivindicações, é uma forma de controlá-las. (...) a população inicialmente é envolvida por um labirinto de escalões burocráticos, tenta-se desmobilizar o movimento através de artimanhas ou mecanismos intermediários e o destino mais provável da maioria dos movimentos é o seu esvaziamento²³”.

Portanto, com essas práticas de poder, ou seja, a imposição de um tempo burocrático para o encaminhamento e solução das reivindicações, o ritmo dos

²¹ Robert Dahl, *Análise política moderna*, Brasília: Editora UnB, 1988. pp. 54-55.

²² Hannah Arendt, *Sobre a violência*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 47-49.

²³ Pedro Jacobi, “Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo”, in Renato R. Boschi (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 177.

movimentos muitas vezes foi condicionado pelos prazos impostos ou pelos procedimentos burocráticos exigidos pelas administrações estatais²⁴.

No entanto, isso não sugere que não houvesse a possibilidade de criar o espaço de negociação entre os movimentos sociais e o Estado, pois, não sendo homogêneo e monolítico, o Estado - os vários organismos da prefeitura, as secretarias, as administrações regionais, as empresas de serviços públicos, etc. - é suscetível a diversos interesses e demandas da sociedade civil. Em outras palavras, percebem-se vários setores do estado como fações em luta política; cada um deles ligados a interesses sociais distintos. Abriu-se, desta forma, a possibilidade de um espaço de negociação, mesmo com a estrutura excludente e autoritária.

“Ao sentirem o ímpeto das reivindicações, as soluções *ad hoc* são efetivadas, revertendo a lógica que defende as soluções definitivas. Torna-se visível que, nos momentos de pressão, as áreas técnico-gerenciais cedem aos argumentos e pressões político-administrativos, dando respotas às suas demandas. Configura-se um quadro de permanente tensão entre os pressupostos da eficiência dos setores técnicos (propor soluções adequadas), a eficiência da resposta política (dar respostas às demandas sociais) e a eficiência do movimento social (obter respostas às suas demandas)²⁵”.

Neste sentido, Scherer-Warren aponta para o fato de que estes movimentos conseguiram impor ao Estado, ou a alguns de seus segmentos e agentes, a necessidade do diálogo e até mesmo o reconhecimento de sua legitimidade e da necessidade de atendimento de suas reivindicações²⁶.

No entanto, cabe destacar que esse processo de interação, quando existente, variou entre os diversos tipos de movimentos, dependendo, por um lado, do nível de organização, mobilização, consciência social dos movimentos sociais e, por outro, da capacidade democrática dos representantes do Estado e que não se trata somente de vitória e derrota em relação ao atendimento de demandas mas de um espaço de interação onde as classes populares pudessem persuadir, influenciar e contrapor,

²⁴ Vera da Silva Telles, “Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”, in Ilse Scherer-Warren & Paulo J. Krischke (orgs.), Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul, São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 70-72.

²⁵ Pedro Jacobi, op. cit., 1993, p. 87.

²⁶ Ilse Scherer-Warren, “O caráter dos novos movimentos sociais”, in Ilse Scherer Warren e Paulo J. Krischke (orgs.), Uma revolução no cotidiano, São Paulo: Brasiliense, 1987.

claramente, não só outras soluções técnicas (sempre possíveis), como um estilo de política que desmistifique a neutralidade tecnocrática, ou seja, aprendizagem política de negociação e discussão.

Alguns movimentos configuraram a emergência de práticas que redefiniram as relações entre o Estado e a população, gerando demandas num espaço que, apesar de regulado pelo Estado, não controla plenamente a sua institucionalização. Em algumas situações, emergiram formas de mobilização das demandas e as possibilidades concretas de ampliar o nível de participação popular na gestão da coisa pública.

2. Participando na gestão da coisa pública

Antes de entrarmos nessas experiências, convém salientar um aspecto fundamental nesta participação na gestão da coisa pública. Durham, na análise dos discursos do povo da periferia, verificou que as referências ao Estado apareceram em contextos diferentes que diziam respeito a dois níveis: o do Governo Federal e o dos poderes locais. Entretanto, em nenhuma entrevista surgiu qualquer expectativa de influir nesse Governo tão distante. A exterioridade do Governo, conforme a autora, se justifica na ausência de mecanismos institucionais reconhecidos de ação ou pressão sobre o mesmo. Os recursos políticos que a população costumava utilizar, como observamos acima, o abaixo-assinado e a concentração popular na presença da autoridade, úteis ao nível local, foram inaplicáveis e inoperantes face a esse Governo tão distante. No entanto, no contexto que dizia respeito aos órgãos públicos que atuaram no nível municipal e, especialmente, a Prefeitura, as expectativas foram mais concretas e as relações com a população, percebidas com mais clareza²⁷.

Assim, os municípios e os órgãos públicos que atuaram no nível municipal apareciam suscetíveis às formas de mobilização das demandas e a possibilidades concretas de ampliar o nível de participação popular na gestão da coisa pública. Conforme Castells, "(...) sua especificidade provém, por um lado, de ser, em geral, o nível inferior, a forma mais descentralizada do Estado e, no Estado democrático, a mais diretamente escolhida pelos cidadãos; por outro lado, é o órgão do Estado mais permeável a uma representação política das classes dominadas num Estado constituído historicamente em torno à hegemonia da burguesia e seus aliados²⁸". De forma geral, a

²⁷ Eunice R. Durham, "A sociedade vista da periferia", in Lúcio Kowarick (org.), op. cit, 1988, pp. 169-204.

²⁸ Manuel Castells, *Cidade, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 169.

participação na gestão da coisa pública se deu no nível do poder local.

Agora, em primeiro lugar, vejamos a experiência do movimento de saúde de São Paulo²⁹, onde as transformações qualitativas do movimento de saúde têm forçado o Estado a legitimar as pressões da população como uma forma de contar com o seu apoio, marcando diferenças no comportamento do agente estatal.

A experiência do Movimento de Saúde na Zona Leste demonstra a importância da formação dos Conselhos, que se configura como algo novo no contexto dos movimentos populares. No entanto, convém salientar que:

“A formação dos Conselhos não é encarada como uma *alternativa* à mobilização e discussão dos problemas de saúde com a população. Os conselheiros são fiscais do povo frente à Secretaria de Saúde que se reúnem uma vez por mês com os funcionários. Seu trabalho “é estar sempre atento, verificar se as pessoas que usam o Centro estão sendo bem atendidas, se estão faltando medicamentos, médicos, se o atendimento está suficiente, etc.”. Serve para a população se informar “e *participar das decisões* sobre o funcionamento do Centro de Saúde”.

Ao lado dessa representação formal, as Comissões de Saúde se encarregam de manter a mobilização popular, como um espaço para a participação direta. “O trabalho das comissões de Saúde é fazer reuniões nos bairros, nas casas dos moradores para conhecer os problemas de saúde e levantar as reivindicações que serão encaminhadas às autoridades. É através dessas reuniões periódicas, das assembléias e caravanas que as Comissões de Saúde procuram incentivar a participação de todos os interessados na luta pela melhoria das suas condições de saúde”³⁰.

A população não mais espera que o Estado defina a forma da prestação de serviços, mas a discussão ampla com os moradores nas Comissões revela as prioridades e, através dos Conselhos, são direcionadas as demandas. As Comissões e os Conselhos representam uma democracia e uma participação de base entre moradores “homogêneos”, ou seja, entre iguais:

²⁹ As referências básicas são as seguintes; Edison Nunes e Pedro Jacobi, “Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão”, Serviço Social e Sociedade, Ano 4, abril de 1983; Leda Maria Vieira Machado, Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero: São Paulo: ANNABLUME, 1995; Pedro Jacobi, op. cit, 1993.

³⁰ Edison Nunes e Pedro Jacobi, op. cit., 1983, pp. 145-146.

“O movimento de Saúde da Região do Jardim Nordeste não foi simplesmente um movimento preocupado em ter suas reivindicações atendidas. Teve uma organização própria, que se desenvolveu gradualmente com a evolução do movimento. Primeiro houve a criação de um Conselho de Saúde, encarregado de organizar carretas, manifestações e atividades, como a venda de objetos usados para a arrecadação de fundos, e de encaminhar queixas e reivindicações à Secretaria de Estado da Saúde. Depois, a formação de um Conselho de Saúde. Esta organização significou uma nova forma de participação, na qual, por meio da Comissão de Saúde, a comunidade se envolvia diretamente na gestão das reivindicações para as quais se mobilizou, e também por meio do Conselho de Saúde, quando o bairro teve, então, uma voz oficialmente reconhecida dentro de um serviço fornecido pelo governo, o Centro de Saúde³¹”.

Mais um fato fundamental merece ser mencionado, isto é, durante toda a mobilização para melhoria de saúde, foi de grande importância o papel desempenhado por secretário de saúde. Por um lado, o secretário jogou com o grau de mobilização da população, criando um fato consumado: a liberação de verbas para a construção de Centros de Saúde, o que pode ser confirmado na sua concepção política: “acho que as posições se conquistam, tudo na vida é conquistado. Evidentemente, o que a população pede, o que a população às vezes exige, se for legítimo, deve encontrar, nas áreas de governo, a sensibilidade suficiente para identificar a necessidade e atender a reivindicação (...). O governo tem que ser o resultado das aspirações populares, dos anseios, daquilo que a população sente, deseja e reivindica³²”. Assim, como Jacobi observou no Movimento de saúde de São Mateus, foi um processo de interação entre a Secretaria e os movimentos populares que garantiu um salto de qualidade da mobilização popular.

Para um efeito de demonstração, podemos observar o que acontecia no processo de formação dos Conselhos de Saúde da Zona Leste, pois a Secretaria de Saúde mostrou-se disposta a aceitar nos Centros de Saúde organismos de controle popular. No entanto, tais “Conselhos” foram uma importante conquista da população organizada nos Movimentos por melhores condições de saúde elegendo seus conselheiros através da eleição direta realizada em 1979, uma vez que a proposta original das autoridades sanitárias o previam como um organismo de representação

³¹ Leda Machado, op. cit., 1995, pp. 225-226.

³² Folha de São Paulo, 19-07-1981.

exclusiva das elites locais, mais estritamente vinculadas à burocracia do Estado: Delegados de Polícia, Diretores de Escolas Públicas, Rotary etc.

Esses movimentos apontaram para uma nova qualidade da participação na gestão da coisa pública, onde a conquista do espaço de representação não resumiu todo o esforço de organização. Ela foi apenas um aspecto do processo em que os moradores procuraram intervir nas decisões de um órgão do Estado. Desta forma, o que sustenta os Conselhos foi a participação ativa dos moradores nas Comissões de Saúde e em outras instâncias do movimento onde não há a prática do clientelismo e da troca de favores.

Além desses movimentos de saúde, podemos verificar algumas alternativas que abriram possibilidades de participação popular no poder local, como é o caso dos municípios de Lages em Santa Catarina, e Boa Esperança no Espírito Santo.

Começamos por Lages. No início de 1976, o IEPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio Grande do Sul, promoveu um encontro com os candidatos a prefeitos e vereadores do partido, visando definir estratégias para as eleições municipais que seriam realizadas naquele ano³³. Deste encontro, do qual participaram representantes de Santa Catarina, entre eles os candidatos do partido à prefeitura do município de Lages, resultou um documento intitulado: *o MDB e a ação municipalista* em que a questão da participação popular recebeu especial destaque nas formulações de propostas para as administrações municipais.

O MDB de Lages saiu vitorioso nas eleições, e a gestão do prefeito Dirceu Carneiro (1977-1982) buscou implementar as propostas de participação popular em uma perspectiva de democracia participativa.

Baseada numa organização da população, uma experiência de “Prefeitura Democrática” teve lugar na Cidade de Lages - a força do povo - em Santa Catarina³⁴.

³³ Alguns intelectuais ligados à ala dos autênticos do MDB, já em meados dos anos setenta, iniciaram a discussão sobre novas formas de fazer oposição ao autoritarismo no Brasil. Tratava-se de incorporar as propostas de construção da democracia pela base, o que seria efetivado com o advento de formas de participação da população na gestão dos negócios públicos.

³⁴ As referências à experiência de Lages são extraídas do livro de Marcio Moreira Alves, Marcio Moreira Alves, a força do povo: democracia participativa em Lages, São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1988. E ver também, a dissertação defendida por Edinara Terezinha da Andrade, A experiência de participação popular no município de Lages (gestão 1977-1982), PPGSP, UFSC,

Logo, o estudo sobre o principal problema da cidade de Lages – o inchamento da população – e sua busca de alternativas econômicas para o peão e agricultor no sentido de estancar o êxodo rural levou a equipe de Dirceu Carneiro a esbarrar com o problema que quebra a espinha da maioria dos prefeitos do Brasil: a falta de recursos. Face a essa situação, a equipe buscou mobilizar recursos locais da própria população que, por sua vez, implicava na organização do povo. Assim, desde logo, em Lages, a regra é feita: “quem não está organizado não tem acesso aos serviços da municipalidade”.

Desta maneira, formou-se uma série de redes associativas, que exerceram importantes funções na administração.

Começando por região urbana, cada bairro da cidade teve a sua associação de moradores, incentivada pelo programa lançado logo no início da gestão, chamado “Viva o seu Bairro”. As associações de bairro foram responsáveis pela construção e fiscalização do posto de saúde, e o encaminhamento de assuntos comunitários, como o da coleta de lixo, de preservação das ruas e calçadas, da organização das festas populares, etc. Em consequência das responsabilidades que lhes foram atribuídas e do trabalho que passaram a desenvolver independentemente da Prefeitura, as associações de bairro passaram a fazer parte do cotidiano da população, tendo uma grande movimentação no período da renovação anual da diretoria.

Paralelamente às associações de bairro, havia os conselhos de pais de alunos das escolas municipais que já existiam há muito tempo, mas renovados, começando por problemas das instalações físicas, as dificuldades das crianças e abrangendo, mais tarde, desde a colaboração dos pais no próprio ensino e tarefas de manutenção, ampliação e até de construção das escolas.

Por último, o núcleo agrícola, o equivalente rural da associações de bairro, ao qual só podia pertencer quem fosse proprietário de menos de 300 hectares, formou-se em torno da utilização do trator da Prefeitura, a qual foi decidida e distribuída pela comunidade envolvida. Além dos serviços dos tratores, ofereceu-se a possibilidade de diversificação das culturas tradicionais.

Com a mobilização em torno da comunidade organizada, por um lado,

1994.; Antônio Munarim, A praxis dos movimentos sociais na região de Lages, dissertação, UFSC, 1990.

resgatou-se a crença e confiança do povo na sua própria capacidade de fazer as coisas, em vez de esperar a intervenção milagrosa de algum setor do poder público ou de algum patrão benevolente, ou seja, caminhar com as suas próprias pernas. Por outro, enraizou a prática e cultura democrática participativa na administração da coisa pública.

“Lages realiza uma prática democrática fundada num estilo administrativo em que a mobilização popular e a participação direta do povo, dos diretamente interessados nas decisões, constituem a característica fundamental. (...) A auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa, social e política. Ela reverteu o centro de decisões: não são burocratas mordômicos que decidem sem o povo o que é melhor para ele, é o povo organizado que “toma a palavra” através do trabalho e de suas associações de moradores de bairros urbanos, de núcleos agrícolas e de distritos³⁵”.

Além dessa experiência participativa, há alguns aspectos interessantes desta experiência. Tratava-se, em primeiro lugar, do desenvolvimento de técnicas de produção adaptada às condições do lugar. Desta forma, iniciou-se a produção de adubos orgânicos à base de serragem, cuja aplicação foi feita nas hortas coletivas. E técnicas tradicionais foram revalorizadas no campo da medicina oficial, desenvolvendo uma medicina em base em ervas. No entanto, onde deu mais resultado a recuperação de técnicas do passado foi no programa de habitação popular. O cimento usado para assentar tijolos foi substituído por argamassa de barro com areia. Este programa tinha o banco de materiais, para onde são encaminhados os tijolos, a madeira, as telhas oriundos de demolições feitas na cidade.

Desta forma, os múltiplos projetos que a administração municipal colocou em prática junto com a comunidade foram “uma experiência-piloto de democracia participativa e economia ecológica”.

Boa Esperança³⁶, que sofre das mesmas limitações orçamentárias e não conta com apoio significativo por parte do governo estadual e federal, constitui uma outra experiência em termos de eficiência e de capacidade de mobilização de recursos a partir da própria comunidade.

³⁵ Maurício Tragtenberg, “A luz vem de Lages”, in Marcio Moreira Alves, *a força do povo: democracia participativa em Lages*, São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1988, p. 8.

³⁶ As informações sobre a experiência de Boa Esperança foi tirada do artigo de Herbert José de Souza, *Municípios de Boa Esperança: participação popular e poder local*, in José Álvaro Moisés (et. Alii), op. cit, 1982, pp. 99-120.

A partir do segundo período de mandato do prefeito Amaro Covre (1977-1982) é que a experiência de organização comunitária se articulou intimamente com o poder estatal municipal, caracterizando uma dualidade *sui generis* em termos de poder político: o poder comunitário e o poder estatal municipal.

O poder comunitário, cujos objetivos são explicitação dos problemas e necessidades, conscientização e canal de expressão para o poder municipal, organizou-se através das comunidades de base, centro de irradiação ou agrovila e conselho municipal de desenvolvimento. Na primeira instância, são debatidos os problemas que poderão ser equacionados pela comunidade, comunidade e prefeitura, ou somente pela prefeitura ou órgãos e entidades, cabendo à comunidade coordenação, promoção e desenvolvimento da participação das famílias.

Nos centros de irradiação ou agrovilas, onde a cada bimestre os líderes e vereadores que compõem cada comunidade reúnem-se com o prefeito, analisam e debatem as atas advindas das comunidades de base, e fazem um plano de trabalho a nível de centro de irradiação, que venha a beneficiar todas as comunidades.

Por último, o conselho municipal de desenvolvimento, composto pelos líderes, prefeito, vice-prefeito, vereadores e os demais representantes da sociedade civil, tem por objetivo congregar esforços no sentido de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Município, estudando sua realidade, selecionando seus problemas, elaborando, executando e avaliando programas desenvolvimentistas.

Sendo estruturado desta forma, o poder político real é materializado nas comunidades de base, nos centros de irradiação e no Conselho Municipal de Desenvolvimento, subsumindo e determinando a ação do poder estatal.

“Dentro deste contexto e nos limites destas relações, verifica-se uma forma avançada e pioneira de democracia direta, que está potencializando ao máximo o desenvolvimento das forças produtivas locais, no contexto de uma sociedade capitalista, porém transformando em um sentido igualitário as relações econômicas (o movimento não se orienta no sentido da concentração da propriedade, da renda e do poder), democratizando o acesso e o uso do poder político e promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade³⁷”.

³⁷ Ibid, p. 115.

Desta forma, as experiências de Boa Esperança e Lages constituem um exemplo concreto da viabilidade prática de processo de desenvolvimento auto-sustentado, baseado na iniciativa comunitária (das bases) e na prática da democracia participativa.

“A questão do controle popular coloca novos dados na organização dos movimentos, assim como a escolha de representantes, de ruas e quarteirões, transforma as moradias em espaços de participação. Isso representa uma alteração qualitativa dos padrões de cidadania, na medida em que as concepções comunitárias passam a simbolizar uma nova forma de gestão da coisa pública³⁸”.

No entanto, há limites para essas experiências, ou seja, sua experiência democrática termina nos limites de sua fronteira: a partir daí deve enfrentar estruturas econômicas e de poder político que não se regem por seus princípios, nem se medem por seus critérios de participação comunitária na tomada de decisões a todos os níveis. Em outras palavras, não é possível resolver os problemas de um município sem que os municípios vizinhos resolvam também os seus.

As experiências que se seguem servem de contraponto, pois trata-se de uma realidade em que as forças políticas continuam cooptando e sufocando a vontade e o desejo da população para a democratização da política.

Vejamos, em primeiro lugar, a experiência de movimento de transporte coletivo em Santo André³⁹, onde a Associação dos Usuários de Transporte Coletivos, criada no bojo da luta pela redução das tarifas, passou a se organizar em torno da participação da comunidade no processo de definição das tarifas. Assim, objetivando alterar aspectos da lei que regulamenta o transporte coletivo no município, elaborou e encaminhou à Câmara Municipal anteprojeto de lei propondo, entre outras coisas, as seguintes alterações: a) Criação do sistema auxiliar de fiscalização, destinado a dar apoio às atividades de fiscalização relacionadas com o âmbito de atuação do Departamento de Trânsito e Serviço, no que se refere ao transporte coletivo (...); b) Inclusão no Regulamento Geral dos Serviços de Transportes Coletivos Municipais, (...), da instalação obrigatória de hodômetro no mostrador do velocímetro, além de manter a obrigatoriedade do aparelho (catraca) automático de registro de usuários. (...); c)

³⁸ Pedro Jacobi, *Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e cooptação vs controle e clientelismo*, in Renato R. Boschi (org.), *Movimentos Coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 178.

³⁹ Antônio de Almeida, op. cit, 1992, pp. 94-109.

Modificação na composição da Comissão de Tráfego.

No entanto, o poder público manteve-se irredutível, não apenas não permitindo que as pesquisas e fiscalização fossem exercidas pelos usuários mas se empenhando em evitar que a lei fosse alterada.

Diferente da experiência de Santo André, a iniciativa da gestão participativa em Juiz de Fora - MG⁴⁰ onde a implantação de uma Administração com participação popular, tendo vários colegiados de participação popular como o Conselho Comunitário Municipal, a Comissão Municipal de Transporte Coletivo e a Comissão Municipal de Uso do Solo, não decorreu das iniciativas da sociedade civil organizada, mas constituiu-se em função da vontade política de um grupo de militantes partidários, que respaldados pelo compromisso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no período, e pela proliferação de experiências deste nível por todo o Brasil, colocou em prática este novo modelo administrativo.

No entanto, mesmo que a abertura de canais de participação popular se constituísse, por si só, em um avanço nas formas tradicionais comumente existentes no Brasil de administração pública, a questão da democratização do exercício do poder sofreu entraves que mereceram ser destacados: a) O não envolvimento das associações populares na definição prévia do projeto participativo a ser implantado fez com que a gestão tivesse de impor seu próprio projeto; b) A escolha seletiva dos atores envolvidos e o caráter apenas consultivo dos colegiados causaram seu esvaziamento; c) Por último, as ações clientelistas exercidas pelo Executivo desmobilizando as já tão frágeis organizações populares comprometeram seriamente o projeto de gestão popular da coisa pública.

Desta forma, Viscardi analisou que tais modelos administrativos redundam de algum modo nos conceitos de cooptação, onde o poder político abre-se ao envolvimento, e não participação, da sociedade organizada, mais como forma de legitimação do poder⁴¹.

⁴⁰ Ver Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, "Prefeitura e movimentos sociais: uma experiência de gestão participativa em Juiz de Fora - Minas Gerais, História & Perspectiva, Uberlândia, (12/13): 175-194, Jan./Dez., 1995.

⁴¹ Viscardi entende a cooptação como um processo de absorção de novos elementos nos processos políticos decisórios por uma determinada organização política, como meio de se evitar rupturas em sua estabilidade, recorrendo a Philip Selznick, TVA and the grass roots: a

Ou seja, o que faltou nessa experiência é a participação autêntica na qual a sociedade organizada têm real autoridade para cumprir suas funções. Neste sentido, a advertência é mais do que correta: “A participação que se faz necessária é a que objetiva o controle direto pela população da destinação dos recursos públicos tendo em vista a satisfação de suas necessidades coletivas. Isto significa, por exemplo, a constituição de juntas ou conselhos locais que teriam por tarefa fiscalizar o abastecimento alimentar, o desempenho dos concessionários dos serviços de transporte, a atuação dos órgãos policiais etc. e gerir escolas, centros de saúde, creches e outros equipamentos destinados a atender a população⁴²”.

Por outro lado, mesmo com sua vontade e concepção política, a administração de gestão participativa de Juiz Fora – MG não conseguia escapar da velha tradição autoritária e clientelística, buscando antes cooptação em detrimento da participação efetiva da sociedade organizada.

Também em São Bernardo do Campo - SP, onde, impulsionadas pelos movimentos operários e sindicais, cresceram as organizações populares, houve a iniciativa feroz de cooptação por parte da Prefeitura. Conforme Bava, “a Prefeitura prioriza a questão social por considerá-la um instrumento fundamental para desenvolver uma ofensiva política que buscasse destruir as formas de organização popular combativas, independentes, autônomas, que impulsionavam a articulação dos movimentos. O objetivo do prefeito é a cooptação das lideranças dos movimentos e o controle político das formas de organização popular⁴³”.

Podemos tirar algumas lições a partir das experiências analisadas acima onde a participação dos movimentos sociais em gestão da coisa pública transitou entre a participação e cooptação. Em geral, a gestão participativa gerou maiores espaços para a participação de setores organizados da população da definição e gestão de políticas sociais, contrapondo-se a uma tradição político-administrativa centralizadora e clientelística. Esta abertura de espaços deu-se principalmente através da criação de

study in the sociology of formal organization, New York: Harper and Row, 1966 onde faz uma diferenciação entre participação e envolvimento. A primeira possui caráter substantivo e implica em compartilhar poder de forma efetiva. Envioimento consiste no aliciamento emocional de indivíduos para participarem do poder público mais com o intuito de legitimar o governante do que de dividir poder com os governados., *ibid.*, p. 193.

⁴² Paul Singer, *Movimentos de bairro*, in Paul Singer & Vinícius Caldeira Brant, São Paulo: o povo em movimento, Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982, p. 107.

⁴³ Sílvio Caccia Bava, “A lua nos bairros e a luta sindical”, in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 308.

conselhos consultivos ou deliberativos que podiam transformar-se em uma nova instância decisória, ao lado do Poder Executivo e do Poder Legislativo tradicionais. No entanto, cabe destacar que a sua adoção não necessariamente implicou em maior democratização, pois os aspectos cruciais da definição e execução das políticas têm permanecido e concentrado nas mãos dos níveis centrais de decisão:

“Porém, a participação pode se dar em diferentes níveis. Estes podem consistir em mecanismos de mera consulta à população ou na existência de canais efetivos de caráter deliberativo que impliquem em real distribuição de poder. Portanto, não basta que existam mecanismos participativos para que se efetive uma gestão democrática. É preciso que o espaço participativo seja amplo, transparente e que através da barganha política as classes populares consigam ter suas demandas atendidas⁴⁴” .

Neste sentido, é oportuno observar a complementariedade entre a representação tradicional e a participação direta, o que configuraria a democracia de participação:

“A democracia de participação seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base. Assim, começaríamos com a democracia direta ao nível de fábrica ou vizinhança – discussão concreta face a face e decisão por consenso majoritário, e eleição de delegados que formariam uma comissão no nível mais próximos seguinte, digamos, um bairro urbano ou subúrbio ou redondezas. Os delegados teriam de ser suficientemente instruídos pelos que os elegessem, e responsáveis para com eles de modo a tomar decisões em nível de conselho em caráter razoavelmente democrático. Assim prosseguiria até o vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais⁴⁵” .

Portanto, para fazer funcionar-lo de forma eficiente, há dois pré-requisitos indispensáveis, ou seja: 1) esse sistema não seria atingido a não ser por um povo que banisse sua apatia política; 2) esse sistema não funcionaria a não ser por uma representação que ouvisse e decidisse em favor do povo. Conforme Abranches,

⁴⁴ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, op. cit., 1995, p. 194.

⁴⁵ C. B. Macpherson, A democracia liberal: origens e evolução, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.110.

“A reconciliação entre participação e representação como elementos constitutivos da cidadania é condição necessária para o aperfeiçoamento do controle democrático. Ela exige também limitação nítida e cuidadosa de todas as formas de mandato, assim como a extensão do mandato imperativo. Isto requer a revisão radical da teoria e prática atuais do consentimento popular. Amplo território deveria ser reservado no qual o poder de tomar decisões dependeria inteiramente do consentimento ativo e expresso dos cidadãos. Há diversos assuntos coletivos que não podem ser resolvidos pela decisão de indivíduos ou organizações que disponham de mandatos indiscriminados, livres e gerais⁴⁶”

Em suma, o tema da participação política das classes populares não pode se resumir à consideração apenas das pressões que os subalternos exercem, a fim de fazer valer seus interesses, sem uma apreciação das mediações que existem entre as classes sociais e o poder político. No entanto, isso não significa dizer que os canais de participação substituam o poder político, pois cada um tem sua função específica. Constituído como “complementos da democracia representativa”, os movimentos sociais podem participar da transformação do próprio aparelho do Estado, conquistando poderes efetivos das instituições estatais, por exemplo, ao nível municipal ou estadual. Em outras palavras, os movimentos sociais devem continuar para aprofundar a democracia de base onde a mobilização social e as aspirações espontâneas cumprem uma função social, isto é, não só lançar temas de relevância para a toda a sociedade, definir problemas mas preservar certas estruturas de associação e esfera pública e solidificar identidades coletivas. E seu reconhecimento institucional se dará através de mecanismos de participação e controle, e da aceitação pela Administração da sua representatividade e capacidade de negociação.

Desta forma, cabe destacar a importância de ter o Estado democratizado, ou seja, a capacidade democrática dos administradores para que estejam em condições de absorver e interagir nestas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil. Isto, por sua vez, nos remete à questão da participação eleitoral das classes populares⁴⁷. Até

⁴⁶ Sergio Abranches, “Nem cidadãos, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática, Revista Dados, Vol. 28, nº 1, 1985, p. 23.

⁴⁷ Conforme o estudo feito Pereira sobre as eleições pós-64, abrangendo desde 64 até 82, observa-se que, apesar das cassações e casuísmos impostos pelo regime militar, os votos de apoio ao regime, após um certo período de apogeu depois de 1964, entraram em queda, refletindo causas estruturais profundas, até mesmo a modernização industrial imposta pelo modelo do desenvolvimento capitalista e dependente adotado com o golpe que propiciou o crescimento do eleitorado operário. Especificamente no que diz respeito às eleições de 1982, o

porque a participação política implica o conjunto de atividades mediante as quais os cidadãos de uma determinada sociedade pretendem influir tanto na escolha dos responsáveis pelas decisões políticas que afetam esta sociedade como um todo (e, portanto, nas suas ações) como no processo que conduz às próprias decisões relevantes para a coletividade.

Mesmo que tenham concentrando sua atuação na área da micropolítica, do específico da relação direta e reivindicatória com órgãos executivos no nível local, os movimentos sociais, no entanto, não deixaram de lado os mecanismos que pudessem canalizar sua força, experiência e aspirações para a esfera da grande política, das eleições, dos partidos, da democratização da estrutura do Estado.

3. Institucionalizando os canais de intermediação⁴⁸.

Vale inicialmente retomar o fato de que a dinâmica de democratização da sociedade brasileira, já no final dos anos 70, foi marcada pelo desenvolvimento de dois processos paralelos: a alteração do sistema bipartidário de representação, patrocinada pelo núcleo dominante do sistema, e a evolução de um sistema de participação popular onde interagem várias formas de organização e expressão, desde os movimentos de base até a participação eleitoral ampliada. Ou seja, com a abertura política, paralelo ao empenho das forças situacionistas em normalizar institucionalmente o regime, fluía o processo de articulação de variados segmentos e forças de oposição. Neste processo de articulação, o movimento operário/sindical procurou constituir-se em um recipiente capaz de englobar boa parte das forças ainda não introduzidas na arena política, propondo a criação de uma central única dos trabalhadores. No entanto, ficou evidente

autor destacou que elas não representaram uma vitória dos elementos que pregaram um entendimento em torno dos objetivos do regime militar e um esmagamento dos “comunistas” ou “radicais”, mostrando, pelo contrário, que: 1) as tendências de crescimento da representação política institucional dos liberais e nacionalistas interessados em apressar a substituição do regime militar, buscando um nível maior de participação popular; 2) de fortalecimento das correntes populares, interessadas na democratização ampla do País e também em um modelo sócio-econômico novo, Raimundo Pereira e outros, Eleições pós-64, São Paulo: Global, 1984.

⁴⁸ P. Schmitter justificava sua preferência pelo conceito de intermediação, em lugar de representação de interesses, com o argumento de que as associações e instituições formais de interesses não conseguem transmitir ou representar os interesses dos representados de forma precisa e confiável, ou melhor, elas podem, perfeitamente, expressar seus próprios interesses em vez dos interesses dos representados e/ou desempenhar um papel importante de formar as concepções sobre o que deveriam ser os interesses dos representados. E além disso, essas instituições formais têm outros papeis a desempenhar não se limitando apenas a intermediação dos interesses; P. Schmitter, “Modes of interest intermediation and models of societal change in Western Europe”, *Comparative Political Studies*, Vol. 10, Nº 1, ap. 1977, pp. 35-36.

polarização de duas tendências, ou seja, a Unidade Sindical e Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), como observamos no capítulo anterior.

É nesse quadro que é convocado e realizado o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT)⁴⁹. A CONCLAT se realizou de 21 a 23 de agosto de 1981 na Praia Grande – São Paulo. Foi certamente um acontecimento marcante na história da classe trabalhadora brasileira e, portanto, na história do Brasil. Houve grande participação de trabalhadores impondo suas necessidades e suas perspectivas. O número de entidades que dela participaram foi bastante elevado: 480 sindicatos urbanos (3,108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações de funcionários públicos (49 delegados), 176 associações pré-sindicais (875 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1,126 entidades e 5,247 delegados.

A partir de documentos previamente elaborados pela Comissão Executiva sobre Problemas Nacionais, Previdência Social e Política Econômica, Sindicalismo e Direito do Trabalho, Política Agrária, formaram-se quatro comissões para os debates. No entanto, alguns temas, sobretudo no debate em plenário, passaram sem quase haver discussão apesar de nas comissões sempre haver um nível mínimo de debate. Para isso contribuiu a imensa proporção de tempo gasto com a discussão sobre sindicalismo e sobre a formação da Comissão Nacional Pró-CUT.

Porém, as resoluções aprovadas foram bastante avançadas do ponto de vista do

⁴⁹ As referências básicas sobre a CONCLAT e a CUT são tirados dos seguintes trabalhos: Sílvio Costa, *Tendência e Centrais Sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978/1994*, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995; Leôncio M. Rodrigues, “As Centrais Sindicais no Brasil”, in Armando Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Celso Frederico, *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*, vol. 3, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991; Clarice M. Menezes e Ingrid Sarti, *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*, Rio de Janeiro: ILDES, 1983; Isabel Ribeiro de Oliveira, *Trabalho e Política*, Petrópolis: Vozes, 1988; Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, in Bernard Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-1964*, São Paulo: Brasiliense, 1983; Paulo Roberto de Almeida, *o movimento operário brasileiro: concepções, práticas e (re)organização (anos 70/início dos 80)*, *História & Perspectiva*, Uberlândia, 922): 143-191, Jan./Jun., 2000; Leôncio M. Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; Ana Cecília de Sousa Bastos, “A CONCLAT e a organização nacional dos trabalhadores”, *Cadernos do CEAS*, n. 76, 1981, pp. 9-17; Joviniano S. de Carvalho Neto e Jaci Menezes, “A CONCLAT e a organização dos trabalhadores”, *Cadernos do CEAS*, n. 89, 1984, pp. 16-23.

movimento sindical. Reuniram-se ao redor de 8 itens. Vejamos alguns: 1. Direito do Trabalho: reivindicava-se uma nova lei geral do trabalho (Constituição - Código Nacional do Trabalho) garantindo o trabalho para todos, e estabilidade no emprego, o seguro-desemprego, o direito de greve, convenções coletivas de trabalho, salário-mínimo real unificado, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais etc.; 2. Sindicalismo: o sindicato devia ser livre e autônomo, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos e credos religiosos, sem deixar de ser uma entidade eminentemente política. Devia imperar dentro dele a mais ampla democracia, com uma organização de base através de delegados sindicais e de comissões de empresa, garantindo as condições mínimas de funcionamento. Quanto à contribuição sindical, o movimento sindical devia ter como meta a sua auto-sustentação. Foi eleita uma Comissão Nacional Pró-CUT, composta por 56 sindicalistas, 24 rurais e 32 urbanos; 3. Política Salarial: continuando a luta pelo fim da política de arrocho salarial, reivindicava-se a adoção de um salário-mínimo real e unificado, o reajuste de 110% do INPC para salário mínimo, o reajuste trimestral no caminho da conquista de reajustes salariais automáticos, etc.; 4. Política Econômica: denunciando o modelo concentrador de renda e a política atual nitidamente recessiva, a I CONCLAT via como alternativa a mudança radical do conjunto da política econômica que devia ter entre seus objetivos a criação de empregos, a melhoria dos salários e das condições de vida, e a justa distribuição da riqueza nacional; 5. Reforma Agrária.

Entretanto, como já observamos, o mais importante resultado nessa primeira CONCLAT foi a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT com a incumbência de dar andamento às resoluções aprovadas na conferência e preparar a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora no ano seguinte (1982), passo decisivo para a formação de uma central única dos trabalhadores. Portanto, o confronto entre tendências parecia diluir-se na subordinação à necessidade de aprofundar o processo de construção de uma identidade sindical baseada na unidade e na autonomia dos trabalhadores.

Contudo, as divergências internas eram muito fortes no interior da CONCLAT e da Comissão Pró-CUT, de tal forma que a realização do congresso marcado para 1982 acabou sendo adiada. Para efeito de demonstração, analisamos alguns pontos de divergência. Um dos pontos importantes de divergência era a tática política. Enquanto a Unidade Sindical orientava-se pela compreensão de que é necessária ampla aliança com a oposição burguesa e democrática, inclusive com setores ligados ao regime militar, como meio de garantir a manutenção da política da abertura, a ANAMPOS

unificava-se na proposta de rejeição a uma política de alianças com os setores democráticos da burguesia e propunha uma frente de esquerda. E outro ponto era a idéia de deflagração de uma greve geral a fim de forçar o governo a atender um conjunto de reivindicações. Os sindicalistas do Bloco da Reforma, ou da Unidade Sindical, opunham-se à tentativa de greve geral argumentando sobre a sua inoportunidade frente à desorganização, à imaturidade e ao baixo nível de consciência existentes no movimento.

No caso específico da central a ser criada, a ANAMPOS era favorável a uma entidade mais ampla, de modo a dar espaço às “oposições sindicais” e a reduzir o papel das federações e confederações, enquanto a Unidade Sindical defendia a participação da maioria das entidades sindicais existentes no país, a criação e consolidação das intersindicais nos estados, a participação das confederações e federações na futura CUT e a exclusão das oposições sindicais, ou seja, propunha organizar a Central conforme a estrutura sindical existente⁵⁰.

Desta forma, a unidade possível, conseguida na I Conferência, seria testada durante todo o ano de 1982. Entrementes, uma decisão para os rumos do movimento sindical brasileiro foi tomada pela Comissão Pró-CUT em dia 10 de maio de 1982. Com base “nas polêmicas existentes nos vários estados”, a Pró-CUT encaminhou a discussão sobre a realização da II CONCLAT nos prazos previstos ou o seu adiamento, recomendando aos encontros estaduais (ENCLATs) que debatessem e se posicionassem sobre a proposta de adiar o CONCLAT para 1983. José Maria de Almeida, metalúrgico de Santo André, que atuou na Comissão de Organização do Enclat do ABC, expressou-se:

“O sentimento geral é no sentido de respeitar as deliberações da Conferência do ano passado e realizar o Conclat na data marcada. Os Enclats da Bahia, de Campinas e do ABC tomaram essa resolução por unanimidade. Até agora, somente o Enclat do Rio Grande do Norte posicionou-se contrário à realização do Conclat em agosto. Na verdade, estamos correndo contra a inércia das direções – principalmente da chamada “Unidade Sindical” – que querem boicotar o Congresso e estão contra a fundação da CUT porque na verdade não querem unificar os movimentos grevistas,

⁵⁰ A divergência foi captada de forma sistemática no trabalho de Celso Frederico, op.cit., 1991, pp. 259-317 e Sílvio Costa, op. Cit., 1995, pp. 56-59.

obter vitórias e avançar⁵¹”.

Após consulta aos estados, no dia 5 de junho a Comissão Pró-CUT confirmou o Congresso para agosto de 1982. No entanto, intensificaram-se as pressões e manobras para adiar o Congresso para 1983. Os argumentos utilizados são os seguintes: 1982 é um ano eleitoral, vários sindicalistas são candidatos, com isso contribuindo para partidarização do Congresso; o movimento sindical deve se voltar para garantir a vitória da oposição; a discussão nas bases é insuficiente; há necessidade de incorporar à Pró-CUT as confederações e parcela de entidades influenciadas por elas; a Pró-CUT não representa o conjunto das entidades, é estreita e, no caso de criação da CUT naquelas condições, ela não será única; e a correlação de forças existentes naquele momento na sociedade não era favorável à criação de uma central em confronto aberto com a legislação existente⁵².

O jornal *Em Tempo* entendia esse argumento como “dissociação da participação nas eleições de um trabalho efetivo de organização dos trabalhadores, substituindo a luta de classes pelos acordos palacianos”, afirmando que esta não é a razão mais importante, visto que a proposta de adiamento é uma consequência dos erros seguidos e das omissões da própria Pró-CUT. Pois, conforme este jornal, “constituída em sua maioria por setores da extinta “Unidade Sindical”, pelegos e reformistas de diversos matizes, a Pró-CUT foi transformada em apenas um aparelho, ausente da luta dos trabalhadores, numa política coerente de seus protagonistas em conter o movimento de massas, apostando em um pacto social com setores da ditadura⁵³”.

Na mesma perspectiva, a ANAMPOS rejeitou, no seu IV Encontro em Vitória, o argumento eleitoral de que os problemas da classe trabalhadora podem ser resolvidos pelo processo eleitoral, reafirmando a necessidade de aprofundamento da discussão para a construção de CUT pela base e de realização de CONCLAT em agosto de 1982⁵⁴.

Apesar da maioria dos encontros preparatórios de vários Estados ser favorável à sua realização em 1982, porém, a pretexto de ser ano eleitoral que partidaria o Congresso –CONCLAT – este foi adiado para 1983. Em novembro de 1982, na reunião plenária da Nacional Pró-CUT, foi definida a data de 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em

⁵¹ O caminho, rumo à CUT, passa no ABC, *Convergência Socialista*, 24/06/1982.

⁵² Sílvio Costa, op. Cit., pp. 62-63.

⁵³ Cresce o impasse no movimento sindical, *Em tempo*, 20/05/1982.

⁵⁴ Documento de Goiânia, Goiânia, junho/1982, GO, in ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

São Paulo, para realização do Congresso.

Enquanto isso, em 1983 os partidários da “Unidade Sindical” mais uma vez questionaram o local da realização a pretexto do ambiente “estreito” e que “dividiria” os trabalhadores e levantaram a discussão em torno dos artigos 8ª e 9º do Regimento aprovado em novembro de 1982; O primeiro artigo assegurava participação de categorias nas quais a diretoria tenha-se recusado a eleger delegados ao CONCLAT: “a Comissão Nacional Pró-CUT procurará criar as condições para a participação de todas as categorias no Congresso, mesmo daquelas cujas entidades neguem-se a participar, examinando-se cada caso que vier a ser apresentado, acompanhado de parecer, pelas Intersindicais Estaduais”. O segundo garantia a participação de associação de trabalhadores, não havendo dupla representatividade, como é o caso dos funcionários públicos, proibidos de sindicalizar-se e se organizando por associação.

No entanto, a Unidade Sindical e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entendiam estes artigos como uma manobra utilizada pela ANAMPOS e PT para tentar alterar a correlação de forças no CONCLAT, comprometendo o critério sindical. Aqui mais uma vez fica transparente qual CUT as tendências queriam construir. Enquanto a ANAMPOS procurava construir um organismo amplo abrangendo desde os sindicatos, as oposições sindicais e até os movimentos populares, a Unidade Sindical queria um tipo de CUT cupulista e fundada basicamente sobre os sindicatos, federações e confederações da estrutura oficial sindical.

Nessa circunstância, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) como vanguarda da Unidade Sindical, retirou-se do Congresso, enviando circular onde manifestava-se contra a criação da CUT no CONCLAT que se realizaria em agosto. A direção do PCB também começou a explicitar sua oposição à criação da CUT no CONCLAT-83, utilizando a mesma argumentação, ou seja: faltava unidade e a participação das confederações e outras entidades; a sua criação em 1983 abriria espaço para não ser uma central única.

A 14/8, em reunião no Sindicato dos Metalúrgico de São Paulo, foi aprovado o adiamento do CONCLAT por um prazo de 60 dias. No entanto, a Secretária da Comissão Organizadora do mesmo enviou um documento em que definia que o CONCLAT seria realizado na data prevista, mas em São Bernardo, desautorizando qualquer plenária de dirigentes sindicais a modificar decisões anteriores da Comissão Nacional Pró-CUT.

Desta forma, I CONCLAT, que se efetuou sem a participação dos sindicalistas da Unidade Sindical e de outras tendências mais moderadas, reuniu oficialmente 5, 059 delegados de 912 entidades⁵⁵. Contudo, apenas uma confederação e cinco federações fizeram se representar.

Jair Meneguelli, em seu discurso inaugural, referiu-se ao “racha: “Que fique bem claro não terem sido as divergências em torno do regimento interno do Conclat que provocaram a divisão do movimento sindical. Esse foi apenas um pretexto. Os que tentaram o adiamento do Conclat defendem a conciliação com o governo. E nós não concordamos com isso. Não pode haver conciliação com um governo que reduz salários, que intervém nos sindicatos, cassa dirigentes legitimamente eleitos por suas categorias e reprime e demite grevistas”. E lembrando que o Conclat já havia sido adiado uma vez, afirmou: “adiá-lo novamente, no momento em que o governo recrudescer na sua política de arrocho salarial, apenas serviria para desarmar o movimento sindical⁵⁶”.

Entretanto, o objetivo e a principal decisão do Congresso foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a aprovação de seus estatutos, de um plano de lutas e a eleição da direção nacional. Pois, a idéia predominante no I Conclat, conforme Chauí, foi:

“a de que os diferentes grupos e classes sociais estão discutindo e se organizando face à crise econômica e uma possível crise política, os trabalhadores não podendo ficar à margem das discussões e das práticas, nem aceitar a posição tutelada e, muito menos, a de massa de manobra de outros grupos e classes sociais. Essa afirmação da classe trabalhadora de seus direitos e interesses pelos quais somente ela pode lutar exprimiu-se na declaração de princípios que presidiu a instituição da Central Única dos Trabalhadores em agosto de 83: “Este organismo deve ser representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos, com

⁵⁵ Além da ação convergente da ANAMPOS e do movimento de oposição sindical, o papel decisivo na criação da CUT coube ao movimento sindical rural que não se encontrava sob direção da CONTAG e que vivenciou um significativo desenvolvimento na década de 80, especialmente pela ação da esquerda católica, o que conferiu ao movimento pró-CUT a presença central do proletariado rural e dos pequenos proprietários expulsos da terra em função da concentração fundiária. Posto isto, convém salientar que a CUT deitou suas raízes em quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços, Ricardo Antunes, *O novo sindicalismo no Brasil*, Campinas: Pontes, 1995, principalmente, pp. 27-41.

⁵⁶ Conclat discute a Central Única, 27/08/1983, Estado de São Paulo.

seus estatutos aprovados neste Congresso⁵⁷ .

Os estatutos provisórios da CUT definiram como objetivos da Central: uma sociedade sem exploração e democrática; a construção da democracia; e a unidade de classe, respeitando as convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. Sua tarefa foi avançar na unidade e na não-cooperação entre as classes sociais, e para isso propunha: unidade de ação e não a unidade orgânica; lutar para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas de interesses das classes trabalhadoras; unidade com os movimentos populares nas iniciativas destinadas a conquistar as liberdades democráticas e favorecer os interesses das classes trabalhadoras, em particular do povo explorado; independência das classes trabalhadoras em relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos; solidariedade internacional e relacionamento com todas as centrais internacionais, conservando sua autonomia e independência; organização no local de trabalho; e reconhecimento da CUT como órgão máximo, que objetiva coordenar, dirigir e orientar a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista⁵⁸.

A aprovação desses pontos marca uma separação muito forte entre esse e o outro bloco, que não partilhava das mesmas posições com relação à estrutura sindical, mesmo porque os dirigentes das federações e confederações não tinham a intenção de defender mudanças que resultariam, se levadas à prática, na eliminação das instituições que dirigiam. Conforme Chauí, esta divisão sindical:

“é de natureza política e exprime uma divergência histórica que perpassou o movimento sindical desde os anos 30 e contra a qual justamente se elaborou a proposta da Central Única dos Trabalhadores desatrelado do Ministério do Trabalho, autônomo e independente, capaz de organizar a classe trabalhadora sem o peso repressivo da legislação que tolhe os sindicatos. O Congresso convocado por uma parte do movimento sindical para novembro poderá criar uma outra central de trabalhadores cujo espírito, cuja finalidade e prática necessariamente serão diferentes da central que nasceu neste mês de agosto em São Bernardo, uma vez que não pretenderá, ao que tudo indica, abrir mão do projeto de conciliação com o governo, não tendo por isto meios para questionar a fundo o modelo sócio-

⁵⁷ Marilena Chauí, “Nasce a Central dos Trabalhadores”, 29/08/1983, Folha de São Paulo.

⁵⁸ Sílvio Costa, op. cit., pp. 88-89.

econômico que o sustenta⁵⁹”.

Neste sentido, o que se destaca no I Conclat e a CUT do outro seria sua capacidade de desenvolver uma política que rompe o padrão das elites do poder, ou seja, “o que está em causa é uma outra política que não a dominação e da imposição: a da representação adequada da mobilização popular⁶⁰”. Neste aspecto, convém salientar que a greve geral, como no sindicalismo revolucionário, aparecia entronizada como o instrumento básico de luta dos trabalhadores, à qual se deve recorrer sempre que possível.

No Programa de Lutas de 1983 já trazia alguns pontos que deveriam aparecer nos posteriores congressos da CUT, misturando demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical. Pelas primeiras, as reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado e no quadro de um sistema político pluralista e representativo, ou seja, o salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a estabilidade no emprego, a eliminação das horas extras, a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho, etc.; pelas segundas, as que só poderiam ser concretizadas num processo de lutas e que resultariam em alterações profundas no quadro institucional em direção a alguma forma de socialismo, a saber: a reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra, a ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.

A tendência oposta manteve por certo tempo o nome CONCLAT, tendo realizado o seu congresso em novembro de 1983. Posteriormente, em março de 1986, essa tendência transformar-se-ia na Central Geral dos Trabalhadores (CGT)⁶¹, consagrando a divisão no meio sindical e fazendo com que a CUT não fosse a única

⁵⁹ Marilena Chauí, op. cit., 29/08/1983, Folha de São Paulo.

⁶⁰ Wolfgang Leo Maar, “CUT, Conclat e “racha””, 09/09/1983, Folha de São Paulo.

⁶¹ A CGT reuniu um conjunto muito heterogêneo de tendências políticas e sindicais que se mantinha unido, entre outros fatores, pela oposição à CUT e pela defesa comum de certos elementos da estrutura sindical, entre os quais a unicidade, a contribuição sindical e a estrutura vertical na forma de federações e confederações. Assim, participaram da CGT sindicalistas do PCB e PC do B, do MR-8, da tendência que posteriormente recebeu o nome de “sindicalismo de resultados”, além de outros dirigentes de federações e confederações de orientação moderada e politicamente pouco definida. Reunindo um conjunto muito heterogêneo de tendências, o bloco de sindicalistas que deu origem à CGT dificilmente poderia subsistir por muito tempo.

central existente no país.

“As duas centrais deverão continuar como igrejas distintas. Poderão realizar “cultos ecumênicos” do tipo greve geral, luta contra a política econômica e o arrocho salarial, defesa da Constituinte e de eleições diretas para presidente da República. Mas certamente deverão manter inalterados seus próprios dogmas, rituais e métodos de catequese⁶²”.

No entanto, o fato importante é o seguinte: os trabalhadores se reuniram e discutiram, deliberaram e decidiram, criaram uma Central Única de Trabalhadores autônoma, rompendo com quase 50 anos da história do sindicalismo brasileiro e da legislação trabalhista. Porém, os esforços dos trabalhadores para se tornarem o sujeito autônomo, independente na arena política foram, de certa forma, prejudicados pela divisão política e histórica, refletindo o fato de que, dentro do movimento operário/sindical, existiram formulação de táticas e estratégias diferenciadas, dissidências, luta pela sua hegemonia e não há uma completa ruptura entre o passado e o presente (este, entendido como expressão tendencial do futuro).

Paralelamente à constituição como ator legítimo no cenário político, ou seja, a criação de uma central única dos trabalhadores, organizada em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, havia o outro grande esforço para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Não se tratava apenas de encontrar um “espaço público” em que os movimentos sociais da população trabalhadora pudessem se representar, mas de formar um partido dos trabalhadores, que tivesse como programa e como prática tanto a preparação dos trabalhadores e grupos oprimidos para efetivamente participarem do poder quanto a destruição de todas as barreiras que se opusessem a esta participação.

Imprevisto pela fração governante e condutora do processo de abertura, e ausente do leque de propostas de oposição, então representada sobretudo pelo amplo MDB, o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares. Sobre essa novidade, a nossa atenção recairá, através da análise de alguns documentos sobre

⁶² “Centrais sindicais não deverão se unir”, 08/11/1983, Folha de São Paulo.

o PT.

Em primeiro lugar, sobre sua origem. A análise dos documentos não deixam dúvida de que o PT nasceu não só do movimento operário/sindical mas também das lutas populares⁶³.

Neste sentido, Lula expressou: “O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira. (...) É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil⁶⁴”.

Portanto, convém retomar o fato de que o processo percorrido pelo novo sindicalismo para redefinição do papel político do movimento como um todo deu-se através da passagem da ação sindical da arena estritamente econômica do conflito entre capital e trabalho para a arena política. Pois o novo sindicalismo deu-se conta de que, enquanto sujeito centrado na arena sindical, não era suficientemente homogêneo para obter uma efetiva aglutinação de interesses. Ou seja, surgiu da consciência de que a luta específica e econômica não bastava.

“Os trabalhadores entenderam, ao longo desse ano de lutas, que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, idaleticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes. (...) se trata, hoje, mais do que nunca, de uma

⁶³ Grosso modo, a atuação de cinco sujeitos conformou basicamente o perfil interno do partido entre 1979 e 1980, a saber: 1. a concentração em São Paulo das lideranças do novo sindicalismo, encabeçadas por Lula; 2. a aproximação de políticos do MDB paulista marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978; 3. o engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária; 4. o apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência de afinidade ideológica da maioria dos fundadores do PT; 5. a mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos, em boa parte encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica, Rachel Meneguello, PT: a formação de um partido, 1979-1982, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 56-64.. O trabalho de Margaret Keck sobre a organização do PT demonstra a importância da tríade sindicalistas, intelectuais e políticos, personificada sobretudo por Lula, Fernando Henrique Cardoso e Almino Alfonso, na evolução do movimento pela formação do PT e na definição de seu perfil dentro do novo espectro político colocado pela reforma de partidos, Margaret Elizabeth Keck, PT, a lógica da diferença : o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Atica, 1991.

⁶⁴ O discurso proferido por Luís Inácio da Silva, o Lula, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília, no dia de setembro de 1981, in Moacir Gadotti, Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores, São Paulo: Cortez, 1989, pp. 63-72.

necessidade objetiva para os trabalhadores⁶⁵”.

“(…) tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro⁶⁶”

Desta forma, tornou-se necessário dar um novo formato à estratégia de luta. Num capítulo intitulado como “Nascendo das lutas sociais”, dexiou claro porque o PT.

“Tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores⁶⁷”.

Fundamentalmente, esse deslocamento referido e a mudança da concepção da participação dos sindicalistas, anteriormente caracterizada por certo purismo frente à política partidária, tiveram origem na percepção do esgotamento do sindicato como locus de luta pela emancipação política e social dos trabalhadores.

“Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. (...) Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, (...) a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve. (...) Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiam de trabalhadores para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente (...)”⁶⁸..

O PT, desta forma, surgiu com o avanço e o fortalecimento de luta das massas trabalhadoras e como necessidade de intervir organizadamente na vida social e política

⁶⁵ Carta de Princípios (01.05.1979), PT, Documentos Básicos, Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, pp. 7-10. Ver também Edgard Carone, Movimento operário no Brasil, 1964-1984, São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 215-220 e Moacir Gadotti, op. cit, 1989, pp. 33-41.

⁶⁶ Declaração Política (13.10.1979)..

⁶⁷ Manifesto (10.02.1980).

⁶⁸ Lula- Entrevistas e Discursos, São Bernardo do Campo: ABCD, 1980, p. 259.

do país para transformá-la, em condições próprias e com um projeto político próprio.

No dia 24 de janeiro de 1979, sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), aprovaram a tese já elaborada pelos metalúrgicos de Santo André sobre a necessidade de criação de um Partido dos Trabalhadores:

“A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político, por isso os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. (...) As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração (...). Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores que se expressa na construção de seu partido⁶⁹”.

Erigida fundamentalmente sobre os novos rumos que o movimento sindical escolhera, a organização do Partido dos Trabalhadores definiu-se como resultado da confluência de forças coletivas mobilizadas fora do campo político-partidário, então articuladas em torno da proposta de inserção no mercado político.

Uma vez lançada a semente do novo partido, era preciso definir seu caráter e objetivo. “A idéia da formação de um partido dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora”. É assim que se inicia a Carta de Princípios do partido, elaborada por uma Comissão Nacional Provisória, em 1979. Em seguida, define o caráter do partido:

“O PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades. (...) que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior que é o de *estimular e aprofundar a organização das massas exploradas*. (...) que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta. (...) aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país. (...) O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES. (...) que tem como objetivo

⁶⁹ A tese de Santo André, Lins (24. 01. 1979).

*acabar com a relação de exploração do homem pelo homem (...)*⁷⁰

“Surgiu, portanto, como uma necessidade de: criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo; construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais (...); e, finalmente, se conquistar *a política como uma atividade própria das massas populares* que desejam, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também, e principalmente, nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia, a *construção de uma nova concepção de democracia*, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pela decisões das maiorias⁷¹”

Na mesma Declaração Política, o PT deixou claro que o partido é distinto do sindicato, opondo-se aos partidos que pensam o movimento sindical como uma simples correia de transmissão da organização partidária:

“Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos intransigentemente a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos⁷²”.

“Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. (...) Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do partido. Defendemos sempre a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos⁷³”

Definia-se, desta forma, como um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores, que tem como objetivo a conquista da democracia e socialismo por meio da organização das massas exploradas.

⁷⁰ Carta de Princípios (01.05.1979).

⁷¹ Declaração Política (13.10.1979)

⁷² Declaração Política (13.10.1979)

⁷³ O discurso proferido por Luís Inácio da Silva, o Lula, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília, no dia de setembro de 1981.

“Para PT, a visão das esquerdas de cinquenta anos atrás, de que bastava “tomar o poder” é incorreta. O poder não é um objeto que se toma pura e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo a favor dos interesses da maioria. (...). O PT valoriza, na luta pelo socialismo, os conselhos de trabalhadores. A *autonomia* é um conceito preciso ao PT: a autonomia das classes dominadas, caminhando com suas próprias pernas, construindo-se no movimento de negação da própria dominação. Cada setor oprimido deve pegar, em suas próprias mãos, a luta pela sua própria libertação. (...) Trocando em miúdos, afirma o socialismo como meta permanente da classe trabalhadora, onde *o controle do poder permaneça* nas mãos dos sujeitos que lutaram e lutam por ele⁷⁴”.

Com a divulgação da Declaração Política, em outubro de 1979, o PT começou efetivamente a concretizar-se como proposta partidária, com a lançamento de uma Comissão Nacional Provisória para dirigir o Movimento Pró-PT, a qual trabalhou intensamente visando a elaboração de um Manifesto e de um Programa para o partido.

Por ocasião do I Encontro Nacional, de dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, contendo três breves e sintéticos capítulos: “Nascendo das lutas sociais”, “Por um partido de massas”, “Pela participação política dos trabalhadores”, tornando-se o primeiro documento oficial do partido.

Nele reitera sua pretensão de ser partido classista, amplo e massivo: “O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. (...) Queremos um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa⁷⁵”.

Logo em seguida, retifica seu objetivo:

“Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases. (...) O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas

⁷⁴ Moacir Gadotti, op. cit., 1989, p. 25.

⁷⁵ Manifesto (10.02.1980).

lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos. (...) O PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo⁷⁶.

Convém salientar que a análise dos documentos parece nos permitir considerar que haja uma íntima relação entre a democracia, liberdade, política e socialismo. Vejamos: “A *democracia* é uma conquista que, finalmente, ou se constrói *pelas suas mãos* ou não virá⁷⁷”, “O PT afirma seu compromisso com a *democracia plena exercida diretamente pelas massas*, pois não há *socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo*⁷⁸”, “se conquistar a *política como uma atividade própria das massas populares* que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade⁷⁹”, “O PT buscará conquistar a *liberdade* para que o povo possa construir *uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores*⁸⁰”, e “O *socialismo* que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será *obra dos próprios trabalhadores*⁸¹”. Ou seja, a liberdade e política por parte das massas populares são base e fundamento da democracia e socialismo a serem conquistados.

Neste sentido, Weffort afirmou:

“No fundamento da nossa concepção de partido está uma *concepção democrática radical sobre a sociedade e a política em geral*: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Quem entenda o que isso significa deve entender também que *a emancipação dos trabalhadores é a raiz da emancipação social em geral*. Ou seja, a organização autônoma dos trabalhadores é o caminho não apenas da

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Carta de Princípios (01.05.1979).

⁷⁹ Declaração Política (13.10.1979)

⁸⁰ Manifesto (10.02.1980).

⁸¹ O discurso proferido por Luís Inácio da Silva, o Lula, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília, no dia de setembro de 1981.

*construção da democracia política mas também o da transformação da sociedade*⁸².

Assim, essa visão democrática radical marca um tipo de ruptura com a essencialmente estatista e/ou vanguardista da poder político.

No dia 10 de fevereiro de 1980, o PT foi fundado oficialmente. Desde já, no seu primeiro ano de vida como partido oficialmente registrado, o PT cuidava de ir-se organizando internamente, em plena campanha de filiação, pronto para atender às normas oficiais e voltado para uma reforma partidária para a qual o PT inclusive lutava: “O Partido dos Trabalhadores (PT) cumpriu as exigências legais em 1980, em 20% dos municípios de 12 Estados. Pelo final do ano seguinte, o partido atingira o nível mínimo de organização em um quinto dos municípios de 19 Estados, com cerca de meio milhão de filiados⁸³”.

A idéia e a realidade de não ser um partido exclusivamente operários, um partido “vestido só de macacão”, cresceu. Com o passar do tempo, o PT atraiu para suas fileiras militantes trabalhadores de muitas origens: operários, intelectuais, líderes sindicais, estudantes, donas de casa, camponeses etc. Tratou-se de importante atração para acumular forças já na primeira campanha nacional de filiação partidária e, logo em seguida, na campanha eleitoral de 1982.

Desde sua criação o PT vem discutindo a questão parlamentar. Vejamos um documento provisório escrito por César Augusto Oler do Nascimento para posterior aprofundamento, em 1981, conforme o qual, embora sua importância secundária, a eleição parlamentar podia ser um meio útil, alertando, porém, dois desvios graves: “1) subestimar a importância de impor ao regime uma clara derrota eleitoral e conquistar fortes bancadas para o PT; 2) exagerar a frente de luta parlamentar, transformando-a, na prática, em eixo do partido⁸⁴”.

Lula também reconheceu esse dilema, antecipando algumas direções a serem tomadas.

“Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os

⁸² Francisco Weffort, “Consolidar o partido, construir a democracia”, Teoria e Debate 4, setembro, 1988, p. 35. Grifo do autor.

⁸³ Maria Helena Moreira Alves, Estado e oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis: Vozes, 1985, p. 276.

⁸⁴ Documento (outubro de 1981) encontra-se in Moacir Gadotti, op. cit., 1989, pp.226-229.

cargos, em todas as regiões do país. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar sempre mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária⁸⁵

Já no Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 27 e 28 de março de 1982 em São Paulo, o PT mostrou que ia decidido ao seu primeiro enfrentamento nas urnas, divulgando para os militantes o seguinte documento: Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Esse documento retoma a necessidade de ligar a eleição com a organização e mobilização dos trabalhadores:

“A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais⁸⁶”

Assim, entende-se a campanha eleitoral como uma campanha de luta: “Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais⁸⁷”.

Portanto, ficou claro que o Partido submeterá a sua atuação eleitoral/parlamentar à organização política das massas trabalhadoras e à luta destas

⁸⁵ O discurso proferido por Luís Inácio da Silva, o Lula, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília, no dia de setembro de 1981.

⁸⁶ Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores, in Moacir Gadotti, op. cit., 1989, pp.231-239.

⁸⁷ Ibid.

massas pelo socialismo⁸⁸.

Para levar esse objetivo em diante, formulou os critérios para escolha de candidatos, ou seja: a) Participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis; b) Representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas; c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma. Assumiu-se, desta forma, um claro compromisso com as lutas travadas nas bases, seu fortalecimento.

A partir das análises feitas acima, podemos verificar que a novidade do PT consistiu, precisamente, em ter surgido em meio às grandes lutas sociais como uma força política independente e autônoma, devido à necessidade delas se articularem politicamente, não se limitando ao plano das reivindicações econômico-corporativistas. É nesse contexto que surge o PT, cujas primeiras declarações políticas, por sua vez, acentuaram a necessidade da organização e mobilização das classes trabalhadoras para a instauração, no país, de uma democracia, ou seja, o mais importante dessa consciência da necessidade da política não é só a noção de que é necessário atuar explicitamente no plano do Estado, mas de que as classes populares têm que atuar em condições de um projeto político próprio. Ou seja, o poder não é algo que é “tomado” pura e simplesmente, através do Estado, mas também algo construído, transformado e reinventado a partir da sociedade.

Em resumo, a CUT e o PT constituíram-se como novos sujeitos políticos de representação autônomos e independentes, organizados em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, e que procurava sobretudo suprimir a marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras no país no sentido de realização de um projeto democrático que assegure às classes populares o direito de cidadania, ou seja, sua constituição como ator legítimo no cenário político.

⁸⁸ Esta questão, ou seja, a relação entre os objetivos eleitorais (o político) e os objetivos finais (o social), foi, posteriormente, muito debatido na busca da identidade do Partido. Para efeito de demonstração, vejamos Moisés: “Fazer ou manter uma pura simbiose entre o social e o político pode impedir o partido de exercer plenamente as suas funções, reduzindo-o à prática social e, mesmo, impedindo-o de formular uma política coerente para os movimentos popular e sindical. Aí ele deixa de ser um dirigente coletivo para converter-se em simples força corporativa. E o corporativismo é o pior inimigo de um partido socialista”, José Álvaro Moisés, “Partidos de massa: democrático e socialista”, in Emir Sader, *E agora, PT?*, São Paulo: Brasiliense, p. 185.

4. Lutando na Constituinte: as emendas populares.

Mesmo ultrapassando nos limites deste trabalho, é indispensável fazer referência a um conjunto de iniciativas que foram se articulando a partir de 1985 em torno da Assembléia Nacional Constituinte. Pois, trata-se de um *continuum* onde os movimentos sociais na busca de uma nova sociedade implicaram mudanças estruturais e avanços na esfera jurídico-institucional.

Em outras palavras, assim como a campanha das “Diretas Já”⁸⁹, mesmo perdida nos desmandos de um país sem legitimidade institucional, que expressou-se a vontade e desejo dos brasileiros pela mudança: “A campanha das eleições diretas foi um exemplo evidente desse estado de mobilização transformadora e participação popular. (...). Essa participação “espontânea” gerou no povo, como resultado, o hábito e a necessidade de atuar no processo político nacional com uma presença consciente e ativa, num ato de vontade política até então não registrado em nossa história⁹⁰”, convém ressaltar que o estado de mobilização e participação em torno da Constituinte foi precedida, em grande parte, das experiências acumuladas em greves e negociações de caráter reivindicativo, de direitos civis de associações e representação de interesses, em que se procurava marcar uma ruptura com o *status quo* econômico e político.

Desta forma, a luta popular na Constituinte fica no *continuum* dessa vontade e da consciência sobre a necessidade de se romper com o vícios da tradição autoritária da formação política do país.

A partir da reformulação partidária de 1979, a idéia e o movimento para a Assembléia Nacional Constituinte generalizavam-se nos setores mais mobilizados da população, desencadeando o processo de articulação das iniciativas pela participação popular que surgiram em todo o Brasil. Desde o início de 1985, organizados em vários estados e cidades⁹¹, os plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na

⁸⁹ Conforme Carvalho, “a campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas. Ela começou com um pequeno comício de 5 mil pessoas em Goiânia, atingiu depois as principais cidades e terminou com um comício de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e outro de mais de 1 milhão em São Paulo”, José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 188. E Ver também Ricardo Kotscho, *Explode um novo Brasil: Diário da Campanha das Diretas*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁹⁰ Severo Gomes, “Situação Constituinte”, in Emir Sader (org.), *Constituinte e democracia no Brasil hoje*, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 82.

⁹¹ No Rio de Janeiro, o Movimento Nacional pela Constituinte foi lançado no dia 26 de janeiro

Assembléia Nacional Constituinte - organizações voltadas especificamente para o processo constituinte, formadas em torno de sindicatos, organizações religiosas, movimentos de moradores e associações profissionais existentes e assessorados por ONGs (Organizações Não-Governamentais) como o CEAC/UnB (Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte / Universidade de Brasília), CEDAC (Centro de Ação Comunitária), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica) e outras - passaram a reunir-se visando assegurar mecanismos diretos de participação na elaboração da Carta Constitucional.

Assim, a “sociedade civil”, cuja mobilização foi decisiva durante a abertura e na campanha pelas eleições diretas, que definiu o desenlace do regime autoritário, não ficou de braços cruzados, esperando pela Assembléia Constituinte em 1986. Através das organizações existentes, das entidades populares, das lideranças nas comunidades, dos dirigentes operários, dos intelectuais, as reivindicações para a mudança foram logo claramente debatidos, expostas e definidas, antes da instalação da Constituinte. Desta forma, ainda em 1985, começou-se a ser definido um primeiro objetivo mais preciso, na luta pela participação: a necessidade de se eleger uma Assembléia Constituinte livre, soberana e exclusiva.

Pois, pela Mensagem nº 330, que tomou o número 48 no Congresso Nacional, em 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney encaminhou o seu projeto de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, no qual pode-se destacar os seguintes aspectos: 1) Seria uma Constituinte congressional, isto é, eleita na forma de senadores e

de 1985 na perspectiva de elaboração, pelo próprio povo, de sua “Constituição política”. A iniciativa de São Paulo tinha inicialmente o objetivo de aprofundar a questão dos instrumentos de participação popular que poderiam ser incluídos na nova Constituição, resultando em Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. No Rio Grande do Sul, um comitê constituinte já reunia uma série de entidades profissionais para mais adiante se transformar em “Movimento Gaúcho Pró-Constituinte”, com a participação ampliada de sindicatos, movimentos de igreja e outros tipos de entidades associativas. Em Minas Gerais um “Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte” foi formado em setembro de 1985. Em Curitiba lançava-se em 8 de junho o “Movimento Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte”, com a participação de 63 entidades. Em Santa Catarina um encontro estadual realizado em Joinville, em junho de 1985, com a presença de Dom Cândido Padim, do Plenário de São Paulo, consolidava as iniciativas que estavam sendo tomadas em várias cidades do Estado. Em Pernambuco, a mobilização, motivada pelo movimento lançado em Duque de Caxias, só veio a tomar a forma em abril de 1986, com a criação do “Movimento Povo na Constituinte”. Em outras cidades do Brasil também nasceram, posteriormente, comitês e plenários, Carlos Michiles (et al.), Cidadão constituinte: a saga das emendas populares, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 40-44.

deputados federais e funcionando paralelamente às atividades normais do Congresso;
2) A eleição dos constituintes coincidiria com o pleito normal já previsto para governador, senador e deputado federal.

A proposta governamental contrastava com os movimentos sociais em favor de uma “Constituinte exclusiva” ou originária, que fosse eleita especificamente para fazer a futura Constituição e numa assembléia de iguais, onde os componentes não fossem separados pela condição de deputados e senadores.

Neste sentido, Faoro disse: “Entre a tese e a realidade há um abismo: a reforma, ao se institucionalizar, não é, na verdade, a reforma que se propôs: em regra, é uma reforma contra a reforma⁹²”.

A partir do envio do projeto de emenda do presidente Sarney, dando poderes constituintes ao Congresso Nacional que seria eleito em novembro de 1986, configurou-se a necessidade de uma iniciativa de pressão direta sobre o Congresso, para que o relator da Comissão Mista, deputado Flávio Beirrenbach desse parecer desfavorável à emenda convocatória proposta pelo Executivo. No entanto, com a destituição do relator que deu o parecer pela convocação de um plebiscito, foi aprovada a emenda do Executivo⁹³.

Desta feita, em abril de 1986 os plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Assembléia Nacional Constituinte lançaram uma nova iniciativa nacional, já visando a eleição dos constituintes: procurando diminuir o falseamento da representação parlamentar, encaminhou-se à apreciação do Congresso um projeto de lei modificativo da legislação eleitoral vigente: “Somente depois de satisfeitas essas condições, isto é, de romper-se os elos duros da corrente que aprisiona a capacidade das massas para fazer-se representar, é que será possível colocar seriamente o problema da formação de uma Assembléia Constituinte⁹⁴”. Mesmo recebendo apoios importantes, a já escassa presença de parlamentares no Congresso, em ano eleitoral, fez com que a questão fosse votada somente na Câmara, por acordo

⁹² Raymundo Faoro, “Constituinte: a verdade e o sofisma”, in Emir Sader (org.), op. cit., 1985, p. 7.

⁹³ O próprio relator se encarregou de narrar todos os lances, manobras e artimanhas que privaram o Brasil de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte de verdade, que sinalizasse o fim do longo período de intervenção military iniciado em 1964, Flávio Bierrenbach, Quem tem medo da Constituinte, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁹⁴ Ruy Mauro Marini, “Possibilidades e limites da Assembléia Constituinte, in Emir Sader (org.), op.cit, 1985, p. 24.

de liderança, com um texto que pouco alterava as condições vigentes.

Com isso, nos meses que antecederam as eleições de 1986, duas tarefas básicas se impunham: (a) a de alertar a população sobre a necessidade de se escolher bem os que iriam fazer a Constituição; (b) a de elaborar programa mínimo de propostas populares à Constituinte visando o compromisso dos candidatos.

No entanto, a composição do Congresso eleito mostrou-se claramente desfavorável aos interesses populares⁹⁵, suscitando uma série de questionamento sobre essa Assembléia: “Sobre essa Assembléia, eleita em 15 de novembro de 1986, pesavam inquestionáveis restrições: à sua idoneidade (Congresso Constituinte e não Assembléia exclusiva), à sua representatividade (eleita com base em critérios espúrios de proporcionalidade), à sua independência (marcada pela forte presença do poder de grupos econômicos), enfim, questões que sinalizavam para a advertência quanto à legitimidade e soberania da Constituinte⁹⁶”.

No que diz respeito principalmente a representatividade, Faoro observou:

“ (...) o Congresso, tal como organizado pela Constituição vigente, sofre de um mal congênito de representação. O Senado compõe-se de três senadores por Estado, qualquer que seja sua população ou eleitorado. A Câmara dos Deputados obriga, proporcionalmente à população, no máximo 60 deputados por Estado e, no mínimo, 8. Somadas as duas distorções, a do Senado e a da Câmara dos Deputados, o valor do eleitor do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná é 1, o de São Paulo 0,6, enquanto o do Acre é de 12,1, Maranhão, 1,8, Paraíba 1,5. Os Estados do norte e do nordeste estão super-representados, em detrimento do

⁹⁵ Podemos verificar as tendências ideológicas dos 559 constituinte Segundo dados de seguintes fontes diferentes. Para a Folha de São Paulo, a Constituinte de 1987/88 teve leve maioria de Direita/Centro-Direita (36%), seguida de representações equilibradas do Centro (32%) e da Esquerda/Centro-Esquerda (com 32% do total), citado por José Gomes da Silva, Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 29-30. Na fonte de Retratos do Brasil citado por Carvalho Neto, as três frações seriam 39,4%, 24,7% e 36,9%, respectivamente para a Esquerda/Centro-Esquerda, Centro e Centro-Direita/Direita, Joviniano Soares Carvalho Neto, Movimentos sociais, política eleitoral e partidária, Cadernos do CEAS, n. 109, 1987, p. 11. Ver também Leôncio Martins Rodrigues, Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados, São Paulo: OESP-Maltese, 1987, p. 98 e p. 368.

⁹⁶ Carlos Michiles (et al.), op.cit, 1989, p. 20.

sul e do sudeste, que detêm a maioria da população e quase 70% do eleitorado⁹⁷”.

Tornava-se, então, extremamente importante lançar-se na batalha do regimento interno, para assegurar uma real participação popular nos trabalhos da Constituinte, ou seja, as emendas populares como instrumento de participação. Concentrando-se a luta, após as eleições, na questão do regimento interno, os plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Assembléia Nacional Constituinte retomaram os itens da plataforma mínima referentes ao funcionamento do Congresso Constituinte: “Que o Congresso Constituinte acolha propostas de normas constitucionais subscritas por um número significativo de cidadãos”.

A “iniciativa popular” foi incluída no regimento interno da Constituinte em seu artigo 24: “Artigo 24 do Regimento Interno na Constituinte: Fica assegurada, no prazo estabelecido no artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em lista organizada por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, (...)”.

Além disso, foram incluídas outras formas de participação, como possibilidade de apresentação de sugestões e de audiências públicas nas subcomissões temáticas. Assim, criaram-se condições favoráveis a um maior nível de participação da sociedade no processo constituinte.

Com a divulgação deste novo instrumento e de instruções para sua utilização, através de publicações dos plenários difundidas em todo o país, centenas de entidades deram início ao processo de elaboração de emendas e de coleta de assinaturas. Formaram-se, então, fóruns reunindo entidades ligadas a temáticas e políticas específicas, encaminharam-se as campanhas de coleta de assinaturas das inúmeras emendas populares, cujo número oficial, registrado nas atas da Comissão de Sistematização, chegou a 168, ainda que muitas outras não tenham chegado a ser encaminhadas àquele órgão por diversas razões. Mais de 12 milhões de assinaturas coletadas representam uma energia social, um ímpeto de mudança, uma busca de participação, o que representou uma experiência inédita na história política do país:

“A cidadania brasileira deu um salto de qualidade e o país entrou numa “situação constituinte”, com uma vontade política que emergiu e se arma para a refundação

⁹⁷ Raymundo Faoro, op.cit, 1985, p.13.

nacional. No jogo das forças políticas, o povo apareceu com uma dimensão desconhecida no passado, abrindo pela primeira vez o espaço da maioria na construção do direito público⁹⁸.

Portanto, no contexto da transição democrática, a Assembléia Nacional Constituinte ocupou um papel fundamental:

“No que diz respeito à democratização, cerne da reordenação institucional ora em curso, dois aspectos devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, a Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1986, transformou-se na arena onde se processariam as negociações responsáveis pela definição dos parâmetros de funcionamento do sistema político, no sentido de assegurar a vigência de uma ordem democrática. Em segundo lugar, foi também para a Constituinte que convergiram as pressões sociais oriundas do profundo processo de mudança experimentado pela sociedade brasileira ao longo dos últimos quinze anos e que, em última instância apontam para a definição de novos recortes Estado/sociedade⁹⁹”.

Assim, os plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte representaram a afirmação de novas identidades coletivas e a emergência de novos atores políticos com atuação nos espaços parlamentares institucionais. A “iniciativa popular”, rebatizada, nesse espaço, de “emendas populares”, passou assim a constituir um novo instrumento de mobilização social e de educação política.

“Entretanto, nesse momento de inegável importância histórica para o país, importava mais não a perspectiva estanque da Constituinte em si, mas o seu caráter processual. Ou seja, a mobilização popular que seria desperta com a realização dessa Constituinte. O seu caráter pedagógico, de aprendizagem política e, principalmente, seu significado na luta pela construção da cidadania do povo brasileiro¹⁰⁰”.

Através do criativo instrumento das emendas populares não apenas como mecanismo de participação popular, mas também como instrumento de educação política voltado para o desenvolvimento da consciência de cidadania, visava-se, além das conquistas objetivas relacionadas com as demandas contidas nas emendas, deixar marcas na cultura política do país.

⁹⁸ Severo Gomes, op. cit, 1985, p. 81.

⁹⁹ E. Diniz, R. Boschi e R. Lessa, Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república, São Paulo: Vértice, 1989, p. 23.

¹⁰⁰ Carlos Michiles (et al.), op. cit, 1989, p.20.

Enfim, deve-se ressaltar que o processo participativo instalado na Constituinte, em 1987, através das emendas de iniciativa popular, fortaleceram e institucionalizaram a capacidade legislativa de muitos movimentos sociais. Daí inscreverem na Constituição de 1988 os conceitos básicos do participacionismo: criação de conselhos de gestão para vários serviços públicos, instituição de referendums e de consulta popular.



Mesmo que a abertura política fosse uma iniciativa do governo autoritário, portanto, “democratização por via autoritária”, vimos que suas causas e seus resultados não poderiam ser compreendidos sem a análise sobre as lutas sociais das classes populares. Foram essas lutas que procuraram ampliar o seu espaço de ação fazendo com que as condições de abertura fossem redefinidas.

Neste sentido, a multiplicação de movimentos sociais significou a possibilidade das classes populares construir alternativas, abrindo espaço e apontando para novas formas de organizações e participação política onde as classes populares pudessem influenciar, contrapondo um estilo de política que recuse e desmistifique a concepção autoritária e burocrática da política, e nas quais os trabalhadores possam vir a público “para dizer a sua própria verdade”, democratizando a política:

“Uma política que se proponha a transformar profundamente a sociedade, toda a sua organização econômica, social, política, jurídica e cultural, só pode ser uma política na qual intervêm milhões de pessoas. Por definição, não pode ser nunca uma política de poucos, ainda que autoconsiderados “iluminados” ou como uma vanguarda, feita em nome de e para muitos; só pode ser uma política de muitos, dirigida, implementada e feita por muitos, ainda que, de início, trabalhada por poucos¹⁰¹”.

Em algumas situações, emergiram formas de mobilização das demandas e a possibilidades concretas de ampliar o nível de participação popular na gestão da coisa pública, colocando a importante lição sobre a complementaridade entre a representação e participação direta:

“Representação e participação direta são aquisições irrenunciáveis da democracia e

¹⁰¹ José Álvaro Moisés, “Partidos de massa: democrático e socialista”, in Emir Sader, E agora, PT?, São Paulo: Brasiliense, p. 179.

das revoluções do mundo moderno. São duas formas de participação popular que aprimoram a democracia e a capacitam para constituir-se como espaço de transformação da sociedade¹⁰².

Ou seja, o confronto positivo com o Estado, levando à conquista de espaços para interesses das classes populares, é um ingrediente fundamental no processo de democratização da política.

Esta aprendizagem foi plenamente recuperada nas iniciativas de institucionalização dos canais de representação, através dos quais canalizassem sua força, experiência e aspirações para a esfera da grande política, das eleições, dos partidos, da democratização da estrutura do Estado. Em outras palavras, a CUT e a PT constituíram-se como novos sujeitos políticos de representação que procuravam superar a marginalização política no sentido de realização de um projeto democrático na qual as classes trabalhadoras ganham sua independência política.

Neste aspecto, convém analisar sobre os papéis parciais dos movimentos sociais em relação à consolidação democrática – a “democracia como identidade restrita” - , ou seja, a experiência dos movimentos sociais significava o reconhecimento do caráter parcial destas experiências democráticas – a sua incapacidade, ou, até mesmo, a sua renúncia, a assumir um projeto de reformulação ou transformação política integral, a partir do “vértice” do Estado.

Esta visão foi sustentado também pelos Diniz e Boschi: “(...) na medida em que a redefinição da cidadania e dos direitos políticos transfere-se para o plano constitucional, os movimentos *perdem centralidade* como instância provedora de um sentido de identidade cívica e como núcleo de defesa destes direitos¹⁰³”.

No entanto, conforme vimos, nos parece que os movimentos sociais fluíram para o plano partidário e constitucional, demonstrando sua energia, força, tendo como objetivo conquistar *a política como uma atividade própria das massas populares* que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, o que seria mais ainda corroborado pela ampla movimentação em torno da Constituinte e emendas de iniciativa popular, inscrevendo na Constituição de 1988 os conceitos básicos do participacionismo: criação de conselhos de gestão para vários serviços

¹⁰² Francisco C. Weffort, *Por que democracia?*, São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 129.

¹⁰³ E. Diniz, R. Boschi e R. Lessa, *op. cit.*, 1989, p. 45, grifo meu..

públicos, instituição de referendums e de consulta popular.

Neste sentido, vista a médio prazo e colocada num âmbito mais amplo da política, a descontinuidade dos movimentos sociais é apenas relativa, pois, se, por um lado, o caráter fragmentário e descontínuo tem um sentido positivo, de reafirmação constante, cada vez mais drástica e profunda, de uma participação e acesso às oportunidades do sistema político, tende a haver, por outro, uma acumulação de conquistas e experiências de acesso a direitos fundamentais da cidadania que informa uma escalada de reivindicações no sentido de influir positivamente nas transformações mais amplas do sistema político e cultural¹⁰⁴.

Desta forma, as classes populares, através dos movimentos sociais, afirmaram a sua liberdade e cidadania plena, pondo em xeque a forma autoritária da política, realizando, em diferentes graus, uma prática democrática, mais participativa.

¹⁰⁴ Paulo J. Krischke, "Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base", in Ilse Scherer-Warren & Paulo J. Krischke (orgs.), op. cit., 1987, pp. 276-297.

Considerações Finais

No final dos anos 70 e início dos anos 80, na maior parte das grandes cidades brasileiras desenvolveu-se um processo intenso de mobilização popular, questionando sistematicamente o padrão autoritário de relacionamento do Poder Público com as organizações populares.

Mesmo nas condições sociais e políticas impostas pelo regime autoritário e capitalismo selvagem, as classes populares, através das múltiplas formas de movimentos sociais, afirmaram sua cidadania, resgatando a dignidade e a solidariedade. Não só questionaram a imagem de atraso, imaturidade política e incapacidade de expressão própria que havia sido legado pela tradição autoritária política no Brasil mas também alteraram o cenário político do país e introduziram fissuras importantes no pesado legado autoritário e excludente da história brasileira.

Esses movimentos foram compreendidos como um *iceberg*. Na base uma grande movimentação e agitação - reuniões, discussões e debates - fazendo com que as classes populares saíssem do espaço de sociabilidade pré-determinado, da miséria e da alienação, reiventando o mundo cotidiano como espaços onde é recuperada uma certa noção de liberdade. Enquanto espaços de liberdade, esses movimentos sociais permitiram às classes populares o aprendizado prático de se reunir, debater, ter consciência de seus direitos, construir os interesses coletivos e, enfim, de serem cidadãos. Em outras palavras, construindo e atuando nos vários espaços públicos, nos quais se elaborou e se difundiu uma consciência de cidadania, onde ela foi buscada como luta e conquista e não de dádiva a serem obtidas mediante barganha com os representantes do Estado, as classes populares se tornaram “sujeitos coletivos autônomos” no sentido de realizar seus interesses, expressar suas opiniões e visões de mundo.

Desta forma, as lutas sociais que marcaram esses anos criaram um espaço público informal, descontínuo e plural por onde produziram para o debate público um amplo gama de temas e questões, recobrando as mais diversas dimensões da vida social, os quais passariam a compor, no decorrer da década, uma agenda pública de discussão.

Trazendo para o debate questões e temas antes silenciados ou considerados como não pertinentes para a deliberação política, essas arenas públicas tiveram o sentido de um alargamento do campo do político não restringindo-se apenas ao ordenamento institucional do Estado.

Destarte, na parte superior, os movimentos ganharam sua visibilidade pública através de demandas, mobilizações e manifestações reivindicatórias e políticas. Pela constituição de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade, os sujeitos coletivos se constituíram como interlocutores válidos no cenário político. Neste sentido, a recusa da política institucional, a valorização da democracia direta, e, enfim, apoliticismo significavam, na verdade, “política independente”, na compreensão de que nenhuma organização é capaz de englobar a totalidade dos interesses do cidadão, nos diversos momentos de sua inserção na vida social, destacando a insuficiência do sistema representativo convencional, ou seja, partidos políticos, eleições etc. Até porque a participação política implica o conjunto de atividades mediante as quais os cidadãos de uma determinada sociedade pretendem influir tanto na escolha dos responsáveis pelas decisões políticas que afetam esta sociedade como um todo (e, portanto, nas suas ações) como no processo que conduz às próprias decisões relevantes para a coletividade. É neste aspecto que os movimentos sociais clamaram para a autonomia, a participação maior das pessoas, a invenção dos meios de comunicação alternativos, percebendo que só através da luta conjunta, união e solidariedade poderiam conseguir exercer influências sobre os processos de decisão e deliberação, (re)vitalizando, assim, a cultura solidária e participativa.

E, ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de discussão pública, os movimentos sociais tiveram de desafiar ou mesmo subverter o imaginário político que os fixava em imagem da ignorância, da imaturidade passiva e da incapacidade política no sentido de afirmar a capacidade concreta das classes populares de fazer a política.

Além disso, a presença pública desses sujeitos coletivos como interlocutores válidos na cena política abriram fendas significativas na tradição e institucionalidade política autoritária do país. Em primeiro lugar, abriram-se os possíveis espaços de representação e negociação com o Estado em torno da formulação e implementação de políticas públicas diversas. Nessa relação estabelecida com o Estado, os movimentos sociais, principalmente populares, procuraram uma alternativa de gestão da coisa pública que se abrisse à participação popular e a formas de negociação, questionando práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo. Em outras

palavras, através da capacidade de lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, trazer contribuições para a solução de problemas, os movimentos sociais abriram a possibilidade de uma redefinição democrática da relação entre Estado e sociedade, colocando em xeque um padrão autoritário e burocrático de administração pública.

Construída na interface entre Estado e sociedade, essas esferas públicas permitiram tornar a administração pública suscetível às reivindicações e demandas emergentes da sociedade civil, retirando do Estado o monopólio exclusivo da definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade.

A partir de uma necessidade sentida nas lutas sociais - criar um efetivo canal de expressão política e partidária -, já no início da década de 1980, deu-se início à estruturação de um partido de forte enraizamento nos movimentos sindicais e populares, o Partido dos Trabalhadores (PT). Sua presença na cena política nacional redefiniu os termos excludentes e autoritários, de forte traço elitista, do sistema de representação e decisão política no país, pois tratava-se de uma concepção democrática radical sobre a sociedade e a política em geral: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, ou seja, a organização autônoma dos trabalhadores é o caminho não apenas da construção da democracia política mas também o da transformação da sociedade.

Paralelamente a isso, a formação de central sindical - CUT - ocupou o importante espaço no cenário político brasileiro, debatendo questões cruciais à conquista e ampliação dos direitos e da cidadania, ou seja, colocando em debate as possibilidades de uma redefinição democrática das relações de trabalho - superação das leis trabalhistas autoritárias onde o Estado mantém o exclusivo poder de arbitragem e definição das normas trabalhistas. Em outras palavras, a CUT e o PT constituíram-se como novos sujeitos políticos de representação que procuravam superar a marginalização política imposta pela tradição autoritária e aprofundada pelo regime militar no sentido de realização de um projeto democrático no qual as classes trabalhadoras ganham sua independência política, tornando-se uma expressão política nacional.

Por último, a Constituição de 1988 traz as marcas dessa movimentação social ampla e plural que marcou a primeira metade da década de 1980. Assim que o processo constituinte foi aberto, em 1985, movimentos sociais, grupos de Igreja e

entidades de assessoria lançaram o Movimento Nacional pela Constituinte, que articulava, em várias regiões e cidades do país, os Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte. O grande salto qualitativo para a participação popular apareceu em março de 1987, quando o regimento interno da Constituinte abriu a possibilidade, através dos mecanismos de iniciativa popular legislativa, da elaboração e defesa de emendas populares ao projeto da Constituição. Os movimentos sociais estiveram implicados em um esforço de inscrever novos direitos na ordem legal e influenciar a elaboração e regulamentação da nova ordem constitucional, acenando com as possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar liberdade e direitos, o que explicitou na incorporação de instrumentos legais e jurídicos para o exercício de uma soberania popular para além da prática do voto – iniciativa popular de lei, plebiscito e referendo popular, audiência pública e tribuna popular. Portanto, é uma institucionalidade que traduz uma experiência histórica que se firma como referência para práticas inéditas de cidadania ativa, nas quais o substrato social necessário para a realização do Estado de direito é formado pelos fluxos comunicacionais e pelas influências públicas que procedem da sociedade civil e da esfera pública.

Desta forma, os movimentos sociais, com seu caráter plural, heterogêneo e descontínuo, tiveram um sentido positivo, de reafirmação constante, cada vez mais drástica e profunda, de uma necessidade de participação ativa e acesso às oportunidades do sistema político, tendendo a fluir, de forma coletiva, para o plano partidário e constitucional, no sentido de influir positivamente nas transformações mais amplas do sistema político e de conquistar a política como uma atividade própria das massas populares .

Os movimentos sociais empenharam-se, nesta análise, em um duplo processo de democratização: por um lado, o processo de conquista e consolidação de espaços, organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política e, por outro, o processo de ampliação e multiplicação das esferas públicas autônomas e independentes nas quais formam-se as opiniões públicas enfaixadas em temas específicas. A única garantia possível de instauração de uma verdadeira ordem democrática só pode repousar em uma população acostumada à liberdade: “A mais importante lição que o povo brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia

é uma conquista que, finalmente, ou se contrói pelas suas mãos ou não virá¹”.

¹ Manifesto do Partido dos Trabalhadores (10/02/1980).

Referências Bibliográficas e Documentais

Livros e artigos

A Luta por um Sindicato de Base: Histórico da Oposição Sindical, *Cadernos do CEAS*, nº. 63, 1979, pp. 8-11.

ABRAMO, Laís W., "Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho", in KOWARICK, Lúcio (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ABRANCHES, Sergio, "Nem cidadãos, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 28, nº 1, 1985, pp. 5-25.

ABRIC, Jean-Claude, "A abordagem estrutural das representações sociais", in Antonio MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia: AB, 1998.

ALENCAR, Francisco, *História da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALEXANDER, Jeffrey C., Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais, *RBCS*, vol. 13, nº 37, 1998, pp. 5-31.

ALMEIDA, Antônio de, *Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80*, São Paulo: Marco Zero, 1992.

ALMEIDA, M. H. Tavares, "Sindicalismo brasileiro e pacto social", *Novos Estudos CEBRAP*, nº 13, outubro, 1985, pp. 14-28.

-----, "Novos demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década", *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 26, nº 3, 1983, pp. 265-290.

-----, "Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil", *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 24, nº 2, 1981, pp. 161-189.

-----, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", in SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. T. (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós 64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

-----, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *Debate e Crítica*, São Paulo: Hucitec, n.º 6, julho de 1975, pp. 49-74.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, "O movimento operário brasileiro: concepções, práticas e (re)organização (anos 70/início dos 80)", *História & Perspectiva*, Uberlândia, (22), Jan./Jun., 2000, pp. 143-191.

ALVES, Marcio Moreira, *A força do povo: democracia participativa em Lages*, São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1985.

AMARAL, Azevedo, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, in Coleção pensamento político republicano, Brasília: Editora UnB, 1981.

AMMANN, Safira Bezerra, *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*, São Paulo: Cortez, 1991.

ANDRADE, Edinara Terezinha da, *A experiência de participação popular no município de Lages (gestão 1977-1982)*, Dissertação do Mestrado, PPGSP, UFSC, 1994.

ANTUNES, Ricardo, *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*, São Paulo: Ensaio, 1988.

-----, *O novo sindicalismo no Brasil*, Campinas: Pontes, 1995.

ARENDT, Hannah, *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

-----, *Entre o passado e o futuro*, São Paulo: Perspectiva, 2000.

-----, *Sobre a violência*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARROS, Reynaldo & PAIM, Antônio, *Correntes e temas políticos contemporâneos*, in *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, Brasília: Editora UnB, 1982.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa, "A CONCLAT e a organização nacional dos trabalhadores", *Cadernos do CEAS*, nº. 76, 1981, pp. 9-17.

BAVA, Sílvio Caccia, "A luta nos bairros e a luta sindical", in KOWARICK, Lúcio (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

BENEVIDES, Maria Victoria, *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*, São Paulo: Ática, 1991.

-----, *Cidadania e democracia*, *Revista Lua Nova*, nº 33, 1994, pp. 5-16.

BETTO, Frei, *O que é comunidade eclesial de base*, São Paulo: Brasiliense, 1981.

BIERREMBACH, Flávio, *Quem tem medo da Constituinte*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Noberto, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

-----, *O conceito da sociedade civil*, Rio de Janeiro: Graal, 1994.

BOFF, Clodovis, *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular*, Petrópolis: Vozes, 1986.

-----, *Teologia pé-no-chão*, Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis, *Da Libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas*, Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo, *E a Igreja se fez povo; Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*, Petrópolis: Vozes, 1986.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto, *Textos políticos da História do Brasil*, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, vol. 5, 1996.

BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Licia do Prado, "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos", in BOSCHI, Renato Raul (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSCHI, Renato Raul (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

-----, *A arte da associação - política de base e democracia no Brasil*, São Paulo: Vértice, 1987.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANT, Vinícius Caldeira, "Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo", in SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, 1980.

BRITO, José Carlos A., *A tomada da Ford*, Petrópolis: Vozes, 1983.

CAMARGO, Candido P. F. de, SOUZA, Beatriz Muniz de & PIERUCCI, Antônio F. de Oliveira, *Comunidades Eclesiais de Base*, in SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARDOSO, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Ruth C. (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth C., "A trajetória dos movimentos sociais", in DAGNINO, Evelina (org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

-----, "Isso é política?: dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno", *Novos Estudos CEBRAP*, nº 20, março, 1988, pp. 74-80.

-----, "Movimentos sociais e urbanos: Balanço crítico", in Sorj & Almeida, M. H. T. de (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARON, Edgard, *A Primeira República*, São Paulo: Difel, 1969.

-----, *Movimento operário no Brasil: 1877-1944*, São Paulo: Difel, 1979.

-----, *Movimento operário no Brasil: 1945-1964*, São Paulo: Difel, 1981.

CARVALHO NETO, Joviniano S. de e MENEZES, Jaci, "A CONCLAT e a organização dos trabalhadores", *Cadernos do CEAS*, nº. 89, 1984, pp. 16-23.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares, "Movimentos sociais, política eleitoral e partidária", *Cadernos do CEAS*, nº. 109, 1987, pp. 9-17.

CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel, *Cidade, democracia e socialismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTORIADIS, Cornelius, *A experiência do movimento operário*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Hebe, "História social", in CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Marcos, *Igreja e autoritarismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1985.

CERTEAU, Michel de, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, 5. ed, Petropolis; Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1985.

CHAUÍ, Marilena, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

CHASIN, J., "As máquinas param: Germina a Democracia", *Revista Ensaio*, n.º 7, São Paulo: Ed. Escrita, abril de 1980.

COHEN, J. L. & ARATO, A., *Civil Society and Political Theory*, Cambridge: Mass, 1992.

COHEN, Joshua, "Deliberation and Democratic Legitimacy", in HAMLIN, A. e PETTI, B. (eds.), *The Good Polity*, Oxford, 1989.

COMBLIN, Joseph, *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Como se faz a luta de bairros, Jó Rezende Depoimento a Neusa Miranda, Petrópolis: Vozes, 1986.

CONSTANT, Benjamin, "A Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos" (1819), *Filosofia Política*, n.º 2, 1985.

CORBISIER, Roland, *Formação e problema da cultura brasileira*, Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

COSTA, Beatriz, *Para analisar uma prática de Educação Popular*, Petrópolis: Vozes, 1981.

COSTA, Sérgio, "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa", *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 38, março, 1994, pp. 38-52.

COSTA, Sílvio, *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro: 1978-1994*, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson, "A democracia como valor universal", *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 9, Rio de Janeiro, 1979, pp. 33-48.

CRANSTON, M., "Política e Ética (1971)", in KING, Preston, *O estudo da política*, Brasília: Ed. UnB, 1980.

CRICK, Bernardo, "A liberdade como política (1966)", in KING, Preston, *O estudo da política*, Brasília: Ed. UnB, 1980.

CUNHA, Euclides da, *Os sertões*, São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

D'ALESSIO, Marcia Mansor, *Reflexões sobre o saber histórico: entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAHL, Robert, *Análise política moderna*, Brasília: Editora UnB, 1988.

DECCA, Edgard de, *1930: o silêncio dos vencidos*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

DAHRENDORF, Ralf, *Sociedade e liberdade: para uma análise sociológica do presente*, Brasília: Editora UnB, 1981.

Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, março de 1958, in LÖWY, Michael et alli, *Movimento operário brasileiro 1900/1979*, Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980.

DEJOURS, Christophe, *A locura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Maria Ester B., *A dialética do cotidiano: trabalho social em conjunto habitacional*, São Paulo: Cortez, 1982.

DINIZ, E., BOSCHI, R. e LESSA, R., *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república*, São Paulo: Vértice, 1989.

DINIZ, Eli, "Favela: associativismo e participação social", in BOSCHI, Renato Raul (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp.29-73.

DOIMO, Ana Maria, "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade", in KRISCHKE, Paul & MAINWARING, Scott, *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*, Porto Alegre: L&PM, 1986.

-----, *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

-----, *Movimento social urbano, igreja e participação popular*, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

DUARTE, Nestor, *A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira*, Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

DURHAM, Eunice R., "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", in CARDOSO, Ruth C. (org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 17-37.

-----, "Movimentos sociais, a construção da cidadania", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 10, 1984, pp. 24-30.

-----, "A sociedade vista da periferia", in KOWARICK, Lúcio (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

EVERS, Tilman, "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 4, Abril, 1984, pp. 11-23.

-----, "Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida", in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982.

FACÓ, Rui, *Cangaceiros e Fanáticos*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

FAORO, Raymundo, "Constituinte: a verdade e o sofisma", in SADER, Emir (org.), *Constituinte e democracia no Brasil hoje*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

FARIA, Hamilton, *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964/1978)*, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1986.

FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, 1986.

FEBVRE, Lucien, *Combate pela história*, Lisboa: Presença, 1985.

FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

-----, *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da Era atual*, São Paulo: HUCITEC, 1994

-----, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, "O Tempo das Ilusões", in CHAUI, Marilena, *Ideologia e mobilização popular*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREDERICO, Celso, *A Esquerda e o movimento operário 1964-1984*, vol. 3: a reconstrução, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

-----, *A vanguarda operária*, São Paul: Símbolo, 1979.

-----, *Consciência operária no Brasil*, São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia do oprimido*, 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala*, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Severo, "Situação Constituinte", in SADER, Emir (org.), *Constituinte e democracia no Brasil hoje*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeo, *Conselhos de fábrica*, São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antonio, *A concepção dialética da história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUÉRIN, Daniel, *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

GUTIÉRREZ, Gustavo, *A força histórica dos pobres*, Petrópolis: Vozes, 1978.

-----, *Teologia da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 5ª Ed., 1985.

HABERMAS, Jürgen, "O conceito de poder de Hannah Arendt", in FREITAG, B. & ROUANET, S. P., *Habermas*, São Paulo: Ática, 1980.

HABERMAS, Jürgen, "Soberania popular como procedimento", *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março, 1990, pp. 100-113.

-----, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. I, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

-----, *Direito e democracia entre facticidade e validade*, Vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

-----, *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEGEL, G., *Princípios da Filosofia do direito*, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIMANN, E., *Vernunftglaube und Religion in der Modernen Gesellschaft* (Fé Racional e Religião na Sociedade Moderna), 1955.

HELLER, Agnes, *Cotidiano e História*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HELLMANN, Michaela (org.), *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*, São Paulo: Marco Zero, 1995.

HIRATA, Helena, "Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979)", in LÖWY, Michael et alli, *Movimento operário brasileiro 1900/1979*, Belo Horizonte: Ed. Vega, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil* (1936), São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMPHREY, J., *Fazendo o milagre - controle capitalista e luta operária na indústria automobilística*, Rio de Janeiro: Ed. Vozes/CEBRAP, 1982.

IANNI, Otávio, *A ditadura do grande capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBRAIM, José, *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*, São Paulo: Global, 1986.

IHERING, Rudolf von, *A Luta pelo Direito*, São Paulo: Martin Claret, 2000.

JACOBI, Pedro, "Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo", in BOSCHI, Renato R. (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

-----, "Movimentos sociais urbanos no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, 1980, pp. 22-30.

-----, *Movimentos sociais e política públicas: demandas por saneamento básico e saúde-São Paulo, 1974-84*, São Paulo: Cortez, 1993.

JAGUARIBE, Hélio, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JOUVENEL, Bertrand de, *As origens do Estado Moderno: Uma história das idéias políticas no século XIX*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KANT, Immanuel, *Principios metafísicos de la doctrina del derecho*, México: Universidad Nacional, 1978.

KÄRNER, Hartmut, "Movimentos sociais: revolução no cotidiano", in SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

KECK, Margaret Elizabeth, *PT, a logica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Atica, 1991.

KOTSCHO, Ricardo, *Explode um novo Brasil: Diário da Campanha das Diretas*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOWARICK, Lúcio (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

-----, *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

-----, *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literature*, *RBCS*, nº 3, vol. 1, fev., 1987, pp. 38-50.

KRISCHKE, Paul & MAINWARING, Scott, *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*, Porto Alegre: L&PM, 1986.

KRISCHKE, Paulo J., "Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base", in SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

LACLAU, Ernesto, "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social", *RBCS*, vol. 1, nº. 2, outubro, 1986, pp. 41-47.

LAVERDI, Robson, "Solo Urbano e Articulação Nacional pela Reforma Urbana: os movimentos populares urbanos na Constituinte (1980-1988)", *História & Perspectiva*, Uberlândia, (18/19), Jan./Dez., 1998, pp. 131-160.

LE GOFF, Jacques, *A nova história*, 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.), *Fazer história: novos problemas*, vol. 1, 2. ed., Bertrand., 1987.

LEFÈBVRE, Henri, *A vida cotidiana no mundo moderno*, São Paulo: Ática, 1991.

LEFORT, Claude, *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza, "Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política", in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982.

LINDBLOM, Charles Edward, *O processo de decisão política*, Brasília: Editora UnB, 1981.

LOCKE, John, *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre o entendimento humano*, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LÖWY, Michael (org.), *O Marxismo na América Latina*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

-----, *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*, São Paulo: Cortez, 1985.

LUCAS, John Randolph, *Democracia e participação*, Brasília: Ed. UnB, 1985.

LUHMANN, Niklas, *Legitimação pelo procedimento*, Brasília: Ed. UnB, 1980.

MACHADO, Leda Maria Vieira, *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*, São Paulo: ANNABLUME, 1995.

MACPHERSON, C. B., *A democracia liberal: origens e evolução*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAFFESOLI, Michel, *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades*

de massa, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria, *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*, São Paulo: Loyola, 1986.

MANHEIM, Karl, *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARINI, Ruy Mauro, "Possibilidades e limites da Assembléia Constituinte, in Emir Sader (org.), *Constituinte e democracia no Brasil hoje*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARONI, Amnérís, *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARROU, Henri-Irénée, *Sobre o conhecimento histórico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MARSHALL, T. H., *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza, *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*, São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARTINS, Roberto R., *Segurança Nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARX, Karl, *A ideologia alemã: teses sobre feuerbach*, São Paulo: Ediotra Moraes.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida, "John Locke e o individualismo liberal", in WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os clássicos da política I*, São Paulo: Editora Ática, 2000, pp. 90-110.

MELUCCI, Alberto, "The symbolic challenge of contemporary movements", *Social Research*, vol. 52, nº 4, 1985.

MENDES, Cândido, *Nacionalismo e desenvolvimento*, Rio de Janeiro: IBEEA, 1963.

MENEGUELLO, Rachel, *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Clarice M. e SARTI, Ingrid, *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*, Rio de Janeiro: ILDES, 1983.

MERCADANTE, Paulo, "O neoliberalismo do Pós-guerra", in CRIPPA, Adolpho (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979.

MICHILES, Carlos (et al.), *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MILL, John Stuart, *Considerações sobre o governo representativo*, Brasília: Ed. UnB, 1981.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena, "A revolta dos suburbanos ou "patrão, o trem atrasou"", in MOISÉS, José Álvaro Moisés (et al.), *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.

MOISÉS, José Álvaro, "O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais", in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

-----, "Partidos de massa: democrático e socialista", in SADER, Emir, *E agora, PT?*, São Paulo: Brasiliense.

-----, *Cidadania e participação: ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990.

-----, *Greve de massas e crise política*, São Paulo: Polis, 1978.

-----, *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

-----, Qual é a estratégia do novo sindicalismo?, in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982.

MONTEIRO, Luís Gonzaga Mattos, *Neomarxismo: indivíduo e subjetividade*, São Paulo: EDUC; Florianópolis:EDUFSC, 1995.

MOSCOVICI, Serge, *A representação social da psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da cultura brasileira: ponto de partida para uma*

revisão histórica, 3. ed., São Paulo: Ática, 1977.

“Movimento de bairro x Estado na América Latina”, *Cadernos do CEAS*, nº. 75, 1981, pp. 8-24.

“Movimento operário em ritmo de resistência”, *Cadernos do CEAS*, n.º 50, nov/dez. de 1977, pp. 32-42.

MUNARIM, Antônio, *A praxis dos movimentos sociais na região de Lages*, Dissertação do Mestrado, UFSC, 1990.

NAGEL, Jack H., *The Descriptive Analysis of Power*, New Haven: Yale Univ. Press, 1975.

NASCIMENTO, Milton Meira do, “Rousseau: da servidão à liberdade”, in WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os clássicos da política I*, São Paulo: Editora Ática, 2000.

NORA, Pierre, “O regresso do acontecimento”, in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.), *Fazer história: novos problemas*, Vol. 1, 2. ed., Bertrand., 1987.

NUNES, Edison e JACOBI, Pedro, “Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão”, *Serviço Social e Sociedade*, Ano 4, abril de 1983, pp. 133-148.

-----, “Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia”, in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

“O arrocho treme nas bases do ABC”, debate com trabalhadores de base do Sindicato de São Bernardo, *Revista Ensaio*, n.º 7, São Paulo: Ed. Escrita, 1979.

O'DONNELL, Guillermo, *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*, São Paulo: Vértice, 1987.

OFFE, Claus, *Problemas estruturais Estado Capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de, “O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 22, out., 1988, pp. 8-28.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de, *Trabalho e Política*, Petrópolis: Vozes, 1988.

PAIM, Antônio, "O pensamento político positivista na República", in CRIPPA, Adolpho (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979.

-----, "Socialismo democrático e socialismo totalitário", in CRIPPA, Adolpho (et al.), *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979.

PARANHOS, Kátia Rodrigues, *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos - 1971/1982*, Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória-Unicamp, 1999.

Pastoral Operária: Comunidade de Santa Margarida-São Paulo, *Cadernos do CEAS*, nº. 60, pp. 48-53.

PEDREIRA FILHO, Valdemar Santos, *Comissões de fábrica: um claro enigma*, São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

PEREIRA, Raimundo Pereira (et al.), *Eleições pós-64*, São Paulo: Global, 1984.

PETRINI, João Carlos, *CEBs: um novo sujeito popular*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINTO, Álvaro Vieira, *Consciência e realidade nacional*, Rio de Janeiro: ISEB, vol. II, 1960.

Pontos Básicos para uma Ação Sindical Unitária e Democrática, Documento de um grupo de Militantes Sindicais da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979, *Cadernos do CEAS*, nº. 63, 1979, pp. 19-24.

POPPER, Karl, *Lógica das ciências sociais*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PRADO Jr, Caio, *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1978.

"41 dias de resistência e luta: uma análise da greve feita por quem dela participou", *Cadernos do trabalhador*, I, São Bernardo: ABCD Soc. Cultural e URPLAN -PUC-SP, 1980.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de, *Messianismo e conflito social*, São Paulo: Ática, 1977.

QUIRINO, Célia Galvão, "Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade", in WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os clássicos da política*, vol. 2, São Paulo: Ática, 2001.

RAINHO, Luís Flávio, *Os peões do grande ABC: estudo sobre as condições de vida e*

consciência de classes do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística, Petrópolis: Vozes, 1980.

RAMALHO, José Ricardo, "Resistência operária: recriando as formas de luta", *Cadernos do CEAS*, nº. 94, nov/dez. de 1984, pp. 29-36.

REGAN, David, *Igreja para a libertação: retrato pastoral da Igreja no Brasil*, São Paulo: Paulinas, 1986.

REIS FILHO, D. Aarão & SÁ, Jair F. de (orgs.), *Imagens da revolução*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REZENDE, Antonio Paulo, *História do movimento operário no Brasil*, São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIBEIRO, Renato Janine, *A democracia*, São Paulo: Publifolha, 2001.

-----, *A república*, São Paulo: Publifolha, 2001.

RICCI, Rudá, "Novos movimentos sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública", in MUNIZ, José Noberto e GOMES, Elaine Cavalcante, *Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização*, Belo Horizonte, 2002.

RODRIGUES, Albertino, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, Iram Jácome, *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*, São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990.

RODRIGUES, Leôncio M., *CUT: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

-----, *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo: Difel, 1970.

-----, *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*, São Paulo: Difel, 1966.

-----, "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", in BOITO Jr, Armando (et al.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 13-42.

-----, "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro", *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, 19(4), out. dez./1979, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 45-54.

-----, *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*, São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

ROMERO, Sílvio, *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1895.

ROUSEAU, Jean-Jacques, *Do contrato social*, São Paulo: Martin Claret, 2000.

-----, "Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", in *Os pensadores: Rousseau*, vol. II, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RUDÉ, George, *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, Eder, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, Plínio, *Diretrizes Integralistas - O Integralismo perante a Nação*, in *Obras Completas*, São Paulo: Editora das Américas, vol. 9, 1955.

-----, *Manifesto de outubro de 1932 - O Integralismo perante a Nação*, in *Obras Completas*, São Paulo: Editora das Américas, vol. 9, 1955.

SANTOS, Nivaldo dos & COSTA, Sílvio, "Positivismo e República", in COSTA, Sílvio (org.), *Concepções e formação do estado brasileiro*, São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, "A Práxis Liberal e a Cidadania Regulada", in *Décadas de espantos e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

-----, *A Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

-----, *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

-----, *Poder & Política*, Crônica do autoritarismo brasileiro, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SARTORI Giovanni, *A teoria da democracia revisitada: 1º debate contemporâneo*, São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse, "O caráter dos novos movimentos sociais", in SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHMITTER, P., "Modes of interest intermediation and models of societal change in Western Europe", *Comparative Political Studies*, vol. 10, nº 1, ap. 1977.

SELZNICK, Philip, *TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization*, New York: Harper and Row, 1966.

SILVA, José Gomes da, *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Luís Antonio Machado da & RIBEIRO, Ana Clara, "Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias", *VIII Encontro Annual da ANPOCS*, São Paulo, 1984, pp. 318-336.

SILVA, Luís Antônio Machado da e ZICCARDI, Alícia, "Notas para uma discussão sobre 'movimentos sociais urbanos'", *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, n.º 13, 1980, pp. 79-95.

SILVA, Luís Inácio da, *Lula-Entrevistas e Discursos*, São Bernardo do Campo: ABCD-Soc. Cultural; São Paulo: Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, 1980.

SILVA, Roque Aparecido da, "Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores", in FLEURY, Maria Tereza Leme & FISCHER, Rosa Maria (coord.), *Processo e relações do trabalho no Brasil: movimento sindical; comissão de fábrica; gestão e participação; o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCG e KANBAN)*, São Paulo:

Atlas, 1987.

SIMÃO, Azis, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, São Paulo: Dominus Editora/Editora da USP, 1966.

SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes, 1980.

SINGER, Paul, "Movimentos de bairro", in SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira, *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.

SNOW, David A. & BENFORD, Robert D., "Master Frames and Cycles of Protest", in MORRIS, Aldon D. & MUELLER, Carol McClurg, *Frontiers in Social Movement Theory*, N. Haven: Yale Univ. Press, 1992.

SOUZA, Herbert José de, "Municípios de Boa Esperança: participação popular e poder local", in MOISÉS, José Álvaro (et al.), *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*, Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 99-120.

TELLES, Vera da Silva, "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70", in SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

-----, "Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos", in KOWARICK, Lúcio (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

-----, "Anos 70: experiências e práticas cotidianas", in KRISCHKE, Paul & MAINWARING, Scott, *A Igreja nas bases em tempo de transição: 1974-1985*, Porto Alegre: L&PM, 1986.

Teses da Oposição Sindical Metalúrgica, texto aprovado no 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, abril de 1979, *Cadernos do CEAS*, nº. 63, 1979, pp. 12-18.

THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

-----, *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

-----, *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de, *A democracia na América*, Livro I. Leis e Costumes, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

-----, *A democracia na América: sentimentos e opiniões*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

-----, *A voyages*, Paris: Gallimarde, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de, "Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil", in COSTA, Sílvio (org.), *Concepções e formação do estado brasileiro*, São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício, "A luz vem de Lages", in ALVES, Marcio Moreira, *A força do povo: democracia participative em Lages*, São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1988.

VIANNA, Luíz Werneck, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *BIB*, Rio de Janeiro, (3), 1978, pp. 9-24.

-----, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Oliveira, *Instituições Políticas brasileiras*, 1º vol., São Paulo: Editora de USP, 1987.

VIGEVANI, Tullo, "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa", in VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (orgs.), *Crise política, movimentos sociais e cidadania*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (orgs.), *Crise política, movimentos sociais e cidadania*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro, "Prefeitura e movimentos sociais: uma experiência de gestão participative em Juiz de Fora - Minas Gerais", *História & Perspectiva*, Uberlândia, (12/13): 175-194, Jan./Dez., 1995.

WAGNER, Wolfgang, "Sócio-gênese e características das representações sociais", in

MOREIRA, Antonia Silva Paredes e OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia: AB, 1998.

WEFFORT, Francisco C., "Apresentação", in MOISÉS, José Álvaro et alli, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.

-----, "Consolidar o partido, construir a democracia", *Teoria e Debate*, 4, setembro, 1988.

-----, *Por que democracia?*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

Documentos e Jornais

Boletim do comando de greve, 11 de maio de 1980.

"Centrais sindicais não deverão se unir", 08/11/1983, *Folha de São Paulo*.

Conclat discute a Central Única, 27/08/1983, *Estado de São Paulo*.

Cresce o impasse no movimento sindical, *Em tempo*, 20/05/1982.

Folha de São Paulo, 19-07-1981.

IV Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema, Caderno 1, "Resoluções I-II-III Congressos".

Jornal dos Trabalhadores, Segunda Quinzena, maio de 1982.

O caminho, rumo à CUT, passa no ABC, *Convergência Socialista*, 24/06/1982.

"Nasce a Central dos Trabalhadores", 29/08/1983, *Folha de São Paulo*.

Tribuna Metalúrgica, n.º 55, dezembro de 1979.

Tribuna Metalúrgica, n.º 57, abril de 1980.

"CUT, Conclat e "racha"", 09/09/1983, *Folha de São Paulo*.

Documentos dos Movimentos Populares Urbanos no CPV.

- (1) SENHOR PRESIDENTE, Comissão dos Bairros de Belém – CBB, 1980, Pará.
- (2) Manifesto à população de Belém, CBB, IBA, IEPA, CPT, APEPA, DCE, SPDDH, ATA, FASE, APA, CIPES e UNE, 1980, Pará.
- (3) Manifesto ao Povo de Belém, 1980, Pará.
- (4) Boletim do Movimento pelo Direito de Morar, Comissão dos Bairros de Belém – CBB, Nº 2, 1983.
- (5) Boletim dos Terrenos, Nº 2, s/d, Pará.
- (6) Loteamento Clandestino, Assembléia do Povo, s/d, SP.
- (7) PORQUE FAZER DEPÓSITO, Assembléia do Povo, s/d, SP.
- (8) Amigos Parque Americanos: falemos francamente, s/d.
- (9) Aos Moradores, 1980, SP.
- (10) Boletim do Movimento pelas Escrituras, 1980.
- (11) Boletim do Movimento pelas Escrituras, 1980.
- (12) Companheiros, Comissão de Moradores V. Cristália, 1981.
- (13) COMPANHEIROS MORADORES DO JARDIM IMPERADOR, 1979.
- (14) Jornal dos Bairros, Nº 6, Campo Grande, 1979, RJ.
- (15) Jornal dos Bairros, Nº 7, Campo Grande, 1979, RJ.
- (16) Boletim da Pedreira, 1980, Pará.
- (17) Movimento pelo Direito de Morar, CBB, 1981, Pará.
- (18) À IMPENSA, Movimento dos Moradores em Loteamentos Clandestinos, 1979, SP.

- (19) Comunicado dos Moradores do Jardim Nova Esperança, Comissão dos Moradores do Jardim Nova Esperança, Goiânia, 1979, GO.
- (20) Comunicado aos Moradores, Nº 8, Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança, Goiânia, 1981, GO.
- (21) União das Invasões, Boletim Informativo da UNIÃO DAS INVASÕES, Nº 3, 1981, GO.
- (22) HORA SACRA, SEMANÁRIO CRISTÃO, Campinas, 1981, SP.
- (23) Manifesto, Moradores das favelas de Santo André / Movimento de Defesa do Favelado, Santo André, 1980, SP.
- (24) UNIÃO E AÇÃO, Jornal do Morro da Coroa, Nº 1, 1979, RJ.
- (25) Comunicado da Vila Mato Grosso, 1984, RS.
- (26) CARTA ÀS COMUNIDADES, Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, s/d, ES.
- (27) Periferia, Equipe de Pastoral da Periferia do Setor Interlagos, Arquidiocese de São Paulo - Sul, Nº 0, 1976, SP.
- (28) Periferia, Equipe de Pastoral da Periferia do Setor Interlagos - Região de Santo Amaro, Arquidiocese de São Paulo, Nº 1, 1977, SP.
- (29) Boca no Trombone, Movimento pela Legalização dos loteamentos irregulares, Nº 3, 1981.
- (30) Boletim Informativo Terrenos Clandestinos, Vila Cristália, 1979.
- (31) Conclusões finais dos congressistas, Congresso sobre Habitação do Favelado em Belo Horizonte, 1980.
- (32) Boletim do Movimento de Favela - Região de São Miguel (Leste 2), Nº 1, 1979, SP.
- (33) A TERRA É NOSSA, Movimento de Favelas do Setor Interlagos, Nº 2, 1980, SP.

- (34) Boletim Informativo, Assembléia do Povo, 1984, SP.
- (35) O QUE VAI PELAS FAVELAS, Região Episcopal Ipiranga, Nº 5, 1983, SP.
- (36) Conclusões do Primeiro Encontro Nacional sobre Favelas, Movimento de Defesa do Favelado, 1980.
- (37) II Encontro Nacional de Agentes que trabalham com Favelas, Santo André, 1981.
- (37-1) "Documento sobre a violência elaborado no II Encontro Nacional sobre Favelas, Santo André, 1981".
- (37-2) "A Carta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Santo André, 1981".
- (38) Documento do Seminário Nacional sobre Favelas, Campinas, 1981, SP.
- (39) II Encontro Nacional de Favelados, Movimento de Defesa dos Favelados -MDF, Campinas, 1982, SP.
- (40) O Relatório de III Encontro Nacional de Favelados, Movimento de Defesa dos Favelados -MDF, Salvador, 1983, BA.
- (41) Documento dos Favelados sobre Terra e Direito à Moradia, III Encontro Nacional de Favelados, Movimento de Defesa dos Favelados -MDF, Salvador, 1983, BA.
- (42) Jornal dos Favelados, Movimento de Defesa dos Favelados - MDF/Bahia, 1983.
- (43) Boletim do Trabalho Conjunto, Nº. 7, 1980, Salvador-Bahia.
- (44) À POPULAÇÃO E À IMPRENSA, Coordenação do Trabalho Conjunto de Bairros, 1980, Salvador-BA.
- (45) PARA QUE A GENTE SE REÚNE?, Arquidiocese de Goiânia-GO, s/d.
- (46) Carta Aberta às Comunidades, Associação de Moradores de Jardim Limoeiro, 1981.
- (47) Comunidade de Campo Novo, s/d.
- (48) Manifesto ao Povo de Nova Iguaçu, Movimento Amigos de Bairro, 1980, RJ.

- (49) TEMOS O DIREITO DE REIVINDICAR! TEMOS O DIREITO DE NOS ORGANIZAR!, Conselho de União dos Bairros, 1980, RJ.
- (50) COMUNIDADE, Informativo da Associação de Moradores do Parque Residencial Laranjeiras (AMPRL), Nº. 27, 1980, ES.
- (51) Jornal Comunitário, Comunidade de Porto de Santana, Nº 0, 1978, ES.
- (52) Jornal Comunitário, Comunidade de Porto de Santana, Nº 01, 1978, ES.
- (53) UNIÃO dos Bairros, Boletim da Comissão Provisória de Unificação dos Movimentos Populares da Grande Vitória, Nº 1, 1980, ES.
- (54) UNIÃO dos Bairros, Boletim da Comissão Provisória de Unificação dos Movimentos Populares da Grande Vitória, Nº 2, 1980, ES.
- (55) Nossa Voz, Boletim da Comissão de Melhoramento do Bairro Ataíde, Nº 2, 1980, ES.
- (56) Nossos direitos, Boletim do Movimento da Água de Vitória, Nº 4, 1980, ES.
- (57) Nossos Direitos, Boletim do Movimento Pró-Saneamento de Vitória, Nº 4, ES.
- (58) A VOZ DO BAIRRO, Boletim Informativo da Associação dos Moradores de Jardim Carolina, s/d, RJ.
- (59) Nosso Chão, Terra Firme, Belém, 1981, PA.
- (60) Boletim dos Bairros, ATO PÚBLICO NA LUTA PELA TERRA, CBB, 1979, Pará.
- (61) Jornal da Federação das Associações de Moradores da Serra, Nº 1, 1981, ES.
- (62) ALERTA GERAL!, Boletim Informativo dos Movimentos Populares da Área de Porto de Santana, Nº 3, 1981, ES.
- (63) O Berro, Foletim a serviço da Saúde, Movimento para o pronto socorro, Nº. 2, 1980, SP.
- (64) Saúde é um Direito de Todos, Boletim do Movimento de Luta por Saúde do Itaim

Paulista, 1983, SP.

(65) Saúde, uma conquista popular, denúncias, apoios e propostas do 2º ENEMEC (2º Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária), Olinda-PE, 17 a 21 de setembro de 1980.

(66) QUEREMOS UM CENTRO DE SAÚDE, Foletim "Saúde do Povo Nº. 1", s/d.

(67) Síntese e Conclusões do I Encontro por Melhores Condições de Saúde, 1979, SP.

(68) Boletim Movimento Popular de Saúde / ENEMEC, Nº. 1, 1981, SP.

(69) Boletim Movimento Popular de Saúde/enemec, Nº. 2, 1982, SP.

(70) Relatório - "Ceilândia e o lixo", II Seminário sobre Saúde Comunitária, 1982.

(71) Boletim de Saúde, Nº. 3, 1979.

(72) Boletim de Saúde, Grupo de estudo sobre saúde de Cangaíba, Nº. 17, 1978.

(73) INFORMATIVO Movimento Popular e Saúde Norte II, Nº. 3, 1982.

(74) INFORMATIVO Movimento Popular e Saúde Norte II, Nº. 4, 1983.

(75) Jornal da Saúde, Comissão de Saúde da Serra, Nº. 4, 1981, ES.

(76) Carta aberta ao povo e às autoridades, Representantes das Comunidades da Vila de Caribeiras - PE, 1981.

(77) PREV-SAÚDE, Grupo Voluntário de Saúde de S. J. Araguaia, Nº. 2, 1981, Marabá-Pará.

(78) Carta ao povo brasileiro, Movimento Popular de Saúde - Região Norte II (Pará e Maranhão), 1982, Conceição do Araguaia-Pará.

(79) Nota para o povo em geral, Movimento Popular de Saúde - Região Norte II (Pará e Maranhão), 1983, Marabá-Pará.

(80) História da luta do ônibus, Documento enviado às autoridades estaduais e municipais, São Paulo, 1974.

- (81) ATENÇÃO Problema: ÔNIBUS - LHE INTERESSA, 1974, SP.
- (82) A carta apresentada aos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Moradores da periferia de São Paulo, 1977.
- (83) Relatório parcial da pesquisa realizada pela comissão de ônibus do Parque Santa Madalena, Comissão de Ônibus do Parque Santa Madalena São Paulo, 1978.
- (84) Moradores de Santo André, Comissão de Usuários de Transporte Coletivos de Santo André, s/d.
- (85) Comunicado aos usuários do transporte coletivo, Comissão de defesa dos direitos dos trabalhadores que utilizam transporte coletivo no ABC, São Paulo, 1982.
- (86) Vai-Vem, Boletim Informativo do Povo de Vila Velha, Nº. 2, Abril, 1979, ES.
- (87) Vai-Vem, Boletim Informativo do Povo de Vila Velha, Nº. 3, Junho, 1979, ES.
- (88) Vai-Vem, Boletim Informativo do Povo de Vila Velha, Nº. 4, Abril, 1979, ES.
- (89) Carta à população, Assembléia do movimento de transporte de Vila Velha, 1982, ES.
- (90) Opinião, Boletim do Movimento pela Melhoria do Transporte Coletivo, 1983, RS.
- (91) Assembléia Popular Contra o aumento, a Campanha Por Melhores Condições de Transporte, CBB DCE-UFP DA-FCAP UMES, 1983, Belém, Pará.
- (92) Campanha por Melhores Condições de Transporte, Boletim Informativo, Nº 2, CBB DCE DA-FCAP UMES, 1983, Belém, Pará.
- (93) Morador de Santo André, Comissão de Usuários de Transportes Coletivos de Santo André, 1983.
- (94) A TARIFA BAIXOU PARA Cr\$ 50,00. FOI O POVO ORGANIZADO QUE CONSEGUIU, Comissão de Usuários de Transportes Coletivos de Mauá, s/d, SP.
- (95) Boletim Informativo, Movimento Transporte Coletivo Campo Grande, 1980, ES.

(96) Boletim Especial sobre Transportes, UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre, 1983, RS.

(97) Boletim O Partido dos Trabalhadores e os transportes coletivos, Partido dos Trabalhadores, 1983.

(98) O POVO SE PREPARA PARA A ASSEMBLÉIA DO CECOMA, A CRISE ECONÔMICA DO BRASIL, s/d, Paraná.

(99) Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro, Como nasceu a despensa, Número O Feira de Santana, 1980, Bahia.

(100) Manifesto do Movimento Contra a Carestia, 1º Encontro Nacional Contra a Carestia, 1979, SP.

Documentos de Movimento Operário/Sindical produzido por CPV.

I. ENOS e ENTOES, 1979-1980, Dossie CPV, março/1995.

(1) Carta de Gragoatá, 6 de agosto de 1979.

(2) Sobre a proposta do ENO

(3) PARA O ENCONTRO NACIONAL DE OPOSIÇÕES SINDICAIS, Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo (OSM-SP), 12 de junho/1979.

(4) Informes e Resoluções da reunião de 30.6.79.

(5) Conclusões da Reunião Preparatória do Encontro de Oposições Sindicais, Comissão de Preparação do Encontro de Oposições Sindicais, 01 de março de 1980, SP.

(6) Convocatória, Coordenação Nacional do ENTOES, julho de 1980.

(7) Resoluções Finais I ENCONTRO ESTADUAL DE TRABALHADORES, I ENTOES - Pará, 04-06 de abril de 1980.

(8) ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO A ESTRUTURA SINDICAL, REGIONAL - SÃO PAULO.

(8-1) Resumo das teses para o Encontro de Trabalhadores Contra a Estrutura Sindical, Comissão Nacional de Entidades Livres, maio de 1980 - CUT.

(8-2) POR UM SINDICALISMO INDEPENDENTE, AUTÔNOMO, DEMOCRÁTICO E UNITÁRIO, Trabalhadores bancários de São Paulo.

(8-3) TESES PARA O ENCONTRO, PONTA FIRME- Oposição à Diretoria da Associação dos funcionários do IPT (Assipt) - SP.

(8-4) TESE PARA O ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL, Grupo de Trabalhadores de Osasco.

(8-5) POR UM SINDICATO LIVRE, Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo.

(9) TESE DA POSIÇÃO MAJORITÁRIA DOS PARTICIPANTES DO ENTOES - RJ.

(10) CONSTRUIR A UNIDADE DOS TRABALHADORES, Rio de Janeiro, maio/1980.

(11) TESES PARA UM SINDICALISMO COMBATIVO, DEMOCRÁTICO E DE MASSAS, Contribuição ao 1º Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), julho de 1980.

II. ENTOES-ANAMPOS, 1981-1982, Dossie CPV, março/1995.

(1) Documento de Monlevade, João Monlevade, fevereiro/1980, MG.

(2) Documento de São Bernardo, Taboão da Serra, julho, 1980, SP.

(3) Documento de Vitória, Vitória, junho/1981, ES.

(4) Documento de Goiânia, Goiânia, junho/1982, GO.

(5) POR QUE ARTICULAR OS MOVIMENTOS SINDICAIS COM OS MOVIMENTOS POPULARES?, A Secretaria Estadual da ANAMPOS, Goiânia, 1981, GO.

(6) Primeira Conferência Estadual da Classe Trabalhadora do Estado de Goiás - CONCLAT - GO.

(7) Iº ENCLAT (Encontro da Classe Trabalhadora), São Paulo, 31 de julho, 1 e 2 de

agosto.

III. Sobre a organização no local de trabalho da visão da CUT, 1979-1991, Dossie CPV.

(1) Nota aos Trabalhadores, Sobre o Encontro das Oposições Sindicais e Diretorias Combativas, Oposições Sindicais do Nordeste, Recife, 01-02 de junho de 1979.

(2) Subsídios para o Encontro de Oposições Sindicais, 10-11/05/80.

(2-1) O QUE É OPOSIÇÃO SINDICAL - DEFINIÇÕES, O. S. METALÚRGICO - SÃO PAULO.

(2-2) O PORQUÊ DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE MOGI DAS CRUZES, O. S. METALÚRGICA - MOGI DAS CRUZES - SP.

(2-3) O. S. SÃO LEOPOLDO - RS.

(2-4) SÍNTESE DAS DISCUSSÕES SOBRE COMO CONTINUAR O TRABALHO DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE VITÓRIA, O. S. CONSTRUÇÃO CIVIL - VITÓRIA- ES.

(2-5) O. S. METALÚRGICA - SÃO CAETANO - SP.

(2-6) ELEIÇÕES SINDICIAS, CONTRIBUIÇÃO - VÁRIOS.

(3) Encontro de Trabalhadores contra a Estrutura Sindical, Belo Horizonte - MG, julho de 1980.